

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019

ATA N.º 7/2019

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, Licenciada em Direito, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Apreciação do Alargamento do Horário de Funcionamento do serviço Drive do MC Donald's, até às 04:00 horas, a partir de 1/5/2019; **1.3.** Apreciação do relatório de contas da Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade, Limitada – mandato ao representante do Município na AG – ratificação de despacho; **1.4.** Apreciação do relatório de contas da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A. – mandato ao representante do Município na AG – ratificação de despacho; **1.5.** Apreciação do relatório de contas do Matadouro Regional de Mafra – mandato ao representante do Município na AG – ratificação de despacho; **1.6.** Apreciação do relatório de contas da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S – mandato ao representante do Município na AG – ratificação de despacho; **1.7.** Memorando de Entendimento entre o Município de Mafra, as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Mafra e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da

Natureza – Aplicação de produtos fitofarmacêuticos sem glifosatos – ratificação de despacho; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.**

Creche de Mafra: fixação do preço das mensalidades para o ano letivo de 2019/2020;

2.2. Apoio às Associações: Atlético Clube da Malveira, Grupo Desportivo União Ericeirense e Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário – transporte; **III –**

APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA. -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (anexo I). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente deu conhecimento da aquisição de um novo guincho com motor para as operações de alagem e bota-abaxio de embarcações de pesca, no Porto da Ericeira; da entrada em vigor dos passes Navegante, a partir de 1 de abril, de acordo com os novos tarifários dos transportes coletivos nos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML); da aquisição de novo equipamento para manutenção da rede viária; e, por último, da aquisição de material informático para o 1.º ciclo do ensino básico, desde *tablets*, computadores portáteis e projetores de vídeo. -----

--- Seguidamente, deu nota dos eventos que decorreram no Concelho: no dia 22 de março: - na Igreja de Santo André, em Mafra, no âmbito do Ciclo de Santo André, concerto com Daniel Sousa no órgão, Beatriz Ventura e Isabel Cruz Fernandes, sopranos; - na Associação Cultural e Recreativa do Carvalhal, pelo Grupo TEMA, “Dois Dedos de Poesia” Breve História da Poesia Portuguesa; nos dias 23 e 24 de março, na Praia de Ribeira d’Ilhas, o Circuito de Surf do Centro; no dia 23 de março: - a abertura da exposição de fotografia de Rui Campos e de Sara Coelho, respetivamente, na Galeria Municipal Orlando Morais e no Foyer da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019

Ericeira, e, ainda, no Salão de Festas do Gradil, o In'cantate – Ciclo de Concertos de Primavera; no dia 24 de março, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, no âmbito do Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra", a atuação da Escola de Música Juventude de Mafra; de 27 de março a 24 de abril, no Concelho de Mafra, as Jornadas da Juventude; no dia 27 de março, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a Feira das Profissões, integrada nas Jornadas da Juventude; no dia 28 de março, no Museu Nacional da Música, a assinatura do protocolo entre a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e o Município de Mafra para a Constituição de um Agrupamento de Entidades Adjudicantes para a instalação do Museu Nacional da Música no Palácio Nacional de Mafra e do Memorando de Entendimento entre a DGPC, o Município de Mafra e a Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para a instalação de um Polo de Investigação dedicado às Ciências Musicais, em Mafra; de 29 de março a 7 de abril, na Ericeira, o 5.º Festival Internacional do Ouriço-do-mar; no dia 29 de março, no átrio da Biblioteca Municipal da Ericeira, "Dois Dedos de Poesia" Breve História da Poesia Portuguesa, pelo Grupo TEMA; no dia 30 de março: - na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, no âmbito do 5.º Festival Internacional do Ouriço-do-mar, as Jornadas Técnicas sobre Literacia dos Oceanos e Literacia Alimentar e o *show cooking* no Mercado Municipal da Ericeira; - no Sporting Clube do Livramento, o Mafra Foot; - no Pavilhão do Clube Desportivo Povoense, o In'cantate - Ciclo de Concertos de Primavera; no dia 31 de março: - no Parque Desportivo Municipal de Mafra, a Corrida dos Sinos; - em Mafra, no âmbito das Procissões da Quaresma, a Missa e Procissão de Penitência da Ordem Terceira de S. Francisco; - no Centro Cultural Desportivo e Recreativo da Encarnação, o In'cantate – Ciclo de Concertos de Primavera; de 1 a 16 de abril, na Junta da Freguesia de Santo Isidoro, Espaço Além-Fronteiras; no dia 3 de abril: - no átrio da Biblioteca Municipal da Ericeira, a abertura da exposição de trabalhos de alunos do Centro Social da Ericeira, a qual estará patente até 14 de abril; - a assinatura do memorando de entendimento, nos Paços do Concelho, entre as autarquias do Concelho de Mafra e a Quercus - "Autarquias sem Glifosato/ Herbicidas"; - nos Paços do Concelho, a entrega

de testemunhos no âmbito da "Rota pela Floresta e pela Cidadania", dinamizada no contexto do projeto Eco-escolas. -----

--- Anunciou, ainda, os eventos que ocorrerão no Concelho de Mafra: no dia 5 de abril, pelas 21h30, na Igreja de Santo André, em Mafra, o Ciclo de Santo André, concerto de de órgão por William Whitehead; nos dias 5 e 6 de abril, respetivamente das 10h00 às 17h00 e das 14h00 às 18h00, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a II Feira das Ciências, integrada nas Jornadas da Juventude; nos dias 6 e 7 de abril, a partir das 9h00, no Terreiro D. João V, em Mafra, a Feira de Artesanato e Produtos Regionais; no dia 6 de abril: - das 9h30 às 13h00, no Edifício Municipal de Serviços (Loja do Cidadão), em Mafra, Formação para o Associativismo sobre o regime fiscal e sustentabilidade económica nas associações; - das 16h00 às 18h00, no Mercado Municipal da Ericeira, no âmbito do 5.º Festival Internacional do Ouriço-do-mar, o *show cooking*; - pelas 19h00, na Igreja de Santo André, em Mafra, a apresentação da nova edição do livro "Flores de Musica" de Manuel Rodrigues Coelho; nos dias 6 e 13 de abril, Mafra Foot, respetivamente, pelas 15h00 e 10h00, no Grupo Desportivo do Barril e no Real Mafra Sport Clube; no dia 7 de abril: - pelas 9h30, a Comemoração do Dia Nacional dos Moinhos "Em redor do Moinho", uma visita guiada aos moinhos do Milharado e partilha de um conto tradicional, tendo como local de concentração o estacionamento público junto à Junta de Freguesia do Milharado; - a partir das 10h00, a passagem por vários locais do Concelho de Mafra, do Gran Fondo de Lisboa; - pelas 16h00, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra", com a presença da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro da Encarnação e no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, a sessão de cinema de animação comentada; no dia 11 de abril, pelas 17h00, na Igreja de Santo André, em Mafra, a apresentação do Festival Internacional de Órgão de Mafra; no dia 14 de abril, pelas 17h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música "Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra", com a Sociedade Recreativa e Musical de Vila Franca do Rosário; no dia 12 de abril, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música Jazz, com Inês Pimenta; no dia 14 de abril, pelas 15h30, em Mafra, no âmbito das Procissões da Quaresma, a Missa e Procissão em Honra das Sete Dores de Nossa Senhora; no dia 15 de abril: - pelas 10h00, na Loja do Cidadão, em Mafra, a Conferência "Sistema Tarifário e Rede Metropolitana de Transportes de Lisboa e de Viena"; - pelas 14h00, no Espaço Go, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, as Jornadas da Juventude, com

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019

workshops de fotografia "Fotomobile" e de ferramenta de texto "Word what?"; no dia 17 de abril, pelas 14h00, no Espaço Go, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, as Jornadas da Juventude, com o *workshop* de apresentações digitais "Apresentação Top"; no dia 18 de abril, pelas 9h30, na Aldeia de Broas, a sessão de contos tradicionais com António Fontinha; no dia 19 de abril, pelas 21h00, em Mafra, no âmbito das Procissões da Quaresma, a Procissão do Enterro do Senhor; no dia 21 de abril, a partir das 9h00, no Parque Intermodal de Mafra, a Feira Mensal de Mafra. -----

--- **DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA:** -----

--- O Vereador José Graça pronunciou-se sobre o aumento do trânsito que se verifica, em horários diferentes, quer nas entradas e saídas da Ericeira, quer no eixo Carapinheira/ Mafra, quer ainda na Malveira e na Venda do Pinheiro, o qual se prolonga até à rotunda que dá acesso à A8. Sabendo que não é uma situação fácil, apelou para que se implementem soluções, nomeadamente no caso do eixo Malveira/ Venda do Pinheiro, sendo que uma dessas soluções poderia ser a isenção de portagens naquele troço da A21. Embora reconheça que esta última depende da vontade do Governo, também sabe que, para tal, muito contribui a pressão que a Autarquia possa fazer, em colaboração com os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. Ainda no âmbito da circulação automóvel, sugeriu que na Estrada Nacional 116, que vai da Malveira para a Venda do Pinheiro, no sentido Mafra/ Lisboa, se repinte o traço contínuo que separa as duas faixas de rodagem, porque o facto do mesmo estar sumido contribui para justificar transgressões, designadamente por parte dos automobilistas que viram à esquerda. Manifestou, ainda, o seu agrado quanto às alterações rodoviárias feitas na Rua Casal Monte Leite, dando nota que, de acordo com algumas informações, existem residentes num condomínio que se sentem incomodados com estas alterações, continuando ainda a fazer, de forma abusiva, a entrada no sentido sul/ norte, porque lhes é mais curto o acesso às garagens. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- Embora solidário com a preocupação manifestada pelo Vereador relativamente à demora de circulação automóvel na Venda do Pinheiro, o Presidente relatou que, ainda

ontem, passou de manhã por aquele local, no sentido Venda do Pinheiro/ Lisboa, tendo constatado que naquele dia o trânsito fluía perfeitamente, ainda que reconheça que, no sentido contrário, este se torna mais difícil. Deu nota que é sua convicção que, logo que terminem as obras junto à rotunda da Alameda das Figueiras, as situações descritas melhorarão consideravelmente, pelo que considera que só após esta regularização é possível fazer uma avaliação mais efetiva, a qual terá de ter em conta, também, a entrada em vigor dos passes "Navegante", atendendo a que muitos munícipes poderão passar a utilizar os transportes públicos. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos manifestou o seu desagrado pela «caça à multa» que se verifica por parte da Guarda Nacional Republicana para quem, no sentido de Malveira/ Venda do Pinheiro, vira para a Rua das Queimadas e pisa o traço contínuo que não está perceptível no chão. Apelou para que a Câmara faça as diligências necessárias para que o traço contínuo seja bem assinalado. Alertou, ainda, para a existência de três passadeiras, muito próximas umas das outras, num espaço de um quilómetro, desde o início do Parque Ecológico da Venda do Pinheiro até à rotunda que dá acesso às bombas de gasolina, sendo que duas delas se tornam perigosas para os automobilistas e para os peões, pois não permitem uma boa visualização de quem vai atravessar a passadeira. Congratulou-se com a aquisição do novo equipamento para pavimentação da rede viária. Questionou em que ponto se encontra a medição de ruído nos bares do Concelho e, em particular, da Ericeira. No que se refere à celebração do protocolo com vista à não utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato, questionou se vão ser adquiridas máquinas para reforço da capacidade operacional, em alternativa. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente esclareceu que está a ser desenvolvido o procedimento de aquisição do equipamento para medição dos ruídos dos bares, pretendendo-se que esteja operacional no verão. No que se refere à maquinaria para limpeza urbana, explicou que, após a cerimónia de assinatura do memorando que formaliza o compromisso de não utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato, foram demonstrados meios mecânicos, pretendendo-se que a Câmara Municipal apoie na aquisição de, pelo menos, uma máquina por Junta/ União de Freguesias, reforçando a sua capacidade de intervenção. -----

RUBRICAS:

Fl.....

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019

--- DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS: -----

--- Por último, referiu-se à constituição das mesas de voto para as eleições do Parlamento Europeu, salientando a importância de realização de uma reunião para a escolha dos membros destas mesas. -----

--- II - ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS. -----

--- 1.1. ATA: -----

--- Presente a ata n.º 5/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 8 de março de 2019. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 5/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 8 de março de 2019. O Vereador José Graça não votou porque não esteve presente na aludida reunião. -----

--- 1.2. APRECIÇÃO DO ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DRIVE DO MC DONALD'S, ATÉ ÀS 04H00, A PARTIR DE 01/05/2019: -----

--- Presente em anexo, a Informação Interno/2019/4746, elaborada em 28 de março de 2019, na Unidade de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, ambos datados de 28 de março de 2019, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 29 de março de 2019 (anexo II). -----

--- Considerando a Informação supra referida e documentos a que a mesma se refere, anexados ao respetivo processo, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atendendo ao n.º 1 do artigo 9.º e observados os requisitos plasmados no artigo 10.º, ambos do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao

Publico e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, bem como atentos os fundamentos expendidos no requerimento apresentado, deferir a pretensão apresentada, de alargamento do horário de funcionamento do serviço Drive do estabelecimento MC Donald's, sito em Mafra, até às 04:00 horas, de 1 de maio de 2019 até 30 de setembro de 2019. -----

--- 1.3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE, LIMITADA - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o "Relatório de Atividades e Contas de 2018", da Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, com Despacho ínsito do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, exarado a 29 de março de 2019 (anexo III). -----

--- O Presidente deu conhecimento do apoio prestado pela Câmara Municipal à Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, na sequência do pedido formulado pela sua diretora, visando a requalificação de caminhos. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho exarado, em 29 de março de 2019, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, atento o mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual deu instruções para que a representante do Município de Mafra na Assembleia Geral da Tapada Nacional de Mafra - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, votasse favoravelmente o referido Relatório na Assembleia Geral, que se realizou no dia 29 de março de 2019, pelas 14:30 horas. -----

--- 1.4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS E.M., S.A. - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o "Relatório e Contas 2018" da Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A, e convocatória para reunir em Assembleia Geral, com Despacho ínsito do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, exarado a 14 de março de 2019 (anexo IV). -----

RUBRICAS:

Fl.....

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho exarado, em 14 de março de 2019, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, atento o mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual deu instruções para que o representante do Município de Mafra na Assembleia Geral da Giatul - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., votasse favoravelmente o referido Relatório na Assembleia Geral, que se realizou no dia 15 de março de 2019, pelas 12:00 horas. -----

--- 1.5. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DO MATADOURO REGIONAL DE MAFRA - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o "Relatório de Gestão 2018", do Matadouro Regional de Mafra, SA, com Despacho ínsito do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, exarado a 28 de fevereiro de 2019 (anexo V). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, à luz do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho exarado, em 28 de fevereiro de 2019, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, atento o mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual deu instruções para que a representante do Município de Mafra na Assembleia Geral do Matadouro Regional de Mafra, SA, votasse favoravelmente o referido Relatório na Assembleia Geral, que se realizou no dia 28 de fevereiro de 2019. -----

--- 1.6. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A2S - MANDATO AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA AG - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o "Relatório de Atividades e Contas de 2018" da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S, com Despacho ínsito do Senhor

Presidente da Câmara Municipal, exarado a 27 de março de 2019 (anexo VI). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, em 27 de março de 2019, atento o mencionado Relatório, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual deu instruções para que o representante do Município de Mafra na Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S, votasse favoravelmente o referido Relatório na Assembleia Geral, que se realizou no dia 28 de março de 2019. -----

--- 1.7. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA, AS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MAFRA E A QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS SEM GLIFOSATOS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 2 de abril de 2019, sobre o assunto em epígrafe, devidamente instruído com a minuta de Memorando de Entendimento entre o Município de Mafra, as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho de Mafra e a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, sobre a aplicação de produtos fitofarmacêuticos sem glifosatos, e com a minuta do Manifesto a que o mesmo se refere (anexo VII). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atendendo ao disposto no artigo 2.º, no n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o), u) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como à alínea b) do n.º 1 e ao n.º 3 do artigo 26.º, ao n.º 4 do artigo 32.º e ao n.º 2 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na sua redação atual, conjugados com o artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, em 2 de abril de 2019, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, através do qual foi autorizada, com os fundamentos invocados, a celebração, entre o Município de Mafra, as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Mafra e a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, do Memorando de Entendimento em conformidade com a minuta em anexo ao mencionado Despacho, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, que firma a estratégia de atuação e a cooperação entre as partes no

RUBRICAS:

Fl.....

ATA DA REUNIÃO DE 05.04.2019



domínio da limpeza urbana em espaços públicos e zonas que recebem público, assente nos referenciais na mesma plasmados, que enquadram ações a desenvolver pelas Autarquias Parceiras, tendo em vista a adoção, com a colaboração da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, de práticas conducentes à garantia do bem-estar dos munícipes e à concertação da ação do Poder Local junto das populações no domínio da defesa do Ambiente, no que concerne, em especial, à utilização de alternativas ecológicas aos produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato e a outros herbicidas sintéticos para o controlo de plantas infestantes, mais assumindo, através da assinatura do respetivo Manifesto, a adesão das Autarquias Parceiras à Campanha promovida pela Quercus, denominada "Autarquias sem Glifosato/ Herbicidas". -----

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO

SOCIOECONÓMICO: -----

--- 2.1. CRECHE DE MAFRA: FIXAÇÃO DO PREÇO DAS MENSALIDADES PARA O ANO LETIVO DE 2019/2020: -----

--- Presente, em anexo, a Informação/Interno/2019/4495, elaborada em 29 de março de 2019, na Unidade de Coordenação e Gestão Educativa sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, todos datados de 1 de abril do corrente ano, devidamente instruída com a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, de 12 de março de 2019 (anexo VIII). -----

--- Atentos os fundamentos plasmados na Informação mencionada supra, e no documento em anexo à mesma, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a atualização do preço das mensalidades da Creche de Mafra, para o ano letivo de 2019/2020, para € 314,20 (trezentos e catorze euros e vinte cêntimos) na valência de berçário, para € 307,06 (trezentos e sete euros e seis

cêntimos) na valência de creche com refeição, e para € 217,28 (duzentos e dezassete euros e vinte e oito cêntimos) na valência de creche sem refeição. -----

--- 2.2. APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES: ATLÉTICO CLUBE DA MALVEIRA, GRUPO DESPORTIVO UNIÃO ERICEIRENSE E CLUBE DESPORTIVO DE VILA FRANCA DO ROSÁRIO – TRANSPORTE: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2019/4975, elaborada em 28 de março de 2019, na Unidade de Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 29 de março de 2019 e 2 de abril de 2019, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, datado de 2 de abril corrente, devidamente instruída com os pedidos de apoio formulados e com a Informação de Cabimento n.º 1103/2019 (anexo IX). -----

--- Atenta a documentação apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apoiar o Atlético Clube da Malveira, o Grupo Desportivo União Ericeirense e o Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário, através da contratação de transporte coletivo, para a participação em eventos desportivos de âmbito internacional e/ ou o acolhimento de equipas que participam em competição desportiva internacional, a realizar no Concelho de Mafra. -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, Licenciada em Direito, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos, redigi e subscrevo. -----

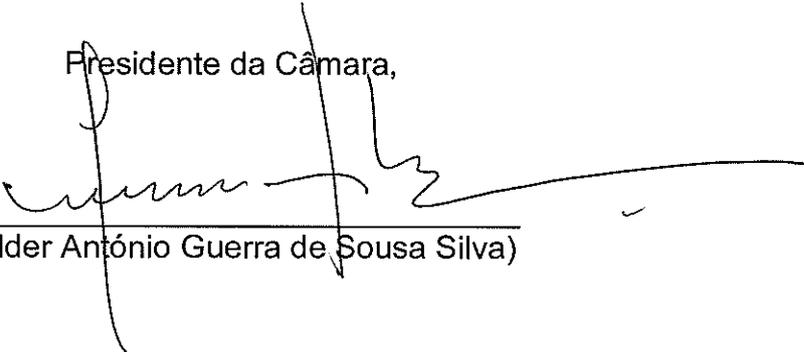


**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 14 a 27 de março de 2019.

Mafra, 28 de março de 2019.

Presidente da Câmara,



(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	548/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/27	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALDI PORTUGAL SUPERMERCADOS, LDA	DEMOLIÇÃO PARCIAL E AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL COM A INSÍGNIA "ALDI" ESTRADA NACIONAL 116, N.78 - ERICEIRA
OP	173/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/03/14	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANA SOFIA RODRIGUES AVELAR BOTELHO NEVES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ADEGA DE CAMPO E MUROS RUA CASAL BARREIROS - CASAIS DA SERRA
OP	301/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/03/12	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO BERNARDES COELHO	DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR RUA DOUTOR CARLOS GALRÃO, N.º 10-MAFRA
OP	509/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/08	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO FERNANDO BATISTA MOITINHO DE ALMEIDA	CONSTRUÇÃO DE PISCINA TRAVESSA DO BERDOAL, LOTE 6-CASAL MOURÃO
OP	182/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/11/19	2019/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANTÓNIO MANUEL CARDOSO LOURENÇO- SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL RUA 1.º DE MAIO-TITULARIA
LP	3/2016	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2019/02/12	2019/03/15	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ARNALDO DOS SANTOS DANIEL	ESTUDO DE LOTEAMENTO CHARNECA - RUA DO LAVADOURO
OP	285/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/11/21	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ATLANTIC GOLD-LAVANDARIA E ENGOMADORIA, LDA	LEGALIZAÇÃO DE ABERTURA DE VÃO E ALTERAÇÃO À UTILIZAÇÃO ESTRADA NACIONAL 116, N.º 12 - A-DA-PÉRRRA
OP	177/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/03/11	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	BETOPAR-INDÚSTRIAS E PARTICIPAÇÕES, SA	LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES RUA DA ESCOLA, N.º 54-CASAL DO BORRALHO
OP	250/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/01/22	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	BRUNO LUÍS MATAS PIRES CORREIA	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE GARAGEM LARGO DA EIRA N.º5-LAPA DA SERRA
OP	2/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/14	2019/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS ALBERTO LOURENÇO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO LIMITES DE VILA DE CANAS
OP	39/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/03/08	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS MANUEL ÂNGELO GONÇALVES	LEGALIZAÇÃO DE MORADIA MULTIFAMILIAR, ALTERAÇÃO DE FACHADA, ALTERAÇÃO AO USO E CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL LARGO DO BRUNETTE, N.º. 6 - BANDALHOEIRA
OP	421/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/01/23	2019/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DELFIN JOSÉ RAINHO MORAIS FERREIRA	LEGALIZAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR EM UNIFAMILIAR ESTRADA DOS VAIS, N.º 1-MONTEMURO
OP	36/2019	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2019/01/25	2019/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DOMINIC EDWARD MAX MEREDITH HARDY	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE PISCINA RUA CASAL DOS PARDAIS N.º 7 - LAPA DA SERRA
OP	206/2017	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2018/12/13	2019/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ENERFLORA-PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, LDA	REMODELAÇÃO DE PARQUE EÓLICO-SERRA DA ESCUSA CASAL DA AGUIEIRA - LIMITES DO TERROAL-VILA FRANCA DO ROSÁRIO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	82/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/20	2019/03/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FARMACIA CORAL LDA.	AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS (FARMÁCIA) E MUROS RUA PROFESSOR GUILHERME DE ASSUNÇÃO, N.º 8-MAFRA
OP	734/2005	ALTERAÇÕES	2018/11/27	2019/03/18	D DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA	JOAQUIM DOMINGOS DOS SANTOS DIAS	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM GARAGEM, ARRUMOS, MUROS, PISCINA RUA DA LOUREIRA, N.º 4 - SOBREIRO
OP	169/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/01	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSÉ ALCIDES FERNANDES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS ALTO DA FORÇA - LOTE 4
OP	131/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/03/12	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	LUIÍS SOARES RIBEIRO GOMES CAVACO	ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA JOSÉ ELIAS GARCIA, N.º 70-MAFRA
OP	140/2017	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2019/02/01	2019/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MANUEL DOS SANTOS DIAS	ALTERAÇÃO DE BARRAÇÃO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS, N.º 43 - MALVEIRA
OP	365/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/01/25	2019/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA DAS NEVES DOS REIS SANTOS RACHADO	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PICANCEIRA
RO	9/2019	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/02/12	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA LUISA SIMÕES DUARTE ALVES	LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM MURO VALE DOS CABRITOS-SANTO ISIDORO
OP	333/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/01/31	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARTINHO FERREIRA JACINTO	ALTERAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR PARA BIFAMILIAR COM LEGALIZAÇÃO DE OBRAS E DEMOLIÇÃO DE ANEXO ERICEIRA
OP	148/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/25	2019/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	NUNO JOSÉ OLIVEIRA DE CASTRO	RECUPERAÇÃO, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR TRAVESSA DO CANAL, N.º 2-MAFRA
LP	24/2018	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2019/01/04	2019/03/27	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PDFA - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS, LDA	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO RUA DAS GLICINIAS-TERRA DO BARRANCO
LP	4/2019	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	2019/02/21	2019/03/14	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	PEDRO JORGE GONÇALVES PEREIRA	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO QUINTA DAS PEVIDES LOTE 74 - MAFRA
OP	225/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/01/14	2019/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO MIGUEL LAVAREDA CARVALHO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA, ALPENDRES E MUROS DE VEDAÇÃO RUA FRANCISCO MIGUEL DA SILVA, LOTE 20-QUINTA DAS PEVIDES-MAFRA
OP	145/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/03/12	2019/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEDRO MIGUEL PORTELA FILIPE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR EM BANDA MURTINHEIRA, LOTE 26-FONTE BOA DA BRINCOSA
OP	365/2009	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2019/01/31	2019/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SA2R CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL RUA DA ESCOLA, N.º 156 - LAGOA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	506/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/21	2019/03/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	SEMANA ABRANGENTE, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E DESTAQUE CAMINHO DO CAVALEIRO, N.º 1 - GORCINHOS
OP	87/2016	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2019/01/25	2019/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SERGIO EMANUEL FIUZA NEVES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR, PISCINAS E MUROS RUA MOINHO DO CUÇO, N.º 17 E N.º 19 - PAZ
OP	296/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/01/07	2019/03/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	VERBOS E CADERNOS, LDA	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO E MUDANÇA DE USO CALÇADA DO CRAVO, N.º 18-SANTO SIDORO
OP	429/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/02/05	2019/03/20	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	VIRGILIO MANUEL FARINHA MANSO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E ARRUMOS LOTE 41 QUINTA DA BALEIA - ERICEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

PARECER

*Concordo com a proposta,
à Consideração do Senhor
Presidente.*

2019/09/29

O Vereador,

*concordo com a proposta
de funcionamento*

28.3.2019

A Diretora de Departamento,

*Concordo com a informação prestada
que submete à Consideração Superior*

28.3.2019

A Chefe de Divisão

DESPACHO

02.04.19

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/4746

ASSUNTO: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO "DRIVE" DA MC DONALD'S EM MAFRA, PARA AS 04:00 HORAS

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

Em 28-02-2019, a entidade exploradora do estabelecimento "MC DONALD'S" sito em Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 14, na freguesia da Mafra, solicitou, através do requerimento Entrada/2019/10040, alargamento do horário de funcionamento para abertura às 08:00 horas e encerramento às 04:00 horas com o seguinte fundamento: "Gostaríamos de ampliar o horário de funcionamento do nosso estabelecimento, tal como nos anos anteriores, a partir de 01 de maio de 2019, em virtude da procura por parte dos habitantes e visitantes da nossa vila."

De salientar que no anos transatos foi deliberado o alargamento do horário de funcionamento do serviço Drive do estabelecimento MC Donald's, até às 04:00 horas, até 30 de setembro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

O artigo 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra estabelece que aos estabelecimentos situados em edifícios habitacionais ou a menos de 50 metros de edifícios de uso habitacional, é aplicável o horário de funcionamento compreendido entre as 6 horas e a 1 hora do dia seguinte de domingo a quinta-feira, e entre as 6 horas e as 2 horas do dia seguinte à sexta-feira, sábado e véspera de feriado, em todas as épocas do ano.

De acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente ocasiões festivas, alargar temporária e excepcionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do presente Regulamento, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe. Prevê o n.º 2 do mesmo artigo que a prática do horário alargado depende de requerimento do interessado, apresentado nos termos estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo, através de formulário próprio, disponibilizado pelos Serviços, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão. O n.º 3 do referido artigo refere que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos está sujeito ao pagamento de taxa, cujo valor é fixado na Tabela de Taxas do Município de Mafra, em vigor.

O artigo 10.º do citado Regulamento indica que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos, previsto no artigo anterior, dependerá da observância dos seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribua para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrarie tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situarem-se os estabelecimentos em locais onde os interesses de determinadas atividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atracção turística ou zonas de espetáculos e/ ou animação cultural;
- c) Sejam rigorosamente respeitados, quer a protecção da segurança dos cidadãos, nomeadamente na via pública, quer os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes à tranquilidade e ao repouso;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

- d) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Neste sentido, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 8 dias úteis: **DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra**, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, **STIHRSS** – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, **Junta de Freguesia de Mafra** e a **Polícia Municipal**, tendo sido rececionados os seguintes pareceres:

- ✓ **ACISM** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **STIHRSS** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **GNR** – *"... está inserido nos limites da área urbana da vila de Mafra, numa zona caracterizada por edifícios onde se desenvolvem na sua maioria atividades comerciais, com funcionamento diurno.*

O estabelecimento já se encontra em funcionamento e até à presente data não existe registo de reclamações sobre o funcionamento do mesmo, contudo existia do antecedente a reclamação por parte de residentes nas proximidades sobre as condições de limpeza e higiene na Praceta do Parque Desportivo e espaço circundante, resultante do funcionamento do estabelecimento, nomeadamente do lixo produzido por clientes do estacionamento.

A entidade exploradora do estabelecimento em causa sempre que abordada por militares desta Guarda adota uma postura colaborante.

Face ao exposto e tendo em conta o local e características do estabelecimento é parecer deste Comando que não há inconveniente para o alargamento do horário até à hora pretendida, desde que sejam acautelados os seguintes pontos:

- 1. Cumprimento dos horários estipulados;*
- 2. Controlo do ruído emitido para o exterior;*
- 3. Adopção de um sistema de recomendações dirigidas aos clientes do serviço "Drive" relativas à manutenção da limpeza e higiene da via pública, com advertência das penalidades;*
- 4. Manutenção da limpeza da via pública por parte do serviço do estabelecimento, na sua área circundante, por força do lixo resultante da atividade do estabelecimento em especial o do serviço McDrive.";*



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Assuntos Jurídicos

- ✓ **DECO** – “A DECO defende a liberalização do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Entende-se que deve ser cada comerciante a decidir o horário de funcionamento de acordo com o seu ramo de negócio e a localização do estabelecimento, adequando-o aos interesses dos consumidores.

É inquestionável que na defesa dos interesses dos consumidores, o horário de funcionamento deve ser o mais amplo e abranger todos os dias da semana.

Cabe às Câmaras Municipais decidir qual o período de funcionamento dos estabelecimentos, devendo ter em conta diversos requisitos, nomeadamente:

- *Se o alargamento não afeta a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;*
- *Se não põe em causa a qualidade de vida dos cidadãos residentes;*
- *Se não desrespeita as características socioculturais, e ambientais da zona, assim como as condições de circulação e estacionamento;*
- *Devem ter sempre em consideração os interesses dos consumidores e as novas necessidades e exigências do mercado;”;*

- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – “Relativamente à pretensão em epígrafe, esta Polícia nada tem a opor. Informo que neste SPM não existem registos de queixas ou processos relativos a incomodidade decorrentes do funcionamento do referido estabelecimento.”.

- ✓ **Junta de Freguesia de Mafra** – Não apresentou parecer.

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

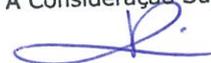
Secção de Licenciamentos Diversos, 28 de março de 2019

A Assistente Técnica


Sónia Jorge

Face ao pedido de alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento McDonald's, em Mafra, submetido à Consideração Superior de uso pelo órgão executivo municipal.

A Dirigente de 3.º Grau
Rita Cosme
À Consideração Superior





Câmara Municipal de Mafra
Rua Cidade de Frehel, 14 – 3º Dtº
2640-469 Mafra

Exmo. Senhor,

Venho por este meio convocar os sócios cooperadores da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra para a Assembleia Geral, a realizar no dia 29 de Março de 2019, pelas 14h30, na sede social da Cooperativa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Atividades e Contas de 2018;
2. Apreciar e deliberar sobre a nomeação e instrutor para o processo de exclusão dos associados Liga dos Amigos de Mafra e Evasão sem Limites;
3. Outros assuntos de interesse.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar a presença dos membros da Assembleia - Geral que representem mais de metade do capital social, no mínimo de quatro membros, a Assembleia reunirá com qualquer número de membros

Com os meus cumprimentos

Mafra, 14 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Eng. Rui M. F. Pombo)



*Dê-se instruções ao Rep do
Município para votar favoravelmente
A ratificar *crp/mt*
29/03/19*



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2018

Mensagem da Presidente da Direção

Pela primeira vez a sustentabilidade financeira foi alcançada e mantida (2017 e 2018). Pôs-se fim à dependência de verbas provenientes do Estado para pagamento de salários e custos fixos.

Os trabalhos desenvolvidos ao longo destes 2 anos foram de dar continuidade, nomeadamente: continuidade nas intervenções estruturais na floresta (com a criação de faixas e mosaicos de gestão de combustível em cerca de 1/3 da área total do espaço e requalificação de 2/3 dos caminhos); continuidade na reestruturação interna dos serviços; continuidade na contenção de custos e nos ganhos de eficiência; continuidade na requalificação de infraestruturas e de edificado degradado (que obstam à diversificação de receitas); continuidade na reparação e manutenção de equipamentos e veículos de prevenção e combate a incêndios (na sua maioria avariados e inoperacionais).



Consciente de que as intervenções estruturais só poderiam ser executadas com acesso a montantes elevados, muito para além da capacidade financeira da instituição, de imediato procuraram-se novas formas de colaboração (parcerias estratégicas) e de financiamento por via do programa Portugal 2020. Identificadas as linhas de apoio, submeteram-se duas candidaturas ao PDR e três ao Turismo de Portugal, estas últimas a saber:

- Uma candidatura já aprovada, em fase final de lançamento do concurso internacional para aquisição de um comboio turístico no montante de 300,000,0€;
- Uma candidatura já aprovada para construção de um novo edifício destinado à receção e edifício e remodelação da área de entrada principal da Tapada, para melhorar as condições de acessibilidade física, incluindo instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada;
- Uma candidatura submetida em dezembro de 2018, no montante de 317.000,0€ que a ser aprovada permitirá requalificar o Museu dos Coches, Pavilhão Multiusos e Museu da Tojeira.

Estas duas candidaturas já aprovadas, a sua taxa de cofinanciamento impõe a aporção de fundos próprios para a execução dos projetos, verbas à data já disponíveis devido à gestão desenvolvida que permitiu pagar salários, cobrir custos de exercício, realizar investimentos e, manter intocáveis as verbas provenientes do OE de 2017 no montante de 200.000,0€.

Paula Cristina Simões



015
A
a



2- Relatório de Atividades de 2018

Candidatura submetidas ao Turismo de Portugal:

1º- Em 2018 foi aprovada a candidatura **Tapada Acessível** e celebrado o respetivo contrato: o projeto incide na aquisição de um comboio turístico, constituído por uma locomotiva e três carruagens, incluindo a instalação de rampa elevatória para cadeiras de rodas e a adaptação de uma das carruagens para permitir o estacionamento de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebé. Esta aquisição permitirá otimizar a oferta atual, assegurando condições de turismo acessível, em particular para visitantes com mobilidade condicionada (e.g. crianças, seniores, portadores de deficiências motoras). O novo comboio permitirá melhorar substancialmente a oferta atualmente existente, criando condições adequadas para a captação de um maior número de visitantes.



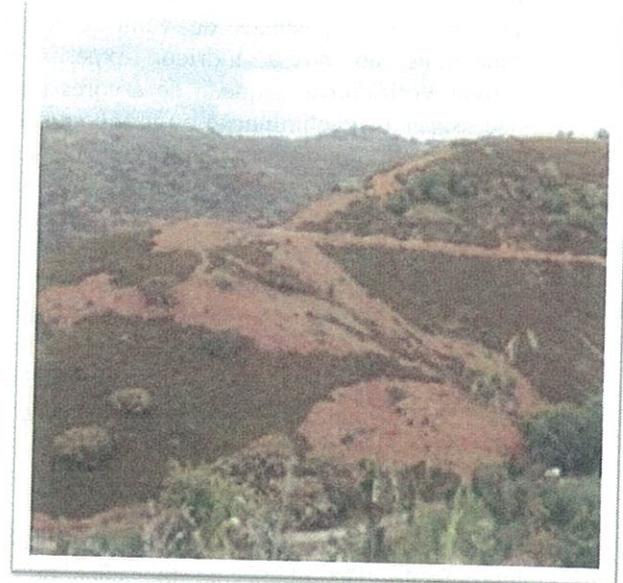
2º Já aprovada encontra-se a candidatura **Tapada em Movimento** contem intervenções em diversas áreas: i) construção de um novo edifício e remodelação da área de entrada principal da Tapada, para melhorar as condições de acessibilidade física, incluindo instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada; ii) Desenvolvimento de uma aplicação multimédia para apresentação de informação interativa aos visitantes. Esta aplicação, que será simples e intuitiva, incluirá conteúdos e interfaces preparadas para utilização por pessoas cegas ou com baixa visão e por pessoas surdas; iii) Estabelecimento de novas soluções para visitas mais inclusivas e qualificação do pessoal da TNM para melhorar o atendimento a pessoas com necessidades especiais.

3º- Em Dezembro de 2018 foi ainda submetida a candidatura **Tapada+** no montante de 317.000,0€ que contempla grosso modo a requalificação dos seguintes edifícios: Museu dos Coches, Tojeira, Pavilhão Multiusos.

Candidaturas submetida ao PDR 2020

- No final do ano foram realizados os trabalhos preparatórios para apresentação de nova candidatura, desta feita, à operação: 8.1.5 - **Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas**, que permitirá, em caso de aprovação, a substituição do grosso dos povoamentos de eucalipto por pinheiro manso e medronheiro (cerca de 30ha) e a beneficiação de parte importante do pinhal da Chanquinha (cerca de 15ha).

- Foi submetida e aprovada a candidatura PDR220-815-019522. Pretende-se com a execução das intervenções propostas, cumprir com as orientações emanadas no Plano de Gestão Florestal da Tapada Nacional de Mafra anterior, nomeadamente no que se refere à conservação e promoção da biodiversidade, mas também na recuperação de áreas afetadas pelos incêndios florestais, com a reflorestação de duas áreas de Eucaliptal com espécies autóctones e com a promoção de uma área de floresta mista de Pinhal Bravo e Quercíneas.



Alf
f
amc



O concurso foi lançado mas nenhuma das sete entidades convidadas apresentou uma proposta de execução, uns justificaram a não apresentação de propostas.

Requalificação da floresta e sua resiliência face a fogos florestais

➤ **Gestão DFCI**

Em 2018 foram intervencionados, 40 ha de faixas de gestão de combustível e 47 ha de mosaicos de gestão de combustível por via moto-manual e mecânica. As intervenções procuram fomentar descontinuidades horizontais de combustível, sobretudo na área norte da TNM, pontos altos e seus acessos, de forma a facilitar um potencial combate a incêndios florestais.

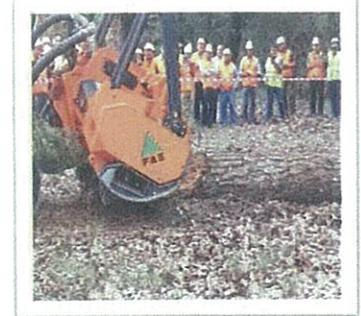


➤ **Requalificação da rede de caminhos secundários:**

Com o objetivo de garantir a circulação dos veículos da Tapada e, se necessário, meios terrestres de combate a incêndio florestais, foram requalificados 9,7 km da rede viária florestal. As intervenções centraram-se no garante da correta escorrência das águas pluviais e sua compatibilização com as plataformas dos caminhos intervencionados. Estas passaram pelo avivamento ou desobstrução de valetas e passagens hidráulicas existentes, as quais dão continuidades às realizadas em 2017 ano em que se requalificaram cerca de 40 km (2/3 dos existentes na TNM), representando a maior rede de caminhos requalificados em todo o concelho de Maфра.



Igual intervenção se prevê realizar em 2019, a requalificação do piso com a deposição de inertes, regularização do perfil do caminho para favorecer a escorrência natural da água, avivamento de valetas ou sua construção, limpeza de passagens hidráulicas (manilhas e pontões).



➤ **Abate de árvores**

A Protecção dos povoamentos da TNM, resulta de vários fatores, sendo um dos mais relevantes a mitigação de riscos fitossanitários. Em virtude, de tempestades de vento e a vulnerabilidade de alguns espécimes ao stress hídrico, experimentado durante o período estival, verificou-se a queda de árvores ou a sua senescência, sendo necessária a sua eliminação ou processamento dos sobrantes de forma a garantir o não surgimento de pragas ou doenças e, complementarmente, a segurança dos visitantes. É um trabalho decorreu periodicamente ao longo do ano e em a toda a área de povoamentos na TNM.

➤ **Recuperação do coberto arbóreo**

Fora realizadas retanchas na zona do Vale D'Uge e nos talhões que se localizam por detrás da receção com a colaboração da Associação Plantar uma Árvore. Foram desta forma iniciada a recuperação de mais um talhão de carácter florestal.



➤ **Vigilância e primeira intervenção**

A sensibilização, a vigilância, a prevenção e a 1.ª intervenção são objetivos da ação da equipa de sapadores (ESF) e fundamentais na diminuição do número de ocorrências e área ardida. A equipa de



10162/1
5

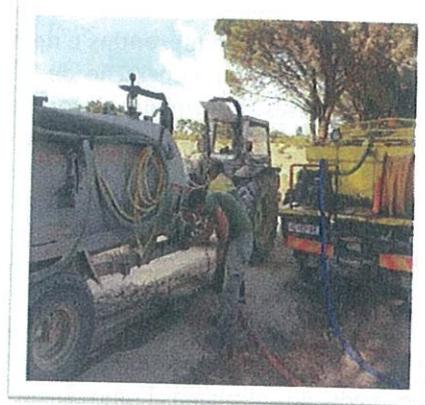
sapadores da Tapada (referência SF01/171), está equipada com veículo 4x4, com tanque de 400L e equipamento de supressão hidráulico com potência de 5Hp, para além, das indispensáveis ferramentas de sapador e equipamentos de proteção individual.

No contrato estabelecido com o estado português parte do seu tempo de serviço deverá ter caráter público (afeto a áreas identificadas pelo ICNF). Durante o mês de Fevereiro, elementos da ESF da TNM estiveram em Sintra a realizar operações de silvicultura preventiva em faixas e mosaicos de gestão de combustíveis.

Quanto às ações de deteção e supressão de incêndios decorreram durante um período de 60 dias, correspondente aqueles em que o nível de prontidão era amarelo ou superior, tendo sido efetuadas duas ações de primeira intervenção fora do perímetro da TNM.

➤ **Reparação de veículos**

À semelhança, do que sucede, com os equipamentos motomanuais, também os equipamentos mecânicos, são sujeitos a grande desgaste. Nesse sentido foram promovidas ações de reparação e manutenção tanto do trator e do seu corta matos, para além das viaturas 4x4 de apoio à gestão florestal e o Unimog, até então inoperacional.



➤ **Revisão do Plano de Gestão Florestal**

Em conformidade com a lei (que estipula a necessidade de revisão de um PGF a cada 5 anos), em Agosto, foram iniciados os primeiros levantamentos de campo para realização da atualização do PGF da TNM. Trabalho concluído em meados de Novembro. O documento produzido pelo técnico florestal da TNM foi submetido a apreciação da Presidente, tendo esta, após análise, considerado que deveria incluir informação em matéria de fogo controlado (também em fase de revisão pela Força Especial de Bombeiros), no intuito de conferir maior qualidade e atualidade do documento.

Melhoria do sistema de comunicações e Vigilância Florestal

Iniciaram-se contactos com as operadoras de telecomunicações no sentido de melhorar as de comunicação da rede móvel e de internet conferindo melhores condições de funcionamento à Tapada e seus visitantes, tendo a Vodafone mostrado interesse em conceber o projeto de Comunicações e Vigilância Florestal denominado: **Small Cell Village da Tapada Nacional de Mafra -Projeto de Radio Outdoor**, a executar em três fases:

1ª- Conceção e financiamento do projeto (desenvolvida no 3º trimestre de 2018);

2ª- Execução (1º trimestre de 2019).

A área a intervencionar é de cerca de 3 Km, dividida em 3 sectores: Alto da Tojeira e Museu, escritórios do Codeçal, e recepção (os 24 fibras óticas será parte via subterrâneo e outra seguirá por via aérea, em postes de madeira já existentes).

Com a instalação de um Omnidex com poste metálico com uma altura de 8mts e antena de cobertura a colocar no ponto mais alto da Tojeira (com a tecnologias L8+U9/G9), com a instalação junto ao Museu de um Banco Amop (com uma RRU 12 B20 GSM/UMTS 900 RRU 2217 B8 LTE 800) e na base deste a colocação de uma Banda Base-Armário (com a tecnologia L8+U9/G9), a sua ligação com os escritórios no Celebredo e com a receção assegurarão a qualidade das comunicações de rede móvel e internet.

Este investimento contempla uma outra vertente, a Vigilância Florestal. Com a incorporação no omnidex de uma camara de alta resolução com um angulo de 360º, com possibilidade de captar e transmitir imagens em tempo real e fazer a ligação aos respetivos computadores, todos os





colaboradores poderão colaborar na vigilância ativa do espaço florestal da Tapada e dos terrenos envolventes. A deteção precoce de ignições será mais efetiva.



Requalificar o património edificado e infraestruturas

Em 2017 foram iniciados trabalhos de recuperação de construções, infraestruturas e da componente natural. Em 2018 foi dada continuidade a esse trabalho. As intervenções foram pensadas de forma integrada e global.

➤ Parque de merendas e de estacionamento

O projeto de recuperação da zona da receção foi dividido em duas fases. A primeira decorreu em 2017 com intervenções na rede de saneamento básico e do pavimento do parque de merendas, a segunda em 2018 com a requalificação da vedação do parque de estacionamento e de merendas, dois espaços que pela sua função constituem a entrada principal da Tapada e de maior afluência e circulação de visitantes. A vedação existente sofreu um processo natural de degradação dos elementos apresentava-se deteriorada e permitia o acesso indevido ao interior, por esse motivo procedeu-se à colocação de uma nova vedação, alinhada, homogénea, com uma altura de 2 m, obra que conferiu qualidade visual e segurança ao espaço.



➤ Salão Multiusos



As intervenções foram faseadas: A primeira iniciada em 2018, na ótica da eficiência energética: procedeu-se à substituição dos holofotes por lâmpadas Leeds. Igualmente o exterior do edifício foi intervencionado (removida a tinta, picadas e preenchida as fissuras e preparada a parede para receber a tinta). Atualmente acolhe as atividades de educação ambiental inseridas no programa Escolar e Seniores sempre que as condições atmosféricas impedem a sua realização no exterior.



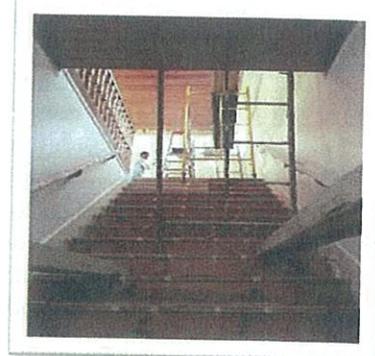
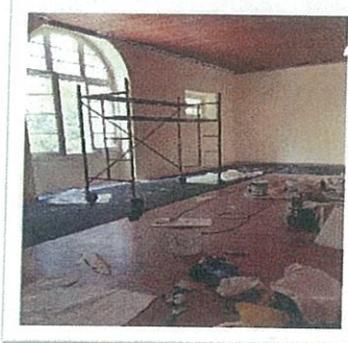


1017/



Com potencial para acolher eventos e, no intuito de dotar a Tapada de locais com capacidade para acolher grupos durante o inverno (e desta forma inverter a sazonalidade da atividade), as intervenções a realizar foram inserido na candidatura ao Turismo de Portugal submetida em dezembro de 2018 (cobertura, caixilharia e climatização).

➤ **Salão D. Carlos**



As intervenções nesta sala foram divididas em duas fases: A primeira decorreu em 2018, procedeu-se a uma profunda intervenção (reboco de uma parede, tapar fissuras, colocação de rodapé, pintura de paredes e janelas, afagado o chão e escada, reparação e pintura da janela, substituição de ripas de madeira e aplicada protetor ecológico de elevada durabilidade). No seu exterior, na parte frontal e metade das duas laterais, procedeu-se à remoção de tinta solta, picagem de fissuras e preparação da parede para recebe a tinta.

Este espaço recuperou a dignidade que lhe era devida, por esse motivo acolheu, em 25 outubro de 2018, uma reunião de Conselho de Ministros.

Para acolher reuniões e eventos empresariais será necessário dotar o espaço de videoprojector, tela e sistema de som.

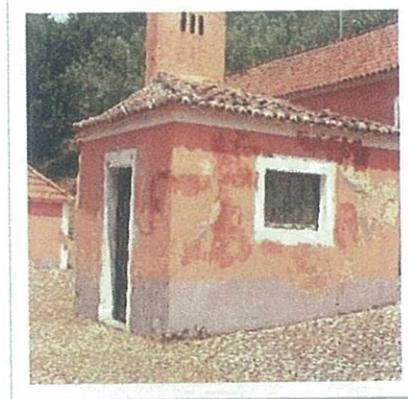


D/10X
emf
/



➤ **Forno do Limoeiro**

Em 2018 procedeu-se à sua requalificação exterior (raspagem da tinta, reparação de fissuras e barramento total para nivelamento da superfície). A segunda fase da intervenção, passará pela requalificação da porta e janela, substituição do telhado e requalificação do seu interior.



➤ **Wc's sociais do Limoeiro**

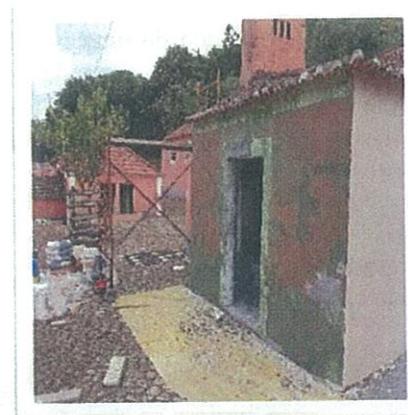
Em 2018 foram colocadas portas exteriores, em substituição das existentes o que confere ao visitante maior qualidade no seu uso e privacidade, além de melhoria da imagem do local.

Em 2019 ou 2020 irá proceder-se à requalificação das paredes exteriores à semelhança das intervenções realizadas nas paredes confinantes.

➤ **Salão Nobre e Wc's anexo**

A requalificação deste espaço foi dividida em três fases: a primeira teve início em 2017 com a reparação da cobertura de forma a impedir a entrada de água que escorria até ao quadro elétrico.

A segunda em 2018 com a requalificação exterior do edifício, foi removida a tinta solta, picadas as zonas salitrosas e fissuras, rebocadas as mesmas, reparados os aros de metal das portadas (que possibilitavam a queda das mesmas) e pintura das portadas exteriores. Nos WC's anexos alterou-se o sistema de iluminação mediante a colocação de quinze sensores de movimento que permitiram a diminuição do consumo de eletricidade.



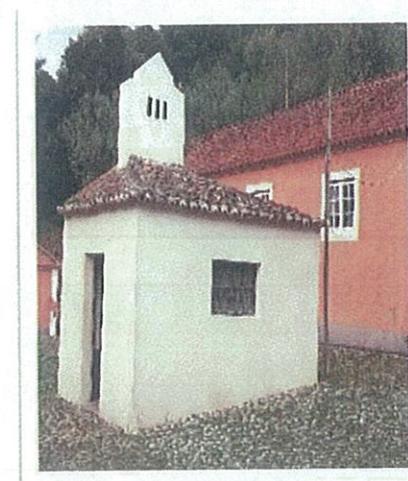
Numa terceira fase deverá ser revisto o sistema de aquecimento, instalada de caleira para captação das águas pluviais e pintura da fachada exterior.

Para dotar o espaço de condições para acolher reuniões e eventos (particulares e empresariais) será ainda necessário proceder à aquisição de mobiliário e material de decoração.

➤ **Sala de Bilhar, Wc's e Mesa nine**

Em 2018 procedeu-se à reparação da porta de acesso, portada exterior, pintura e fixação dos aros de metal. Em 2019 está prevista, a requalificação da mesa nine, reparação da cobertura para eliminar a infiltração de água pluviais junto à porta de acesso, substituição de ripas podres do chão, seu afagamento e proteção com cobertura não poluente e de alta resistência.

Estas intervenções visam dotar o espaço de condições para acolher eventos.





2018
K dm

➤ Casa de Campo

Este edifício carece de uma profunda intervenção. O seu mau estado de conservação e a ausência de mobiliário adequado impedem a sua utilização do espaço com a função que atualmente lhe é atribuída, Alojamento Local. A primeira fase de intervenções teve início em 2018 com o corte de árvores de grande porte existentes na área envolvente e em perigo de queda sobre o edifício. No edifício a intervenção foi dividida em duas fases: na primeira procedeu-se a uma profunda requalificação de todo o beiral e parte da cobertura para eliminar as grandes infiltrações que tornavam a casa inabitável. No interior foi afagado o chão de três quartos e do corredor, redecorado um quarto (adquirida uma cama, colchão e sofá para eventual utilização dos atores do elenco do filme “Fátima”).

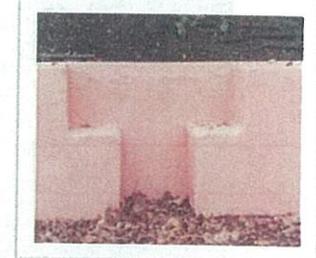
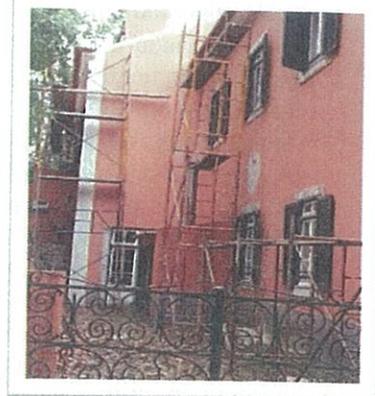
A segunda fase será dada continuidade à requalificação do primeiro andar do edifício: arranjo das janelas de sacada e portadas em madeira, substituir o rodapé da copa e sala de estar, requalificar janelas (pintura e substituição e vidraças partidas), adquirir mobiliário e colchões, roupa de cama e atalhados e pintura interior e dotar o edifício de cobertura de rede (móvel e internet).

➤ Jardim do Celebredo

Iniciada em 2018 toda a vedação do jardim do Celebredo foi requalificada, foi reforçada rede de vedação substituídos troços que se encontravam em mau estado de conservação, de forma a impedir o acesso de animais (em particular de javalis que removem toda e qualquer plantação), existiu uma alteração da localização do portão traseiro de acesso, adquirido um baloiço para proporcionar qualidade às atividades pedagógicas nele desenvolvidas, requalificado o portão principal de acesso ao jardim (partido e com ferrugem), manteve-se o desenho original mas alterou-se a altura. Foi requalificado o piso junto à Casa de Campo mediante a colocação de areão e pedra “bago de arroz” permitindo a sua utilização em eventos. Foi removida a porta de madeira podre de acesso ao depósito e colocada uma porta nova que conferiu dignidade ao local. Para a manutenção do jardim foi implementada uma política de responsabilidade social das empresas que procederam à sua limpeza e requalificação dos lagos.

Em 2019 deverá ser dada continuidade ao modelo de manutenção do jardim, eliminado o problema de escoamento águas pluviais oriundas do exterior mediante a colocação de uma caixa de escoamento, sendo coberta com metal para impedir o acesso de animais sempre que o portão fique aberto. Após avaliação das condições de utilização para atividades de educação ambiental detetou-se ser insuficiente o mobiliário exterior sendo necessária a sua aquisição.

- Plantação de canteiros- com o objetivo de renovar os canteiros do jardim, serão realizados trabalhos de preparação do solo e plantação de diversas espécies de plantas aromáticas, destinadas a atrair insetos para utilização do espaço em atividades de educação ambiental integradas no programa pedagógico.



Ch
X
V
W



➤ **Parque automóvel**

A Tapada continua a realizar investimentos no parque automóvel vem com vista à sua melhoria e recuperação no sentido de manter a sua operacionalidade.

Igualmente relevante será a aquisição e substituição de veículos, propriedade da Tapada, mediante a compra de novos: um carro elétrico (com capacidade para 14 pessoas) e um comboio turístico com três carruagens (com capacidade para 50 pessoas).

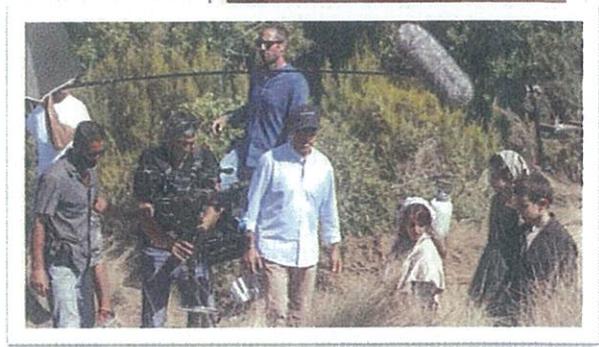


Três grandes eventos marcaram o ano de 2018

➤ **A gravação do filme “Fátima”**

A Tapada acolheu a maior produção estrangeira realizada em Portugal. Na sua grande maioria gravada no interior da Tapada, mais concretamente na Tojeira, aí se instalou o sett de produção e foi recriada a Cova da Iria. Os figurantes eram diariamente vestidos e maquilhados nos pavilhões multiusos e Nobre eram transportados de, e para, a Tojeira.

A preparação e a rotação do filme decorreu de agosto a outubro, em média se acolhiam-se, diariamente, cerca de 250 figurantes e 100 elementos da equipa técnica. A juntar a isso, toda a logística de preparação dos figurantes, abastecimento de refeições, segurança, transportes... movimentação que condicionou a atividade de visitação e o trabalho dos colaboradores da Tapada. Foi uma experiência marcante e com elevado potencial para promoção da Tapada.



➤ **Realização do Conselho de Ministros da Floresta.**



A Tapada voltou a acolher um evento diferenciado, a reunião de Conselho de Ministros.



Todos os colaboradores da Tapada se mobilizam para preparar o espaço e acolher o Sr. Primeiro Ministro e demais membros do Governo.

Um Conselho de Ministros marcado pela reforma da floresta, realizado numa Mata Nacional, com reformas estruturais em curso.

Honrou-nos a escolha simbólica da Tapada Nacional de Mafra, tendo interpretado essa escolha como de apoio ao trabalho executado e programado.



➤ **Continuidade do projeto de candidatura do Bem (Palácio, Jardim do Cerco, Tapada Militar e Nacional) à Icomos e visita do perito da à Tapada**

Em janeiro de 2017 o dossier para a inscrição do Palácio; Tapadas de Mafra e Tapada Militar e Jardim do Cerco à lista do Património Mundial para apreciação pela Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tendo sido posteriormente encaminhado para o Comité do Património Mundial de Paris.

Na sequência deste envio, foi designado um perito que se deslocou a Mafra para conhecer o Bem antes de emitir relatório preliminar, passeou largamente pela Tapada na sua visita oficial e, no seu dia livre escolheu a Tapada para passar grande parte do dia, almoçou no pavilhão de Caça visitou toda a Tapada.



Aguarda-se para o segundo trimestre de 2019 que o Bem, venha a integrado na lista da UNESCO.

Incrementar a prestação de serviços de turismo rural e educação ambiental

➤ **Programa de visitas guiadas:**

A divulgação do espaço passa pela conceção de programas sazonais, concebidos para famílias e amantes de atividades ao ar livre e programas concebidos para grupos (programa Pedagógico e Seniores).

O programa de atividades e visitas guiadas abrange todos os espaços abertos à visitação e integra propostas adaptadas às especificidades dos diversos segmentos de público: Escolas, Famílias, Seniores, Cidadãos mobilidade condicionada e Público em geral.

Para o público escolas e seniores foram elaborados programas específicos, onde a componente pedagógica e lúdica são uma constante.



Al
h
OM



➤ Política de mecenato ambiental

Apostou-se no fomento de participação dos cidadãos em ações de voluntariado empresarial que simultaneamente contribuam para requalificação de espaços, para o conhecimento, disfrute e destaque do património natural, como geram vínculos emocionais com a Tapada.

As condições atmosféricas adversas (com chuva até julho) impediram-nos de tirar partido desta fonte de receitas, canceladas que foram as ações programadas, as receitas provenientes destes eventos acabaram por não se registar.



➤ Proteção do património natural

Foi realizada a monitorização da avifauna, das árvores classificadas, melhorada as condições de alimentação natural com criação de áreas de pastagem para os ungulados, realizadas ações de limpeza da cobertura arbustiva para que desponham pastos naturais (benéficos para todas as espécies animais); desenvolver duas ações anuais de monitorização das espécies cinegéticas e de correção de densidades; criaram-se condições de tranquilidade na



população de veados e gamos, particularmente no período de reprodução; introduziram-se exemplares de gamos do exterior para redução dos índices de consanguinidade; foi ministrado suplementos artificial de água e comida; mantidos os Bosques de sal; assegurada a qualidade sanitária das populações- realização e uma ação anual de desparasitação dos ungulados. Desenvolver duas ações de monitorização das espécies com estatuto de "Perigo" e "Vulnerável"- rapinas diurnas em áreas humanizadas- através da proteção dos locais de reprodução e da gestão das atividades humanas (exp. silvicultura, agricultura, cinegética, lazer) em redor dos mesmos durante o período reprodutor; o projeto focará a águia-perdigueira ou águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*), um a espécie de conservação prioritária na Europa, e o açor (*Accipiter gentilis*), pois são as espécies com territórios mais vastos e com estatuto de conservação mais desfavorável.



➤ Gestão interna

Foram lançados procedimentos para a contratação de 8 colaboradores: 2 para a área administrativa e financeira, 3 para a área da receção, 1 motorista e 2 sapadores florestais.



Recursos humanos:

A 31 de Dezembro de 2018, a estrutura de recursos humanos da TNM é constituída por 17 colaboradores, sendo: 1 de nomeação, 13 permanentes, 3 com vínculo a termo (8 mulheres e 9 homens), distribuídos do seguinte modo:



- 020/
CPA G

Estrutura:

Presidente	1
Área Administrativa e Financeira	2
Técnicos licenciados/Visitação	2
Administrativos	1
Operador de receção	2
Serviço de Limpeza	1
Sapadores	5
Motoristas	2
Guarda Recursos Florestais	1
Comunicação e informação	0

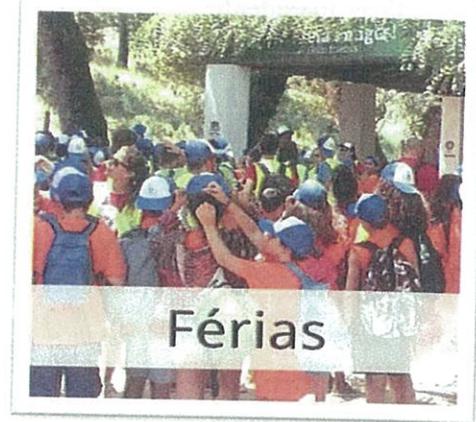


13

➤ **Formação dos colaboradores:**

Em 2018 foi ministrada formação aos colaboradores, na sua grande maioria, na área da higiene, e segurança no trabalho, controlo de gestão, operação de extinção de incêndios florestais, conduzir e operar com o tratores em segurança.

- **Divulgação comercial** - Investimento na atualizar da respetiva base de dados e alargar a rede de distribuição de informação;
- **Promoção Comercial** – Participação na Feira de Turismo de Lisboa BTL



➤ **Parcerias institucionais**

- Caixa Geral de Depósitos - Protocolo de compensação e carbono com contrapartida financeira anual para a Tapada, o qual terá o seu termo de 2019.

- Fundação Vieira de Almeida, sociedade de advogados;

- Pavilhão do Conhecimento na promoção do dia internacional das Florestas, dia 24 de Março, um percurso pedestre acompanhado por especialistas para avaliação de num território altamente fustigado por um incêndio em 2003 que consumiu aproximadamente 70% do coberto vegetal.



k *



- Associação Plantar uma Arvore- promove ações regulares de retanchar em talhões onde se removeu a plantação e eucaliptos.

- REN- Rede Elétrica Nacional, uma colaboração relevante ao nível da gestão de combustível numa área de 20 ha.

Aprovado em reunião de Direção de 13/3/2019
Ratificadas as alterações em reunião de Direção de 27/3/2019

Presidente:
Paula Cristina Simões *Paula Cristina Simões*

Vice- Presidente
Célia Batalha Fernandes *Célia Batalha Fernandes*

Tesoureiro
Rogério Rodrigues Rodrigues

Secretario
Vitor Manuel Palmilha *Vitor Manuel Palmilha*

Vogal
Nuno Boavida Canada *Nuno Boavida Canada*



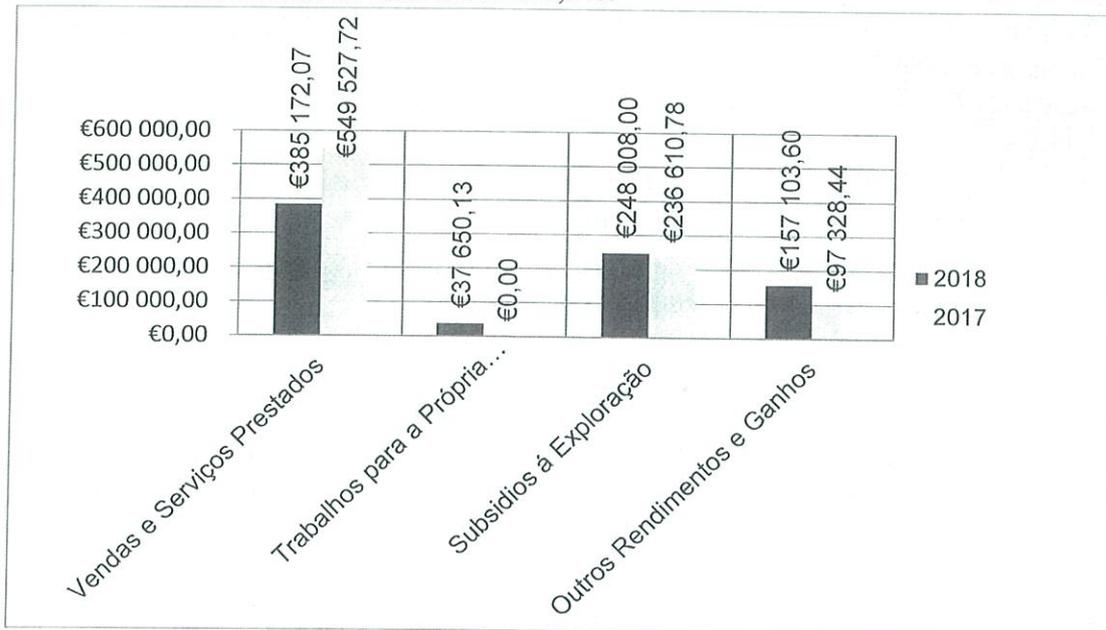
2- Relatório de Contas

2- Sumário Financeiro

A Tapada Nacional de Mafra apresenta um resultado líquido do período positivo de 311.677,41 €, e uma situação líquida positiva de 801.565,96 €.

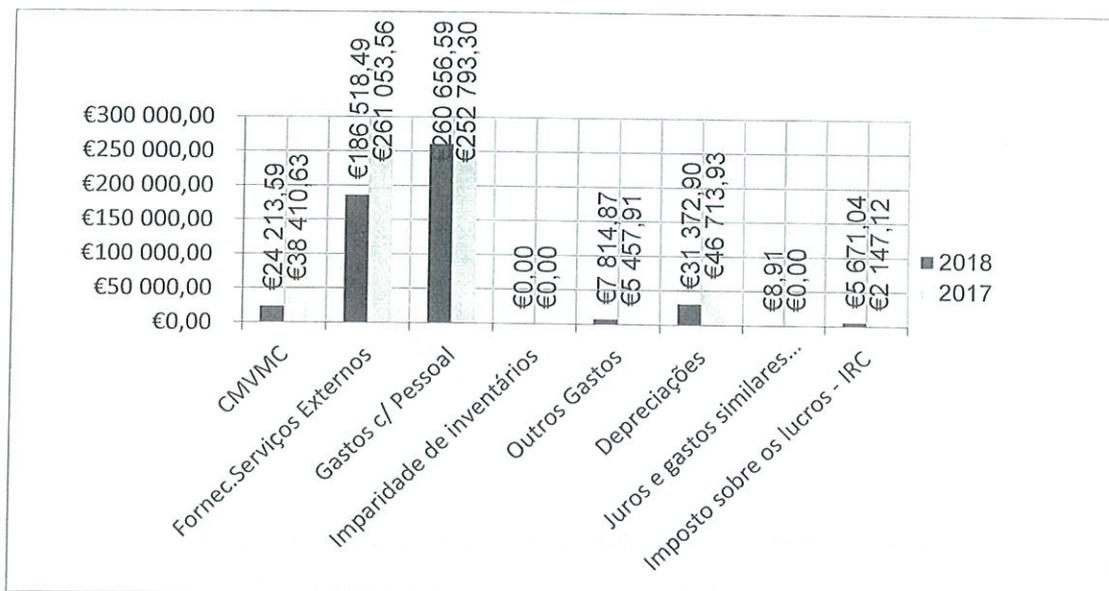
2.1 – Análise de Rendimentos

No período de 2018 os rendimentos foram 827.933,80€, menos 6,29 % do que no período de 2017, onde os rendimentos foram no valor de 883.466,94€:



2.2 – Análise de Gastos

Por sua vez, os gastos foram de 516.256,39 €, em 2018, menos 14,89 % do que no período de 2017, onde os gastos foram de 606.576,45 €, esta diminuição dos gastos está em linha com a diminuição dos rendimentos provenientes das visitas.



01/17
K. Amor



Nos anos de 2018 e 2017 trabalharam, em média, na Tapada Nacional de Mafra, 17 e 14 pessoas, respetivamente, repartidas da seguinte forma:

Nº de Trabalhadores	2018		2017	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos	3	1	4	1
Administrativos	4		3	
Guarda	1		1	
Limpeza	1		1	
Sapadores ⁽¹⁾	5		4	
Motoristas	2			
Total	17		14	

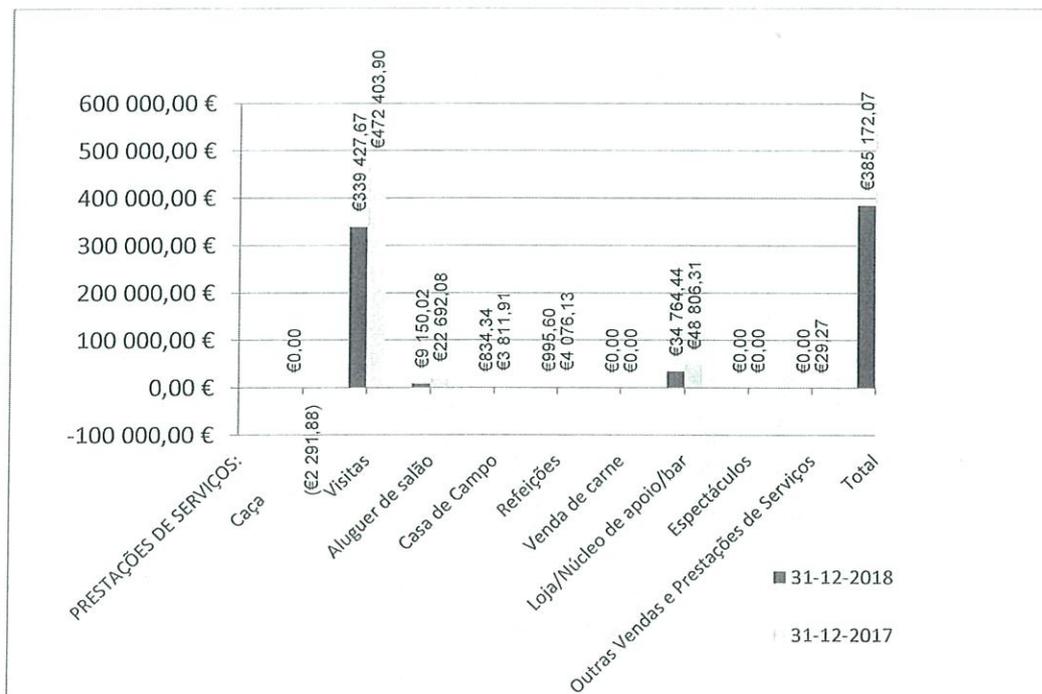
⁽¹⁾ Programa apoiado em 48.008,00 Euros.

A TNM dispõe ainda de um, conjunto de 36 prestadores de serviços, correspondendo 34 à área das visitas, 1 à contabilidade, e 1 a serviços jurídicos-advogado.

2.3 – Análise comparativa detalhada das vendas e Prestações de Serviços

Em 2018, as visitas, o aluguer do salão e o Núcleo de Apoio/Bar representam o maior peso do total das vendas e prestações de serviços, correspondendo a 99,52% do total das mesmas. Comparativamente com o ano anterior destaca-se uma diminuição nas rubricas da casa de campo (-78,11%) e das refeições (-75,57%).

O total de prestações de serviços em 2018 diminuiu (-29,91) % relativamente a 2017.



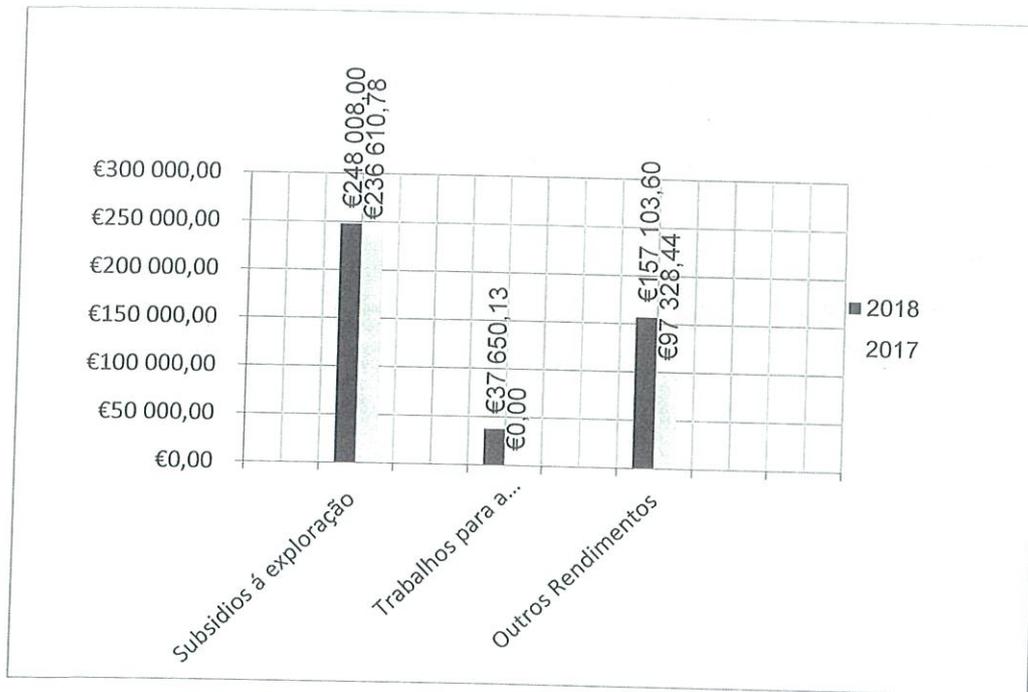
2.4 – Análise comparativa detalhada dos Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os Outros Rendimentos de 2018, no valor de 157.003,10€, aumentaram (+61,31%), face a 2017.



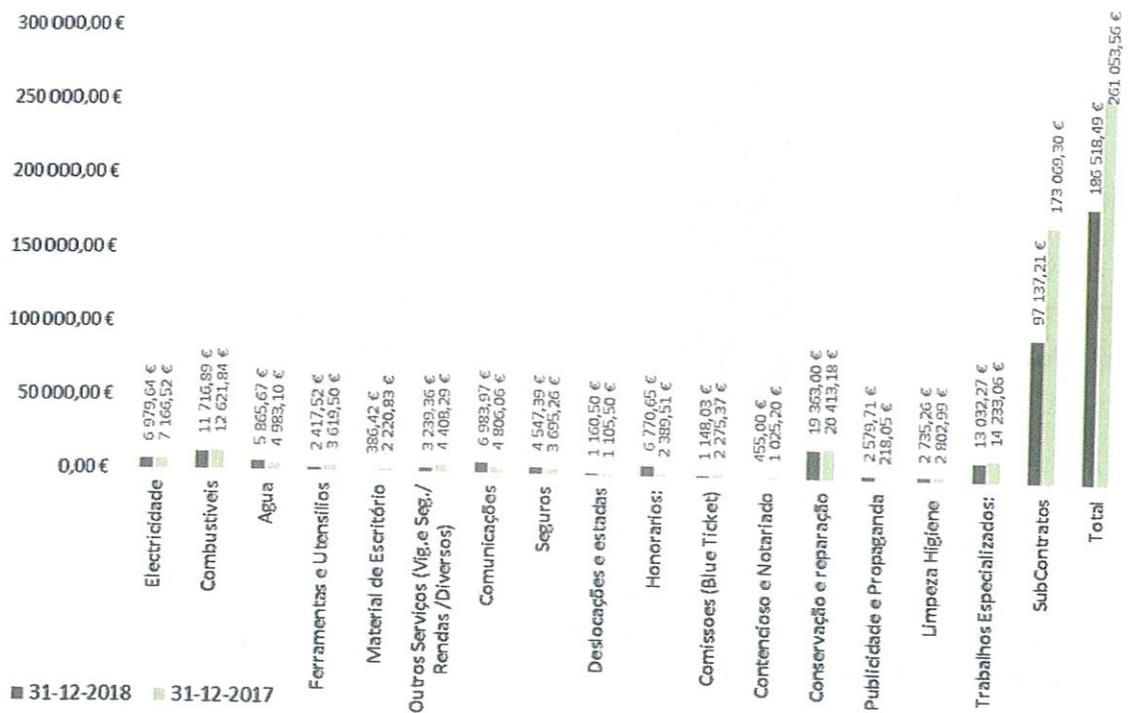
0224
17

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os Subsídios à Exploração de 2018, no valor de 248.008,00€, aumentaram 4,82%, face a 2017. Em 2018 está refletido o subsídio recebido do ICNF - OE 2018 no valor de 200.000,00€.



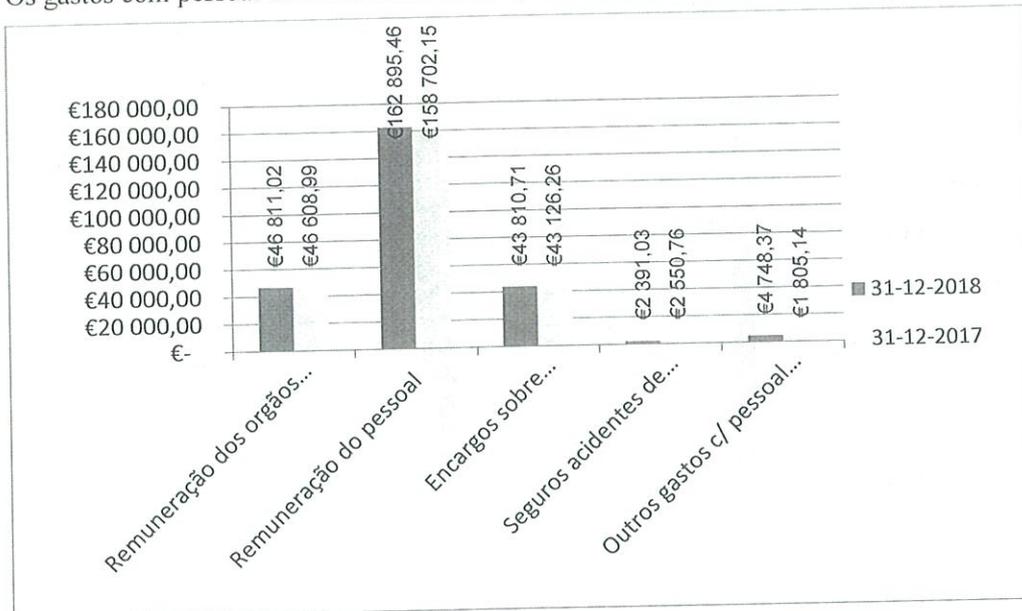
2.5 – Análise detalhada da Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos

Em relação ao ano anterior, em 2018 destaca-se uma diminuição generalizado dos gastos, menos 28,55% do que em 2017, acompanhando assim com a diminuição da receita com a visitação.



2.6 – Análise detalhada da Rubrica Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal em 2018 aumentaram (3,11%) relativamente ao ano anterior.



2.7 – Análise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

Os gastos em depreciações e amortizações em 2018 sofreram uma redução de 15.341,030 €, menos (-32,84%) do que em 2017.



2.8 – Balanço

A conta caixa a 31/12/2018 registou um saldo de 3.476,32 € e o valor de mercadorias em inventário ficou em 22.951,37€, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre, no montante de 16.784,36 €, e 6.167,01 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.



2.9 – Capitais Próprios

Em 2018 os capitais próprios sofreram um aumento de 291.340,41 € (+100,00%).

A conta de capital Social a 31 de Dezembro de 2018 tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Camara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Reg. da Agric. E Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

2.10 – Outras variações no capital próprio

A conta de subsídios regista um saldo de 41.980,24 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

2.11 – Passivo

No Passivo, o montante mais significativo resulta da conta de Fornecedores que comparativamente com 2017 tem um aumento com base no aumento de fornecimentos em 2018.

2.12 – Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rácios Económicos e Financeiros	2018	2017
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	7,50	6,42
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	0,88	0,87

Handwritten initials and marks in the top left corner.



2.13 – Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados do exercício de 2018, evidencia um resultado líquido do período positivo de 311.677,41 €, quando em igual período do ano de 2017 foi de 276.890,49€.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2018	2017	Δ
Ganhos Operacionais	633.180,07 €	786.138,50 €	-19,46%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	348.721,35 €	325.751,54 €	7,05%
Margem EBITDA	55,07%	41,44%	32,91%

2.14 – Proposta de aplicação de resultados

Face aos resultados positivos de 311.677,41 €, a Direção propõe:

- Transferir o valor de 62.335,48 € para a conta de reservas legais nos termos do art.º 39º dos Estatutos;
- Transferir o valor de 15.583,87 € para a conta de reservas de educação nos termos do art.º 40º n.º. 2 dos Estatutos;
- Transferir o valor de 233.758,06 € para a conta de reservas livres.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

2.15 – Demonstrações Financeiras e Anexos às demonstrações financeiras

Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada, consequentemente equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, pugna por cumprir um conjunto de disposições legais, associados à gestão administrativa e financeira/ orçamental, designadamente e entre outras, com as necessárias adaptações:

- Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;
- Lei de enquadramento orçamental – Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
- Lei dos Compromissos – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012. De 21 de junho de 2012;
- Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;
- Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.



Balanço individual em 31 de dezembro de 2018

Moeda: EUR

021
R A
21

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	4	166 602,98	103 459,91
Activos intangíveis	5	7 394,00	14 788,00
Investimentos financeiros	9.1	1 166,48	767,34
		175 163,46	119 015,25
Activo corrente:			
Inventários	6	22 951,37	18 318,82
Clientes	9.2	34 555,38	59 531,32
Estado e outros entes públicos	9.3	7 550,74	6 772,45
Outros créditos a receber	9.4	282 003,07	51 576,42
Diferimentos	9.5	2 876,94	961,07
Caixa e depósitos bancários	9.6	383 282,67	333 557,45
		733 220,17	470 717,53
Total do activo		908 383,63	589 732,78
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	9.7	80 000,00	80 000,00
Reservas legais	9.7	133 945,64	78 567,55
Outras reservas	9.7	233 962,67	52 797,93
Resultados transitados	9.7		-40 347,66
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	9.7/8	41 980,24	62 317,24
Resultado líquido do período	9.7	311 677,41	276 890,49
Total do capital próprio		801 565,96	510 225,55
Passivo:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.8	26 821,95	19 092,15
Estado e outros entes públicos	9.3	17 414,22	20 082,93
Outros passivos correntes	9.9	61 395,35	40 332,15
Diferimentos		1 186,15	
		106 817,67	79 507,23
Total do passivo		106 817,67	79 507,23
Total do capital próprio e do passivo		908 383,63	589 732,78

O Contabilista Certificado:

A Direção,:

Handwritten signatures and logos at the top left of the page.

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

Demonstração individual dos resultados por naturezas
 Período findo em 31 de dezembro de 2018

Moeda: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	7.1	385 172,07	549 527,72
Subsídios à exploração	7.2/8	248 008,00	236 610,78
Trabalhos para a própria entidade	7.3	37 650,13	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7.4	-24 213,59	-38 410,63
Fornecimentos e serviços externos	7.5	-186 518,49	-261 053,56
Gastos com pessoal	7.6	-260 656,59	-252 793,30
Outros rendimentos	7.7	157 103,60	97 328,44
Outros gastos	7.8	-7 823,78	-5 457,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		348 721,35	325 751,54
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	7.9	-31 372,90	-46 713,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		317 348,45	279 037,61
Resultado antes de impostos		317 348,45	279 037,61
Imposto sobre o rendimento do período	7.10	-5 671,04	-2 147,12
Resultado líquido do período		311 677,41	276 890,49

O Contabilista Certificado:

A Direção,:



025/

23

TAPADA NACIONAL DE MAFRA – CIPRL

Demonstração individual de fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2018

Moeda: EUR

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de clientes	11 (1)	573.219,95	601.042,25
Pagamentos a fornecedores	11 (2)	-229.053,35	-295.362,19
Pagamentos ao pessoal	11 (3)	-240.294,90	-184.104,06
Caixa gerada pelas operações		103.871,70	121.576,00
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	11 (4)	-2.458,66	540,04
Outros recebimentos/pagamentos	11 (5)	-26.106,57	131.938,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		75.306,47	254.054,56
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis		-25.581,25	-967,00
Investimentos financeiros			-212,63
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Investimentos financeiros			41,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-25.581,25	-1.138,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		49.725,22	252.916,02
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.6	333.557,45	80.641,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.6	383.282,67	333.557,45

O Contabilista Certificado:

A Direção,:

Handwritten initials and a logo of the Tapada Nacional de Mafra.

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Período findo em 31 de Dezembro 2018

MOVIMENTOS E SALDOS	NOTAS	Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2017		80 000,00	-	78 567,55	52 797,93	-	82 654,27	-39 071,82	349 248,36
Resultado Líquido do Período								276 890,46	276 890,46
Resultado Integral									
Outras alterações reconhecidas no CP									
Operações c/detentores de capital próprio:									
Distribuições						-40 347,66	-20 337,03	39 071,82	
Saldos em 31.12.2017		80 000,00	-	78 567,55	52 797,93	-40 347,66	62 317,24	276 890,46	510 225,52
Resultado Líquido do Período				55 378,09	181 164,74	40 347,66		311 677,41	
Resultado Integral									
Operações c/detentores de capital próprio:									
Distribuições							-20 337,00	-276 890,46	
Saldos em 31.12.2018		80 000,00	-	133 945,64	233 962,67	-	41 980,24	311 677,41	801 565,96

O Contabilista Certificado:

A Direção:

Portão do Codeçal -2640-602 Mafra
NIPC: 504295071

Telefone: 261 814 240
Email: geral@tapadademafra.pt



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 Nota introdutória

A TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, foi constituída em 2 de Setembro de 1998, tem a sua sede em Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra, Concelho de Mafra e tem como atividade principal a prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como a atividades relacionadas com a caça, parques de diversão e temáticas, com o número único de pessoa coletiva 504 295 071.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, que veio substituir o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (“NCRF-PE”) e normas interpretativas (“NI”) aplicáveis ao período findo em 31 de Dezembro de 2018.

Não houve interrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada. As demonstrações financeiras de 2018 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem impactos quer seja no balanço e na demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) *Regime do acréscimo*

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos activos e passivos não correntes*

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Handwritten initials and a logo of the Portuguese Republic.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, para todos os outros saldos e transacções

b) Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



c) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas do ponto 4 abaixo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 5 a 20 anos
- Equipamento básico	- 4 a 8 anos
- Equipamento de transporte	- 4 anos
- Equipamento administrativo	- 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, o valor destes ativos no balanço da entidade a 31 de Dezembro de 2018 ascendia a 46.335,97 €.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

		31 de Dezembro de 2018					
		Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-18
Custo:							
	Terrenos e recursos naturais	12.348	37.735				50.083
	Edifícios e outras construções	1.492.322					1.492.322
	Equipamento básico	104.089	3.051				107.140
	Equipamento de transporte	262.482					262.482
	Equipamento administrativo	60.595					60.595
	Outros activos fixos tangíveis	23.030					23.030
	Ativos de investimento	-					-
		1.954.865	40.786	-	-	-	1.995.651
Depreciações acumuladas							
	Terrenos e recursos naturais	1.725	1.506				3.231
	Edifícios e outras construções	1.410.344	17.401				1.427.745
	Equipamento básico	97.967	1.837				99.804
	Equipamento de transporte	259.119	2.878				261.997
	Equipamento administrativo	60.137	50				60.188
	Outros activos fixos tangíveis	22.113	306				22.418
		1.851.405	23.978	-	-	-	1.875.383
Valores líquidos:		103.460					120.268
		31 de Dezembro de 2017					
		Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-17
Custo:							
	Terrenos e recursos naturais	13 209				-861	12 348
	Edifícios e outras construções	1 490 164				2 157	1 492 322
	Equipamento básico	104 629				-540	104 089
	Equipamento de transporte	262 589				-108	262 482
	Equipamento administrativo	59 649	967			-20	60 595
	Outros activos fixos tangíveis	23 080				-49	23 030
	Ativos de investimento	579				-579	-
		1 953 898	967	-	-	-	1 954 865
Depreciações acumuladas							
	Terrenos e recursos naturais					1 725	1 725
	Edifícios e outras construções	1 426 722	19 126			-35 503	1 410 344
	Equipamento básico	73 100	5 727			19 140	97 967
	Equipamento de transporte	256 994	2 878			-754	259 119
	Equipamento administrativo	41 998	257			17 882	60 137
	Outros activos fixos tangíveis	18 302	5 025			-1 214	22 113
		1 817 115	33 014	-		1 276	1 851 405
Valores líquidos:		136 783					103 460



128
A

5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	
Custo:						
Outras activos intangíveis	55 884	-	-	-	-	55 884
	<u>55 884</u>					<u>55 884</u>
Amortizações acumuladas						
Outras activos intangíveis	41 096	7 394	-	-	-	48 490
	<u>41 096</u>	<u>7 394</u>				<u>48 490</u>
Valores líquidos:	<u>14 788</u>					<u>7 394</u>

	31 de Dezembro de 2017					Saldo em 31-Dez-17
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	
Custo:						
Outras activos intangíveis	55.884	-	-	-	-	55.884
	<u>55.884</u>					<u>55.884</u>
Amortizações acumuladas						
Outras activos intangíveis	27.396	13.700	-	-	-	41.096
	<u>27.396</u>	<u>13.700</u>				<u>41.096</u>
Valores líquidos:	<u>28.488</u>					<u>14.788</u>

6 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

O valor dos inventários reflecte a regularização de 2 (dois) serviços de café da Vista Alegre (Cópias do serviço do Rei D. Carlos detidas para venda), que após contagem física dos

Handwritten initials and a logo of the Portuguese Republic.

referidos serviços se verificou que a quantidade de serviços existente não é de 9 (nove) unidades, mas sim de 7 (sete) unidades.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
Mercadorias	22 951	18 319
	<u>22 951</u>	<u>18 319</u>
Perdas por imparidade de inventários		
	<u>22 951</u>	<u>18 319</u>

7 Rendimentos e gastos

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

7.1 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-dez-18			31-dez-17		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de produtos acabados	34 764		34 764	48 806		48 806
Prestações de serviços	350 408		350 408	500 721		500 721
	<u>385 172</u>	-	<u>385 172</u>	<u>549 528</u>	-	<u>549 528</u>

7.2 Subsídios à exploração

Os subsídios relacionados com rendimentos à exploração, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração		
IEFP	-	1 258
SAPADORES	48 008	35 333
MAFDR / ICNF - OE 2017	200 000	200 000
IFAP	-	20
	<u>248 008</u>	<u>236 611</u>

7.3 Trabalhos para a própria entidade



020/1
31

Os trabalhos realizados para a própria entidade, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Trabalhos para a própria entidade		
Em ativos		
Conservação Florestal	37 650	-
	<u>37 650</u>	<u>-</u>

7.4 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é detalhado como segue:

	31-dez-18			31-dez-17		
	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Mat. primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Saldo em 1 de Janeiro	18 319		18 319	23 081		23 081
Compras	29 477	31	29 508	33 324	656	33 980
Regularizações	-662		-662	-331		-331
Custo do exercício	<u>24 214</u>		<u>24 214</u>	<u>37 755</u>	<u>656</u>	<u>38 411</u>
Saldo em 31 de Dezembro	22 920	31	22 951	18 319	-	18 319

7.5 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31-dez-18	31-dez-17
Subcontratos	97 137	173 069
Serviços especializados	43 419	40 195
Materiais	2 804	5 840
Energia e fluidos	24 562	24 771
Deslocações, estadas e transportes	335	1 106
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	182	101
Comunicação	6 984	4 806
Seguros	4 547	3 695
Contencioso e notariado	455	1 025
Limpeza, higiene e conforto	2 735	2 803
Outros serviços	3 359	3 641
	<u>186 518</u>	<u>261 054</u>

7.6 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	31-dez-18	31-dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	46 811	46 609
Remunerações do pessoal	162 895	158 702
Encargos sobre remunerações	43 811	43 126
Seguros	2 391	2 551
Outros gastos com o pessoal	<u>4 748</u>	<u>1 805</u>
	<u>260 657</u>	<u>252 793</u>



7.7 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Rendimentos suplementares	114 960	53 023
Descontos de pronto pagamento obtidos	54	1
Rendimentos em investimentos não financeiros	3 360	2 240
Outros rendimentos	38 730	42 064
	<u>157 104</u>	<u>97 328</u>

7.8 Outros gastos

Os outros gastos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Impostos	985	626
Descontos de pronto pagamento concedidos	3	1
Gastos em investimentos não financeiros	9	91
Outros gastos	6 827	4 740
	<u>7 824</u>	<u>5 458</u>

7.9 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-18			31-dez-17		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	23 979	-	23 979	33 014	-	33 014
Activos intangíveis	7 394	-	7 394	13 700	-	13 700
	<u>31 373</u>	<u>-</u>	<u>31 373</u>	<u>46 714</u>	<u>-</u>	<u>46 714</u>

7.10 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, decompõe-se do seguinte modo:



	2018	2017
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	5 671	2 147
Imposto diferido		
	<u>5 671</u>	<u>2 147</u>

	2018		2017	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	317 348		279 038	
Diferenças fiscais definitivas	-243 436		-252 613	
Lucro tributável	<u>73 912</u>	-	<u>26 424</u>	-
Colecta	4 071		1 348	
Benefícios fiscais				
Derrama	1 109		396	
Tributações autónomas	<u>491</u>		<u>403</u>	
Imposto sobre o rendimento do período	<u>5 671</u>	-	<u>2 147</u>	-
Taxa média efectiva de imposto	<u>7,7%</u>		<u>8,1%</u>	

8 Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidade públicas, no período findo em 31 de Dezembro de 2018, reconhecidos no capital próprio foram como segue:

	31 de Dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-18	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-18
Subsídios:				
FSUE	45 558		-7 593	37 965
Fundo Florestal Permanente	5 212		-2 606	2 606
Qren	<u>11 547</u>		<u>-10 138</u>	<u>1 409</u>
	<u>62 317</u>	-	<u>-20 337</u>	<u>41 980</u>

9 Instrumentos financeiros

9.1 Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	668	-	269	-
CCAM	<u>499</u>		<u>499</u>	
	<u>1 166</u>	-	<u>767</u>	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>1 166</u>	-	<u>767</u>	-

9.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Handwritten initials and a logo of a tree.

	31-dez-18		31-12-2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente		34 555		59 531
Cientes títulos a receber				
Cientes de cobrança duvidosa				
	-	34 555	-	59 531
Perdas por imparidade acumuladas	-	34 555	-	59 531

9.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-18	31-dez-17
Activo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	7 551	6 399
Contribuições para a Segurança Social	-	373
	<u>7 551</u>	<u>6 772</u>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	5 671	2 147
Retenção de impostos sobre rendimentos	2 353	1 898
Imposto sobre o valor acrescentado	4 145	11 416
Contribuições para a Segurança Social	5 245	4 622
	<u>17 414</u>	<u>20 083</u>

9.4 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Devedores Por Acréscimo de Rendimentos		275 333		35 333
Outros créditos a receber		6 670		16 243
	-	282 003	-	51 576
Perdas por imparidade acumuladas	-	282 003	-	51 576

9.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-18	31-dez-17
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	1 679	961
Outros pagos antecipadamente	1 198	
	<u>2 877</u>	<u>961</u>
Passivo		
Outros rendimentos	1 186	-

9.6 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:



031
35

	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	3 476	1 698
Outros Depósitos	379 806	331 859
	<u>383 283</u>	<u>333 557</u>

9.7 Capital Próprio

Reconciliação da quantia escriturada no capital próprio no início e no fim do período:

	31 de Dezembro de 2018			Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aumentos	Reduções	
Capital próprio:				
Capital subscrito	80 000			80 000
Outros instrumentos de capital próprio	-			-
Reservas legais	78 568	55 378		133 946
Outras reservas	52 798	181 165		233 963
Resultados transitados	-40 348		40 348	-
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações no capital próprio	62 317		-20 337	41 980
Resultado líquido do período	<u>276 890</u>	<u>311 677</u>	<u>-276 890</u>	<u>311 677</u>
	<u>510 226</u>	<u>548 220</u>	<u>-256 879</u>	<u>801 566</u>

9.8 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-dez-18	31-dez-17
Fornecedores conta corrente	26 822	19 092
	<u>26 822</u>	<u>19 092</u>

9.9 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outros passivos correntes” tinha a seguinte composição:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	-	13 393	-	-
Credores por Acréscimos de Gastos	-	44 612	-	38 032
Pessoal	-	-	-	94
Outras contas a pagar	-	3 391	-	2 206
	-	<u>61 395</u>	-	<u>40 332</u>

10 Benefícios dos empregados

O número médio de empregados da Entidade no período de 2018 foi de 17 e no período de 2017 de 14.

Nº de Trabalhadores	2018		2017	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnico	3	1	4	1
Administrativos	4		3	
Guarda	1		1	
Limpeza	1		1	
Sapadores	5		4	
Motoristas	2		-	
	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>13</u>	<u>1</u>

OK



11 Notas á Demonstração de Fluxos de Caixa

NOTA 1 à Demonstração de Fluxos de Caixa		
Reconciliação da Rubrica de Recebimento de Clientes		
		31-dez-18
Conta	Saldo D / C	
211 - Clientes C/C - Movimentos do período	C	586.986,76 €
Notas de crédito (Que não movimentam Fluxos de caixa)	-	17.444,84 €
278210 - Rec. Palácio Nacional Mafra	C	318,03 €
787401 - Rendas recebidas da Vodafone	C	3.360,00 €
Valor final na Demonstração de Fluxos de Caixa		573.219,95 €

NOTA 2 à Demonstração de Fluxos de Caixa		
Reconciliação da Rubrica de Pagamento a Fomecedores		
		31-dez-18
Conta	Saldo D / C	
2211 - Fomecedores C/C - Movimentos do período	D	245.754,61 €
Notas de crédito (Que não movimentam Fluxos de caixa)	-	7.023,36 €
2211- Regularizações de saldos devedores C/ 2782	C	- 10.913,37 €
2782 - Pagamentos a Outros Credores (Não incluído em Fomecedores)	D	1.235,47 €
Valor final na Demonstração de Fluxos de Caixa		229.053,35 €

NOTA 3 à Demonstração de Fluxos de Caixa		
Reconciliação da Rubrica de Pagamentos ao Pessoal		
		31-dez-18
Conta	Saldo D / C	
2311 - Remunerações pagas aos Orgãos Sociais	D	28.407,20 €
2312 - Remunerações pagas ao Pessoal	D	126.782,66 €
2312 - Remunerações pagas ao Pessoal (Retificações)	C	- 388,98 €
238201 - Sindicato	D	404,42 €
2421 - Pag. de Retenção de IR Pessoal	D	24.249,38 €
2421 - Pag. de Retenção de IR Pessoal (Reembolsos)	C	- 558,86 €
245 - Pag. de Segurança Social	D	61.569,95 €
414101 - Reembolso FCT	C	- 170,87 €
Valor final na Demonstração de Fluxos de Caixa		240.294,90 €

NOTA 4 à Demonstração de Fluxos de Caixa		
Reconciliação da Rubrica de Pagamentos/Recebimentos de Imposto sobre o Rendimento		
		31-dez-18
Conta	Saldo D / C	
2411 - Pagamentos por Conta de IRC	D	750,00 €
2416 - Pagamento de Autoliquidação de IRC	D	239,48 €
241920 - Pagamento Especial por Conta de IRC	D	1.469,18 €
Valor final na Demonstração de Fluxos de Caixa		2.458,66 €



032
A/1
37

NOTA 5 à Demonstração de Fluxos de Caixa		
Outros Recebimentos/Pagamentos		
		31-dez-18
Recebimentos		
Conta	Saldo D/C	
27215 - Recebimento do INCF (Referente ao Subsídio dos Sapadores)	C	8.008,00 €
78223 - Desconto de Pronto Pag. Obtidos	C	46,28 €
Pagamentos		
2436 - Pagamentos de IVA	D	- 32.599,66 €
62211301 - Pagamento de Despesas Diversas	D	- 3,25 €
68124 - Pagamentos de IUC (Imposto Único de Circulação)	D	- 529,00 €
6813 - Pagamentos de Taxas (Outras)	D	- 306,00 €
6822 - Pagamentos Outros	D	- 0,37 €
688821 - Pagamento de Multas Fiscais	D	- 717,82 €
691811 - pagamento de Juros de Mora	D	- 4,75 €
Valor final na Demonstração de Fluxos de Caixa	-	26.106,57 €

12 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

O Contabilista Certificado:

A Direção:

Paula Cristina Simão
Célia Faria Duarte Brito Fernandes

Handwritten initials and a checkmark.



CERTIFICAÇÃO DE SALDOS DE DISPONIBILIDADES – CONTA IGCP

Certidão de Saldo

Page 1 of 1

Para imprimir clique [aqui](#)



Modelo nº 13

CERTIDÃO DE SALDOS

Certifica-se que o saldo contabilístico do IBAN PT50078101120112001470954 em nome de TAPADA NACIONAL DE MAFRA, à data de 31 de dezembro de 2018, era de 379.893,76 (trezentos e setenta e nove mil , oitocentos e noventa e três euros e setenta e seis centimos).

ACL/SGC, em 3 de janeiro de 2019.

Serviço de Gestão de Contas de Clientes

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Av. República, 57 - 6º 1050-189 Lisboa
Tel. 21 792 33 00 Fax 21 799 37 95
Pessoa Colectiva nº 503756237



033
39

MAPA DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Empresa: 21000636-TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL
Data: Dezembro/2018
Banco: IGCP
Conta Cont: 13201

Saldo Contabilidade:	379.806,35
Saldo Banco:	379.893,76

Pag. 1/1

1. Lançamentos na contabilidade ainda não movimentados no banco:

Data	Numero	Descrição	Débito	Crédito	Lançam.
31-12-2018	Rec 2018-11	PAG FUNDO COMP NOVEMBRO	0,00	51,16	1200146
31-12-2018	A.LAN 01/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	3,00	1200152
31-12-2018	A.LAN 04/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	23,10	1200152
31-12-2018	A.LAN 05/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	19,60	1200152
31-12-2018	A.LAN 06/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	12,70	1200152
31-12-2018	A.LAN 07/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	3,00	1200152
31-12-2018	A.LAN 08/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	23,10	1200152
31-12-2018	A.LAN 11/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	20,00	1200152
31-12-2018	A.LAN 12/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	7,45	1200152
31-12-2018	A.LAN 18/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	10,30	1200152
31-12-2018	A.LAN 22/12	PAGAMENTO DE PORTAGENS	0,00	2,00	1200152
31-12-2018	Rec 26849755	CERTIDAO PERMANENTE	0,00	25,00	1200145
31-12-2018	A.LAN 28/12	FECHO TPA	113,00	0,00	1200144
			113,00	200,41	

2. Lançamentos no banco ainda não registados na contabilidade:

Data	Descrição	Débito	Credito
------	-----------	--------	---------

Reconciliação Bancária:

Saldo da Contabilidade:	379.806,35
Débitos na contabilidade ainda não movimentados:	-113,00
Créditos na contabilidade ainda não movimentados:	200,41
Débitos no banco ainda não registados:	0,00
Créditos no banco ainda não registados:	0,00
Saldo do Banco:	-379.893,76
Diferença:	0,00

OK em



TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, 2018

Contribuinte nº 504295071

Emitido por 20 em 20-02-2019 16:40:15

Extrato de Conta - Contabilidade Geral

(Período:01-12-2018 - 31-12-2018)

(Euros)

Conta: 13.2.01 - IGCP

Data	Diário	NºInt.	Descrição Lanç.	Documento	Observações	Mês Rec.	Débito	Crédito	Saldo
Saldo Anterior: 405.654,57 D									
31 Dez	6 BANCO	1200073	SECURITAS DIRECT	FACT 1433798 31Dez				45,01	405.609,56 D
31 Dez	6 BANCO	1200074	RUI MIGUEL VALENTE SILVA OLIVEIRA	REC 60 31Dez	06/12			66,00	405.543,56 D
31 Dez	6 BANCO	1200075	MICHAEL MARÇAL DOS SANTOS	REC 3 31Dez	06/12			255,00	405.288,56 D
31 Dez	6 BANCO	1200076	SINDICATO MES OUTUBRO	REC 2018-10 31Dez				29,70	405.258,86 D
31 Dez	6 BANCO	1200077	DON BYTE LDA	REC 1801102 31Dez	06/12			40,00	405.218,86 D
31 Dez	6 BANCO	1200078	DON BYTE LDA	REC 1801210 31Dez	06/12			40,00	405.178,86 D
31 Dez	6 BANCO	1200079	TEMPO CARDINAL LDA	REC 3162 31Dez	06/12			185,50	404.993,36 D
31 Dez	6 BANCO	1200080	EDP COMERCIAL SA	REC 487946 31Dez	06/12			11,41	404.981,95 D
31 Dez	6 BANCO	1200081	EDP COMERCIAL SA	REC 558263 31Dez	06/12			313,42	404.668,53 D
31 Dez	6 BANCO	1200082	VODAFONE SA	REC 049937174 31Dez	06/12			124,01	404.544,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200083	IGCP CEDENCIA TPA NOVEMBRO	FACT 1180006046 31Dez	06/12			15,38	404.529,14 D
31 Dez	6 BANCO	1200084	AUTO MECANICA MURGEIRA LDA	REC PROCESSO 120118 17 31Dez	12/12			1.240,45	403.288,69 D
31 Dez	6 BANCO	1200085	AUTORIDADE TRIBUTARIA	REC 797742 31Dez	14/12			250,00	403.038,69 D
31 Dez	6 BANCO	1200086	ASSOC TURISMO DE LISBOA	FACT 2018Q/9405 31Dez	17/12			59,00	402.979,69 D
31 Dez	6 BANCO	1200087	EDP COMERCIAL SA	REC 565316 31Dez	19/12			14,19	402.965,50 D
31 Dez	6 BANCO	1200088	TEMPO CARDINAL LDA	REC 3180 31Dez	19/12			630,00	402.335,50 D
31 Dez	6 BANCO	1200089	GESTIMAFRA LDA	FACT 20183583 31Dez	19/12			639,60	401.695,90 D
31 Dez	6 BANCO	1200090	DOCE CONSEQUENCIA LDA	REC 2018.00479 31Dez	19/12			760,00	400.935,90 D
31 Dez	6 BANCO	1200091	BRUCIMAC LDA	REC 20182169 31Dez	19/12			370,76	400.565,14 D
31 Dez	6 BANCO	1200092	AUTOMAFRA LDA	REC 22502 31Dez	19/12			126,44	400.438,70 D
31 Dez	6 BANCO	1200093	NOPRODIGITAL LDA	REC 9398 31Dez	19/12			69,89	400.368,81 D
31 Dez	6 BANCO	1200094	11 AUTO LDA	REC 240 31Dez	19/12/18			470,36	399.898,45 D
31 Dez	6 BANCO	1200095	AGARRA FALCAO LDA	REC 39 31Dez	19/12			1.274,03	398.624,42 D
31 Dez	6 BANCO	1200096	HELDER ARMÉS LDA	REC 98 31Dez	19/12			650,00	397.974,42 D
31 Dez	6 BANCO	1200097	GONÇALO ALEXANDRE PINHEIRO DA CRUZ	REC 73 31Dez	19/12			97,87	397.876,55 D
31 Dez	6 BANCO	1200098	ANDRE DAMIÃO CARVALHO MENDES NUNES	REC 1000005 31Dez	19/12			500,00	397.376,55 D
31 Dez	6 BANCO	1200099	ANDRE DAMIAO CARVALHO MENDES NUNES	FACT 1000006 31Dez	19/12			500,00	396.876,55 D
31 Dez	6 BANCO	1200100	ANA RAQUEL FERREIRA ANTUNES	REC 5 31Dez	19/12			154,00	396.722,55 D
31 Dez	6 BANCO	1200101	EDP COMERCIAL SA	REC 581121 31Dez	19/12			36,29	396.686,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200102	EDP COMERCIAL SA	REC 564997 31Dez	19/12			18,19	396.668,07 D
31 Dez	6 BANCO	1200103	LUIS FILIPE PEDROSA GONÇALVES	REC 37 31Dez	19/12			90,00	396.578,07 D
31 Dez	6 BANCO	1200104	BRUNO FILIPE MARTINS ESTEVES	REC 29 31Dez	19/12			163,72	396.414,35 D
31 Dez	6 BANCO	1200105	CATIA CRISTINA BATISTA ABEL TRACA	REC 64 31Dez	19/12			22,00	396.392,35 D
31 Dez	6 BANCO	1200106	CATIA CRISTINA BATISTA ABEL TRACA	REC 65 31Dez	19/12			44,00	396.348,35 D
31 Dez	6 BANCO	1200107	SINDICATO MES NOVEMBRO	REC 2018/11 31Dez	19/12			32,22	396.316,13 D



034
 O/A
 A
 41

TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, 2018

Contribuinte nº 504295071
 Emitido por 20 em 20-02-2019 16:40:15

Extrato de Conta - Contabilidade Geral

(Período:01-12-2018 - 31-12-2018)

Conta: 13.2.01 - IGCP

(Euros)

Data	Diário	NºInt	Descrição Lanç.	Documento	Observações	Mês Rec.	Débito	Crédito	Saldo
31 Dez	6 BANCO	1200108	DIOGO TEIXEIRA RIBEIRO PIMENTA	REC 35 31Dez	19/12			150,50	396.165,63 D
31 Dez	6 BANCO	1200109	DIOGO TEIXEIRA RIBEIRO PIMENTA	REC 37 31Dez	19/12			301,00	395.864,63 D
31 Dez	6 BANCO	1200110	GRUPO LOBO IBERICO	REC 1.34 31Dez	19/12			206,50	395.658,13 D
31 Dez	6 BANCO	1200111	FERNANDO JOSE BRFANIO SMOES	REC 159 31Dez	19/12			840,00	394.818,13 D
31 Dez	6 BANCO	1200112	MARCO JOSE MARTINHO DEONESTO	REC 3223 31Dez	19/12			2.014,89	392.803,24 D
31 Dez	6 BANCO	1200113	BE WATER SA	REC 41214998 31Dez	19/12			593,29	392.209,95 D
31 Dez	6 BANCO	1200114	Geral	REC 6912 31Dez	19/12			55,06	392.154,89 D
31 Dez	6 BANCO	1200115	VEDERCA VEDAÇÕES SA	REC 517 31Dez	19/12			4.990,40	387.164,49 D
31 Dez	6 BANCO	1200116	TOITORRES AUTOMOVEIS SA	REC 296 31Dez	19/12			567,73	386.596,76 D
31 Dez	6 BANCO	1200117	APISTRELA LDA	REC 2018/20 31Dez	19/12			1.055,00	385.541,76 D
31 Dez	6 BANCO	1200118	APISTRELA LDA	REC 2018/21 31Dez	19/12			2.917,77	382.623,99 D
31 Dez	6 BANCO	1200119	PAG IRS NOVEMBRO	REC 2018-11 31Dez				2.912,00	379.711,99 D
31 Dez	6 BANCO	1200120	PAG S SOCIAL NOVEMBRO	REC 2018-11 31Dez				7.673,54	372.038,45 D
31 Dez	6 BANCO	1200121	VODAFONE SA	FACT 051222758 31Dez	21/12			124,10	371.914,35 D
31 Dez	6 BANCO	1200122	CA SEGUROS ACID TRAB 01/01/19 A 31/12/19	REC 02118044614 31Dez	21/12/12			1.057,77	370.856,58 D
31 Dez	6 BANCO	1200123	EDP COMERCIAL SA	FACT 59904 31Dez	21/12			28,58	370.828,00 D
31 Dez	6 BANCO	1200124	VODAFONE SA	FACT 051231286 31Dez	21/12			437,82	370.390,18 D
31 Dez	6 BANCO	1200125	EDP COMERCIAL SA	REC 596404 31Dez	21/12			54,14	370.336,04 D
31 Dez	6 BANCO	1200126	APISTRELA LDA	REC 2018/22 31Dez	21/12			3.780,05	366.555,99 D
31 Dez	6 BANCO	1200127	APISTRELA LDA	REC 2018/23 31Dez	21/12			3.186,71	363.369,28 D
31 Dez	6 BANCO	1200128	APISTRELA LDA	REC 2018/24 31Dez	21/12			2.498,12	360.871,16 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANA SA 31Dez				1.158,70	359.712,46 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC PRAZERES 31Dez				653,01	359.059,45 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANA GAGO 31Dez				930,33	358.129,12 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC IVO NATALIO 31Dez				697,60	357.431,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC PAULA SMOES 31Dez				2.061,12	355.370,40 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC EDUARDO RODRIGUES 31Dez				756,36	354.614,04 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANDRE CARVALHO 31Dez				607,24	354.006,80 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC PATRICIA PEREIRA 31Dez				818,60	353.188,20 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANA CARMO 31Dez				764,54	352.423,66 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC RICARDO OLIVEIRA 31Dez				628,82	351.794,84 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANDRE ROMBO 31Dez				924,74	350.870,10 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC ANTONIO DIAS 31Dez				703,49	350.166,61 D
31 Dez	6 BANCO	1200129	PAG VENCIM DEZEMBRO	REC MARCELO NEVES 31Dez				1.256,42	348.910,19 D
31 Dez	6 BANCO	1200130	IGCP	DEPOS 28/12 31Dez			190,00		349.100,19 D
31 Dez	6 BANCO	1200131	IGCP	DEPOS 28/12 31Dez			7.200,59		356.300,78 D

OK
 *
 em



TAPADA NACIONAL DE MAFRA - CIPRL, 2018

Contribuinte nº 504295071
 Emitido por 20 em 20-02-2019 16:40:15

Extrato de Conta - Contabilidade Geral

(Período:01-12-2018 - 31-12-2018)

(Euros)

Conta: 13.2.01 - IGCP

Data	Diário	NºInt.	Descrição Lanç.	Documento	Observações	Mês Rec.	Débito	Crédito	Saldo
31 Dez	6 BANCO	1200132	VODAFONE SA	A.LAN 03/12 31Dez			274,40		356.575,18 D
31 Dez	6 BANCO	1200133	IGCP	A.LAN 05/12 31Dez			266,00		356.841,18 D
31 Dez	6 BANCO	1200134	IGCP	A.LAN 07/12 31Dez			30,00		356.871,18 D
31 Dez	6 BANCO	1200135	IGCP	REC V7 2018 99 31Dez			1.826,00		358.097,18 D
31 Dez	6 BANCO	1200136	BLUETICKET VENDAS NOVEMBRO	A.LAN 12/12 31Dez			155,12		358.852,30 D
31 Dez	6 BANCO	1200137	IGCP	REC V7 2018 93 31Dez	18/12		6.213,96		365.066,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200138	IGCP	REC V7 2018 100 31Dez	20/12		5.000,00		370.066,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200139	IGCP	A.LAN 24/12 31Dez			21,00		370.087,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200140	IGCP	A.LAN 24/12 31Dez			13,00		370.100,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200141	IGCP	A.LAN 24/12 31Dez			40,00		370.140,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200142	IGCP	REC B8 2018 3 31Dez	28/12		53,67		370.201,93 D
31 Dez	6 BANCO	1200143	IGCP	REC V7 2018 88 31Dez	31/12/1		8.000,00		378.201,93 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 05/12 31Dez			695,00		378.896,93 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 06/12 31Dez			74,00		378.960,93 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 07/12 31Dez			20,00		378.980,93 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 12/12 31Dez			545,59		379.526,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 17/12 31Dez			34,00		379.560,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 18/12 31Dez			8,00		379.568,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 19/12 31Dez			172,00		379.740,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 24/12 31Dez			13,00		379.753,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 28/12 31Dez			77,00		379.830,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 31/12 31Dez			194,00		380.024,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200144	FECHO TPA	A.LAN 28/12 31Dez	02/1		113,00		380.137,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200145	CERTIDAO PERMANENTE	REC 26949755 31Dez	20/12/18			25,00	380.112,52 D
31 Dez	6 BANCO	1200146	PAG FUNDO COMP NOVEMBRO	REC 2018-11 31Dez	20/12/18			51,16	380.061,36 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 01/12 31Dez				3,00	380.058,36 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 04/12 31Dez				23,10	380.035,26 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 05/12 31Dez				19,60	380.015,66 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 06/12 31Dez				12,70	380.002,96 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 07/12 31Dez				3,00	379.999,96 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 08/12 31Dez				23,10	379.976,86 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 11/12 31Dez				20,00	379.956,86 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 12/12 31Dez				7,45	379.949,41 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 18/12 31Dez				10,30	379.939,11 D
31 Dez	6 BANCO	1200152	PAGAMENTO DE PORTAGENS	A.LAN 22/12 31Dez				2,00	379.937,11 D
31 Dez	6 BANCO	1200154	LEVANTAMENTO 07/11	L.MTB 07/11 31Dez				100,00	379.837,11 D
31 Dez	996 APUR.	1200156	cedencia tpa agosto18	FACT 1180004484 31Dez	25/8/2018			15,38	379.821,73 D
31 Dez	996 APUR.	1200157	cedencia tpa outubro	FACT 118000552 31Dez	23/11/18			15,38	379.806,35 D
Total período:							31.227,33	57.075,55	
Total geral:							913.273,93	533.467,58	379.806,35 D



Handwritten initials and a red arrow pointing to the number 43.

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
Conta: Tapada Nacional de Mafra
BIC: IGCPPTPL
IBAN: PT50 0781 0112 01120014709 54
Gestor de Cliente: Teresa Ricardo
teresa.almeida@igcp.pt

TAPADA NACIONAL DE MAFRA
A/C: Presidente Direção
Portão do Codeçal
2640-602 Mafra

Conta Nº: 01120014709 EUR Extracto Nº: 24/2018 Data de Emissão: 2018-12-18 Pág: 1 de 1

Data Mov.	Data Valor	Descrição	Valor	D/C	Saldo
		Saldo Anterior:			406.652,90
2018-12-03	2018-12-03	IDD Segur SSKURITAS DIRECT	45,01	D	406.607,89
2018-12-03	2018-12-03	TR 20248	113,00	C	406.720,89
2018-12-03	2018-12-03	TR 21000	274,40	C	406.995,29
2018-12-04	2018-12-04	TR 10650	174,00	C	407.169,29
2018-12-05	2018-12-05	TR 1640	746,00	C	407.915,29
2018-12-05	2018-12-05	TR 10117	625,00	C	408.540,29
2018-12-06	2018-12-06	TR 927497 CP N 905	86,00	D	408.626,29
2018-12-06	2018-12-06	TR 927517 CP N 906	259,00	D	408.885,29
2018-12-06	2018-12-06	TR 927537 CP N 907	29,72	D	409.184,01
2018-12-06	2018-12-06	TR 927552 CP N 908	40,00	D	409.624,01
2018-12-06	2018-12-06	TR 927573 CP N 909	40,00	D	409.664,01
2018-12-06	2018-12-06	TR 927594 CP N 910	185,50	D	409.849,51
2018-12-06	2018-12-06	TR 927611 CP N 911	11,41	D	409.860,92
2018-12-06	2018-12-06	TR 927621 CP N 912	313,42	D	409.547,50
2018-12-06	2018-12-06	TR 927647 CP N 913	124,01	D	409.423,49
2018-12-06	2018-12-06	TR 9773	74,00	C	409.497,49
2018-12-06	2018-12-06	Regularizações a Débito	15,36	D	409.482,13
2018-12-07	2018-12-07	TR 25558	20,00	C	409.502,13
2018-12-07	2018-12-07	TR 25576	30,00	C	409.532,13
2018-12-10	2018-12-10	TR 955	1.826,40	C	408.705,73
2018-12-12	2018-12-12	TR 956724 CP N 914	1.740,45	D	406.965,28
2018-12-12	2018-12-12	TR 1611	155,13	C	407.120,41
2018-12-12	2018-12-12	TR 17542	545,00	C	407.665,41
2018-12-14	2018-12-14	TR 969598 CP 0	250,00	D	407.415,41

Saldo em Euro:

407.154,15

Notas para a leitura: Este extracto é emitido automaticamente após a recepção, contactando os Serviços de Apoio ao Cliente em caso de dúvida.

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

R.ª da República, n.º 57 - 6.ª 1050-189 Lisboa
Tel. 21 792 33 00 Fax. 21 799 37 55
Pessoa Colectiva n.º 503796237

Handwritten initials and marks at the top left of the page.



IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
Conta: Tapada Nacional de Mafra
BIC: IGCPPTPL
IBAN: PT50 0781 0112 01120014709 54
Gestor de Cliente: Teresa Ricardo
teresa.almeida@igcp.pt

TAPADA NACIONAL DE MAFRA
A/C: Presidente Direção
Portão do Codeçal
2640-602 Mafra

Conta Nº: 01120014709		EUR		Extracto Nº: 1/2019	Data de Emissão: 2019-01-03	Pág: 1 de 2	
Data Mov.	Data Valor	Descrição	Valor	D/C	Saldo		
		Saldo Anterior:					408.154,15
2018-12-17	2018-12-17	IDD Sepa UNICEF S.R.	1.370,11	D			406.784,04
2018-12-17	2018-12-17	IDD Sepa Associação Turismo de Lisboa	59,00	D			406.725,04
2018-12-17	2018-12-17	TS 19089	34,00	C			406.759,04
2018-12-18	2018-12-18	TR 531	6.213,55	C			412.973,00
2018-12-18	2018-12-18	TR 20012	8,00	C			412.981,00
2018-12-18	2018-12-18	TR 569413 OP K 935	14,18	D			412.995,18
2018-12-19	2018-12-19	TR 969436 OP K 536	630,00	D			412.365,18
2018-12-19	2018-12-19	TR 969453 OP K 537	539,67	D			411.825,51
2018-12-19	2018-12-19	TR 969082 OP K 524	760,00	D			410.565,51
2018-12-19	2018-12-19	TR 969108 OP K 525	370,76	D			410.194,75
2018-12-19	2018-12-19	TR 969156 OP K 526	326,46	D			409.868,29
2018-12-19	2018-12-19	TR 969181 OP K 527	69,89	D			409.798,40
2018-12-19	2018-12-19	TR 969203 OP K 528	470,36	D			409.328,04
2018-12-19	2018-12-19	TR 969226 OP K 529	1.274,00	D			408.054,04
2018-12-19	2018-12-19	TR 969266 OP K 530	650,00	D			407.404,04
2018-12-19	2018-12-19	TR 969288 OP K 531	37,87	D			407.366,17
2018-12-19	2018-12-19	TR 969308 OP K 532	500,00	D			406.866,17
2018-12-19	2018-12-19	TR 969331 OP K 533	508,00	D			406.358,17
2018-12-19	2018-12-19	TR 969354 OP K 534	156,00	D			406.202,17
2018-12-19	2018-12-19	TR 969377 OP K 535	36,23	D			406.165,94
2018-12-19	2018-12-19	TR 969400 OP K 536	18,19	D			406.147,75
2018-12-19	2018-12-19	TR 969423 OP K 537	70,00	D			406.077,75
2018-12-19	2018-12-19	TR 969446 OP K 538	163,72	D			405.914,03
2018-12-19	2018-12-19	TR 969469 OP K 539	21,00	D			405.893,03
2018-12-19	2018-12-19	TR 969492 OP K 540	44,00	D			405.849,03
2018-12-19	2018-12-19	TR 969515 OP K 541	32,22	D			405.816,81
2018-12-19	2018-12-19	TR 969538 OP K 542	190,50	D			405.626,31
2018-12-19	2018-12-19	TR 969561 OP K 543	301,00	D			405.325,31
2018-12-19	2018-12-19	TR 969584 OP K 544	105,50	D			405.219,81
2018-12-19	2018-12-19	TR 969607 OP K 545	80,00	D			405.139,81
2018-12-19	2018-12-19	TR 969630 OP K 546	3.024,83	D			402.114,98
2018-12-19	2018-12-19	TR 969653 OP K 547	593,25	D			401.521,73
2018-12-19	2018-12-19	TR 969676 OP K 548	55,00	D			401.466,73
2018-12-19	2018-12-19	TR 969699 OP K 549	9.350,40	D			392.116,33
2018-12-19	2018-12-19	TR 970012 OP K 550	587,73	D			391.528,60
2018-12-19	2018-12-19	TR 970035 OP K 551	1.055,00	D			390.473,60
2018-12-19	2018-12-19	TR 970058 OP K 552	2.917,77	D			387.555,83
2018-12-19	2018-12-19	TR 970081 OP K 553	172,00	C			387.727,83
2018-12-19	2018-12-19	TR 17238	5.400,00	C			393.127,83
2018-12-20	2018-12-20	TR 1303	2.527,00	D			395.654,83
2018-12-20	2018-12-20	TR 973185 OP K	2.673,54	D			398.328,37
2018-12-20	2018-12-20	TR 973208 OP K 552	324,10	D			398.652,47
2018-12-21	2018-12-21	TR 973442 OP K 557	1.057,77	D			399.710,24
2018-12-21	2018-12-21	TR 973360 OP K 553	28,58	D			399.738,82
2018-12-21	2018-12-21	TR 973383 OP K 554	54,14	D			399.792,96
2018-12-21	2018-12-21	TR 973406 OP K 555	437,82	D			400.230,78
2018-12-21	2018-12-21	TR 973429 OP K 556	3.750,05	D			403.980,83
2018-12-21	2018-12-21	TR 970115 OP K 548	3.185,71	D			407.166,54
2018-12-21	2018-12-21	TR 970138 OP K 549	2.438,12	D			409.604,66
2018-12-21	2018-12-21	TR 970161 OP K 550	250,00	C			409.354,66
2018-12-21	2018-12-20	Depósito de Numérico	7.200,55	C			416.555,21
2018-12-21	2018-12-20	Depósito de Numérico	2.061,32	D			414.493,89
2018-12-24	2018-12-24	TR 979658 OP K 958	1.158,76	D			413.335,13
2018-12-24	2018-12-24	TR 979719 OP K 959	453,01	D			412.882,12
2018-12-24	2018-12-24	TR 979731 OP K 960	930,53	D			411.951,59
2018-12-24	2018-12-24	TR 979752 OP K 961	697,60	D			411.253,99
2018-12-24	2018-12-24	TR 979775 OP K 962	756,38	D			410.497,61
2018-12-24	2018-12-24	TR 979811 OP K 963	607,24	D			409.890,37
2018-12-24	2018-12-24	TR 979838 OP K 964	818,60	D			409.071,77
2018-12-24	2018-12-24	TR 979865 OP K 965					409.071,77

A transportar



Conta Nº: 01120014709 EUR Extracto Nº: 1/2019 Data de Emissão: 2019-01-03 Pág.: 2 de 2

Data Mov.	Data Valor	Descrição	Valor	D/C	Saldo
		Transporte:			379.752,10
2018-12-24	2018-12-24	TR 975852 OP N 966	766,54	D	374.987,56
2018-12-24	2018-12-24	TR 979921 OP N 967	628,87	D	374.358,74
2018-12-24	2018-12-24	TR 979944 OP N 968	524,74	D	373.834,00
2018-12-24	2018-12-24	TR 979965 OP N 969	703,49	D	373.130,51
2018-12-24	2018-12-24	TR 979991 OP N 970	1.256,42	D	371.874,09
2018-12-24	2018-12-24	TR 506	21,00	C	371.495,09
2018-12-24	2018-12-24	TR 1056	13,00	C	371.508,09
2018-12-24	2018-12-24	TR 39673	48,82	C	371.556,91
2018-12-24	2018-12-24	TR 39929	13,00	C	371.569,91
2018-12-28	2018-12-28	TR 1217	53,87	C	371.622,78
2018-12-28	2018-12-28	TR 40753	77,60	C	371.699,76
2018-12-31	2018-12-31	TR 523	6.000,00	C	379.699,76
2018-12-31	2018-12-31	TR 45487	134,00	C	379.833,76

Saldo em Euro:

379.833,76

Mensagens:

Agradecemos a vossa atenção desde o momento imediatamente após a recepção, contactando os serviços de apoio em caso de dúvida.

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

N.º da República, n.º 57 - E 3050-165 Lisboa

Tel. 21 792 33 00 Fax. 21 799 37 55

Pessoa Colectiva n.º 503756237

04
2
L
X
LMM



RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

037
A/1
L
X
M

Parecer do Conselho Fiscal

Conta de Gerência de 2018

Aos membros da Tapada Nacional de Mafra, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada:

1. A Tapada Nacional de Mafra, CIPRL, deve, nos termos da alínea c) do artigo 29º dos Estatutos aprovados e em vigor, apreciar e votar, até 31 de março de cada ano, o balanço e o relatório e as contas da direção relativos ao exercício do ano anterior;
2. Nesse contexto, o Conselho Fiscal vem apresentar a V.Exas. o seu parecer sobre os documentos referentes ao Relatório de Contas e Demonstrações Financeiras de 2018.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direção, a colaboração e esclarecimentos solicitados.
4. Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Contas e respetivas Demonstrações Financeiras, propostos pela Direção, relativos ao exercício de 2018;

A acrescer, de salientar e agradecer a colaboração recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de trabalhar.

Mafra, 26 de março de 2019

O Conselho Fiscal,



Dália Ribeiro

Assinado de forma digital por DÁLIA DA
CONCEÇÃO GRAIHA RIBEIRO
DN: c=PT, o=Castlo de Cidadão, ou=Cidadao
Português, ou=Autenticação do Cidadão,
sn=GRAIHA RIBEIRO, givenName=DÁLIA DA
CONCEÇÃO, serialNumber=810210094,
cn=DÁLIA DA CONCEÇÃO GRAIHA RIBEIRO
Dados: 2019.03.26 13:26:48 Z

Helder
Constantino
Silveiro Barreto
Helder Barreto

Assinado de forma digital por Helder
Constantino Silveiro Barreto
DN: cn=Helder Constantino Silveiro Barreto,
o=INIAV, ou=Vogal do Conselho Diretivo,
email=helderbarreto@gmail.com, c=PT
Dados: 2019.03.26 13:26:06 Z

*De-se instruções ao Rep do 14
Município para votar favoravelmente
A ratificação*

[Signature]
14/03/19

033

Município de Mafra
Praça do Município
2640-001 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

DATA
05-03-2019

Assunto: **Convocatória Assembleia-Geral**

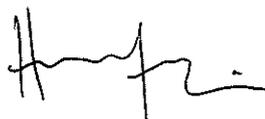
CONVOCATÓRIA

Convoco o acionista da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM-SA, para nos termos dos artigos décimo segundo, alínea c) e décimo terceiro no seu ponto 3 e décimo quarto, ponto 2, alínea a), dos Estatutos, reunirem em Assembleia-Geral Ordinária no próximo dia 15 de Março de 2019, pelas 12 horas, a realizar nas instalações situadas no Núcleo Empresarial de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e votar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas respeitantes ao exercício de 2018.
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.
3. Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.
4. Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Mafra, 05 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(Hugo Manuel Moreira Luis, Dr.)

CONVOCATÓRIA

Convoco o acionista da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM-SA, para nos termos dos artigos décimo segundo, alínea c) e décimo terceiro no seu ponto 3 e décimo quarto, ponto 2, alínea a) , dos Estatutos, reunirem em Assembleia-Geral Ordinária no próximo dia 15 de Março de 2019, pelas 12 horas, a realizar nas instalações situadas no Núcleo Empresarial de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e votar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas respeitantes ao exercício de 2018.
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.
3. Apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.
4. Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Mafra, 05 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(Hugo Manuel Moreira Luis, Dr.)

Município de Mafra
Praça do Município
2640-001 MAFRA

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	DATA
Assunto:	<u>Convocatória Assembleia-Geral</u>		05-03-2019

CONVOCATÓRIA

Convoco o acionista da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM-SA, para nos termos dos artigos décimo segundo, alínea c) e décimo terceiro no seu ponto 3 e décimo quarto, ponto 3, dos Estatutos, reunirem em Assembleia-Geral Extraordinária no próximo dia 20 de Março de 2019, pelas 12 horas, a realizar nas instalações situadas no Núcleo Empresarial de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e discussão das Orientações anuais da Empresa em linha com as orientações estratégicas;
2. Apreciar, discutir e votar 1ª Revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2019;
3. Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Mafra, 05 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(Hugo Manuel Moreira Luis, Dr.)

CONVOCATÓRIA

Convoco o acionista da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias EM-SA, para nos termos dos artigos décimo segundo, alínea c) e décimo terceiro no seu ponto 3 e décimo quarto, ponto 3, dos Estatutos, reunirem em Assembleia-Geral Extraordinária no próximo dia 20 de Março de 2019, pelas 12 horas, a realizar nas instalações situadas no Núcleo Empresarial de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e discussão das Orientações anuais da Empresa em linha com as orientações estratégicas;
2. Apreciar, discutir e votar 1ª Revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2019;
3. Outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Mafra, 05 de Março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



(Hugo Manuel Moreira Luis, Dr.)

042
X
00
V



RELATÓRIO E CONTAS 2018



Mafra, 28 de Fevereiro de 2019

X
EM
h.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

**GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS,
INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M. S.A.**

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
2640-486 Mafra

Capital Social 900.000,00 euros
Matrícula nº 3 da C.R.C. Mafra
Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE - Dr. Hugo Manuel Moreira Luís
SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
VOGAL – Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
VOGAL – Dr.ª Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC
SUPLENTE – Dr.ª Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

X
GMC
W

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

INDICE

1. Relatório de Gestão
2. Balanço
3. Demonstração de Resultados
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Anexo às Demonstrações Financeiras
6. Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio
7. Certificação Legal das Contas
8. Relatório e Parecer do Fiscal Único

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

1 – Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

044

↓
EM
W.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento da Lei, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2018.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

A **GIATUL**, ao longo do exercício de 2018, demonstrou mais uma vez, capacidade de adaptação às novas exigências económicas e financeiras impostas pelo ambiente nacional e exigidas pelo seu acionista. Assim, a implementação de fortes medidas de otimização operacional tomadas nos últimos anos, foram fundamentais para preparar e lançar a empresa neste novo paradigma.

Através da adequação da equipa de colaboradores que permite uma maior capacidade e oferta de serviços e mantendo-se o objetivo de melhoria das condições contratuais com fornecedores e prestadores de serviços, foi possível atingir um nível de resultados que garantem uma maior sustentabilidade e autonomia da sociedade.

Foi neste contexto, que atingiu um Volume de Negócios de 5.950.603,58€ (Cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, seiscentos e três euros e cinquenta e oito cêntimos), uma redução do Passivo em 800.852,57€ (Oitocentos mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos) e uma margem de EBITDA de 12,08%.

2. HISTORIAL

A **GIATUL** é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005, o parceiro Orbitur, SA cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em Março de 2008, a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em Agosto de 2010, a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A." e o capital social da empresa passou a ser de 900.000,00€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

2. EVOLUÇÃO DA EMPRESA

2.1 Atividade de Turismo e Lazer

O sector de turismo, para o Município é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o **Ericeira Camping** um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do **Ericeira Camping**, visa:

- Promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

[Handwritten signature]

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

- Profissionalizar a gestão desta infraestrutura, assegurando a introdução das melhores práticas na condução da sua atividade.
- Responder às prementes necessidades de reabilitação, de modernização e de adequação desta infraestrutura, às constantes exigências legais e de mercado, de acordo com o Plano de Investimentos.

Com estes objetivos e procurando responder às necessidades do mercado, a **GIATUL** oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para Campismo com capacidade para 1.800 unidades de alojamento
- Mobile Homes – 43 unidades
- Espaços para Autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades - 98 camas
- Teepees - 20 unidades - 40 Camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

A Auto-Estrada A21, veio facilitar a ligação direta entre Lisboa, Mafra e Ericeira, tornando-se uma mais-valia para os utilizadores deste equipamento turístico.

Ranking Nacional

No mercado nacional da oferta no sector do campismo, a **GIATUL** ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas, para além das características dos recursos primários e secundários que a região oferece para a atividade de turismo de lazer.

A área reservada ao estacionamento de autocaravanas, tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para Campismo, é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Parque de Campismo de Mil Regos uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o **Ericeira Camping** uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Utilizadores

A evolução dos utilizadores por nacionalidades, utentes e noites, foi a seguinte:

Nacionalidade	2017		2018		% 2017 _ 2018	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESES	20.843	64.314	21.826	73.561	5%	14%
TOTAL ESTRANGEIROS	12.384	33.259	13.953	38.591	13%	16%
ALEMA	2.551	7.505	2.613	8.653	2%	15%
FRANCESA	2.490	7.123	2.109	6.391	-15%	-10%
ESPAÑHOLA	2.296	7.019	1.908	6.678	-17%	-5%
PAISES BAIXOS	857	2.948	951	3.408	11%	16%
REINO UNIDO	563	1.767	530	1.999	-6%	13%
ITALIANA	456	1.259	416	1.359	-9%	8%
BELGA	349	1.198	326	1.298	-7%	8%
SUIÇA	359	1.010	485	1.285	35%	27%
AUSTRALIANA	119	275	126	336	6%	22%
VARIOS	2.344	3.155	4.489	7.184	92%	128%
TOTAL GERAL	33.227	97.573	35.779	112.152	8%	15%

Durante o ano de 2018, foi possível verificar-se os resultados do investimento realizado nos anos anteriores na promoção do concelho de Mafra que tem alavancado a sua notoriedade, nomeadamente da vila da Ericeira, permitindo a obtenção de boas taxas de crescimento de visitantes e consequentemente de dormidas. Poder-se-á concluir, através da análise do quadro anterior, que o número de utentes nacionais aumentou 5% por dia e 14% por noite face ao ano anterior. O número de utentes estrangeiros aumentou em 13% e o número médio de noites de permanência subiu 16%. Em termos de repartição por mercados, assistiu-se a uma maior procura do mercado externo face ao interno. O mercado interno representa 65,59% das dormidas. Embora com espaço para crescer, entendemos que cerca de 34,41% de

046

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.

A distribuição das receitas no Parque de Campismo, foi no exercício de 2018 a seguinte:

Utentes	2018	2017	Diferença	%
Campismo Eventual	364.974,80€	340.451,17€	24.523,63€	7,20%
Acordos Comerciais	459.838,01€	423.293,65€	36.544,36€	8,63%
Bungalows	190.452,27€	189.849,56€	602,71€	0,32%
Contratos M. Homes	90.956,45€	88.870,70€	2.085,75€	2,35%
Teepees	24.701,85€	24.415,25€	286,60€	1,17%
Eletricidade	35.601,16€	29.472,76€	6.128,40€	20,79%
Espaços Verdes	3.075,00€	2.955,00€	120,00€	4,06%
Água	4.997,00€	5.174,50€	-177,50€	-3,43%
Rendas / Concessões	30.212,88€	29.491,22€	721,66€	2,45%
Máquina de Café	4.130,50€	3.787,49€	343,01€	9,06%
Lavagem Roupa	4.104,55€	3.766,50€	338,05€	8,98%
Adaptadores	2.640,00€	2.880,00€	-240,00€	-8,33%
Máquinas de Jogos	1.547,05€	1.503,80€	43,25€	2,88%
	1.217.231,52€	1.145.911,60€	71.319,92€	5,69%

Em termos comparativos, verifica-se que em 2018 foi possível registar uma melhoria das receitas, tendo registado um acréscimo de 5,69%, apesar da maior oferta de camas disponível na Ericeira, nomeadamente através dos *Hostels* e do alojamento local que nos últimos quatro anos tem proporcionado uma maior oferta.

Eventos

No capítulo das atividades e eventos, deveremos salientar a realização de diversas iniciativas, que potenciaram a divulgação do Concelho de Mafra e por consequência da Vila da Ericeira, promovendo em alguns, uma maior procura pelo Ericeira Camping.

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Destacamos:

- O **X SUMMOL SUMMER FEST**, que consiste num festival de música e que marca o arranque dos festivais de verão a nível nacional. Este festival contou com a presença de diversos grupos musicais de renome internacional e com uma assistência a rondar as 30.000 pessoas. De entre estas, cerca de 10.000 utilizaram o **Ericeira Camping** para estadia durante o decorrer do evento.
- Apoio logístico a diversas provas de surf na Ericeira na nossa reserva mundial de surf, nomeadamente, **Surf Film Festival, Liga Moche Ericeira Pro Surf, Campeonato Universitário de Surf, Rede Internacional Surf Cities, Ericeira Reserva Mundial de Surf, Mundial Juniores de Surf, Surf Holidays, Apoio Campeonato Nacional BodySurf, Apoio aos eventos e Etapas dos Circuitos Nacionais-Surf Ericeira, Apoio à Taça de Portugal de Jumping 2018-Surf Ericeira e Surf Summit**. De salientar, que este último reuniu cerca de 200 líderes mundiais em tecnologia para realizarem atividades de aventura, networking e palestras, do Web Summit, o maior e mais importante marketplace de tecnologia mundial.
- **Divulgação do Ericeira Camping**, em parceria com os Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra.
- **Animação de Verão Ericeira**, que decorreu em dois locais distintos, no "jogo da bola".t Foi uma organização em parceria com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Mafra, com o objetivo de animar as noites de verão da Vila.

2.2 Atividade de Infraestruturas e Rodovias

A **GIATUL** no desenvolvimento desta atividade, executou obras de conservação da rede viária municipal, repavimentou diversos arruamentos, instalou e manteve diversos espaços verdes, executou sistemas de saneamento básico e participou na execução de equipamentos de utilização coletiva.

Procedeu ainda, à venda de massas asfálticas e à receção de materiais asfálticos para reciclagem procurando promover uma maior utilização do estaleiro e da Central de Asfalto.

GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS EM SA

047


O Plano de Atividades aprovado para este exercício, foi o seguinte:

TIPO DE OBRAS – 2018	Euros
Estradas e Caminhos – Conservação Corrente por Contrato	2.306.643,00€
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	50.652,00€
Sinalização e Trânsito	61.358,00€
Iluminação em Diversas Localidades	75.902,00€
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e reservatórios	189.216,00€
Diversos Estudos e Projetos	38.532,00€
Equipamentos – Conservação e Construções Diversas	50.652,00€
Arruamentos em diversas povoações	635.543,00€
Espaços Verdes Jardins	437.239,00€
Infraestruturas Diversas	472.175,00€
Trabalhos para Terceiros	244.824,00€
	4.562.736,00€
Venda de Massas Asfálticas	153.015,00€
Recepção e Venda de Reciclados	8.926,00€
	161.941,00€

As Obras executadas foram as seguintes:

OBRAS EXECUTADAS EM 2018		%
Estradas e Caminhos das Freguesias- Conservação Corrente por Contrato	2.533.500,00€	53,57%
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	78.335,28€	1,66%
Sinalização e Transito	76.930,00€	1,63%
Iluminação em Diversas Localidades	94.164,28€	1,99%
Construção, Ampliação, Remodelação de Redes de Águas e Reservatórios	199.272,15€	2,22%
Arruamentos em diversas povoações	674.025,18€	14,25%
Equipamentos - Conservação e Construções Diversas	34.051,88€	0,72%
Conservação Reparação Diversos Jardins Infância Escolas Básicas	102.274,74€	2,61%
Espaços Verdes Jardins	459.192,85€	9,71%
Infraestruturas Diversas	571.937,58€	12,09%
Trabalhos para Terceiros	0,00€	0,00%
	4.729.519,66€	100,00%
Venda de Massas Asfálticas	3.852,40€	
Recepção e Venda de Reciclados	0,00€	
	3.852,40€	

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

INDICADORES	Rácio	2018	2017
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante c.p.	44,68%	47,32%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios + Div a Terc. M/L prazo / Imobilizado	86,13%	84,42%
Solvabilidade	Activo Líquido / Passivo	222,40%	202,30%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Activo Líquido Total	55,04%	50,57%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	11,24%	10,64%
Volume de Negócios		5.950.603,58€	7.415.032,61€
Resultado Líquido		198.736,78€	128.625,83€
Cash-Flow Operacional		718.812,29€	691.242,57€

Da sua leitura, verifica-se um reforço dos Capitais Próprios da sociedade, justificado pela redução dos Capitais Alheios Financiados em 792.537,88€ e do Passivo em 800.852,57€.

4. RENDIMENTOS E GASTOS

Rubricas	Valor	Peso %
RENDIMENTOS		
Vendas de Produtos	3.852,40€	0,06%
Prestação de Serviços	5.946.751,18€	95,19%
Subsídios à Exploração	0,00€	0,00%
Imparidade de Dividas a Receber - Reversões	0,00€	0,00%
Outros Rendimentos	296.557,70	4,75%
Juros, Dividendos e outros Rendimentos Similares	0,26€	0,00%
Total dos Rendimentos	6.247.161,54€	100,00%
GASTOS		
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	527.790,07€	8,78%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.423.443,70€	56,93%
Gastos com o Pessoal	1.462.397,91€	24,32%
Depreciações e Amortizações	453.240,58€	7,54%
Outros Gastos	114.717,31€	1,91%
Gastos e Perdas de Financiamento	31.831,91€	0,53%
Total dos Gastos	6.013.421,48€	100,00%

[Handwritten marks: a checkmark, a signature, and a mark resembling 'W']

5. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos e desinvestimentos realizados no exercício de 2018, foram os seguintes:

	INVESTIMENTOS	DESINVESTIMENTOS/ABATES/REG.
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções		
Equipamento Básico	71.061,22€	
Equipamento Transporte	21.783,25€	
Ferramentas e Utensílios		
Equipamento Administrativo	2.544,00€	
Outras Imobilizações Corpóreas		
	95.388,47€	0,00€
Investimentos Financeiros:		
Partes de Capital - Mafreduca SA	0,00€	
	0,00€	0,00€
	95.388,47€	0,00€

✱
em
h.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

As atuais projeções para a economia portuguesa, apontam para um ligeiro arrefecimento da atividade para 2019, à imagem das principais economias mundiais, mas suportada maioritariamente pelo bom desempenho do sector do Turismo e de ténue recuperação da procura interna. A taxa de desemprego tem vindo a marcar uma tendência de descida, o que provavelmente também irá contribuir para a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção de graves desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de reequilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico ainda exige aprofundamento. Simultaneamente, não se devem ignorar o aumento dos riscos, de natureza interna e externa, que pairam sobre a economia portuguesa e europeia. Neste quadro, é crucial o cumprimento dos compromissos estabelecidos a nível europeu em termos do processo de consolidação orçamental, que são indispensáveis para sustentar uma trajetória descendente no rácio da dívida pública. Em simultâneo, é necessário, continuar o processo de reformas estruturais no sentido da criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano. Um consenso alargado, tornar-se-ia fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação destas políticas. Estas condições, são indispensáveis para promover um melhor aproveitamento dos recursos e para promover o crescimento da produtividade, contribuindo assim para um maior equilíbrio económico-social em Portugal.

Relativamente à atividade da sociedade, os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2019, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira anteriormente descrita.

049
↓
KAR
W.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., apresenta no exercício de 2018, resultados positivos de 198.736,78€ (Cento e noventa e oito mil, setecentos e trinta e seis euros e setenta e oitenta cêntimos).

Verificando que o valor existente em Reservas Legais é superior à taxa que os Estatutos da Sociedade obrigam, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados 79.361,58€
- Reservas Para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....119.375,20€

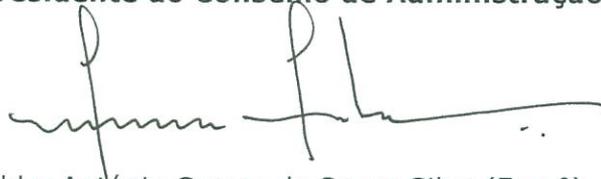
8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

Mafra, 28 de Fevereiro de 2019

O Presidente do Conselho de Administração



Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração



Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.º)

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Dr.ª)



Handwritten signature and initials in blue ink.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

2 - Balanço

GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	17	1 901 005,36 €	2 003 400,78 €
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	18	8 012 307,63 €	8 212 307,63 €
Activos biológicos			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Activos por impostos diferidos			
		9 913 312,99 €	10 215 708,41 €
Activo corrente			
Inventários	21	40 408,98 €	40 229,92 €
Activos biológicos			
Clientes	22	588 142,01 €	420 704,21 €
Estado e outros entes públicos	23	51 856,86 €	73 300,06 €
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	20	275 938,42 €	754 688,99 €
Diferimentos	19	27 806,23 €	19 343,01 €
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	24	126 369,63 €	121 724,02 €
		1 110 522,13 €	1 429 990,21 €
TOTAL DO ACTIVO		11 023 835,12 €	11 645 698,62 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	25	900 000,00 €	900 000,00 €
Accções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	26	356 800,25 €	356 800,25 €
Outras reservas	27	702 158,72 €	501 994,22 €
Resultados transitados	29	3 913 191,93 €	3 984 730,60 €
Ajustamento em activos financeiros	28	-6 925,00 €	-6 925,00 €
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		3 936,47 €	23 684,18 €
Resultado líquido do período		198 736,78 €	128 625,83 €
Interesses que não controlam			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6 067 899,15 €	5 888 910,08 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	33	2 220 977,17 €	2 734 803,45 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	31	249 533,71 €	
		2 470 510,88 €	2 734 803,45 €
Passivo corrente			
Fornecedores	32	365 660,93 €	916 126,87 €
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	30	109 671,57 €	74 116,79 €
Financiamentos obtidos	33	510 289,00 €	789 000,60 €
Outras dívidas a pagar	31	987 370,95 €	699 675,69 €
Diferimentos	19	512 432,64 €	543 065,64 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		2 485 425,09 €	3 021 985,09 €
TOTAL DO PASSIVO		4 955 935,97 €	5 756 788,54 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		11 023 835,12 €	11 645 698,62 €

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159



M
R
00

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

3 – Demonstração de Resultados

GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.

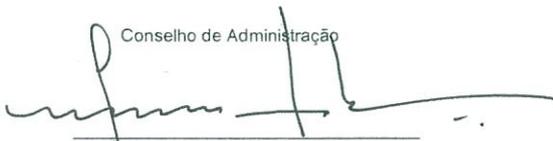
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e Serviços Prestados	6	5 950 603,58 €	7 415 032,61 €
Subsídios à exploração	12	0,00 €	1 244,78 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-527 790,07 €	-712 893,72 €
Fornecimento e serviços externos	8	-3 423 443,70 €	-4 824 100,38 €
Gastos com o pessoal	9	-1 462 397,91 €	-1 310 888,46 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	0,00 €	-14 795,55 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11	296 557,70 €	204 919,44 €
Outros gastos	13	-114 717,31 €	-82 071,70 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		718 812,29 €	676 447,02 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-453 240,58 €	-466 920,90 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		265 571,71 €	209 526,12 €
Juros e rendimentos similares obtidos	15	0,26 €	0,93 €
Juros e gastos similares suportados	16	-31 831,91 €	-43 322,65 €
Resultados antes de impostos		233 740,06 €	166 204,40 €
Imposto sobre o rendimento do período		-35 003,28 €	-37 578,57 €
Resultado líquido do período		198 736,78 €	128 625,83 €

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Giatul-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	6 261 916,35 €	6 798 548,50 €
Pagamentos a fornecedores	-	-4 051 869,45 €	-4 831 523,90 €
Pagamentos ao pessoal	-	-1 462 397,91 €	-1 310 888,46 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	747 648,99 €	656 136,14 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	16 853,58 €	-52 027,93 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	181 840,39 €	126 042,14 €
Fluxos das actividades operacionais	[1] +/-	946 342,96 €	730 150,35 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangiveis	-	-117 327,82 €	-126 122,98 €
Activos intangiveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-	0,00 €	0,00 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangiveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangiveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	0,00 €	0,00 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2] +/-	-117 327,82 €	-126 122,98 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,26 €	0,93 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	-792 537,88 €	-620 430,46 €
Juros e gastos similares	-	-31 831,91 €	-43 322,65 €
Dividendos	-	0,00 €	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-824 369,53 €	-663 752,18 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	4 645,61 €	-59 724,81 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	121 724,02 €	181 448,83 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	126 369,63 €	121 724,02 €

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 67159



219737428

67159



053

x
emp
W.



Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

5 – Anexo às Demonstrações Financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

Handwritten signature and initials

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A GIATUL, ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M.-S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de accionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda, mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.

Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A.

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

Em consequência desta fusão, o objecto social da sociedade incorporante passou a consistir no seguinte:

1. A empresa tem como objecto o exercício das seguintes actividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município.

2. A título acessório, a empresa poderá exercer outras actividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente, prestação de serviços, bem como exploração de outras actividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

O capital social da empresa passou para € 900.000,00, representado por 180.000 acções nominativas de 5,00 euros cada, detidas a 100% pelo Município de Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

✕
GMB
W.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados

055
 X
 AME
 W.

condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito, mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2018, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, EM SA".

Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

PARTICIPADA	Participação	Valor Mensurado	Ano Aquisição	Total do Capital Social	Resultado 2018
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100.000,00	(781.321,89€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, SA, conforme deliberação inscrita na Acta da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, conforme se descrito no relatório de gestão do exercício anterior, não chegou a ficar concluído.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo.

A 31/12/2018 apresentava Capitais Próprios negativos em 20.845.785,03€.

4. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Imparidade de activos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Reconhecimento de Vendas e Serviços Prestados

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

056
V. OPA

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores actualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma

↓
ome
v.

a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o activo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de activos.

Operações em moeda diferente da moeda de relato (€uro)

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afectar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Responsabilidades e Gastos com benefícios de reforma de trabalhadores

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Custos de empréstimos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Subsídios públicos

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Impostos sobre os resultados

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de activos por impostos diferidos.

Quando aplicável adoptou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Activos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o activo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afectar os resultados operacionais, na base do método de linha recta (quotas constantes), com aplicação de

percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos activos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objecto de estimativa actualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Para a generalidade dos activos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detectados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Activos não correntes detidas para venda

Os activos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o activo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do activo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os activos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os activos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

017
X
K. *[Handwritten signature]*

Handwritten signature and initials: J. G.M.C. V.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afectar o valor do respectivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Justo Valor nas Propriedades de Investimento e Imparidades de activos

Aplicaram-se para o efeito, as disposições contidas na NCRF 11 - Propriedades de investimento.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).

Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

058
X
W.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efectivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respectivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respectivas dívidas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Investimentos financeiros activos

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Outras contas a pagar

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor actual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afectam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os activos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspectos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efectuadas.

Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo, sendo a taxa de juro efectiva a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros:

São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos accionistas.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Passivos contingentes e activos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

(i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Juizos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objecto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes

059
X
AF
W.

critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização directa; e (iv) fluxos de caixa descontados.

b) As Vidas úteis dos activos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os activos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICO

A Demonstração dos Resultados por Funções não é objecto de preparação em SNC porque a empresa optou por não a elaborar.

X
af
h.

060
b
OFF
w.

NOTAS DISCRIMINATIVAS E EXPLICATIVAS

6. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Detalhe das Vendas e Prestação de Serviços dos exercícios:

	2018	2017
Vendas de produtos acabados	3.852,40€	80.743,08€
Prestação de Serviços:		
Infraestruturas	4.729.519,66€	6.188.377,93€
Parque de Campismo	1.217.231,52€	1.145.911,60€
Vendas e serviços prestados na DRN SNC	5.950.603,58€	7.415.032,61€

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2018	2017
Existências iniciais	40.229,92€	35.133,30€
Compras de matérias, subsidiárias e de consumo no período	527.969,13€	717.990,34€
Existências finais	40.408,98€	40.229,92€
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas na DRN SNC	527.790,07€	712.893,72€

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos dos exercícios, foram os seguintes:

	2018	2017
Subcontratos	2.343.226,09€	3.613.451,34€
Trabalhos especializados	234.921,65€	312.377,09€
Publicidade e propaganda	2.186,66€	7.621,54€
Vigilância e segurança	101.429,00€	105.366,36€
Honorários	0,00€	0,00€
Comissões	444,75€	0,00€
Conservação e reparação	163.709,48€	143.880,18€
Serviços Bancários	28.087,71€	27.156,35€
Outros Serviços	0,00€	0,00€
Ferramentas e Utensílios	41.290,98€	40.163,54€
Livros e documentação técnica	0,00€	6,10€
Material de escritório	12.065,82€	13.412,46€
Artigos para oferta	41,49€	0,00€
Eletricidade	77.266,03€	95.626,33€
Combustíveis	188.238,75€	221.333,96€
Água	109.225,35€	109.666,10€
Lubrificantes	3.107,31€	720,51€
Deslocações e estadas	1.599,98€	808,02€
Rendas a alugueres	33.274,07€	42.908,19€
Comunicação	11.380,91€	16.861,98€
Seguros	25.415,89€	33.656,37€
Contencioso e notariado	30,60€	481,00€
Despesas de representação	271,20€	56,25€
Limpeza, higiene e conforto	45.967,99€	37.423,44€
Outros Serviços	261,99€	1.123,27
Fornecimentos e serviços externos na DRN SNC	3.423.443,70€	4.824.100,38€

9. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com o Pessoal nos exercícios:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	0,00€	0,00€
Remunerações do pessoal	1.111.192,09€	1.009.414,85€
Encargos sobre remunerações	248.967,55€	239.567,64€
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	14.378,14€	13.314,93€
Indemnizações e acordos de rescisão	0,00€	0,00€
Outros gastos com o pessoal	87.860,13€	48.591,04€
Gastos com pessoal na DRN SNC	1.462.397,91€	1.310.888,46€

O número médio de funcionários em 2018 foi de 91, sendo 14 do Parque de Campismo.

10. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Desdobramento dos ajustamentos e imparidades ocorridas nos exercícios:

	2018	2017
Aumentos de ajustamentos de valor em clientes	9.505,53€	14.795,55€
Recuperação de dívidas	9.505,53€	0,00€
Imparidade de dívidas a receber na DRN SNC	0,00€	14.795,55€

Neste período houve ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos.

11. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe dos Outros Rendimentos dos exercícios:

	2018	2017
Correções imputáveis a períodos anteriores	1.976,12€	27.135,48€
Outros rendimentos e ganhos	294.581,58€	177.783,96€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	296.557,70€	204.919,44€

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a "Tarawa-kiribati", que gerou um rendimento no montante de 108.000,00 euros, no exercício de 2018. Acresce o rendimento de 60.000,00 euros que advém do acordo celebrado entre a Camara Municipal de Mafra e a Giatul referente à cessão de uma parcela de terreno pelo período remanescente do Contrato Programa o qual se conclui a 29 de Junho de 2029.

12. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

	2018	2017
Subsídios à exploração	0,00€	1.244,78€
Outros rendimentos e ganhos na DRN SNC	0,00€	1.244,78€

3. OUTROS GASTOS

Detalhe de Outros Ganhos dos exercícios:

	2018	2017
Impostos indiretos	6.828,57€	2.688,28€
Impostos diretos	965,66€	965,66€
Correções de Exercícios Anteriores	1.477,38€	18.884,25€
Taxas	37.901,20€	54.363,95€
Gastos Perdas Investimentos não financeiros	66.126,22€	0,00€
Donativos	15,00€	1.000,00€
Multas e penalidades	1.358,25€	1.500,00€
Outros gastos e perdas	45,03€	2.669,56€
Outros gastos e perdas na DRN SNC	114.717,31€	82.071,70€

14. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das Amortizações dos Activos Tangíveis e Intangíveis, dos exercícios:

	2017	2017
<i>Amortizações de ativos fixos tangíveis:</i>		
Edifícios e outras construções	38.814,69€	25.804,91€
Equipamento básico	192.549,26€	191.640,30€
Equipamento de transporte	17.959,67€	11.409,67€
Equipamento administrativo	3.583,65€	2.661,43€
Outros activos fixos tangíveis	333,31€	0,00€
Propriedade Industrial	200.000,00€	200.000,00€
Projectos de Desenvolvimento	0,00€	35.404,59€
Gastos de depreciação e de amortização na DRN SNC	453.240,58€	466.920,90€

15. JUROS OBTIDOS E OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos juros bancários obtidos.

	2018	2017
Juros obtidos de depósitos	0,26€	0,93€
Juros obtidos de aplicações de tesouraria		
Juros obtidos de clientes		
Juros obtidos de outras entidades		
Rendimentos de participadas valorizadas ao custo		
Diferenças cambiais favoráveis		
Outros rendimentos e ganhos		
Juros e rendimentos similares obtidos na DRN SNC	0,26€	0,93€

16. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2018	2017
Juros contraídos com empréstimos bancários	31.502,45€	42.548,67€
Juros contraídos em locações financeiras	299,43€	0,00€
Juros de mora e compensatórios	30,03	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00€	773,98€
Juros e gastos similares suportados na DRN SNC	31.831,91€	43.322,65€

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Fixos tangíveis:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	420.691,21€				420.691,21€
Edifícios e outras construções	531.511,49€	86.464,71€			617.976,20€
Equipamento básico	6.193.326,37€	34.389,87€	71.061,22€		6.156.655,02€
Equipamento de transporte	202.937,20€	63.983,25€	21.783,25€		245.137,20€
Ferramentas e utensílios					
Equipamento administrativo	103.074,03€	12.636,33€	2.544,00€		113.166,36€
Outros activos fixos tangíveis	64.887,24€	333,31€			65.220,55€
Depreciações acumuladas	-5.513.026,76€	-204.814,42€			-5.717.841,18€
Perdas por imparidade acumuladas	0,00€				0,00€
Total	2.003.400,78€	-197.783,89€	95.388,47€		1.901.005,36€

Totais das variações do ano sem depreciações

Aquisições	Alienações
195.263,47€	0,00€

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Póvoa de Cima”, localizado no concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Movimento ocorrido nos Activos Intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos exercícios seguintes:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates (a)	Saldo Final
Ativos intangíveis					
Goodwill					
Projectos de desenvolvimento					
Programas de computador					
Propriedade industrial	10.912.307,80€				10.912.307,80€
Outros activos intangíveis	106.192,53€				106.192,53€
Amortizações acumuladas	-2.806.192,70€	-200.000,00€			-3.006.192,70€
Perdas por imparidade acumuladas					
Total	8.212.307,63€	-200.000,00€			8.012.307,63€

Discrimina-se o valor da rubrica por item.

Descrição	Ano Aquisição	Valor Reconhecido	Tipo de Direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2.422.372,88€	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421.956,08€	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565.619,09€	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320.462,17€	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288.732,28€	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212.801,30€	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272.283,08€	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305.108,52€	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313.317,44€	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651.381,20€	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138.273,76€	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	2.099.999,83€	Cessão Exploração
	Soma	8.012.307,63€	

O Parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em Fevereiro de 2019.

063
X
ent
W.**19. DIFERIMENTOS**

O desdobramento dos diferimentos registados no Activo Corrente é o seguinte:

(Activo corrente)	2018	2017
Diferimentos:		
Juros a reconhecer	14.340,94€	19.343,01€
Gastos a reconhecer	13.465,29€	0,00€
Diferimentos no balanço SNC	27.806,23€	19.343,01€

O desdobramento dos diferimentos registados no Passivo Corrente, é o seguinte:

(Passivo Corrente)	2018	2017
Rendimentos a reconhecer (Proveitos Diferidos)	512.432,64€	543.065,64€
Diferimentos no balanço SNC	512.432,64€	543.065,64€

20. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Detalhe das Outras Contas a Receber:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2018	2017
(Activo corrente)		
Devedores por acréscimo de Rendimentos	275.938,42€	754.688,99€
Outros devedores	0,00€	0,00€
Outras contas a receber no balanço SNC	275.938,42€	754.688,99€

Na rubrica de Devedores por acréscimo de rendimentos encontram-se reconhecidos 23.565,00€ Euros de valores faturados em 2019 correspondente a serviços de alojamento no Parque de Campismo ocorridos em 2018.

21. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2018	2017
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.408,98€	40.229,92€
Inventários reclassificados de acordo com a NCRF 3	40.408,98€	40.229,92€

22. CLIENTES

Saldos da Conta Clientes nos exercícios:

	2018	2017
Clientes C/C - Mercado Nacional	588.142,01€	420.704,21€
Clientes C/C – Títulos a Receber	0,00€	0,00€
Clientes - Factoring	0,00€	0,00€
Clientes no balanço SNC	588.142,01€	420.704,21€

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Detalhe dos saldos devedores da conta Estado, nos exercícios:

	2018	2017
IRC Capitais	0,00€	0,00€
IRC Prediais	27.000,00€	27.000,00€
IRC Juros Bancários	0,06€	0,19€
Pagamento Especial por Conta	13.483,80€	6.0002,88€
Pagamento por Conta	11.373,00€	0,00€
IVA a Recuperar	0,00€	40.296,99€
Estado e outros entes públicos no balanço SNC	51.856,86€	73.300,06€

24. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Detalhe da conta caixa e seus equivalentes:

	2018	2017
Caixa	3.365,34€	3.588,75€
Depósitos imediatamente mobilizáveis	120.504,29€	115.635,27€
Depósitos a Prazo	2.500,00€	2.500,00€
Caixa e depósitos bancários no balanço SNC	126.369,63€	121.724,02€

25. CAPITAL REALIZADO

Composição do Capital:

	2018	2017
Capital realizado no balanço SNC	900.000,00€	900.000,00€

O "Município de Mafra" detém 100% do capital social da Giatul, EM. SA.

26. RESERVAS LEGAIS

Composição da Reserva legal:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reservas legais	356.800,25€	356.800,25€
Reservas legais no balanço SNC	356.800,25€	356.800,25€

27. OUTRAS RESERVAS

Composição das Outras Reservas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reservas livres	425.027,06€	425.027,06€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	50.028,30€	0,00€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129.676,67€	76.967,16€
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97.426,69€	0,00€
Outras reservas no balanço SNC	702.158,72€	501.944,22€

28. AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS FINANCEIROS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ajustamentos de aplicação do MEP	-6.925,00	-6.925,00
Ajustamentos em activos financeiros no balanço SNC	-6.925,00	-6.925,00

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Detalhe da evolução dos Resultados Transitados nos exercícios:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultados Transitados	3.913.191,93€	3.984.730,60€
Resultados transitados no balanço SNC	3.913.191,93€	3.984.730,60€

30. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (Passivo)

Desdobramento das Contas com o Estado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(Passivo corrente)		
Iva a Pagar	50.696,70€	0,00€
CGA e ADSE a pagar	4.193,61€	3.011,69€
Segurança social a pagar	25.938,49€	22.113,62€
IRS a pagar	8.471,41€	6.475,98€
IRC a Pagar	24.856,80€	42.515,50€
Estado e Outros Entes Públicos no balanço SNC	109.671,57€	74.116,79€

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.

31. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Detalhe das Outras Contas a Pagar:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(Passivo não corrente)		
Credores Diversos	249.533,71€	0,00€
(Passivo corrente)		
Credores Diversos	966.818,00€	189.974,05€
Impostos diferidos	20.552,95€	5.921,03€
Outras contas a pagar no balanço SNC	987.370,95€	195.895,08€

32. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de Fornecedores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores C/C	365.660,93€	916.126,77€
Fornecedores C/ garantias	0,00€	503.780,21€
Adiantamentos a Fornecedores	0,00€	0,00€
Fornecedores no balanço SNC	365.660,93€	1.419.906,98€

33. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos Financiamentos obtidos nos exercícios:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(Passivo não corrente)		
Dívidas a mais de um ano a instituições de crédito nacionais	2.220.977,17€	2.734.803,45€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	2.220.977,17€	2.734.803,45€
(Passivo corrente)		
Dívidas a menos de um ano a instituições de crédito nacionais	510.289,00€	789.000,60€
Financiamentos obtidos no balanço SNC	510.289,00€	789.000,60€

- a) Neste valor estão incluídos os financiamentos através de Conta Corrente Cauçionada, Locação financeira e Desconto de Letras.

34. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os artºs 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

35. SALDOS ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe dos saldos com associadas:

	2018	2017
Saldos em outras contas a receber		
Câmara Municipal de Mafra	511.836,16€	365.176,66€
Saldos em contas a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	0,00€	93.035,78€

36. TRANSACÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Detalhe das transacções ocorridas com associadas:

	2018	2017
Réditos		
Câmara Municipal de Mafra	5.120.283,54€	5.765.081,91€
Fornecimentos e serviços externos		
Câmara Municipal de Mafra	187.375,64€	216.568,83€

Mafra, 28 de Fevereiro de 2019

Conselho de Administração

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature] *[Handwritten Signature]*

Contabilista Certificado n.º 67159

[Handwritten Signature]

219737428
67159

Handwritten initials and signature in blue ink.

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

6 – Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Giatal-Actividades Ludicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prémios de subscrição e outros prémios de reserva de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de avaliação financeira	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	501 994,22 €	3 984 730,60 €	-6 925,00 €	0,00 €	23 684,18 €	128 625,83 €	5 888 910,08 €	0,00 €	5 888 910,08 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						0,00 €	200 164,50 €	-71 538,67 €	0,00 €		-19 747,71 €	-128 625,83 €	-19 747,71 €		-19 747,71 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200 164,50 €	-71 538,67 €	0,00 €	0,00 €	-19 747,71 €	-128 625,83 €	-19 747,71 €	0,00 €	-19 747,71 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											198 736,78 €	198 736,78 €		198 736,78 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											70 110,95 €	178 989,07 €		178 989,07 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															0,00 €
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições															0,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10	900 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356 800,25 €	702 158,72 €	3 913 191,93 €	-6 925,00 €	0,00 €	3 936,47 €	198 736,78 €	6 067 899,15 €	0,00 €	6 067 899,15 €

Contabilista Certificado nº 67159



Nº 219737428
 Nº 67159

Conselho de Administração





Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

7 – Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. que compreendem o balanço em 31/12/2018 que evidencia um total de 11.023.835 euros e um total de capital próprio de 6.067.899 euros, incluindo um resultado líquido de 198.737 euros, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. em 31/12/2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 20.845.785 Euros. A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM,



S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com

base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de Março de 2019

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por



Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas, n.º 1167

Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

M.OME

Giatul – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A.

8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Acionistas, da GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de resultado por natureza, Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 relativos à GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A.

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspetos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal das Contas não qualificada com a data de 15 de março de 2019, com a seguinte ênfase:

a) A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. detém uma participação financeira na empresa “Mafreduca, SA”, em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2018 a “Mafreduca, SA” apresentou Capitais Próprios negativos em 20.845.785 Euros. A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, SA”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, EM, S.A. continua a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei.



4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 15 de Março de 2019

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Registada na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490
Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, n.º 1167
Registado na CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

070⁵

Dê-se instruções ao Rep do Município
para votar favoravelmente
A ratificar

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
28/02/19



**MATADOURO
REGIONAL
MAFRA**

**Relatório de Gestão
2018**

Mafra, 11 de Fevereiro de 2019

[Handwritten signature]



**MATADOURO
REGIONAL
MAFRA**

Relatório de Gestão 2018

Objeto:

- Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.

Conselho de Administração:

Presidente	Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
Vogal	Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha
Vogal	Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Sociedade Anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o nº 02684
Capital Social: 750.000,00 Euros – Contribuinte: PT – 505004232 – CAE Principal: 10110

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com o que determina a lei e o disposto no contrato social da Sociedade, submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações de Capitais Próprios e Anexos referentes ao Exercício de 2018.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

I – INTRODUÇÃO

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, prestes a atingir os quinze anos de atividade, alcançou um nível de resultados positivo superando de novo os objetivos financeiros delineados para este exercício. Este resultado, permite consolidar e melhorar os indicadores económicos e financeiros da empresa, contrariando um pouco, a tendência a que vamos assistindo no sector.

É de realçar, que estes resultados foram obtidos em ambiente bastante adverso, pois deparamo-nos ao longo do ano com uma descida acentuada das cotações dos Couros e Peles nos mercados internacionais, afetando a nossa capacidade de criar valor e diminuindo a capacidade financeira de todo o sector.

Procuramos de forma prudente e cautelosa atenuar os efeitos desta situação e tivemos que valorizar e nos alavancar noutros fatores que continuamos a destacar desde a abertura da unidade, que passa nomeadamente, por um esforço constante na captação e fidelização dos clientes e na adaptação de horários e de dias de abate às preferências do mercado. Temos procurado sempre nos diferenciar pelos pontos fortes que são reconhecidos pelo mercado, nomeadamente, a qualidade do serviço, o posicionamento geográfico, a qualidade dos seus recursos, a capacidade de inovação e a relação isenta e séria constantemente assumida com todos os clientes, fornecedores e colaboradores.

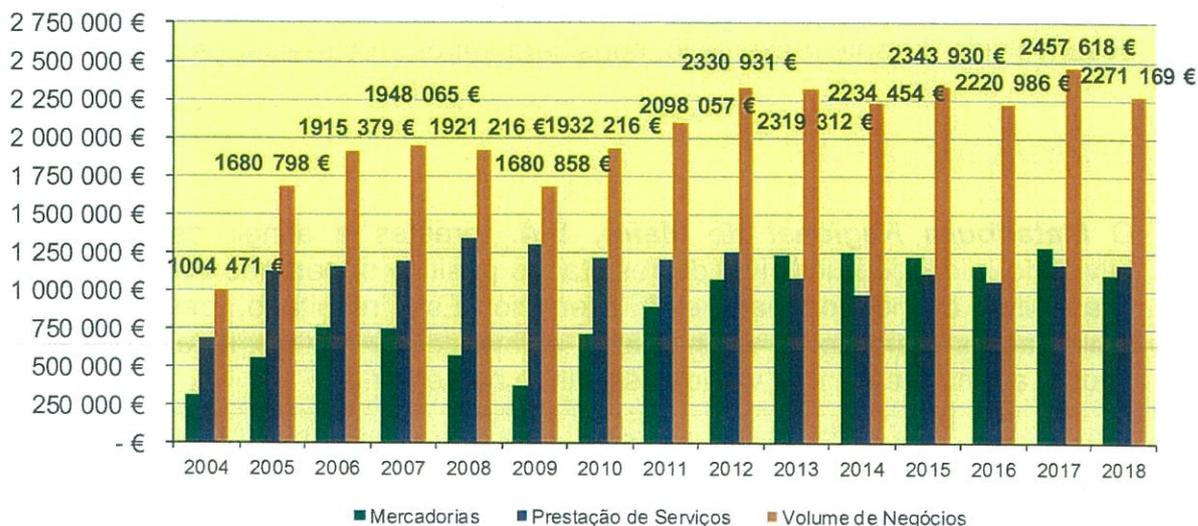
Conscientes de um contexto económico-financeiro nacional complexo e de alguma volatilidade, que nos acrescentou novos desafios, foi possível, mesmo assim, atingir um aumento no volume da quantidade abatida na unidade superior a 3,5%.

Foi nesta conjuntura, que o **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, consolidou a sua posição no mercado da prestação de serviços de abate, destacando-se como uma unidade de referência para o sector, que apesar de prejudicado com uma redução do valor de vendas das Mercadorias em 16,6%, conseguiu que o seu volume de negócios, sofresse apenas uma redução de 7,6%.

[Handwritten signature]

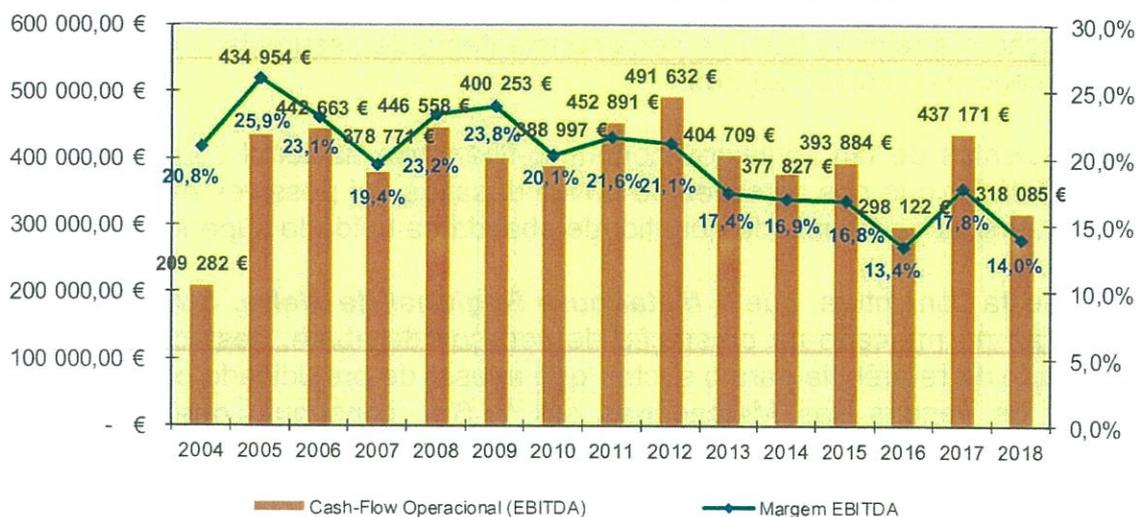
Durante 2018, mesmo com um aumento ligeiro do número de abates da espécie Bovino de 1,6%, verificou-se uma descida no valor das Vendas de Mercadorias e Prestação de Serviços de Abate de 7,6%, permitindo alcançar um Volume de Negócios de 2.271.169,03€ (Dois milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e sessenta e nove euros e três cêntimos), conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

VOLUME DE NEGÓCIOS



Com uma manutenção do valor na Prestação de Serviços e uma redução do valor da Venda das Mercadorias e Produtos em 14,30%, o *EBITDA* sofreu automaticamente uma redução de 27,20%, atingindo um valor de 318.084,57€ (Trezentos e dezoito mil, oitenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos) e proporcionando uma margem de *EBITDA* de 14%.

CASH-FLOW OPERACIONAL - EBITDA



II – ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

A economia mundial, de acordo com a OCDE, expandiu 3,7% em 2018 e terá atingindo um máximo, pois as estimativas de crescimento para os próximos anos apesar de positivas, perspetivam um abrandamento lento a curto prazo.

A partir do segundo semestre, começaram a surgir sinais de desaceleração ao nível da procura mundial de alguns produtos e serviços, traduzindo-se automaticamente numa redução do comércio internacional e da confiança dos mercados.

Uma das principais razões apontadas tem sido a originada pela escalada da tensão comercial, entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China, pois após a aplicação de tarifas aduaneiras sobre os produtos originários deste país asiático, despoletou automaticamente um conjunto de medidas retaliatórias. Esta ascensão de políticas protecionistas e de incentivo aos mercados internos, tem colocado em causa o paradigma vigente, nomeadamente ao nível das políticas de comércio global, de imigração e simultaneamente de meio ambiente.

Os mercados asiáticos, registaram igualmente um abrandamento das taxas de crescimento, e face às novas condicionantes do mercado global, tem optado por abrigar-se nos mercados internos e na promoção de políticas macroeconómicas de apoio à economia. Baseadas na dinamização da capacidade de compra interna, começa a verificar-se uma crescente preocupação sobre o controlo dos níveis de endividamento dos grandes conglomerados empresariais e das famílias, ao mesmo tempo que, procuram defender e consolidar a posição como grandes players da economia mundial.

A dinâmica de crescimento na Europa, alterou-se face ao ano anterior, pois após um pico, finalizou o ano de 2018 com um crescimento de 1,9%, reflexo de um menor crescimento das suas principais economias, bem como, de uma menor dinâmica do comércio mundial. Contribuíram também os receios e o impacto do *Brexit* pela forma como o Reino Unido poderá deixar a União Europeia, pois trata-se de um dos parceiros comerciais mais importantes para além de ser um dos seus elementos fundadores. Esta decisão veio condicionar e colocar muita prudência nas empresas que se relacionam com o mercado britânico, pois certamente são difíceis de mensurar os impactos que irão surgir ao nível social, económico e financeiro.

De realçar também, a continuação de um nível de taxas de juros historicamente baixos e o surgimento de indícios de aumento da dívida das empresas e particulares (contrariamente aos últimos anos, onde se tinha verificado uma redução sustentada dos principais indicadores da dívida). É com grande expectativa, que se tenta prever as consequências da inversão das taxas de juros, sustentadas numa desalavancagem que o BCE a qualquer momento poderá iniciar. Apesar dos constantes adiamentos, o Quantitative Easing (QE) terá que ser revertido, até porque é podemos verificar nos Estados Unidos o FED, que já subiu de forma programada, em vários momentos, as taxas de juros de curto prazo.



É neste ambiente de grandes mudanças e contradições, que serão necessárias importantes alterações de estratégia económica e política, pois são estes momentos de grandes transformações, que se perceberá a capacidade de resposta dos líderes das economias dos principais Estados Europeus.

Em Portugal, assistimos igualmente ao mesmo cenário, ou seja, se por um lado vamos sendo confrontado com bons resultados económicos (o PIB cresceu em 2018, 2,1%), por outro, existem sinais de abrandamento económico que conjugados com taxas de juros historicamente baixas e por uma maior abertura do sector bancário na concessão de crédito, estão a alavancar o incremento das taxas de endividamento.

Assistimos a um governo que após ter sido bafejado pela reversão das várias medidas do governo anterior (a maioria, impostas no âmbito do programa de reestruturação financeira), conseguiu voltar a incentivar o consumo privado, através da devolução dos rendimentos às famílias e aproveitando uma maior estabilidade social do país. Esta realidade, associada a uma boa dinâmica da procura mundial de bens e serviços, principalmente das economias com quem tradicionalmente mantemos relações comerciais, associado á explosão do sector do turismo, permitiram garantir bons resultados no crescimento da economia nacional.

Esta estratégia económica de gerar efeitos imediatos, foi e continua a ser reforçada por uma série de medidas de carácter não recorrente, por um grande nível de cativações da despesa, por uma forte redução do investimento público, bem como de um continuado aumento da carga fiscal (principalmente através de impostos indiretos), tendo permitido concluir o ano com um resultado inédito de um défice inferior a 0,7%.

Apesar destes resultados e das taxas de juros estarem em níveis historicamente baixos, o estado em termos financeiros e quantitativos, mantém o crescimento da dívida pública, embora a um menor ritmo. Ao nível das empresas e particulares, embalados por uma maior dinâmica do mercado imobiliário, verificou-se uma maior abertura da banca a voltar a conceder crédito ao consumo e à habitação.

É neste ambiente, que se comprova a grande volatilidade que tem sido o dia-a-dia dos portugueses, no que se refere ao contexto económico e financeiro, mostrando que se continua constantemente a procurar estratégias para uma maior sustentabilidade, que certamente terão que assentar num maior equilíbrio entre os sectores primário, secundário e terciário, alavancado na iniciativa privada, nas exportações, no investimento estrangeiro e nas sinergias com a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, sempre procurando garantir um melhor país para todos.

Handwritten signature

III - ENQUADRAMENTO SECTORIAL

De seguida, pretende-se realizar uma breve análise dos principais fatores que poderão ter influência no sector, sendo sempre necessário realçar a prudência que se deve utilizar na sua interpretação.

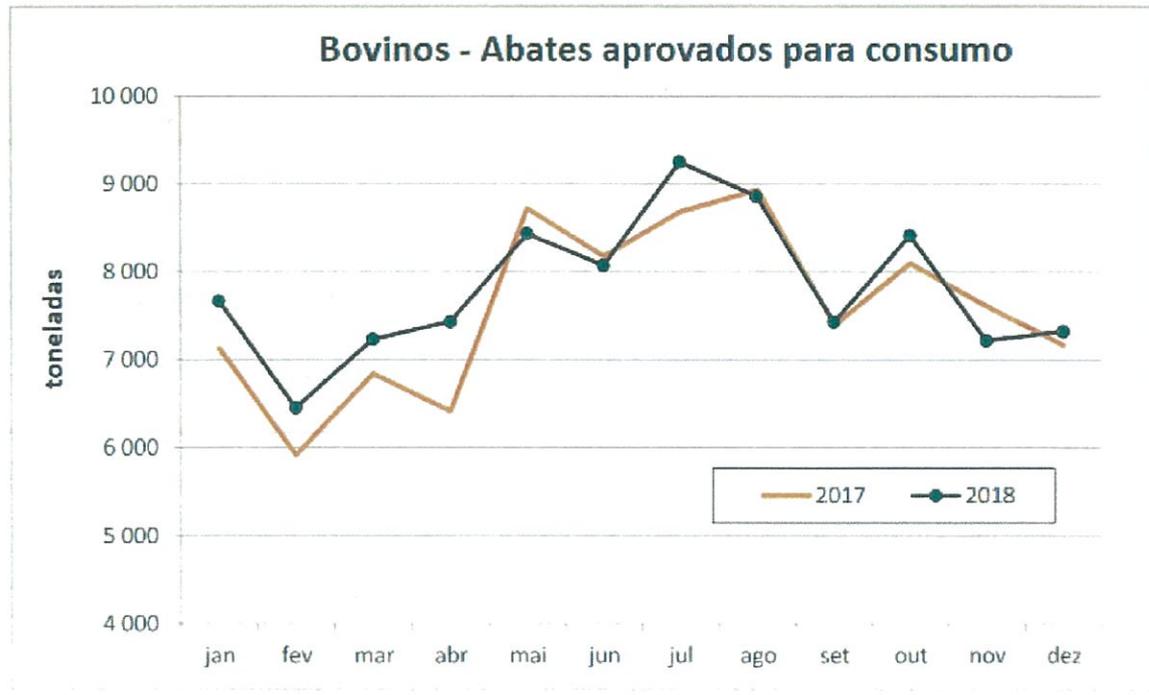
Relativamente aos abates aprovados para consumo em termos nacionais, verificou-se durante o ano de 2018, em termos nacionais, a um aumento de 2,5% das quantidades em número de cabeças e a uma manutenção dos valores em termos ponderais, ou seja, de toneladas de carne de bovino.

ABATES APROVADOS PARA CONSUMO - Janeiro a Dezembro

	CABEÇAS		TONELADA		Var. Cabeças (%) Acum. ano anterior	Var. Toneladas (%) Acum. ano anterior
	2018	2017	2018	2017		
Vitela - V	47203	49983	6713	7090	-5,6%	-5,3%
Vitelão - Z	82589	82767	15070	15042	-0,2%	0,2%
Novilhos	119558	116702	34521	36633	2,4%	-5,8%
Bois	1077	1166	347	374	-7,6%	-7,2%
Vacas	82565	77910	22120	20845	6,0%	6,1%
Novilhas	53438	48591	12369	11110	10,0%	11,3%
TOTAL	386430	377119	91140	91094	2,5%	0,1%

FORNE: I.N.E. (2017 - dados provisórios; 2018 - dados preliminares)

A distribuição de abates ao longo do ano caracterizou-se pela semelhança com anos anteriores, sendo apenas de destacar, o aumento da procura durante os meses de verão.



No comércio internacional, mais concretamente nas importações, verificou-se um aumento acentuado das quantidades, tendo mais significância o acréscimo superior a 11% da carne refrigerada. Do lado das exportações, verificaram-se igualmente subidas, nomeadamente ao nível da Carne Congelada com 16%, da Carne Refrigerada com 31% e nos Outros Bovinos Vivos com 10%, conforme se poderá verificar na tabela seguinte:

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: Tonelada

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2018	2017	2018	2017	ENTRADAS 18/17	SAIDAS 18/17
Carne congelada	17030	13823	1874	1611	23%	16%
Carne Refrigerada	100049	89859	12661	9659	11%	31%
Miudezas	2504	2082	420	384	20%	10%
Bov. Rep. Raça Pura	90	147	1196	1114	-38%	7%
Outros Bovinos vivos	247	87	33216	30164	184%	10%
TOTAL	119920	105998	49367	42930	13%	15%

FONTE: I.N.E. (2017 - dados provisórios; 2018 - dados preliminares)

Em termos de valor, o Comércio Internacional, obteve os seguintes dados:

COMÉRCIO INTERNACIONAL - Janeiro a Dezembro

Unidade: 1000€

	ENTRADAS		SAIDAS		Var. %	Var. %
	2018	2017	2018	2017	ENTRADAS 18/17	SAIDAS 18/17
Carne congelada	79540	61738	9870	7794	29%	27%
Carne Refrigerada	473706	420749	38358	26377	13%	45%
Miudezas	5907	5025	599	586	18%	2%
Bov. Rep. Raça Pura	624	8061	2037	1831	-92%	11%
Outros Bovinos vivos	840	255	86464	80360	230%	8%
TOTAL	560617	495827	137329	116948	13%	17%

FONTE: I.N.E. (2017 - dados provisórios; 2018 - dados preliminares)

Numa análise em termos financeiros, as importações sofreram de uma forma global um aumento de preços, tendo sido mais acentuado, na Carne Refrigerada. O mesmo comportamento, tiveram as Exportações, á exceção da categoria Outros Bovinos Vivos, que tiveram uma ligeira depreciação nos preços médios de venda.

Da informação contida nas tabelas anteriores, é possível retirar algumas ilações, tais como:

	2018	2017
Consumo Interno Anual (Ton)	193684	183507
Consumo Per Capita Anual (KG)	18,80	17,82
Produção Interna	47%	50%
Dependência do Exterior	53%	50%
Valor Total das Importações	560 616 600 €	495 826 800 €
Valor Total das Exportações	137 328 700 €	116 947 800 €
Resultado na Balança Comercial	-423 287 900 €	-378 879 000 €
Preço Global por KG/Importado	4,67 €	4,68 €
Preço Global por KG/Exportado	2,78 €	2,72 €
Preço Carne Refrig. por KG/Importado	4,73 €	4,68 €
Preço Bovinos Vivos por KG/Exportado	2,57 €	2,63 €

Relativamente ao consumo de carne de bovino, verificamos novamente a uma alteração da tendência no consumo per/capita registada nos últimos anos, influenciada principalmente pelo efeito positivo que o crescimento do sector do turismo tem provocado no sector alimentar (situação já realçada no ano anterior). Ou seja, apesar dos portugueses continuarem a dar preferência a outro tipo de carnes (Porco, Frango, Peru, entre outras), está demonstrado que o aumento de população não residente, induz automaticamente impactos sobre o aumento dos consumos de produtos alimentares, provocando melhorias dos valores médios do consumo per capita.

Destaca-se infelizmente, a diminuição da Balança Comercial da Carne de Bovino em quase 13% (cerca de 72 milhões de euros) e da capacidade de Produção Interna ter descido novamente e atingido um valor mínimo de apenas 47%. Assim, foi necessário realizar um volume de importações superior a 560 milhões de euros de carne de bovino para poder suprimir as necessidades do mercado nacional.

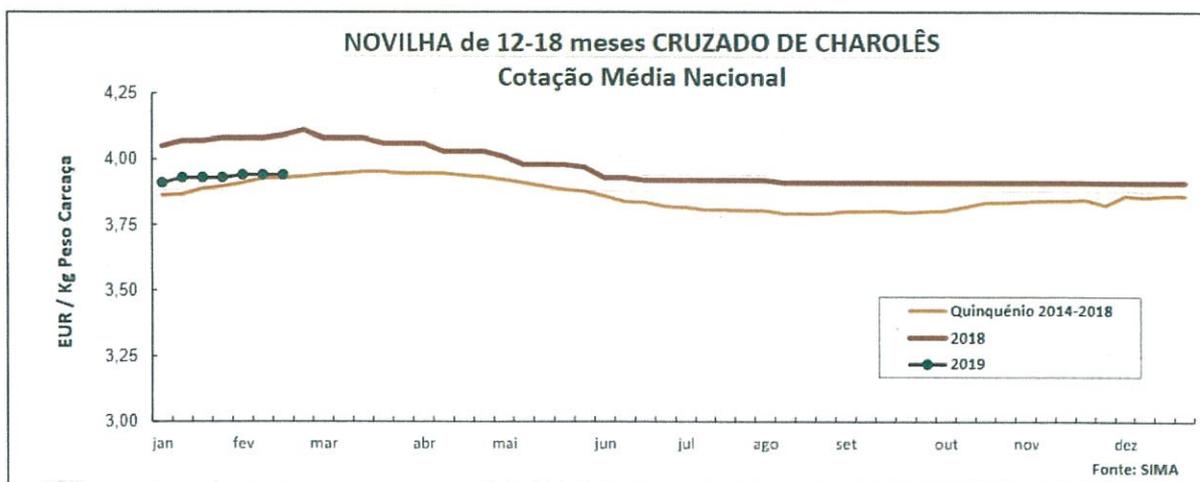
Indicador controverso e que mantém um incremento positivo nos últimos anos é a exportação de Bovinos Vivos, que teve um aumento de 8%, traduzido na exportação de bovinos para os países a leste da bacia do Mar Mediterrâneo (Israel, Líbano, entre outros) e para o norte de África.

Mais uma vez salientamos, esta saída discutível, que tem sido promovida como uma vitória para a produção nacional, a qual carece de uma análise mais profunda e detalhada no âmbito da fileira da carne de bovino nacional! Mais concretamente, esta estratégia, possivelmente mais focada no curto prazo, ou seja, a vender vitelos ao exterior (cerca de 86 milhões de euros/ano) prescindido da restante parte da cadeia de valor da fileira de carne de bovino.

Certamente que se estrategicamente não promovermos a recria/acabamento de bovinos em território nacional, não teremos capacidade de produção interna (apenas 47%), obrigando-nos a ter que recorrer aos mercados externos e a ter que realizar elevadas importações de carne de bovino (cerca de 560 milhões de euros/ano).

Esta é uma estratégia que tem sido incentivada pelas entidades governativas e que claramente prejudica o sector, pois sempre que é exportado um vitelo, a fileira da recria/acabamento fica mais fragilizada e são muitos os postos de trabalho colocados em causa.

Conforme é possível constatar no gráfico seguinte, durante 2018 as cotações dos Bovinos mantiveram-se acima dos preços praticados nos últimos anos, mas infelizmente, foram iniciando uma tendência de descida e culminaram num arranque em 2019 com cotações inferiores ao ano anterior, refletindo uma aparente quebra na procura da carne de bovino nacional.



De salientar, que de acordo com o mercado, estas cotações, não são suficientes para compensar os preços dos vitelos aptos a entrar nas recrias, que continuam bastante altos, comprometendo severamente a rentabilidade nas engordas.

Nesta análise, deve-se assinalar que os elevados preços dos vitelos criaram outra condicionante no mercado. Por via da valorização dos vitelos, o acabamento é obrigado a um maior período de engorda para conseguirem garantir pesos médios de carcaça superiores. Esta situação, para além de implicar a volumes de investimento mais elevados, dificulta também a colocação das carcaças, nomeadamente no mercado tradicional, ou seja, no talho de rua. Para além de outras consequências, o incentivo á exportação de vitelos em vida, também tem sido mais um contributo, para prejudicar o comércio tradicional de carne de bovino.

Relativamente aos fatores de produção na pecuária, deve-se realçar a manutenção dos preços em níveis elevados da energia, dos combustíveis, da água, mão-de-obra, impostos e dos preços da alimentação animal.

A agravar, continua o elevado nível de exigências normativas às explorações, nomeadamente ao nível do seu licenciamento (denominado REAP – Regime de Exercício da Atividade Pecuária), aliado às constantes alterações orgânicas na estrutura do Ministério da Agricultura, Florestas, e Desenvolvimento Rural e da DGAV (Direcção Geral de Alimentação e Veterinária), que provocam uma instabilidade no dia-a-dia dos operadores do sector.

É visível ainda, que toda a política da PAC – Política Agrícola Comum, está a ser desenvolvida numa perspetiva denominada de “Greening”, ou seja, pela promoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, promovendo uma maior sustentabilidade ambiental. Apesar da importância, por vezes dá origem a mediatismos, que em muito influenciam a escolha dos consumidores, dificultando ainda mais a atividade diária dos operadores.

Relativamente ao **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, à que salientar, a complexidade que mantemos ao nível de preços da prestação de serviços de abate, resultante em grande parte, dos valores praticados pelas unidades mais próximas. Na tentativa, de aumentar os seus volumes de atividade, estão constantemente a proporcionar descidas, gerando uma maior pressão e dificultando a fidelização de clientes.

Continua a verificar-se, que apesar de algumas unidades prosseguirem no mercado com esta estratégia, não têm conseguido capitalizar em volumes de abate, pois analisando as respetivas quotas, verifica-se uma grande variação da atividade, consoante pratiquem preços mais baixos ou não. Assim, se continua a comprovar, que a melhor forma de fidelização dos clientes não pode ser assente exclusivamente no preço, mas em outros fatores de diferenciação mais intangíveis, nomeadamente na prestação de um serviço de qualidade e personalizado, apenas possível com uma equipa de trabalho versátil, estável e muito motivada.

Com a alteração da plataforma do SNIRA (Sistema Nacional de Identificação de Registo Animal) em 2016, foi bloqueado o acesso às quantidades abatidas por unidade, pelo que ao contrário de outros anos, continuamos a não conseguir apresentar de forma fidedigna as quotas de mercado nacional dos outros operadores.

No entanto, considerando as quantidades abatidas na unidade face aos valores estimados pelo I.N.E. dos abates aprovados para consumo em termos nacionais, é possível verificar que o **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** aumentou a quota de mercado nacional em 2018, passando de um valor de 5,9% para 6,2%.

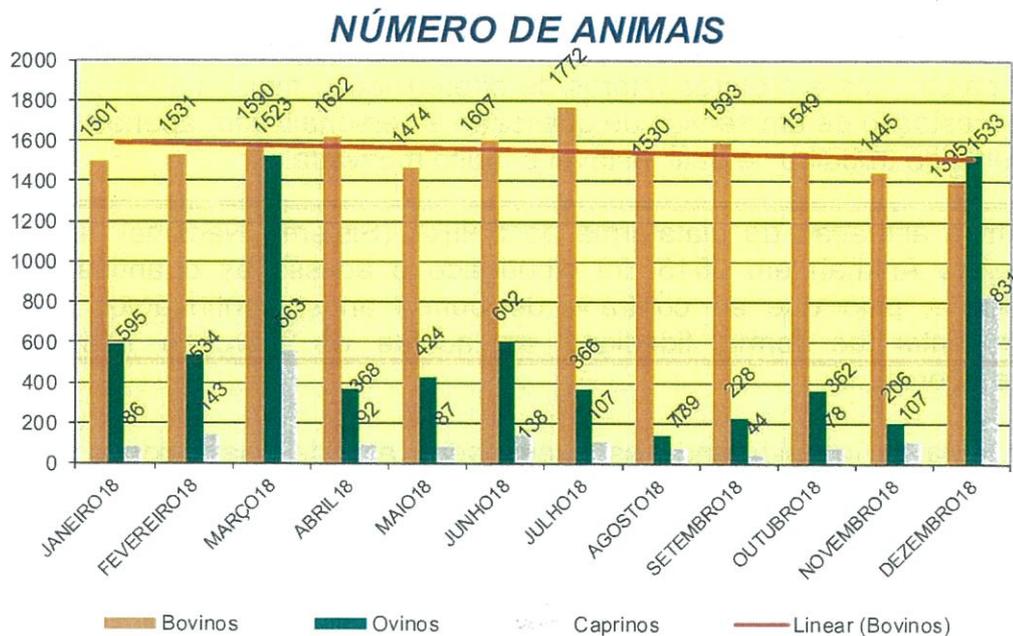
IV – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O número de animais abatidos no *Matadouro Regional de Mafra, S.A.* da espécie Bovino, teve uma ligeira subida comparativamente ao ano anterior, embora no último trimestre, tenha se verificado uma redução, contrariando a tendência dos anos anteriores.

A esta situação não é alheia a forte diminuição das cotações dos Couros e Peles que encareceu automaticamente o custo da carcaça e voltou a despertar o interesse por outros mercados, nomeadamente para a importação de carne de bovino.

Apesar destes factos, apenas foi possível alcançar estes resultados, através das constantes mudanças e adaptações realizadas na unidade, de modo a responder rapidamente às necessidades do mercado. Estas medidas, passaram pela consolidação dos abates ao fim de semana, implicando obrigatoriamente uma grande capacidade de adaptação e de planeamento de trabalho e também a um acréscimo do custo de operação.

Nos Ovídeos, apuramos como habitual a uma grande concentração dos abates nas épocas da Páscoa e do Natal, mas ao contrário dos anos anteriores, verificou-se uma forte redução nas quantidades abatidas, conforme se poderá verificar no gráfico seguinte:



Em termos quantitativos, o ano de 2018 teve um acréscimo de 1,6% em número de bovinos abatidos e em termos ponderais uma subida de 3,5%, por via da subida dos pesos médios de abate.

		2018	2017	Variação
Vitelos	N.º Animais	86	88	-2,3%
De 0 a 08M	Peso (Kg)	14 885	15 901	-6,4%
Vitelões	N.º Animais	1 524	1 817	-16,1%
De 08 a 12M	Peso (Kg)	363 390	437 499	-16,9%
Bovinos	N.º Animais	14 250	13 829	3,0%
De 12 a 24M	Peso (Kg)	4 557 975	4 340 579	5,0%
Bovinos	N.º Animais	757	769	-1,6%
De 24 a 30M	Peso (Kg)	218 359	210 275	3,8%
Bovinos	N.º Animais	1 097	1 134	-3,3%
De 30M a 48M	Peso (Kg)	310 776	330 476	-6,0%
Bovinos	N.º Animais	237	193	22,8%
De 48M a 72M	Peso (Kg)	68 604	55 334	24,0%
Bovinos	N.º Animais	609	435	40,0%
+ 72M	Peso (Kg)	197 765	146 531	35,0%
TOTAL	N.º Animais	18 560	18 265	1,6%
	Peso (Kg)	5 731 754	5 536 595	3,5%

Relativamente aos Ovídeos, destaca-se uma redução de clientes neste segmento de mercado, traduzindo-se numa diminuição acentuada das quantidades abatidas semanalmente, bem como, nas campanhas da Páscoa e de Natal.

		2018	2017	Variação
Cordeiros	N.º Animais	2 194	2 774	-20,9%
	Peso (Kg)	14 004	17 695	-20,9%
Borregos	N.º Animais	4 500	11 501	-60,9%
	Peso (Kg)	55 745	139 667	-60,1%
Ovinos Adultos	N.º Animais	236	775	-69,5%
	Peso (Kg)	5 812	17 351	-66,5%
Cabritos de Leite	N.º Animais	1 753	2 445	-28,3%
	Peso (Kg)	10 171	14 434	-29,5%
Cabritos	N.º Animais	70	126	-44,4%
	Peso (Kg)	708	1 168	-39,4%
Caprinos Adultos	N.º Animais	534	692	-22,8%
	Peso (Kg)	8 789	12 320	-28,7%
TOTAL	N.º Animais	9 287	18 313	-49,3%
	Peso (Kg)	95 229	202 635	-53,0%

Resumidamente e conforme já referido, o ano de 2018 caracterizou-se por um ligeiro aumento no número de animais abatidos e de quantidades processadas nos bovinos e em sentido contrário, por uma forte redução nos ovídeos, conforme se poderá analisar na tabela seguinte:

MÉDIAS SEMANAIS

N.º ANIMAIS											
	2004	2006	2008	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bovinos	183	288	328	324	350	307	285	304	314	351	357
Δ	N/A	12,4%	12,8%	-2,5%	12,5%	-12,5%	-7,0%	6,7%	3,3%	11,9%	1,6%
Ovinos	111	140	125	183	191	166	191	271	322	289	133
Δ	N/A	-12,0%	-36,8%	60,3%	32,9%	-12,7%	0,0%	41,9%	18,6%	-10,1%	-86,4%
Caprinos	28	31	27	39	72	49	50	63	70	63	45
Δ	N/A	-0,3%	3,7%	38,5%	54,9%	-32,3%	0,0%	27,2%	9,7%	-10,4%	-54,0%

N.º KGS											
	2004	2006	2008	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bovinos	53850	82068	97524	89792	94490	82131	80315	89984	92191	106473	110226
Δ	N/A	10,4%	16,9%	-4,2%	7,3%	-13,1%	0,0%	9,6%	2,5%	15,5%	3,5%
Ovinos	1005	1712	1413	1876	2020	1719	2049	2992	3913	3360	1453
Δ	N/A	0,9%	-37,2%	59,2%	37,8%	-14,9%	0,0%	74,1%	30,8%	-14,1%	-77,2%
Caprinos	95	183	148	223	417	293	307	461	559	537	378
Δ	N/A	30,9%	-43,8%	36,0%	60,7%	-29,7%	0,0%	57,1%	21,4%	-3,9%	-56,8%

Durante o ano de 2018, manteve-se uma menor procura pela prestação de serviços de abate nos equídeos (este segmento praticamente desapareceu após um aumento das exigências sanitárias), enquanto que na caça maior, mais concretamente nos suídeos, tivemos um ligeiro incremento, por via da entrada de novos clientes. Conforme se pode verificar na tabela abaixo, apesar de representarem nichos de mercado, é expressiva a procura destes serviços, pelo que procuraremos dotar-nos de condições para poder aproveitar e valorizar estes mercados.

		2018	2017	Variação
Equídeos	N.º Animais	38	96	-60,4%
	Peso (Kg)	21 603	21 603	0,0%
Cervídeos	N.º Animais	53	31	71,0%
	Peso (Kg)	1 709	1 605	6,5%
Suídeos	N.º Animais	158	140	12,9%
	Peso (Kg)	3 541	3 454	2,5%
TOTAL	N.º Animais	249	267	-6,7%
	Peso (Kg)	26 853	26 662	0,7%

Em termos de distribuição geográfica dos clientes, mantêm-se praticamente o registo dos anos anteriores, ou seja, que a grande maioria está sedeadada no Distrito de Lisboa, estando o Concelho de Mafra na primeira posição. De seguida, e conforme se pode verificar na tabela dos clientes, destacam-se os concelhos de Sintra, Torres Vedras e Lisboa. Do lado dos fornecedores de gado, a situação é ligeiramente diferente, encontrando-se o concelho de Torres Vedras praticamente com os mesmos números do concelho de Mafra, seguido pelo Sobral de Monte Agraço e Alenquer



Clientes

Concelhos	%
Mafra	39%
Sintra	19%
Torres Vedras	18%
Lisboa	9%
Lourinhã	2%

Fornecedores de Gado

Concelhos	%
Torres Vedras	27%
Mafra	26%
Sobral de Monte Agraço	5%
Alenquer	4%
Loures	3%

V - INVESTIMENTO

Neste exercício, realizamos investimentos num valor de 477.218,69€ (Quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e dezoito euros e sessenta e nove cêntimos), referentes na sua maioria à ampliação e remodelação do Matadouro Regional de Mafra, S.A., mais concretamente, 471.305,39€ (Quatrocentos e setenta e um mil euros, trezentos e cinco euros e trinta e nove cêntimos) e por outras aquisições de equipamentos, nomeadamente para a linha de abate e para a ETARI.

De destacar, a complexidade de realização da obra de ampliação e remodelação, de forma, a não interferir com o normal funcionamento da unidade. Esta situação obrigou a constantes alterações dos horários de trabalho, a frequentes adiamentos e a dificuldades posteriores no reagendamento das diversas especialidades da obra.

Os trabalhos de ampliação e remodelação do Matadouro Regional de Mafra, contemplaram a construção de 5 novas camaras de refrigeração, de uma sala de desmancha primária e da ampliação da zona de expedição (com a implementação de mais um cais de carga). Existiu também, a ampliação da sala de tratamento das patas, da zona de carga de subprodutos, da zona de lavagem de utensílios, da central de frio e ainda da sala de couros e peles, criando inclusivamente, uma camara de frio para a sua armazenagem.

Em simultâneo, foram realizadas intervenções na nave de abate, nomeadamente, na reparação dos pavimentos de "Epoxy" (no corredor dos subprodutos, na zona da expedição, na zona de abate e em algumas salas e camaras frigorificas), colocação de forro "Placsell" em algumas paredes e corredores e por fim, a alteração da iluminação da nave de abate para luminarias LED, garantido uma melhor iluminação e uma racionalização de consumos de energia elétrica.

Todas estas intervenções, em que se destaca a área de ampliação de aproximadamente 400 metros quadrados, permitiram dotar a unidade de melhores condições operacionais e qualitativas para a prestação dos seus serviços.

Ao momento, estão praticamente concluídos os trabalhos de construção civil e encontram-se a decorrer a afinação e os testes aos equipamentos para que no final do primeiro trimestre de 2019, seja possível, entrarem em laboração.

Todos estes investimentos permitiram a utilização integral da Reserva de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR), constituída nos últimos exercícios, conforme a seguir, se descremina:

ANO	RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos		
	Valor Constituição	Investimento Realizado	Valor disponível para o exercício seguinte
2014	126 154,00 €	47 646,86 €	78 507,14 €
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	0,00 €
	388 654,00 €	685 152,65 €	

VI – RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Neste exercício, apesar de um ligeiro aumento do volume das quantidades processadas, assistiu-se a uma descida nos Rendimentos Operacionais em 7,98%, justificados principalmente, pela quebra da rubrica de Vendas (-14,30%), já que o valor da Prestação de Serviços de Abate manteve-se praticamente inalterado (-0,23%).

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2018	2017	Δ
Rendimentos Operacionais	2 285 215,10 €	2 483 501,94 €	-7,98%
Rendimentos Financeiros	381,94 €	503,08 €	-24,08%

- Valores em Euros -

Análise dos Rendimentos	2018	2017	Δ
71 - Vendas	1 101 241,42 €	1 285 022,60 €	-14,30%
72 - Prestação de Serviços	1 169 927,61 €	1 172 594,98 €	-0,23%
76 - Reversões de Perdas por Imparidade	586,15 €	- €	N/A
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	14 046,07 €	25 884,36 €	-45,74%
79 - Juros, Dividendos e outros Rendimentos	381,94 €	503,08 €	-24,08%

Os valores da Prestação de Serviços atingiram níveis idênticos justificados por uma concentração de abates nos clientes de maior dimensão, que obrigam automaticamente a preços médios mais baixos. Esta redução do número de operadores eleva a competitividade de preços no mercado, pois algumas unidades, continuam a promover preços incompreensíveis apenas para garantir algum volume de trabalho. Relativamente às Vendas, assistimos a uma quebra de 14,30%, justificada pela tendência de desvalorização dos Couros e Peles, que condicionou a criação de valor da sociedade e criou novos desafios à operação, pois como já tem sido explicado, este indicador tem uma contribuição forte para a rentabilidade da unidade e simultaneamente para a diminuição dos riscos de cobrança. Quanto aos restantes subprodutos (Gordura, Ossos, Masséteres e Vergas), por via das maiores quantidades processadas, contribuíram positivamente, embora se tenha mantido uma tendência de preços baixos, tal como nos anos anteriores.

É de realçar, a continuação de concentração dos abates nos grandes clientes, em detrimento da forte diminuição de atividade dos pequenos retalhistas e dos pequenos produtores, derivado provavelmente da enorme concorrência das grandes superfícies e da cada vez maior exigência burocrática do Estado.

Durante 2018, verificou-se um aumento nos Touros Corridos, que chegaram ao final da época com 444 animais abatidos, demonstrando a importância que sempre demos a este segmento de mercado, pois para além de alavancarmos o número de abates permite também ampliar a venda cruzada de outros serviços. No entanto,

verificamos que através de constantes imposições legais este mercado continua a ser colocado em causa.

A descida de 45,74% da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é explicada por voltar a registar os rendimentos habituais do subsídio não reembolsável da candidatura do IFADAP proporcionais à depreciação das instalações e dos equipamentos e por ao contrário do ano anterior, não ter existido neste exercício a contabilização de valores com carácter não recorrente.

Na análise dos Gastos, verificou-se uma descida de 3,99% em termos Operacionais e um aumento de 13,99% em termos Financeiros.

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2018	2017	Δ
Gastos Operacionais	2 109 700,67 €	2 197 324,18 €	-3,99%
Gastos Financeiros	727,79 €	638,47 €	13,99%

- Valores em Euros -

Análise dos Gastos	2018	2017	Δ
61 - CMVMC	760 587,78 €	839 388,71 €	-9,39%
62 - FSE's	526 206,96 €	520 188,41 €	1,16%
63 - Gastos com Pessoal	671 162,38 €	677 756,81 €	-0,97%
64 - Gastos de Dep. e Amortizações	142 570,14 €	150 992,76 €	-5,58%
65 - Perdas por Imparidade	68 228,06 €	48 289,86 €	41,29%
68 - Outros Gastos e Perdas	9 173,41 €	8 997,49 €	1,96%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	727,79 €	638,47 €	13,99%

Destaca-se em termos de valores, a redução em 9,39% da rubrica de CMVMC (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), por via da já referida, desvalorização das cotações dos Couros e Peles.

Relativamente à rubrica de FSE's e procurando constantemente garantir uma maior eficiência nos consumos da unidade, existiu uma subida de valores (+1,16%). Destacaram-se as subidas da energia elétrica e dos combustíveis (+14,48%) e em sentido inverso, uma descida de valores relacionados com os trabalhos especializados (-5,69%) e dos subcontratos relacionados com os subprodutos (-1,68%).

Na rubrica de Gastos com Pessoal existiu uma diminuição dos valores face ao exercício anterior, traduzindo-se numa redução de 0,97%, que se explica pelas seguintes razões: apesar de uma atualização de vencimentos verificou-se uma baixa do valor do Prémio de Produtividade, pois conforme se encontra combinado, este prémio depende do valor do EBITDA gerado pela sociedade e no presente exercício este teve uma diminuição, apesar das quantidades processadas ao longo do ano e do número de vezes em que se conseguiu ultrapassar o objetivo semanal de 78.000Kgs.

Na rubrica dos Gastos de Depreciação e de Amortização existiu uma diminuição em 5,58%, por via das amortizações dos Bens de Imobilizado que, entretanto, foram ficando totalmente amortizados e que pesaram mais do que os adquiridos ao longo do exercício.

Neste exercício, destaca-se o reforço de valores referentes á rubrica de Perdas por Imparidade, pois por uma questão de prudência e pela influência da redução da cotação dos Couros e Peles, considerou-se realizar um incremento nos valores registados.

A rubrica de Gastos Financeiros, fechou o ano com um aumento de 13,99%, que é praticamente inerente às despesas bancárias pela disponibilidade das contas bancárias contratualizadas.

- Valores em Euros -

Indicadores Económicos	2018	2017	Δ
Volume de Negócios	2 271 169,03 €	2 457 617,58 €	-7,59%
Mercadorias	1 101 241,42 €	1 285 022,60 €	-14,30%
Prestação de Serviços	1 169 927,61 €	1 172 594,98 €	-0,23%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	318 084,57 €	437 170,52 €	-27,24%
Margem EBITDA	14,01%	17,79%	-21,27%
Resultados Operacionais	107 872,52 €	237 887,90 €	-54,65%
Resultados Líquidos	86 961,54 €	194 960,47 €	-55,40%

Em termos económicos, atingiu-se uma Autonomia Financeira de 74,21% e uma descida da Margem do EBITDA para 14,01%, resultando num Cash-Flow Operacional (EBITDA) de 318.084,57€ (Trezentos e dezoito mil, oitenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos).

Indicadores Financeiros	2018	2017	Δ
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	85	89	-3,94%
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	60	57	4,82%

Em termos financeiros, existiu uma descida do Prazo Médio de Recebimentos em 4 dias, resultado de um elevado esforço nas cobranças, apesar da existência de alguns clientes com saldos mais elevados, nomeadamente do segmento de mercado dos ovídeos. Nos últimos exercícios, este risco tem vindo a ser devidamente acompanhado e provisionado.

Em sentido contrário, esteve o Prazo Médio de Pagamentos, com o aumento de 3 dias, relacionado principalmente com o aumento dos valores relacionados com os clientes de cobrança duvidosa.

HP
K

Contudo, a sociedade como sempre foi hábito, mantêm uma grande vontade de liquidar no mais curto espaço de tempo possível, as responsabilidades para com os seus fornecedores.

Em conclusão, deve-se destacar, o empenho que se incute na execução das obrigações assumidas, tal como no constante acompanhamento da carteira de clientes, por forma a mantermos, tanto quanto possível um elevado nível de cumprimento, mesmo tendo em consideração, as dificuldades financeiras com que o mercado se vai deparando.

VII – RECURSOS HUMANOS

O **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**, desde o seu arranque procurou sempre ter uma equipa de colaboradores com níveis técnicos de referência do sector, tendo feito uma seleção cuidada e investido constantemente em formação, tanto ao nível do posto de trabalho, como ao nível colectivo.

Acresce, que para a especificidade da nossa atividade, foi considerado estratégico garantir estabilidade na equipa de trabalho, pois seria um garante de uma prestação de serviços diferenciadora, tal como o mercado tem sabido reconhecer, pelo que as entradas e saídas de pessoal, tem assumido apenas um carácter pontual.

Como se poderá verificar pela leitura do quadro seguinte, destacam-se a idade média dos trabalhadores.

Recursos Humanos	2018	2017	2016	2015
Número de trabalhadores no final do periodo	36	37	35	33
Idade média dos trabalhadores	49	48	47	47
Antiguidade média dos trabalhadores	8,37	7,96	7,82	7,82
Horas de formação totais	99	106	105	114
Média de horas de formação por trabalhador	2,8	2,9	3,0	3,5
Gastos com o pessoal	671 162,38 €	677 756,81 €	627 492,35 €	624 713,70 €
Total de acidentes de trabalho	3	6	3	3
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	0,08	0,16	0,09	0,09

Tendo em conta, a importância dos recursos humanos no desempenho operacional da unidade, é com bastante regularidade que se realizam reuniões com todo o pessoal, onde são analisadas em pormenor, todas as questões relacionadas com a atividade, clientes e meio envolvente.

VIII – MATÉRIAS AMBIENTAIS

A preocupação com a área ambiental, sempre assumiu grande importância, traduzindo-se numa constante prevenção em minimizar os impactos da nossa atividade.

Passando pela recolha diária de subprodutos, pela aquisição de equipamentos que cumpram os normativos ambientais, pelo correcto armazenamento das matérias subsidiárias (combustíveis, detergentes, etc.) e ainda, pela monitorização analítica da água (à entrada e à saída), das emissões gasosas e das descargas da ETARI.

Em simultâneo, procuramos a melhoria na eficiência energética e na optimização dos consumos de matérias subsidiárias, que para além de contribuírem para uma maior sustentabilidade ambiental, traduzem-se directamente em ganhos económicos para a sociedade.

Como exemplo, mantemos o reaproveitamento da água tratada da ETARI, nas pré-lavagens da abegoaria, que nos permite obter uma poupança mensal de aproximadamente 120 metros cúbicos.

Apesar de todas estas preocupações, deve-se destacar a dificuldade em conseguir responder a todas as exigências legais. No entanto, é de realçar os valores analíticos obtidos na ETARI, que em 2018, voltaram a atingir uma boa média de registos, face aos valores limites de emissão exigidos para este sector.

IX – DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas à Segurança Social.



SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **MATADOURO REGIONAL MAFRA S A**
Firma/denominação **MATADOURO REGIONAL MAFRA S A**
Número de Identificação de Segurança Social **20003500405**
Número de Identificação Fiscal **505004232**
Número de Declaração **18351035**
Data de emissão **04-02-2019**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.
Date: 2019.02.04 14:37:54 +00'00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

X – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO

Declara-se, para os devidos efeitos, que a sociedade não possui quaisquer dívidas às Finanças.



Serviço de Finanças de MAFRA - [1546]

CERTIDÃO

Humberto Pereira Martins, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MAFRA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 4 de Fevereiro de 2019.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: MATADOURO REGIONAL DE MAFRA S A

NIF: 505004232

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 505004232

Cód. Validação: 8YJ5T2FZ5X9G

O Chefe de Finanças,

(Humberto Pereira Martins)

Para validar esta certidão acesse ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção 'Validação Doc.' e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEPMP041_W10

XI – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA SOCIEDADE

Em consequência, da análise ao sector e á sociedade, já referidos em ponto anterior, é sempre com dificuldade na sua previsibilidade que encaramos o ano de 2019.

Acresce, o momento económico nacional, que apesar da aparente retoma económica, demonstra bastantes sinais de fragilidade e principalmente não permite vislumbrar grandes sinais de melhorias na capacidade de consumo dos portugueses, levando a acreditar mais quebras relativamente ao consumo per capita de carne.

No sector, continua-se a verificar as empresas concorrentes a aumentar a dependência das grandes superfícies e a trabalhar com grandes oscilações de produção, repercutindo-se directamente na rentabilidade do sector.

Continuamos diariamente com a preocupação em manter a fidelização dos clientes, principalmente os com maior volume de abates, pois estão constantemente a ser alvo de ofertas de preços mais baixos. Manteremos o esforço em melhorar a distribuição de abates ao longo da semana, contrariando a tendência do mercado, que prefere os primeiros dias da semana.

É de referir, as diligências realizadas pelo accionista maioritário para se adaptar à legislação sobre a Atividade Empresarial Local, tendo sempre como fundamento a importância que a sociedade tem para a região e as particularidades inerentes ao seu negócio e à fileira.

É neste ambiente, de grande incerteza, que apenas poderemos contrapor com a melhoria da prestação de serviços e cimentando o reconhecimento da qualidade do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.**

XII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a Sociedade Anónima **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** apresenta no exercício de 2018 resultados positivos no valor de 86.961,54€ (Oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos).

Nesta sequência, propomos realizar a seguinte aplicação:

- Reservas Livres.....	36.961,54€
- Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos.....	50.000,00€

Em simultâneo, por forma a garantir adequada remuneração aos accionistas da sociedade e tendo em consideração:

1. Que o valor a distribuir não irá condicionar a normal atividade da sociedade;
2. Que se manterá intacta a capacidade financeira para execução dos investimentos previstos;
3. Que os Capitais Próprios somado com os Resultados do Exercício de 2018 da sociedade, apresentam reservas livres de 182.114,37€, reservas legais de 150.000,00€ e Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos de 438.654,00€;
4. Que o valor das reservas é muito superior ao mínimo legal e estatutariamente exigível;
5. Que é admissível a distribuição dessas reservas livres sem que o capital próprio da sociedade, tal como resulta das contas apresentadas, fique inferior à soma do capital social e das reservas cuja distribuição aos accionistas não é permitida por lei e pelos estatutos.

O Conselho de Administração da Sociedade Anónima Matadouro Regional de Mafra, S.A. propõem que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), equivalente ao valor bruto por ação de 0,50€, a distribuir pelos Accionistas, na proporção das suas participações, excluindo-se acções próprias em carteira, ao dia 31 de Dezembro de 2018.

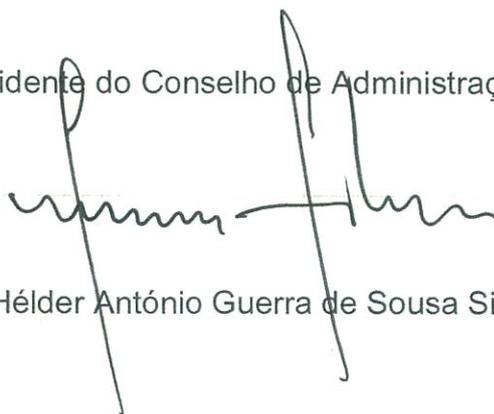
VII – AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração reitera os seus agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência pela empresa, em particular aos clientes, fornecedores e credores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento, desenvolvimento e a imagem que alcançamos no nosso mercado.

Aos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental no bom funcionamento da empresa.

Mafra, 11 de Fevereiro de 2019

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Vogal do Conselho de Administração



Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

004
v
h

Demonstrações Financeiras

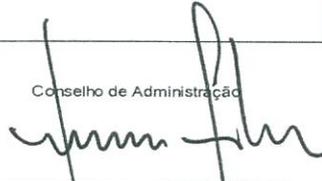
BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	(5)	1 371 518,81 €	1 071 976,80 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - outros métodos	(6)	1 000,00 €	1 000,00 €
Créditos a receber		2 470,23 €	1 593,16 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		1 374 989,04 €	1 074 569,96 €
Activo corrente			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Clientes	(7)	539 285,46 €	607 484,18 €
Estado e outros entes públicos		26 252,37 €	27 636,28 €
Outros créditos a receber		19 076,71 €	9 271,60 €
Diferimentos	(8)	6 839,43 €	7 947,01 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Activos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	(9)	159 858,88 €	533 441,07 €
		751 312,85 €	1 185 780,14 €
TOTAL DO ACTIVO		2 126 301,89 €	2 260 350,10 €
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	(10)	750 000,00 €	750 000,00 €
Acções (quotas) próprias	(10)	-10 000,00 €	-10 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		150 000,00 €	150 000,00 €
Reservas livres	(11)	145 152,83 €	146 692,36 €
Reservas para dedução de lucros retidos e reinvestidos (DLRR)	(11)	388 654,00 €	266 154,00 €
Resultados transitados		0,00 €	0,00 €
Ajustamento em activos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no capital próprio		67 186,57 €	79 570,93 €
Resultado líquido do período		86 961,54 €	194 960,47 €
Interesses minoritários		0,00 €	0,00 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 577 954,94 €	1 577 377,76 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente			
Fornecedores	(12)	299 237,47 €	307 691,20 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		47 257,09 €	99 204,37 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	28 620,69 €
Outras dívidas a pagar	(13)	201 852,39 €	247 456,08 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
Passivos correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
		548 346,95 €	682 972,34 €
TOTAL DO PASSIVO		548 346,95 €	682 972,34 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2 126 301,89 €	2 260 350,10 €

Conselho de Administração




Contabilista Certificado nº 40261

168814099

40261

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e Serviços Prestados			
Mercadorias	(14)	940 562,76 €	1 127 721,78 €
Produtos	(14)	160 678,66 €	157 300,82 €
Prestação de Serviços	(14)	1 169 927,61 €	1 172 594,98 €
Subsídios à exploração		0,00 €	0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias	(15)	-745 300,98 €	-826 034,65 €
Matérias	(15)	-15 286,80 €	-13 354,06 €
Fornecimento e serviços externos	(16)	-526 206,96 €	-520 188,41 €
Gastos com o pessoal	(17)	-671 162,38 €	-677 756,81 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(18)	-67 641,91 €	-48 289,86 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		14 046,07 €	25 884,36 €
Outros gastos		-9 173,41 €	-8 997,49 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		250 442,66 €	388 880,66 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5)	-142 570,14 €	-150 992,76 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		107 872,52 €	237 887,90 €
Juros e rendimentos similares obtidos		381,94 €	503,08 €
Juros e gastos similares suportados		-727,79 €	-638,47 €
Resultados antes de impostos		107 526,67 €	237 752,51 €
Imposto sobre o rendimento do período		-20 565,13 €	-42 792,04 €
Resultado líquido do período		86 961,54 €	194 960,47 €

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 40261



168814099
40261

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

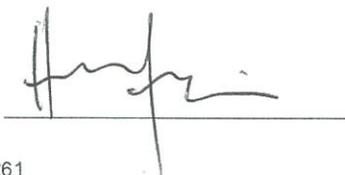
UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes	+	2 271 725,84 €	2 346 457,34 €
Pagamentos a fornecedores	-	-1 308 206,13 €	-1 412 722,86 €
Pagamentos ao pessoal	-	-674 137,14 €	-683 126,59 €
Caixa gerada pelas operações	+/-	289 382,57 €	250 607,89 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-25 694,91 €	-4 966,82 €
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	-45 603,69 €	39 157,96 €
Fluxos das actividades operacionais	[1]	218 083,97 €	284 799,03 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-516 443,24 €	-77 689,47 €
Activos intangíveis	-	0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	-	-877,07 €	-940,69 €
Outros activos	-	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+	0,00 €	0,00 €
Outros activos	+	0,00 €	0,00 €
Subsidios ao investimento	+	0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares	+	381,94 €	503,08 €
Dividendos	+	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	[2]	-516 938,37 €	-78 127,08 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	+	0,00 €	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuizos	+	0,00 €	0,00 €
Doações	+	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	+	0,00 €	28 620,69 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos	-	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares	-	-727,79 €	-638,47 €
Dividendos	-	-74 000,00 €	-74 000,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	-	0,00 €	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	[3]	-74 727,79 €	-46 017,78 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]	-373 582,19 €	160 654,17 €
Efeitos das diferenças de câmbio	+/-	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	533 441,07 €	372 786,90 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	159 858,88 €	533 441,07 €

Conselho de Administração




Contabilista Certificado nº 40261




168814099

40261

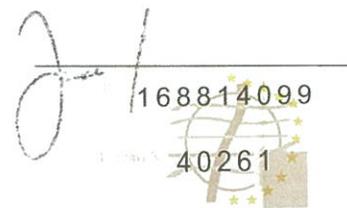
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Reservas de reavaliação e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	750 000,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €	412 846,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	79 570,93 €	194 960,47 €	1 577 377,76 €	0,00 €	1 577 377,76 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas															0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0,00 €
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis															0,00 €
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							194 960,47 €					-12 384,36 €	-194 960,47 €	-12 384,36 €	-12 384,36 €
	7	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	194 960,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 384,36 €	-194 960,47 €	-12 384,36 €	0,00 €	-12 384,36 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											86 961,54 €	86 961,54 €		86 961,54 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-107 998,93 €	74 577,18 €		74 577,18 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0,00 €
Realizações de prémios de emissão															0,00 €
Distribuições								-74 000,00 €						-74 000,00 €	-74 000,00 €
Entradas para cobertura de perdas															0,00 €
Outras operações															0,00 €
	10	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-74 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-74 000,00 €	0,00 €	-74 000,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=6+7+8+10	750 000,00 €	-10 000,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €	533 806,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	67 186,57 €	86 961,54 €	1 577 954,94 €	0,00 €	1 577 954,94 €

Conselho de Administração




Contabilista Certificado nº 40261



168814099
40261

ANEXO

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1. **Denominação Social:** MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.
- 1.2. **Sede:** RUA DO MATADOURO, Nº1, FONTAINHAS, 2644 – 002 SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
- 1.3. **Natureza da atividade:** COMÉRCIO E INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE GADO, CARNES VERDES E PRODUTOS PROVENIENTES DO ABATE
- 1.4. **N.º de Identificação Colectiva:** 505 004 232
- 1.5. **Capital Social:** 750.000,00€ (Setecentos e cinquenta mil euros)
- 1.6. **Matriculada em:** Conservatória do Registo Comercial de MAFRA, sob o número 02684

Indicações gerais:

- Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em euros.
- As notas que não constam do presente anexo não são aplicáveis à empresa no presente exercício.

Nota 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código das Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras).

Nota 3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS***Activos Fixos Tangíveis***

- Modelo do custo: custo, menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Participações Financeiras

- Modelo do custo.

Inventários

- As existências estão valorizadas ao preço de custo.

Imposto sobre o rendimento

- Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).

Custo dos empréstimos obtidos

- Deverão ser considerados como gastos do período.

Nota 4 – PARTES RELACIONADAS**Relacionamento com a Empresa-Mãe:**

- a) **Nome:** Câmara Municipal de Mafra (CMM).
- b) **Transações Comerciais:** Não existem.
- c) **Transações Financeiras:** Referente ao exercício de 2017 existiu uma distribuição de dividendos no valor de 70.000,00€ (Setenta mil euros).

Nota 5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1. – Divulgações sobre activos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos activos fixos tangíveis constantes do balanço e as respetivas depreciações e ajustamentos, são discriminados no quadro seguinte:

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 792 607,31 €	1 611 197,23 €	62 814,92 €	74 725,67 €	0,00 €	77 829,27 €	30 000,00 €	3 782 618,02 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-1 089 448,63 €	-1 388 052,68 €	-42 216,59 €	-64 418,33 €	0,00 €	-90 893,75 €	0,00 €	-2 675 029,98 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	703 158,68 €	223 144,55 €	20 598,33 €	10 307,34 €	0,00 €	-13 064,48 €	30 000,00 €	1 107 588,04 €
Adições				0,00 €	21 232,02 €	0,00 €	1 306,50 €	0,00 €	1 000,00 €	121 843,00 €	145 381,52 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências					-27 865,00 €				27 865,00 €		0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações											0,00 €
Depreciações				-87 498,48 €	-49 798,39 €	-5 196,96 €	-2 939,34 €	0,00 €	-5 559,59 €	0,00 €	-150 992,76 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 792 607,31 €	1 604 564,25 €	62 814,92 €	76 032,17 €	0,00 €	106 694,27 €	121 843,00 €	3 897 999,54 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-1 176 947,11 €	-1 437 851,07 €	-47 413,55 €	-67 357,67 €	0,00 €	-96 453,34 €	0,00 €	-2 826 022,74 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	615 660,20 €	166 713,18 €	15 401,37 €	8 674,50 €	0,00 €	10 240,93 €	121 843,00 €	1 071 976,80 €
Adições				0,00 €	21 232,02 €	0,00 €	2 057,30 €	0,00 €	28 865,00 €	435 695,39 €	487 849,71 €
Revalorizações											0,00 €
Transferências											0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda											0,00 €
Alienações, sinistros e abates											0,00 €
Outras alterações											0,00 €
Depreciações				-87 498,48 €	-42 096,51 €	-5 196,96 €	-2 505,15 €	0,00 €	-5 273,04 €	0,00 €	-142 570,14 €
Perdas por imparidade											0,00 €
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	1 792 607,31 €	1 608 923,71 €	62 814,92 €	78 089,47 €	0,00 €	106 694,27 €	557 538,39 €	4 340 111,69 €
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €	-1 264 445,59 €	-1 479 947,58 €	-52 610,51 €	-69 862,82 €	0,00 €	-101 726,38 €	0,00 €	-2 968 592,88 €
	Quantias líquidas escrituradas	133 443,62 €	0,00 €	528 161,72 €	128 976,13 €	10 204,41 €	8 226,65 €	0,00 €	4 967,89 €	557 538,39 €	1 371 518,81 €

5.

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 31.12.2016	1 089 448,63 €	1 388 863,71 €	42 216,59 €	64 418,33 €	0,00 €	90 894,43 €	2 675 841,69 €
Reforços	87 498,48 €	49 798,39 €	5 196,96 €	2 939,34 €	0,00 €	5 559,59 €	150 992,76 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2017	1 176 947,11 €	1 438 662,10 €	47 413,55 €	67 357,67 €	0,00 €	96 454,02 €	2 826 834,45 €
Reforços	87 498,48 €	42 096,51 €	5 196,96 €	2 505,15 €	0,00 €	5 273,04 €	142 570,14 €
Reversões							0,00 €
Revalorizações							0,00 €
Transferências							0,00 €
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda							0,00 €
Alienações							0,00 €
Sinistros							0,00 €
Abates							0,00 €
Outras alterações							0,00 €
Acumuladas em 31.12.2018	1 264 445,59 €	1 479 947,58 €	52 610,51 €	69 862,82 €	0,00 €	101 726,38 €	2 968 592,88 €

Nota 6 – PARTICIPAÇÕES NÃO RELEVANTES NOUTRAS EMPRESAS

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra – 1.000,00€ (Mil euros)

Sede: Terreiro D. João V – 2640 Mafra

Nota 7 – CLIENTES

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuição	Saldo Final
21 - Clientes				
211 - Clientes conta corrente	515 740,68 €	0,00 €	94 537,62 €	421 203,06 €
216 - Clientes - cheques em trânsito	72 959,93 €	0,00 €	21 661,28 €	51 298,65 €
218 - Clientes cobrança duvidosa	120 703,42 €	115 642,09 €	0,00 €	236 345,51 €
219 - Perdas por imparidade acumuladas	-101 919,85 €	-67 641,91 €	0,00 €	-169 561,76 €
	607 484,18 €	48 000,18 €	116 198,90 €	539 285,46 €

Nota 8 – COMPOSIÇÃO DOS DIFERIMENTOS

Diferimentos	
Gastos a Reconhecer - Seguros	6 839,43 €
	6 839,43 €

Nota 9 – FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	2018	2017
Numerário		
Caixa	582,04 €	834,44 €
Depósitos bancários mobilizáveis		
Depósitos à ordem	84 276,84 €	307 606,63 €
Depósitos a prazo	75 000,00 €	225 000,00 €
Outros depósitos	- €	- €
Equivalentes a caixa	- €	- €
Descobertos Bancários	- €	- €
Títulos Negociáveis	- €	- €
Caixa e seus equivalentes	159 858,88 €	533 441,07 €
Outras disponibilidades	- €	- €
Disponibilidades do Balanço	159 858,88 €	533 441,07 €

Nota 10 – CAPITAL SOCIAL

Totalmente realizado no valor de 750.000,00 Euros (Setecentos e cinquenta mil euros), dividido em 150.000 ações nominativas no valor de 5€ (Cinco euros) ao portador, distribuído da seguinte forma:

- Câmara Municipal de Mafra (CMM)	700.000,00€ (93,32%)
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra.....	30.000,00€ (4,00%)
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ (0,67%)
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra.....	5.000,00€ (0,67%)
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Ações Próprias.....	10.000,00€ (1,34%)

Nota 11 – RESERVAS LIVRES /RESERVAS DLRR

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 06 de Março de 2018 e após as devidas confirmações, verificou-se a distribuição de reservas livres no montante de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), perfazendo um valor final nesta rúbrica de 145.152,83€ (Cento e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois euros e oitenta e três cêntimos), bem como, o acréscimo de valor das reservas para dedução dos lucros retidos e reinvestidos (DLRR) em 70.000,00€ (Setenta mil euros), totalizando um valor global de 388.654,00€ (Duzentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro euros). A Reserva de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR), face aos investimentos realizados, durante o exercício de 2018, ficou totalmente utilizada.

ANO	RESERVA DLRR - Distribuição de Lucros Retidos e Reinvestidos		
	Valor Constituição	Investimento Realizado	Valor disponível para o exercício seguinte
2014	126 154,00 €	47 646,86 €	78 507,14 €
2015	70 000,00 €	78 865,88 €	69 641,26 €
2016	70 000,00 €	81 421,22 €	58 220,04 €
2017	122 500,00 €	477 218,69 €	- €
	388 654,00 €	685 152,65 €	

Nota 12 – FORNECEDORES

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Diminuição	Saldo Final
2211 - Fornecedores - Conta Corrente	214 544,68 €	0,00 €	2 881,29 €	211 663,39 €
2711 - Fornecedores de Investimento - Conta Corrente	93 146,52 €	0,00 €	5 572,44 €	87 574,08 €
	307 691,20 €	0,00 €	8 453,73 €	299 237,47 €

Nota 13 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR – CREDORES POR ACRÉSCIMO DE GASTOS

Acréscimo de Gastos	
Impostos a liquidar - IMI	4 253,98 €
Água a liquidar	484,59 €
Electricidade a liquidar	7 240,04 €
Telecomunicações a liquidar	202,53 €
Remunerações a liquidar	86 936,73 €
Prémio Produtividade não regular	54 308,36 €
Outros acréscimos	48 426,16 €
	201 852,39 €

Existe um valor a liquidar ao pessoal de 86.936,73 € (Oitenta e seis mil, novecentos e trinta e seis euros e setenta e três cêntimos), respeitantes a encargos com férias e subsídio de férias e um outro respeitante ao prémio de produtividade de 54.308,36 € (Cinquenta e quatro mil, trezentos e oito euros e trinta e seis cêntimos).

Nota 14 – REPARTIÇÃO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Mercado	Valor
Mercado Interno	2 264 124,43 €
Mercado Externo	
CE	7 044,60 €
Fora da CE	0,00 €
	2 271 169,03 €

Nota 15 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	0,00 €
Compras	- 745 300,98 €	- 15 286,80 €
Regularização de Existências	0,00 €	0,00 €
Existências Finais	0,00 €	0,00 €
	- 745 300,98 €	- 15 286,80 €

Nota 16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Contas	2018	2017	Δ
621 - Subcontratos	105 692,00 €	107 497,86 €	-1,68%
622 - Serviços Especializados	179 242,84 €	190 047,66 €	-5,69%
623 - Materiais	21 509,54 €	26 195,54 €	-17,89%
624 - Energia e Fluidos	192 342,49 €	168 020,28 €	14,48%
6241 - Eletricidade	81 493,09 €	65 061,41 €	25,26%
6242 - Combustíveis	72 818,68 €	64 709,70 €	12,53%
624211 - Gasóleo Rodoviário	5 593,95 €	4 617,87 €	21,14%
624213110 - Gasóleo de Aquecimento	66 783,66 €	59 960,85 €	11,38%
624214 - Gás	441,07 €	80,98 €	444,67%
6243 - Água	38 030,72 €	38 249,17 €	-0,57%
625 - Deslocações, Estadas e Transportes	4 044,48 €	4 410,46 €	-8,30%
626 - Serviços Diversos	23 375,61 €	24 016,61 €	-2,67%
Total	526 206,96 €	520 188,41 €	1,16%

Nota 17 – GASTOS COM PESSOAL

Contas	2018	2017	Δ
632 - Remunerações com Pessoal	528 249,46 €	538 669,61 €	-1,93%
635 - Encargos sobre Remunerações	119 714,23 €	116 650,09 €	2,63%
638 - Outros Gastos com o Pessoal	23 198,69 €	22 437,11 €	3,39%
Total	671 162,38 €	677 756,81 €	-0,97%

Nota 18 – IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

Contas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
21 - Clientes				
219 - Perdas por imparidades acumuladas	101 919,85 €	67 641,91 €	0,00 €	169 561,76 €

O reforço de valor da rubrica de Imparidades dividas a receber, reflete a alteração do critério de contabilização, pois por uma questão de prudência, foi decidido considerar o aumento dos valores da rubrica de Clientes – Cobrança Duvidosa. Acresce, que para o seu cálculo considerou-se também, os Couros e Peles associados aos valores em aberto.

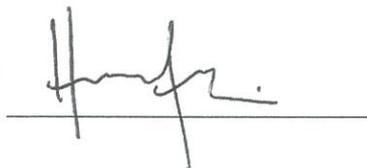
Nota 19 – OUTRAS INFORMAÇÕES

- À data da realização do presente documento não existe conhecimento de outras responsabilidades que não estejam transcritas nos mapas financeiros em anexo;
- A proposta de aplicação de resultados é:
 - Reservas Livres – 36.961,54€;
 - Reservas para Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 50.000,00€;
- As Demonstrações Financeiras constantes neste relatório referente ao exercício de 2018 foram elaboradas e deliberadas em reunião do Conselho de Administração para serem apresentadas e sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 40261



168814099
40261





Certificação Legal de Contas

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.126.302 euros e um total de capital próprio de 1.577.955 euros, incluindo um resultado líquido de 86.962 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Matadouro Regional de Mafra, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2019



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

Matadouro Regional de Mafra, S. A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2018

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único do Matadouro Regional de Mafra, S.A., no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2018, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente, o Fiscal Único manteve o acompanhamento da actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A., através dos contactos que estabeleceu com a Administração e com os Serviços. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No seu relatório de gestão o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a actividade do Matadouro Regional de Mafra, S.A. no decorrer do exercício, e dos factos que contribuíram para os resultados obtidos. Para o Fiscal Único deve ser destacado:
 - a obtenção de um volume de negócios de 2.271.169 euros, registando um decréscimo de 7,6% (186.449 euros) relativamente ao exercício anterior;
 - o grau de autonomia financeira em cerca de 74%, traduzindo uma estrutura de capitais estável;
 - a obtenção de um resultado líquido positivo de 86.962 euros, inferior em cerca de 107.999 euros (55%), ao registado em 2017 de 194.960 euros;
 - a diminuição dos rendimentos operacionais em 8% (198.287 euros), e dos gastos operacionais em 4% (87.624 euros), quando comparados com o exercício de 2017;
 - o "cash flow operacional" (EBITDA) gerado de 318.085 euros, que se traduziu na diminuição da margem do EBITDA de 17,8% em 2017, para 14% em 2018;

Matadouro Regional de Mafra, S. A.

- os resultados operacionais de 2018 (107.873 euros) registaram uma redução de 130.015 euros (54,6%), que se traduziu num decréscimo do resultado líquido em 107.999 euros (55%), face a igual período de 2017;
 - a distribuição de dividendos aos Accionistas do "Matadouro Regional de Mafra" no valor de 75.000 euros;
 - as dificuldades na obtenção de respostas de clientes para efeitos de confirmação externa de saldos no valor aproximado de 300.000€, situação que durante o primeiro semestre, deverá ter acompanhamento prioritário.
6. O Município de Mafra, como Accionista maioritário com 93,3% do capital social do Matadouro Regional de Mafra, deveria ter procedido á alienação da respectiva participação financeira, para cumprimento das disposições previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de agosto. Conforme referido no ponto XI do Relatório do Conselho de Administração, o Município de Mafra continua a realizar as diligências necessárias, com vista à tentativa de alienação, integral ou parcial, da participação financeira detida no Matadouro Regional de Mafra, por forma a adaptar-se à legislação sobre a Actividade Empresarial Local, tendo sempre presente a importância que a sociedade tem para a região. O Conselho de Administração continua a efectuar os procedimentos necessários para a resolução deste impasse, com vista ao cumprimento do previsto na referida Lei, podendo esta situação implicar alterações no desenvolvimento futuro da sociedade.
7. O Fiscal Único, face ao exposto, e tendo presente a evolução da actividade prevista para o exercício de 2019, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório da Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2018;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido, de 86.961,54 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

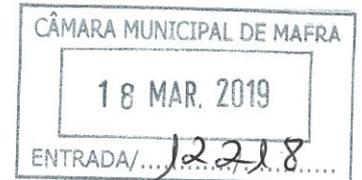
Lisboa, 22 de fevereiro de 2019

O FISCAL ÚNICO



RSM & Associados – SROC, Lda.
representada por Joaquim Patrício da Silva (Roc nº 320)

Exmo(a) Senhor(a)
Representante Legal do
Município de Mafra
Pç. do Município
2644-001 MAFRA



N/Ref: Ofício Circular nº 3/2019

ASSUNTO: *Convocatória para Assembleia-Geral Ordinária*

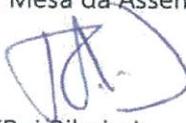
Conforme artigo 12º dos Estatutos da Associação, venho por este meio convocar os representantes legais dos associados da A2S, para a reunião da Assembleia-Geral Ordinária, a realizar no dia 28 de março de 2019, pelas 17h00, a realizar nas instalações da A2S na Mafra Business Factory, sita na Avenida 1º de maio, nº 1, 2640-455 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da última Assembleia-Geral
2. Informações
3. Análise e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2018
4. Outros Assuntos

Se à hora marcada não se verificar o número legal de associados, será a mesma realizada em 2ª convocatória, 30 minutos depois, com qualquer número de associados presentes, tornando-se as decisões desta definitivas.

Mafra, 12 de março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral



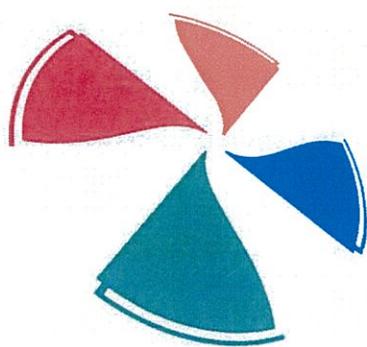
(Rui Ribeiro)

*Atestado super
substit*

16.

*Dê-se instruções ao Rep do
Município para votar favoravelmente
A ratificação*

[Signature]
27/03/19



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

(SD)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2018

Aprovado pela Direção, em reunião do dia 28 de março de 2019



Presidente - Câmara Municipal de Mafra - Joaquim Sardinha



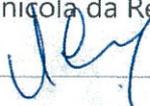
Secretário (Vice-Presidente) - Câmara Municipal de Loures - António Pombinho



Tesoureiro - Câmara Municipal de Sintra - Piedade Mendes/Lina Andrês



Vogal - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa - Francisco Rico

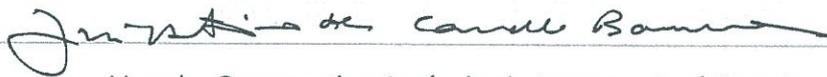


Vogal - Associação Empresarial do Concelho de Sintra - Vitor Conceição / Olga

Figueiredo



Vogal - Associação de Agricultores do Concelho de Mafra - David Sardinha



Vogal - Cooperativa Agrícola de Loures - José Barreira



Aprovado pela Assembleia-Geral, em reunião do dia 28 de março de 2019



Presidente - CENINTEL- Rui Ribeiro

Secretário - Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Horto fruticultores do Oeste, CRL -

Pedro Bernardes

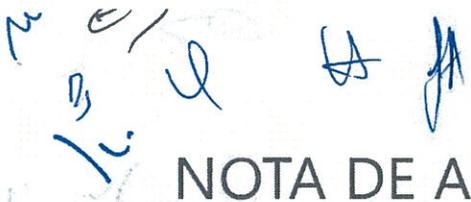


2º Secretário - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de

Loures e Odivelas - Mário Saramago

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA.....	4
SIGLAS E GLOSSÁRIO	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018.....	9
1. ASSEGURAR A ORGANIZAÇÃO INTERNA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	10
2. DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	13
3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	15
4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS	19
5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL.....	22
6. DINAMIZAR PROJETOS DE COOPERAÇÃO	24
7. PARTICIPAR EM REDES, FORA, PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO	26
8. DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES E AS FONTES DE FINANCIAMENTO	29
9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS	33
AVALIAÇÃO INTERCALAR: METAS E RESULTADOS	36



NOTA DE ABERTURA

À semelhança de anos anteriores, os órgãos sociais da Associação e a sua equipa técnica continuaram a desenvolver a sua atividade regular sem sobressaltos.

Contudo o ano de 2018 foi marcado pela eleição de novos órgãos sociais para o triénio 2018-2020.

A atividade da associação continuou a centrar-se sobretudo na gestão dos GAL Rural e Pescas. Em 2018, a A2S pode pela primeira vez desenvolver cabalmente a sua atividade de organismo intermédio. De facto, no ano transato foram criadas por parte das diversas Autoridades de Gestão todas as condições necessárias para a abertura de avisos destinados à apresentação de candidaturas a todas as operações disponíveis no âmbito dos diversos programas financiadores: PDR2020, Mar2020 e Lisboa2020.

Foram por isso analisadas e decididas cerca de 150 candidaturas no âmbito de todos programas, o que constitui um marco assinalável e permitiu atingir taxas de compromisso bastante expressivas, em particular no âmbito do SISE.

Para o efeito, muito terão contribuído os mais de 100 atendimentos presenciais, as diversas sessões de divulgação levadas a cabo pela A2S, bem como as apresentações em eventos para que foi convidada e a utilização de ferramentas de comunicação ao seu dispor, nomeadamente o site, a newsletter, as redes sociais e o envio de comunicados de imprensa.

Foram também analisados diversos pedidos de reembolso, o que permitiu melhorar a performance relativamente à taxa de execução dos fundos, embora este indicador fosse ainda bastante modesto no final de 2018, em linha aliás com o que sucede a nível nacional.

Também em 2018 foi possível apresentar as primeiras candidaturas à preparação e desenvolvimento de projetos de cooperação nacional e transnacional. Neste âmbito a A2S submeteu 3 candidaturas para cooperação LEADER do PDR2020 na área dos circuitos curtos de comercialização e do enoturismo, que aguardam decisão por parte da Autoridade de Gestão.

Apesar da sua curta existência, a A2S continuou firmemente empenhada na correta aplicação dos fundos que lhe foram alocados e na apresentação de propostas de alterações na regulamentação e de procedimentos simplificados de candidatura e reembolso de despesas que se coadunem com a natureza e montante dos investimentos e com o próprio funcionamento dos GAL Rural e Pescas.

fy

Deste modo, participou em diversas iniciativas e grupos de trabalho promovidos pela AG, pela Rede Rural e pela Federação Minha Terra, em particular através do lugar que ocupa no seio da sua Direção.

027
D
h4
JA

Em 2019, está prevista a realização da avaliação intercalar da execução das EDL. Para o efeito será necessário aferir o cumprimento das metas estabelecidas para 2018, em particular no que diz respeito ao número de candidaturas recebidas e ao número de postos de trabalho criados.

Finalmente destaca-se ainda a participação em iniciativas e eventos de promoção de produtos locais dentro e fora do território e a realização de mais uma conferência temática, que em 2018 foi consagrada à identificação de oportunidades de valorização da gastronomia e dos produtos locais.

SIGLAS E GLOSSÁRIO

AG - Autoridade de Gestão - Autoridade pública nacional, regional ou local, ou um organismo público ou privado, designada pelo Estado-Membro, responsável pela gestão e execução do programa em conformidade com o princípio da boa gestão financeira e de acordo com as regras nacionais e comunitárias.

CCDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

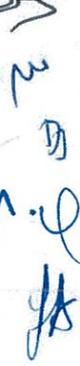
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), abordagem de desenvolvimento que:

- Incide em zonas sub-regionais específicas;
- É dirigido por grupos de ação local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados, nos casos em que, aos níveis de decisão, as autoridades públicas tal como definidas de acordo com as regras nacionais, ou qualquer grupo de interesses individual não representem mais de 49 % dos direitos de voto;
- É impulsionado através de estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local;
- É planeado tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, incluindo as características inovadoras no contexto local, a ligação em rede e, se for caso disso, as formas de cooperação;

EDL - Estratégia de desenvolvimento local (EDL) - o modelo de desenvolvimento para um território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores.

ELARD - *European LEADER Association for Rural Development* - Associação Europeia Leader para o Desenvolvimento Rural - Associação internacional sem fins lucrativos criada para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais e manter a sua população através de um desenvolvimento local sustentável e integrado. A ELARD promove a difusão da filosofia do método LEADER tanto a nível local como a nível institucional. A ELARD acredita que um melhor desenvolvimento rural sustentável em toda a Europa é melhor alcançado pela metodologia *bottom up*.

EG - Entidade Gestora - Responsável administrativo e financeiro, selecionado pelos membros da parceria, capaz de administrar fundos públicos e garantir o seu funcionamento.

 098 
ETL - Equipa Técnica Local - Equipa de apoio na dependência hierárquica do órgão de gestão do GAL, gerida por um coordenador, devendo a sua composição ser multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da estratégia de desenvolvimento de cada território, não podendo os membros da ETL pertencer, em simultâneo, ao órgão de gestão do GAL;

FARNET – European Fishery Areas Network - Comunidade empenhada no desenvolvimento promovido pelas comunidades locais no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Esta rede reúne grupos de ação local, autoridades de gestão, cidadãos e peritos da UE.

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FMT - Federação Minha Terra - Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), institucionalizando uma rede, sob o denominador comum da convergência de objetivos, do diálogo, da partilha e de um vasto trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local - Parceria formada por representantes locais dos setores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada EDL, reconhecida para a vertente desenvolvimento local de base comunitária rural, no âmbito de prévio procedimento concursal.

IB – Identificação do Beneficiário

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P

PO MAR 2020 – Programa Operacional do Mar

OG – Órgão de Gestão – Órgão executivo da(s) EDL(s), nomeado e exonerado pela(s) Assembleia de Parceiros, competindo-lhe executar a(s) EDL(s) e informar os parceiros do GAL e a população local sobre o impacto da implementação da EDL no território de intervenção, bem como garantir todas as interações necessárias com a(s) AG(s).

OPP – Orçamento Participativo de Portugal

M D / e JX LA

PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

Rede Rural Nacional - Plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento que pressupõe uma atuação que desenvolva a partilha e a cooperação em torno das ações a concretizar com o objetivo de melhorar a aplicação dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

Rede Rural Europeia - A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (ENRD) é a estrutura que reúne todas as partes interessadas com o objetivo de alcançar melhores resultados de desenvolvimento rural na UE. A rede funciona como um centro para a partilha de informações sobre políticas, programas, projetos e outras iniciativas de desenvolvimento rural.

SIFE – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego – Sistema orientado para projetos empresariais que estimulem o surgimento de pequenos negócios e a concretização de oportunidades de criação de valor ancoradas nos recursos e ativos endógenos.

VFL – Verificação Física no Local

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

As atividades do relatório apresentam-se divididas em 9 objetivos principais, em harmonia com previsto no Plano de Atividades de 2018.



Sendo 2018, um ano consagrado à avaliação intercalar da execução das EDL Rural e Costeira, optou-se por criar um capítulo específico com uma apreciação das metas e resultados alcançados.

1. ASSEGURAR A ORGANIZAÇÃO INTERNA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Organização Interna

Dando cumprimento aos Estatutos da A2S, os Órgãos Sociais da A2S reuniram ordinariamente e extraordinariamente sempre que se considerou necessário. De destacar que em março de 2018 houve duas AG ordinárias, uma para aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2017 e outra para a eleição dos novos órgãos sociais que foram eleitos por unanimidade e que assumiram de imediato as respetivas atribuições. A composição dos órgãos sociais para o triénio 2018-2020 passou a ser seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Função	Entidade	Representante
Presidente	CENINTEL	Rui Ribeiro
Secretário	Frutoeste – Cooperativa Agrícola de Horto fruticultores do Oeste, CRL	Pedro Bernardes
2.º Secretário	Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas	Mário Saramago / Alcindo Almeida

Direção

Função	Entidade	Representante
Presidente	Câmara Municipal de Mafra	Joaquim Sardinha
Vice-Presidente	Câmara Municipal de Loures	António Pombinho
Tesoureiro	Câmara Municipal de Sintra	Piedade Mendes / Lina Andrés
Vogal	Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa	Vasco d'Avillez
Vogal	Associação Empresarial do Concelho de Sintra	Olga Figueiredo/Vítor Conceição
Vogal	Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	David Sardinha
Vogal	Cooperativa Agrícola de Loures	José António Barreira
1º Suplente	Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas	José António Parente
2º Suplente	ACISM – Associação de Indústria Comércio e	António Luís Leitão
3º Suplente	Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Lousa	Nuno Miguéis e José Luís

Conselho Fiscal

Função	Entidade	Representante
Presidente	Adega Cooperativa da Azueira	João José Moreira
Secretário	Associação de Beneficiários de Loures	Vítor Caliça
2.º Secretário	MARL, SA	Maria José Tropa/Teresa



tl
100
m
p
h.

Gestão do Funcionamento da Associação

No que se refere ao funcionamento, a A2S conseguiu conceber e implementar um sistema de informação que permite monitorizar a gestão financeira dos GAL e documentar todos os procedimentos de aquisição e de deslocações levados a cabo pela Associação.

Importa salientar ainda que, a partir de 25 de maio de 2018 entrou em vigor a aplicação obrigatória das novas normas relativas ao RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. O objetivo é regular a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses mesmos dados. Introduz novos princípios e conceitos e novos direitos para os titulares de dados que significam novos deveres para as entidades que com eles lidam. Deste modo a A2S obrigou-se a cumprir os novos princípios do RGPD - de responsabilidade, prevenção e transparência para evitar incumprimentos ou coimas, em particular no que diz respeito às comunicações efetuadas através da *newsletter* e formulários de contacto embutidos na sua página de internet.

Gestão dos GAL Rural e Pescas

No âmbito das funções delegadas pelas diferentes Autoridades de Gestão (PDR2020, MAR 2020 e CCDR-LVT), os GAL devem garantir que têm competências e capacidade de gestão de projetos; definir procedimentos de seleção não discriminatórios e transparentes e critérios objetivos para a seleção das operações que evitem conflitos de interesses e garantir que pelo menos 50% dos votos nas decisões de seleção correspondem a parceiros que não sejam autoridades públicas ou, em alternativa, assumam uma seleção por procedimento escrito.

Compete-lhes igualmente respeitar a coerência com a estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ao selecionar as operações e preparar e publicar convites à apresentação de candidaturas.

Os Órgãos de Gestão dos GAL Rural e Pescas reuniram de forma periódica e regular, sempre que se encerrou cada processo de seleção de operações, ou pronunciou-se, pontualmente, por consulta escrita, sempre que houve necessidade de assumir uma tomada de posição relativamente a algum procedimento no âmbito das operações aprovadas, quer por parte dos promotores, quer por parte da A2S enquanto entidade beneficiária.

Funcionamento e custos operacionais relativos à gestão do GAL

Enquanto entidade beneficiária de várias operações relativas ao funcionamento dos GAL, compete igualmente à A2S garantir a submissão dos pedidos de reembolso de despesas inscrevendo-as na contabilidade da associação e nos sistemas de informação disponibilizados para o efeito por cada operação aprovada. Assim, no ano de 2018 foram submetidos sete pedidos de reembolso e foi apresentada uma nova candidatura para a obtenção de mais financiamento no âmbito dos Custos Operacionais para o GAL Pescas no âmbito do MAR 2020 para o período 2019-2023.

Ações	Indicador de medida	Realizações
Reuniões de Direção	Nº de reuniões	3 reuniões de Direção (março, maio e dezembro)
Assembleias-Gerais A2S	Nº de reuniões	3 assembleias gerais ordinárias (março e dezembro) 1 assembleia geral extraordinária
Conselho Fiscal	Nº de reuniões	2 reuniões ordinárias (março e dezembro)
Órgão de Gestão GAL Rural	Nº de reuniões	5 reuniões do OG (março, maio, agosto, outubro e dezembro) 6 consultas escritas (março, abril, junho, julho, setembro e outubro)
Órgão de Gestão GAL Pescas	Nº de reuniões	1 reunião do OG (maio) 3 consultas escritas (agosto, novembro e dezembro)
Submissão de Pedidos de Pagamento (despesas de funcionamento dos GAL)	Nº de Pedidos de Pagamento submetidos	3 Pedidos de Pagamento Funcionamento GAL Rural (março, junho e outubro) 3 Pedidos de Pagamento Funcionamento GAL Pescas (março, junho e outubro) 1 Pedido de Pagamento Projeto Rede LEADER (outubro)
Submissão da candidatura ao Custos Operacionais e animação MAR2020 - 2ª parte, novembro.	Nº de candidaturas submetidas	Submissão da candidatura ao Custos Operacionais e animação MAR2020 - 2ª parte, novembro

2. DISPONIBILIZAR FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS



Tal como previsto no Plano de Atividades para 2018, a equipa técnica da A2S participou em todas as ações de formação, capacitação ou de esclarecimentos promovidas pelas AGs dos fundos financiadores, organismos pagadores e outras entidades com competências nesta área designadamente: AG PDR2020, AG MAR2020, AG PO LISBOA, IFAP, a Federação Minha Terra e a Rede Rural Nacional. Importa salientar que as ações de capacitação promovidas pelas entidades acima identificadas são de extrema pertinência para as funções e responsabilidades da ETL, e como têm carácter gratuito, foi possível mobilizar mais do que um participante em todas as iniciativas. Considera-se assim que todos os elementos da equipa tiveram oportunidade de contactar diretamente com as AG e redes em que a A2S está inserida.

De salientar que embora se tenha previsto a participação dos atores locais, associados ou membros das parcerias em ações de capacitação consideradas pertinentes, nem a A2S, nem as redes em que está inserida organizaram ações de capacitação específicas para estes atores, sendo de referir no entanto que os atores locais foram envolvidos indiretamente noutras iniciativas de carácter mais abrangente.

A A2S disponibilizou ainda aos seus recursos humanos a participação em ações de formação profissional complementares em áreas consideradas relevantes para o desempenho das suas funções. Cada um dos elementos da ETL teve oportunidade em participar em ações de formação devidamente certificadas nas áreas abaixo indicadas. De igual forma, foi possível dar cumprimento ao número de horas de formação obrigatórias a disponibilizar pelas entidades empregadoras ao abrigo do Código do Trabalho (art. nº 130 a 134).

101
M
B
A. e

M
11
W.
e
p
H
JA

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
<p>Ações de formação e iniciativas promovidas pelas AGs, por outros GAL, Rede Rural, Federação Minha Terra e outras organizações nacionais e internacionais relevantes</p>	<p>Participação de 1 elemento da ET em 100% dos eventos realizados</p>	<p>Ação de Formação sobre Pareceres de Análise FEDER e FSE - fevereiro, CCDR LVT (3 participantes)</p> <p>Ação de formação no contexto do controlo administrativo dos pedidos de pagamento das medidas investimento do MAR2020 - abril, IFAP (4 participantes)</p> <p>Formação SI2P - abril, AG MAR2020 (3 participantes)</p> <p>Formação Proteção de Dados - abril, CCDR LVT (1 participante)</p> <p>Seminário - reflexão sobre as taxas de erro no FEADER Investimento - maio, Oeiras (2 participantes)</p> <p>Sessão de formação sobre pedidos de pagamento MAR2020 - julho, IFAP (4 participantes)</p> <p>Formação análise candidaturas PDR2020 - novembro, Lisboa (3 participantes)</p> <p>Oficina sobre metodologias e instrumentos de avaliação e autoavaliação das EDL - novembro, Palmela (4 participantes)</p>
<p>Organizar ou participar em ações de capacitação dirigidas aos atores locais, membros da parceria ou dos OG dos GAL</p>	<p>Participação em pelo menos 1 ação de capacitação</p>	<p>Não se verificou a participação de atores locais, associados ou membros das parcerias em ações de capacitação consideradas pertinentes.</p>
<p>Possibilitar à equipa técnica a participação noutras atividades de formação profissional consideradas relevantes para o desempenho das respetivas funções.</p>	<p>Participação em pelo menos 1 ação de formação profissional</p>	<p>Formação Novo Código dos Contratos Públicos - abril, Lisboa (7 horas) - (2 participantes)</p> <p>Formação Contabilidade e Fiscalidade - novembro, Loures (100 horas) - (1 participante)</p> <p>Formação em Gestão - junho, Lisboa (7 horas) - (1 participante)</p> <p>Formação em Inglês - outubro, Mafra (72 horas) - (1 participante)</p>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '102' and various initials.

3. PROMOVER A ANIMAÇÃO DO TERRITÓRIO

160

Publicações sobre a A2S

12

Apresentações sobre os apoios disponibilizados

Ao nível da animação territorial e apesar das limitações provocadas pela burocracia e pela morosidade dos processos administrativos, ainda assim, foi possível superar as expectativas ao nível da interação com os atores locais. Assim, verificou-se que o ano de 2018, foi um ano importante para a afirmação e reconhecimento da missão da A2S e no território.

Comunicação interna / externa

Numa lógica de integridade e transparência, a ETL procurou sempre garantir a existência de mecanismos de comunicação, quer interna nos órgãos próprios, quer externa junto dos respetivos públicos-alvo, *stakeholders* e atores locais.

Adotou-se uma estratégia de comunicação periódica e regular orientada para determinados grupos-alvo e para o público em geral de forma a anunciar as oportunidades específicas e a reportar o trabalho desenvolvido ao longo do ano numa lógica de afirmação da associação no território. Sempre que existiu informação relevante para divulgar, foram elaboradas e publicadas notícias e comunicados de imprensa



FIGURA 1 – EXEMPLOS DE NOTÍCIAS SOBRE A A2S NA COMUNICAÇÃO SOCIAL NACIONAL, REGIONAL, NA PÁGINA WEB DA E NAS REDES SOCIAIS

M
B
W.

que por sua vez foram publicados na comunicação social especializada, local e mesmo nacional. Também se recorreu às redes sociais e às funcionalidades da página institucional da associação.

Dando cumprimento às obrigações de publicitação, todos os avisos de abertura de candidaturas foram publicados quer na imprensa local quer nos meios digitais. Também todas as iniciativas e eventos organizados pela A2S ou por outras entidades relevantes foram publicitados, sobretudo nas redes sociais, bem como as missões em diferentes iniciativas de carácter nacional ou internacional cujos conteúdos pudessem ser relevantes para partilhar.

Após cada ronda de candidaturas os resultados de seleção das operações e respetivas taxas de compromisso foram amplamente divulgados e comunicados.

Não foi possível cumprir o indicador relativo ao envio de *newsletters* mensais por não se considerar oportuno enviar informação para além da considerada de extrema importância. Contudo, as realizações, durante o ano de 2018 estão muito além do previsto em sede de plano de atividades.

Sessões de Divulgação dos Avisos

As sessões presenciais para a divulgação de cada aviso só podem ocorrer após a publicação dos mesmos, publicação essa que não depende exclusivamente da A2S pois está dependente dos *timings* e da respetiva aprovação pelas AGs responsáveis.

Ora como só no final de 2017, foi possível a abertura de avisos a determinadas medidas específicas incluídas no GAL rural e tendo em conta a limitações previstas na regulamentação quanto aos beneficiários elegíveis, considerou-se que seria mais eficaz e eficiente reunir presencialmente com os potenciais candidatos ao invés de fazer uma sessão de divulgação presencial por aviso pois correr-se-ia o risco de ser muito pouco participada.

Deste modo, apenas no caso do GAL pescas se considerou oportuno realizar sessões de divulgação dos apoios disponíveis ao abrigo do Eixo 4 do MAR 2020 gerido pela A2S, tendo-se organizado 2 sessões.

Apoio à apresentação de candidaturas

Relativamente às sessões de apoio à apresentação de candidaturas e tendo em conta as especificidades de cada medida e de cada projeto, considerou-se mais relevante realizar atendimentos presenciais e bilaterais em vez de sessões de apoio genéricas, razão pela qual, em 2018, não foi realizada qualquer ação.

Inversamente e pelas razões acima identificadas, numa lógica de proximidade e de envolvimento com os projetos em todo o seu ciclo de vida, verifica-se que o número de

atendimentos presenciais é cinco vezes superior ao previsto em plano de atividades o que revela um acompanhamento específico e orientado para as necessidades respetivas dos potenciais candidatos ou dos beneficiários com operações aprovadas.

Divulgação da A2S, da EDL e das oportunidades de financiamento

Tal como é do conhecimento geral, a A2S integra um conjunto alargado de redes e desenvolve diversas parcerias, dentro e fora do território. Este facto possibilitou participar num vasto conjunto de iniciativas onde houve oportunidade de apresentar as suas atribuições, as EDL rural e costeira e as oportunidades de financiamento disponíveis, superando amplamente o número de iniciativas previstas no plano de atividades.

Aquisição de materiais publicitários/informativos

Numa lógica de poupança e de maximização do material disponível apenas foi possível adquirir metade dos materiais promocionais previstos. Contudo, no âmbito da realização da conferência sobre produtos locais foi elaborada uma exposição (com painéis informativos) com a história e as origens dos produtos endógenos do território de intervenção da A2S, que de algum modo contribuiu para promover a A2S e o território.

Tal como previsto, e com o apoio de uma estagiária acolhida na A2S ao nível da conceção e o apoio da Câmara Municipal de Loures ao nível da produção, foi possível conceber e produzir folhetos informativos e desenvolver um vídeo sobre todas as tipologias de operações disponíveis e geridas pelos GAL rural e pescas. Os folhetos foram distribuídos em todas as iniciativas em que a A2S esteve presente e ou organizou, bem como aquando dos atendimentos presenciais e reuniões bilaterais. Já o vídeo foi exibido em diversas iniciativas de divulgação dos apoios geridos pela A2S.

103
W.P.
A

M
 S
 h.
 HJA

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Disponibilizar informação através do site da A2S, newsletter e Facebook	Criação de 12 notícias Envio de 12 newsletters Criação de 52 posts no Facebook	20 notícias publicadas no site da A2S 10 newsletters enviadas 107 posts no Facebook 24 publicações no Instagram 2 comunicados de imprensa 9 notícias na comunicação social nacional
Realizar sessões de divulgação dos apoios DLBC	Organização de 1 sessão de divulgação por aviso publicado	2 sessões de divulgação DLBC Costeiro - fevereiro e outubro Ericeira
Realizar sessões de apoio à apresentação de candidaturas	Organização de 1 sessão de apoio por concurso publicado	Não foram realizadas sessões específicas de apoio à submissão de candidaturas.
Organizar reuniões bilaterais com os potenciais promotores	Organização de 24 reuniões	108 atendimentos presenciais
Participar em iniciativas com vista à divulgação da A2S e das EDL a convite de outras de entidades	Participação em 4 iniciativas	Apresentação DLBC costeiro a convite da TESE, janeiro, Carcavelos Sessão de divulgação DLBC Costeiro na APPER, fevereiro, Ericeira Sessão "Experiências Únicas Encontros Memoráveis, abril, Loures Reunião sobre Agricultura Biológica - maio, Bucelas Fórum do Pão - divulgação dos apoios disponíveis - julho, Mafra Sessão de divulgação do DLBC Costeiro, outubro, Ericeira IV Feira de Emprego e Empreendedorismo de Lousa, outubro, Lousa Loures Agricultura - Oportunidades e Parcerias Loures - outubro, Loures Agro-Logística - outubro, Loures Almoço com empresários, novembro, S. João das Lampas Divulgação dos apoios PDR2020 - BOOTCAMP GO MARKET LOURESINOVA - dezembro, MARL Final do programa de aceleração GO MARKET, dezembro, Loures
Produzir materiais promocionais	Produção de 1000 materiais promocionais	Aquisição de 500 esferográficas A2S
Produzir materiais informativos (folhetos)	Produção de 1000 folhetos	Produção de folheto de apresentação genérica dos apoios Produção de folhetos para as 6 ações do PDR2020 Produção de folhetos para 7 ações do MAR2020 Produção de folheto S12E Produção de um vídeo promocional Produção de 14 painéis (2m*0.8m) sobre os produtos locais da região salaia.

4. IMPLEMENTAR AS EDL RURAL E COSTEIRA – GERIR O CICLO DE VIDA DOS PROJETOS

6 

Avisos para a
apresentação de
candidaturas

147 

Candidaturas decididas

10 

Pedidos de Pagamentos
analizados

O processo de construção dos avisos para a apresentação de candidaturas foi organizado tendo em conta as necessidades e expectativas dos potenciais candidatos e os objetivos das EDL Rural e Costeira. Todos os avisos foram publicitados através de canais internos de comunicação e na comunicação social local de Loures, Mafra e Sintra.

Em 2018, a A2S geriu todas as operações aprovadas no âmbito dos avisos publicados em 2016 e 2017. Para além disso publicou 6 novos avisos para a apresentação de candidaturas às diferentes operações do PDR2020.

De salientar que, algumas orientações emanadas por parte das Autoridades de Gestão, conduziram a constrangimentos à abertura de novos avisos, tanto ao nível do S2E como ao nível de determinadas operações do PDR 2020 e do MAR 2020.

Todos os processos de análise e seleção das candidaturas foram transparentes, garantindo a imparcialidade e igualdade de tratamento entre todos os candidatos, sendo que o processo de decisão foi baseado exclusivamente nos critérios previamente estabelecidos e publicados nos anúncios de abertura de concursos. Foi prática regular da equipa técnica organizar reuniões de trabalho visando apoiar os potenciais candidatos a melhor instruírem as respetivas candidaturas.

Após a seleção e contratualização dos projetos, os beneficiários iniciaram a submissão de pedidos de reembolso de despesas nas plataformas do IFAP, no caso do PDR, e no balcão2020, no caso do S2E.

No quadro do protocolo de delegação de competências celebrado com o IFAP, foram analisados os pedidos de reembolso dos beneficiários das operações do PDR2020 e foram realizadas visitas de acompanhamento e verificações físicas aos locais dos investimentos.

Já no caso do S2E, apesar da análise e validação dos pedidos de pagamento ser uma competência do Secretariado Técnico do POR Lisboa2020, foi igualmente necessário promover e organizar *workshops* de apoio à apresentação de pedidos de pagamento,

104
m
p
h.p
A

Mu 07
DJ
N. HJA

em colaboração com a CCDR-LVT. Foram ainda realizadas visitas de acompanhamento aos projetos apoiados.

Relativamente às operações financiadas através do FEAMP (PO MAR 2020) e SIZÉ costeiro (FEDER e FSE) apenas em 2018 foi possível finalizar os processos de seleção das operações e apoiar o início das contratualizações relativos a alguns projetos, o que obrigou à realização de reuniões bilaterais específicas e à realização de visitas de acompanhamento com carácter informal, sobretudo no caso do SIZÉ.

Para além das tarefas acima mencionadas em sede de atendimento aos potenciais candidatos foram registados no sistema de informação do IFAP 22 Identificações de Beneficiário (IB).

ações	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Submeter à aprovação as propostas dos anúncios de abertura de concursos referentes às operações cuja gestão foi delegada ao GAL	Submissão de 100% de propostas de anúncios de forma a cumprir a metas definidas 2023	Diversificação de atividades na exploração Anúncio PDR2020 - 10213-4 (de 2018-06-04 a 2018-10-31) Renovação de aldeias - Anúncio PDR2020 - 10216-2 (de 2018-06-04 a 2018-10-31) Cadeias curtas – Anúncio PDR2020-10214-3 (de 2018-06-04 a 2018-10-31) Mercados Locais - Anúncio PDR2020-10214-4 (de 2018-06-04 a 2018-10-31) Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas - Anúncio PDR2020 -10211-4 (de 2018-10-12 a 2019-01-31) Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas - Anúncio PDR2020 - 10212-4 (de 2018-11-05 a 2019-02-28)
Publicitar os anúncios de abertura de candidaturas (PDR2020 e MAR 2020)	Publicitação de 100% dos anúncios na comunicação social local dos territórios de intervenção	Publicitação dos avisos PDR2020 -10213-4, PDR2020 - 10214-3, PDR2020 -10214-4 e PDR2020 -10216-2 no Jornal de Sintra, Carrilhão e Notícias de Loures – setembro Publicitação dos avisos PDR2020 -10211-4 e PDR2020 - 10212-4 no Jornal De Sintra, Carrilhão e Notícias De Loures – novembro e dezembro
Publicitar os anúncios de abertura de candidaturas (PDR2020 e MAR 2020, FEDER e FSE)	Publicitação 100% dos anúncios na página da A2S	Publicitação dos avisos PDR2020 -10213-4, PDR2020 - 10214-3, PDR2020 -10214-4, PDR2020 -10216-2, PDR2020 -10211-4 e PDR2020 -10212-4 no site da A2S.
Analisar e emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nos regulamentos aplicáveis e com os critérios de seleção definidos nos respetivos anúncios	Análise e decisão de 100% dos pedidos de apoio recebidos dentro dos prazos estabelecidos dos regulamentos	30 projetos PDR2020 decididos 37 projetos SIZÉ rural (componente FEDER) decididos 24 projetos SIZÉ rural (componente FSE) decididos 29 projetos SIZÉ costeiro (componente FEDER) decididos 15 projetos SIZÉ costeiro (componente FSE) decididos 12 projetos MAR2020 decididos
Decidir em sede dos OG sobre os projetos analisados		

B. P.
W.
JA.

Realizar sessões de apoio à apresentação de pedidos de pagamento

Organização de 2 *workshops*

Reunião geral de acompanhamento e monitorização de projetos (PDR2020) – junho, Mafra

Sessão de Esclarecimentos sobre Pedidos de Pagamento SI2E (costeiro e rural) – dezembro, Mafra

Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados

Análise e decisão de 100% dos pedidos de pagamento recebidos dentro dos prazos estabelecidos dos regulamentos

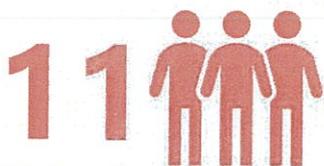
10 Pedidos de Pagamento PDR2020 analisados
9 Visitas de verificação física no local (VFL) realizadas.

Criação de Identificação do Beneficiário no sistema de informação do IFAP (idigital)

Nº de IB

Criação de 22 IB

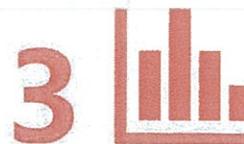
5. ACOMPANHAR E MONITORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS EDL



11 *Visitas in situ*



4 *Reuniões bilaterais*



3 *Relatórios de monitorização*

O acompanhamento e a monitorização da implementação das EDL do ponto de vista dos beneficiários e das operações foi sempre assegurado pela ETL, numa lógica positiva de proximidade e com vista a prestar o maior apoio possível aos associados, membros da parceria, potenciais candidatos, beneficiários e público em geral.

Todas as solicitações foram respondidas atempadamente, desde que a resposta dependesse exclusivamente da ETL, a informação do *site* institucional da A2S foi atualizada sempre que foi necessário e não se tendo verificado a existência de perguntas frequentes recorrentes não foi possível acrescentar mais para além das existentes.

Após as rondas de seleção de 2017, a ETL promoveu a realização de uma reunião geral de monitorização chamando até si todos os beneficiários com contratos assinados. A ideia foi chamar a atenção dos mesmos para questões aparentemente simples e de gestão que podem comprometer a boa execução dos projetos e que podem ter como consequência a devolução dos apoios concedidos ou a aplicação de reduções, sanções e ou penalizações.

Ainda que fora das competências delegadas da A2S enquanto GAL rural responsável pela gestão do SI2E, deve referir-se que foi possível realizar visitas de acompanhamento a sete projetos SI2E, concluídos ou em fase muito adiantada de conclusão. As visitas assumiram um caráter informal, mas permitiram perceber a sua relevância para os territórios e observar que os projetos estavam praticamente concluídos. Ora nessa sequência, considerou a Direção que seria pertinente convidar a AG do PO Lisboa, a AdC e a FMT para realizarem uma terceira visita a alguns dos projetos aprovados de forma a afirmar a relevância destes pequenos projetos para os beneficiários e para os territórios e a pertinência do instrumento de base territorial – DLBC no presente e no futuro quadro de programação.

Paralelamente, a Direção da A2S, teve uma preocupação contínua e recorrente em observar e recolher regularmente informação sobre os indicadores definidos nas EDL e analisar criticamente a sua realidade, divulgando os resultados nas Assembleias Gerais e nas apresentações públicas.

Devido à inexistência de informação em quantidade suficiente para proceder à elaboração de um relatório específico para o efeito, revelou-se inoportuna a elaboração de um relatório semestral por fundo. Contudo, as taxas de execução e compromisso foram alvo de observação e análise permanente sobretudo pela ETL.

1.06
B
W. P
H. FA

Os relatórios de execução relativos ao ano de 2017 devidos às AG do PDR 2020, do MAR 2020 e do IFAP em 2018 foram atempadamente enviados às respetivas entidades.

Complementarmente, foi necessário contactar formal e informalmente todas as AG através de ofícios específicos e memorandos onde, numa lógica de aprendizagem organizacional, a A2S procurou apresentar a experiência do terreno, os desafios e as oportunidades da gestão dos DLBC e das respetivas tipologias de intervenção bem como os obstáculos com que os GAL rural e pescas geridos pela A2S e, conseqüentemente, os seus beneficiários se têm vindo a confrontar, propondo soluções e alternativas de melhoria.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Disponibilizar apoio telefónico, presencial, por correio eletrónico e por ofício	Apoio e resposta a 100% dos pedidos	Todas as solicitações telefónicas e por correio eletrónico foram respondidas
Elaborar, atualizar e disponibilizar documentos de apoio para os promotores. (ex: FAQ, manuais de apoio, guias do candidato, etc)	Elaboração de 10 FAQ Se aplicável, atualizações dos guias já existentes	Não foram elaboradas novas FAQ. Os guias de apoio ao candidato foram atualizados tendo em conta as alterações à regulamentação aplicável aos apoios.
Realizar reuniões de monitorização destinadas aos beneficiários com projetos selecionados após cada concurso	Realização de 1 reunião de monitorização até 60 dias após a decisão final de aprovação, a 100% dos projetos selecionados	Reunião geral de acompanhamento e monitorização de projetos – junho, Mafra 4 reuniões bilaterais de monitorização de projetos
Realizar visitas de monitorização in situ aos promotores selecionados	Realização de 1 visita in situ/projeto	1 Visita das Autoridades de Gestão aos projetos SI2E Rural – dezembro 10 visitas de acompanhamento <i>in situ</i> (jan-dez)
Observar e recolher regularmente informação sobre os indicadores definidos nas EDL	Elaboração de 1 relatório semestral/fundo	As taxas de execução e compromisso foram alvo de observação permanente, sendo divulgadas junto do OG, Assembleias Gerais e apresentações públicas.
Elaborar um relatório anual de avaliação de resultados	Elaboração de 1 relatório anual/fundo	Relatório AG PDR Relatório AG MAR2020 Relatório IFAP

6. DINAMIZAR PROJETOS DE COOPERAÇÃO



Candidaturas para cooperação

No âmbito da medida da Cooperação LEADER do PDR2020 e tendo em conta as áreas de cooperação definidas na EDL do GAL Rural foram submetidas 3 candidaturas para a preparação ou desenvolvimento de projetos de cooperação, a saber:

DINAMIZAR OS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS	
Objetivos	Preparação de um futuro projeto de cooperação que preconize a valorização integrada dos sistemas alimentares locais dos territórios parceiros, promovendo a sua dinamização conjunta através de atividades que potenciem a criação de sinergias e complementaridades, valorizando a sua diversidade e promovendo a diferenciação e a qualidade dos seus produtos locais.
Parceiros	<ul style="list-style-type: none">• ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave• ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal• PINHAL MAIOR - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
Orçamento A2S	8.300,00€
Taxa de financiamento	90%

ENOTURISMO – CONHECER AS REALIDADES PARA CRIAR CONDIÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO (PORTUGAL – BRASIL)	
Objetivos	Encontrar parceiros no Brasil, que vivam realidades e problemáticas similares dispostos a cooperar no sentido do desenvolvimento de destinos enoturísticos proporcionadores de experiências territoriais únicas, potenciadoras de dinâmicas e do desenvolvimento económico e social.
Parceiros	<ul style="list-style-type: none">• IBRAVIN Instituto Brasileiro do Vinho
Orçamento A2S	8.300,00€
Taxa de financiamento	90%

REDUZINDO AS DISTÂNCIAS: CADEIAS CURTAS ENTRE A TERRA E O MAR

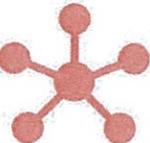
Objetivos	Desenvolver um projeto conjunto para promover e valorizar os territórios e os produtos locais numa perspetiva comercial e turística. Pretende-se consciencializar as populações para as potencialidades das especificidades locais, aumentar o número de visitantes aos territórios e sensibilizar as pessoas para a importância do consumo dos produtos locais e de proximidade.
Parceiros	<p><i>Portugal</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • GAL ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores, • GAL GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional, • GAL ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento, • GAL ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal <p><i>Itália</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • GAL Sulcis Iglasiente Capoterra e Campidano di Cagliari, • GAL Ogliastro, • GAL Alta Marmilla, • GAL Linas Campidano, • GAL Sinis, • GAL Nuorese Baronia, • FLAG Sardegna Sud Occidentale, • FLAG Sardegna Orientale, • FLAG Pescando, • FLAG Nord Sardegna <p><i>França</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • GAL Pays de Chaumont
Orçamento A25	50 425,44€
Taxa de financiamento	90%

107
m
b
h. e
A.A.

Estas candidaturas estão a ser alvo de apreciação por parte da Autoridade de Gestão do PDR2020, prevendo-se que a decisão final ocorra no decurso de 2019.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Iniciar um projeto de cooperação nacional ou transnacional	Submissão de 1 candidatura	<p>Submissão da Candidatura - Dinamizar os sistemas agroalimentares locais – SAL -agosto</p> <p>Submissão da Candidatura - Accortiamo le Distanze - outubro</p> <p>Submissão da Candidatura - Enoturismo Portugal Brasil – dezembro</p>

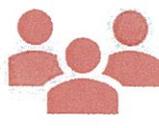
7. PARTICIPAR EM REDES, FORA, PLATAFORMAS E GRUPOS DE TRABALHO

30 

Reuniões de redes
e grupos de
trabalho

2 

Reuniões de redes
internacionais

4 

Colaborações no
âmbito de parcerias

Desde a sua constituição, a ETL da A2S procurou envolver-se em diferentes redes, *fora* e plataformas e participar nas respetivas iniciativas e grupos de trabalho.

Enquanto representantes da região de Lisboa na Direção da Federação Minha Terra, a A2S participou em nove reuniões e três Assembleias-Gerais. Paralelamente, e ainda no âmbito da integração num projeto da Rede Leader 2020, apresentado pela FMT a A2S participou em todas as reuniões regulares entre coordenadores/diretores das ADL associadas promovidas pela Federação e ainda colaborou na última reunião organizada em 2018, no território de intervenção da A2S, mais especificamente na Ericeira, Mafra.

De notar a relevância destas atividades de caráter transversal, mas que têm como objetivo central a partilha de informação relativamente aos programas geridos localmente pelas ADL de todo o território nacional e às atividades da Minha Terra.

No âmbito da Rede Rural Nacional a A2S foi convidada a integrar três grupos de trabalho, um orientado para a cooperação transnacional, outro para a revisão da operação 10214 – Cadeias Curtas e Mercados Locais e outro sobre a avaliação das EDL. Estes grupos reuniram regulamente e os respetivos resultados deram origem à submissão de um projeto de cooperação, ao envio de propostas harmonizadas para a alteração da Portaria 152/2016 no âmbito da medida 10214, bem como a criação de um modelo comum para a avaliação das EDL por parte dos GAL.

No âmbito da Rede Rural Europeia, ELARD, de que a FMT é Presidente, foi possível participar em duas iniciativas com caráter europeu, designadamente:

- uma conferência que se realizou em Évora e acolheu cerca de 300 participantes, representantes de instituições e organismos europeus, de programas de desenvolvimento rural e operacionais, de autarquias, de autoridades de gestão, de agências de pagamento e de Grupos de Ação Local de 22 países;
- um seminário organizado na Áustria (Rust) pela Rede Rural Europeia e que tinha como objetivo explorar o papel atual e futuro do LEADER, incluindo o seu valor acrescentado em diferentes áreas temáticas, bem como onde e como pode

contribuir mais amplamente, para além do contexto rural local. O evento reuniu representantes de Grupos de Ação Local (GAL), autoridades de gestão e redes nacionais rurais (RRNs) e contou com apresentações, troca de exemplos práticos, grupos de trabalho e visitas de estudo.

D,
e
w.
A

Já no âmbito da Rede Europeia das Pescas e Assuntos Marítimos, a A2S, enquanto entidade gestora do GAL pescas candidatou-se, foi selecionada e participou no seminário organizado pela FARNET que ocorreu em novembro em Saint Jean de Louis em França. Tratou-se de um fórum onde foi possível aprofundar os conhecimentos e competências, conhecer projetos relevantes a nível europeu, partilhar experiências e boas práticas com os GAL nacionais e europeus e estabelecer contactos para futuros projetos de cooperação.

Enquanto representante do GAL Ericeira-Cascais no Comité de Acompanhamento do Programa Operacional MAR 2020, a A2S foi convocada e participou na reunião ordinária ocorrida em janeiro bem como participou em todas as reuniões convocadas pela AG do MAR 2020 para efetuar o ponto de situação da implementação do DLBC.

A A2S participou ainda noutros Grupos de Trabalho temáticos relevantes, nomeadamente os que estão orientados para a plena operacionalização do instrumento DLBC.

Na sequência do estabelecimento de parcerias formais ou informais com diferentes entidades com relevância nos territórios de intervenção do GAL, durante o ano de 2018 a A2S fez-se representar em diversas iniciativas por elas organizadas, designadamente:

- Notícias de Loures;
- Confederação Nacional de Agricultores;
- Agrobio;
- Junta de Freguesia de Loures;
- Contrato Local de Desenvolvimento Social de Mafra (CLDS);
- Centro Europe Direct da Área Metropolitana de Lisboa
- Escola Técnico Profissional de Mafra (ETPM);
- Rede de DLBCs urbanos Área Metropolitana de Lisboa – InterGAL;
- Territórios Criativos;
- Câmara Municipal de Loures;
- DNA Cascais;
- Loures Inova;
- Votação painel de Especialista - 7 Maravilhas à Mesa

A plataforma dos GAL pesca, durante o ano de 2018 concretizou-se na participação em oito reuniões convocadas pela AG do MAR 2020 sendo que o GAL Ericeira Cascais se fez representar em todas as reuniões.

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Participar nas Assembleias-Gerais, Reuniões de Direção, Reuniões de Coordenadores e grupos de trabalho promovidos pela Federação Minha Terra	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da FMT	<p>9 Reuniões de Direção, respetivamente nos seguintes locais e datas: em Lisboa a 21-01-2018, 14-03-2018, 11-05-2018, 21-09-2018 e 23-11-2018; Aveiro a 04 e 05-04-2018; Valença a 04-07-2018; Óbidos a 29-10-2018 e Mafra em 17-12-2018.</p> <p>3 reuniões da Assembleia-Geral (AG) no seguintes locais e datas em Aveiro a 05-04-2018, em Valença a 05-07-2018 e na Ericeira em 17-12-2018</p> <p>4 Sessões de Trabalho DLBC/LEADER no seguintes locais e datas: 05-04-2018 em Aveiro, 05-07-2018 em Valença, 30-10-2018 em Óbidos e 18-12-2018 na Ericeira.</p>
Participar nas iniciativas e Grupos de Trabalho promovidos pela Rede Rural Nacional	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da RRN	<p>Participação na Reunião do Grupo de Trabalho Temático DLBC/LEADER - janeiro, DGADR</p> <p>Participação no Focus grupo de revisão da operação 10214 do PDR2020 – agosto, DGADR</p> <p>Participação no Grupo de Trabalho sobre Avaliação das EDL – outubro, Lisboa</p>
Participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do MAR2020	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das iniciativas da CA	Participação da Reunião do Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020 – janeiro, Lisboa
Participar nas reuniões da plataforma dos GAL pesca	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% reuniões	8 reuniões AG MAR 2020-GAL Pescas – Lisboa, janeiro, março, maio (2), junho, julho, setembro e dezembro
Participar nas iniciativas da Rede Rural Europeia, ELARD consideradas adequadas	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das atividades	<p>Participação na Conferência da ELARD LEADER RELOADED - 26-28 setembro 2018 - Évora, Portugal</p> <p>Participação na conferência da ELARD - LEADER: Acting locally in a changing world 15 a 17 de outubro, Rust, Áustria</p>
Participar nas iniciativas promovidas pela FARNET	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das atividades	Seminário FARNET Circular economy in fishing and aquaculture areas" – 20 a 22 de novembro, Saint-Jean-de-Luz, França
Participar noutros Grupos de Trabalho considerados pertinentes	Participação de 1 membro da ETL ou do OG em 100% das ações de outros GT	<p>Reunião InterGAL (Área Metropolitana de Lisboa) - 12 de Novembro de 2018, Lisboa</p> <p>Júri CLDS, abril, Mafra</p> <p>Júri PAP ETPM, abril, Mafra</p> <p>Reunião do Grupo de Trabalho do Arinto, dezembro, Loures</p> <p>Reunião para Júri do Festival da Gastronomia, Loures, 2 de novembro de 2018, Loures</p> <p>Speed Mentoring, setembro, MBF</p>

109
 M
 D
 V
 J
 S
 S
 S

8. DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES E AS FONTES DE FINANCIAMENTO

2 
Candidaturas submetidas

1 
Estágio curricular acolhido

1 
Protocolo de colaboração

Durante o ano transato a A2S procurou diversificar as atividades desenvolvidas bem como as fontes de financiamento.

No que diz respeito a novas atividades merece destaque a parceria com a Escola Técnica e Profissional de Mafra que permitiu o acolhimento de uma estagiária da área de Comunicação e Marketing entre os meses de abril e junho. No âmbito deste estágio foi possível conceber um conjunto de materiais informativos, em particular diversos folhetos relacionados com as diferentes linhas de apoios disponibilizadas através da A2S e um vídeo promocional da atividade da Associação.

Com o intuito de diversificar as fontes de financiamento foram submetidas duas candidaturas no âmbito da Assistência Técnica da Rede Rural Nacional, a saber:

APROXIMAR – PRODUZIR E CONSUMIR LOCALMENTE	
Objetivo	Elaboração de 5 guias de apoio à criação de CCA e 4 guias de apoio à comercialização de produtos em CCA com divulgação através de plataforma digital. No caso da A2S, pretende-se contribuir para o conteúdo dos Guias através do desenvolvimento de projetos piloto de fornecimento de cantinas públicas e criação de mercado de produtores na região salaia.
Parceiros	<ul style="list-style-type: none"> • CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e Crédito Agrícola de Portugal CCRL; • Confederação Nacional da Agricultura; • Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; • Instituto Politécnico de Coimbra; • Instituto Superior de Agronomia.
Orçamento A2S	17 465,47€
Taxa de financiamento	100%

M. D. V.

Parceria FMT e 7 GAL

Objetivos	Apoiar a implementação das EDL/GAL, incluindo atividades de qualificação e ligação em rede destinadas aos GAL; apoio à cooperação e a interação com outras entidades com intervenção no desenvolvimento local a nível nacional e europeu. É importante a dimensão de articulação e das trocas de experiência com vista à capacitação dos GAL a nível europeu - potenciados pelo facto de a FMT ter assumido a presidência da ELARD - valorizando a experiência do LEADER e também perspetivando a sua evolução no quadro pós-2020. Para isso, prevê-se a organização e a participação em iniciativas de carácter internacional, veiculando a experiência LEADER/DLBC Portuguesa junto de outros EM e de organizações europeias e disseminando junto dos GAL nacionais experiências relevantes, contribuindo para a visibilidade global à abordagem LEADER, às Estratégias implementadas pelos GAL e aos projetos apoiados no DLBC Rural.
Parceiros	<ul style="list-style-type: none">• MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações Desenvolvimento Local;• ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo;• APRODER-Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo,• TERRAS DENTRO - Associação Para o Desenvolvimento Integrado,• DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça,• ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho• VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.
Orçamento A2S	12 656,69€
Taxa de financiamento	100%

Estava previsto no Plano de Atividades de 2018 a constituição da A2S enquanto entidade formadora certificada pela DGERT. Esta atividade não foi concretizada uma vez que se constatou que a A2S não reunia as condições mínimas de acesso para ser reconhecida enquanto entidade formadora. Todavia, foram encetados contactos com entidades formadoras certificadas do território de forma a permitir, sempre que possível, o desenvolvimento de ações de formação em parceria com a A2S que vão ao encontro das necessidades do território.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTUGAL

Ainda neste âmbito, e na sequência do primeiro Orçamento Participativo Portugal (OPP), foi aprovado o projeto nº 689 respeitante à "Transformação de variedades de maçãs tradicionais" promovido, a título pessoal, pelo Eng.º Manuel Costa e Oliveira.

Sendo o projeto no setor da agricultura e com uma área de abrangência territorial regional que envolve três concelhos situados na área metropolitana de Lisboa e três variedades regionais específicas de maçã - a Camoesa de Sesimbra, a Reineta de Sintra

e a Riscadinha de Palmela, após a aprovação do projeto, foi atribuída à DRAPLVT a responsabilidade de gerir e implementar o projeto.

Para tal, em 27 de março de 2018, realizou-se um evento público em Colares, em colaboração com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e o Ministério da Agricultura com vista à celebração de um protocolo de implementação do projeto entre a DRAP LVT e os GAL A2S e ADREPES.

110
B
P
N.
A

Transformação de variedades de maçãs tradicionais	
Objetivos	Promover e potenciar as variedades tradicionais das maçãs junto dos pequenos produtores e dos consumidores, para que esta produção em pequena escala, de âmbito familiar, possa desenvolver outras atividades associadas à transformação das variedades e acrescentar valor ao setor agrícola.
Parceiros	<ul style="list-style-type: none">• DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo• ADREPES – Associação para o Desenvolvimento regional da Península de Setúbal
Orçamento A2S	32 924,00€
Taxa de financiamento	100%



Durante o ano foram sendo realizadas algumas das iniciativas previstas num plano de ação previamente aprovado sendo que a principal atividade a destacar é a apresentação do projeto nas diferentes iniciativas organizadas pelo GAL e a criação de uma imagem de marca registada no INPI para melhor divulgar o projeto.

FIGURA 2 – IMAGEM DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PROJETO

MS
4.3

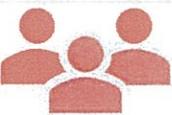
A

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Promover parcerias nacionais ou internacionais para fazer face às necessidades identificadas nas análises SWOT das EDL	Criação de 1 parceria	Submissão da Candidatura – Aproximar: Produzir e consumir localmente. março Submissão da Candidatura - Parceria FMT e 7 GAL, maio
Efetuar a certificação enquanto entidade formadora certificada pela DGERT	Submeter o processo de certificação DGERT Realização de 1 ação de formação	Não realizado
Acolher estagiários (curriculares)	Acolhimento de 1 estagiário	Foi acolhida uma estagiária da ETPM entre abril e junho
		Celebração de protocolo para a implementação do Projeto Maças de Lisboa



FIGURA 3 – ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PORTUGAL (COLARES, MARÇO 2018)

9. PROMOVER, PARTICIPAR E ORGANIZAR EVENTOS

1 

Conferência
Temática

4 

Stands
institucionais

26 

Missões

À semelhança de anos anteriores a A2S voltou a organizar uma conferência temática. A edição de 2018, denominada *SABOR SALOIO* foi consagrada à identificação de oportunidades e estratégias de valorização dos produtos locais enquanto elementos culturais identitários de uma região.

A iniciativa decorreu no passado dia 29 de novembro, na Quinta das Carrafouchas, no concelho de Loures, reuniu cerca de 100 participantes e contou com uma mostra de produtos locais (queijos frescos e curados, pão saloio, vinhos da Quinta das Carrafouchas, maçã reineta de Sintra, leitão de Negrais, doçaria da região saloia, entre outros).

Em 2018 a A2S continuou a participar ativamente em iniciativas dentro e fora do território, com vista à representação institucional ou à capacitação da ETL em temáticas consideradas relevantes, bem como em feiras e eventos de promoção da região saloia e dos seus produtos locais.



FIGURA 4 – CONFERÊNCIA TEMÁTICA “SABOR SALOIO – PROMOVER A GASTRONOMIA E OS PRODUTOS LOCAIS”, QUINTA DAS CARRAFOUCHAS, NOVEMBRO 2018)

M
B
h.
4
A.
A

AÇÕES	INDICADOR DE MEDIDA	REALIZAÇÕES
Organizar conferência temática	Organização de 1 conferência temática	Conferência Temática Sabor Saloio, 29 novembro 2018, Loures
Participar em iniciativas relevantes no âmbito das atribuições da A2S (seminários, colóquios, feiras, exposições, conferências)	Participação em pelo menos 1 iniciativa	<p>Reunião CCDR 2030, janeiro, Lisboa</p> <p>Reunião da AMPV, janeiro, Bucelas</p> <p>Reunião de Alto Nível sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP, fevereiro, Lisboa</p> <p>Reunião com a DRAP LVT sobre o Orçamento participativo Portugal, fevereiro, Mafra</p> <p>Seminário Alimentação: Direito Humano a uma Alimentação Adequada através de Compras Públicas e Cadeias Curtas Agroalimentares, fevereiro, Lisboa</p> <p>Participação na BTL, março, Lisboa</p> <p>Fórum Sócio Económico das Pescas dos Açores, março, Ilha Terceira, Açores</p> <p>Participação no evento – Encontros do MAR, março, Ericeira</p> <p>Representação da FMT - Portugal 2030, março, CCDR LVT</p> <p>GDPR@TALKS CCDR-LVT - abril, Caldas da Rainha</p> <p>Comemoração do Centenário do Ministério da Agricultura na região LVT - abril, Santarém</p> <p>Sessão Solene do Centenário do Ministério da Agricultura 1918-2018, maio, Lisboa</p> <p>Jantar de Empresários do Concelho de Mafra, maio, Mafra</p> <p>O Rumo da Bioeconomia Azul Em Portugal, maio, Lisboa</p> <p>Arinto e Sabores Saloios - junho, Bucelas</p> <p>Feira Nacional de Agricultura- junho, Santarém</p> <p>Oficina "Direito Humano à Alimentação Adequada e Políticas Públicas ao Nível Local" - junho, Lisboa</p> <p>Festival do Mel- setembro, Loures</p> <p>Conferência Mar e Tecnologia: Que oportunidades? – outubro, Ericeira</p> <p>Congresso Sintra Economia, outubro, Sintra</p> <p>Festival da Maçã Camoesa, Doçaria e Pão - outubro, Sesimbra</p> <p>Festa do Vinho e das Vindimas, Bucelas, 14 de outubro, Bucelas</p> <p>Seminário Turismo Cemiterial, outubro, Loures</p> <p>Festival da Maçã Reineta, Fontanelas, 27 e 28 de outubro e 1 de novembro, Fontanelas, Sintra</p> <p>Conselho Estratégico de Sintra, novembro, Sintra</p> <p>Conferência - Estratégias EDL, novembro, Sesimbra</p> <p>Galardão de Mérito Empresarial, novembro, Loures</p> <p>Aprovação da Reprogramação do Portugal 2020, - dezembro, Lisboa</p> <p>Colóquio O MAR - Um Universo de Recursos -dezembro, Ericeira</p>

REAÇÕES...

"ÓTIMA INICIATIVA! A FALTA DE TEMPO PREJUDICOU A OPORTUNIDADE PARA FOMENTAR AS RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES PRESENTES E A CAPITALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PAINÉIS"

"FOI MUITO IMPORTANTE PARA MIM FICAR TÃO MAIS ESCLARECIDA QUANTO AO SIZ E DOU-VOS OS PARABÉNS PELO VOSSO EXCELENTE TRABALHO"

"BEM HAJAM POR ESTAS INICIATIVAS, OBRIGADO."

"FOI UM BOM SEMINÁRIO. TALVEZ DEMASIADO GENÉRICO, OU TENTANDO ABRANGER UM ESPECTRO DEMASIADO LARGO PARA O TEMPO DISPONÍVEL."

"FIQUEI ESCLARECIDO QUANTO AO CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA, E TAMBÉM, APRECIEI OS ESCLARECIMENTOS QUE ME PRESTARAM, ÀS DÚVIDAS APRESENTADAS."

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 9112 and initials.



AVALIAÇÃO INTERCALAR: METAS E RESULTADOS

CUMPRIMENTO DE METAS

De acordo com o estipulado no protocolo de articulação funcional entre as Autoridade de Gestão dos diferentes programas financiadores, os GAL Rural e Pescas geridos pela A2S estão comprometidos com o cumprimento de metas estabelecidas para as EDL aprovadas pela Comissão de Seleção dos DLBC.

Neste âmbito foram definidas metas a serem verificadas em 2018, de forma a efetuar uma avaliação intercalar da execução das EDL.

Salienta-se que alguns dos pressupostos que conduziram à construção dos indicadores foram alterados pelas diferentes AG, o que naturalmente teve reflexos ao nível do seu cumprimento. Entre as alterações mais relevantes salientam-se os atrasos na implementação das diferentes linhas de apoio e as mudanças relativamente à regulamentação aplicável. A título de exemplo refira-se que só foi possível abrir concursos ao SIZE e ao MAR2020 no final de 2017, o que levou a que as decisões finais ocorressem em 2018 ou mesmo em 2019, o que tornou virtualmente impossível o encerramento de quaisquer operações no decurso de 2018 e, como tal, o cumprimento das metas estabelecidas para esse ano.

Nos quadros 1 e 2 apresentam-se as metas estabelecidas para 2018 nos GAL Rural e Pescas e o respetivo grau de cumprimento.

Para a aferição rigorosa do cumprimento das metas deviam apenas ser considerados os dados relativos a projetos encerrados o que, pelos motivos expostos, não foi possível concretizar, como seria expectável. Até 2018 apenas foram encerrados 3 projetos, 2 relativos à operação Regime Simplificado de Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas e 1 relativo a Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.

Relativamente às metas relacionadas com a criação dos postos de trabalho foi já possível atingir a meta que se refere à operação 10212, uma vez que o único projeto encerrado permitiu criar 3 postos de trabalho.

Nas restantes operações o cumprimento das metas foi aferido através dos projetos com termo de aceitação assinado e apenas para o indicador de realização "Projetos/beneficiários apoiados".

No que concerne ao GAL Rural, verifica-se que a generalidade das metas foi cumprida e inclusivamente superada. Destaca-se a elevada procura por projetos relacionados com pequenos investimentos na exploração agrícola e na transformação e comercialização

de produtos agrícolas. Também é assinalável o facto de ter sido possível apoiar um projeto de promoção de produtos de qualidade locais, o que constitui uma situação praticamente inédita a nível nacional.

Em sentido inverso destaca-se a operação Cadeias Curtas e Mercados Locais, que mesmo após a abertura de 4 avisos, registou apenas 3 candidaturas submetidas, todas não elegíveis. A este propósito refira-se que esta situação está em linha com o verificado em Portugal, onde apenas têm sido aprovados alguns projetos relacionados com a criação de Mercados Locais. A dificuldade na implementação da medida levou a que a A2S, a convite da Rede Rural Nacional e da Federação Minha Terra, integrasse um grupo de trabalho que se ocupou de elaborar uma proposta de revisão da regulamentação aplicável que será publicada em 2019.

Merece ainda realce o sucesso do SI2E na região saloia, que mesmo com atrasos significativos ao nível da implementação registou elevada procura. Na sequência do único convite aberto ao SI2E foi possível superar todas as metas estabelecidas para o ano 2018, em particular na componente FEDER.

QUADRO 1 – GAL RURAL: EXECUÇÃO DAS METAS ESTABELECIDAS PARA 2018

Prioridade de investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/medida do programa Ação do Pacto	Indicador de realização	Meta 2018	Projetos selecionados até 2018	Indicador de resultado	Meta 2018	Postos de trabalho apoiados até 2018
99.M10 - LEADER	FEADER	10211	Projetos/ beneficiários apoiados	13	23	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0	0
		10212		3	13		3	3
		10213		4	5		1	0
		10214		1	0		0	0
		10215		1	1		0	0
		10216		0	1		0	0
SUBTOTAL				22	40		4	3
09.10 – PO Lisboa2020	FEDER	09.10	Empresas que beneficiam de apoio	18	22	Postos de trabalho criados	0	0
SUBTOTAL				18	22		0	0
09.06 PO Lisboa2020	FSE	09.06	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego	26	35	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50%	0
SUBTOTAL				26	35		0	0
TOTAL				66	97		4	3

M
B
h

No caso do GAL Pescas a verificação do cumprimento de metas relativas ao MAR2020 é de difícil aferição, uma vez que o protocolo de articulação funcional apenas previa metas para quatro das oito tipologias de intervenção disponíveis, isso levou a que fossem concretizadas metas em operações sem qualquer valor alocado e vice-versa. Neste caso, sem uma prévia reformulação das metas, não é possível verificar o seu cumprimento de forma rigorosa.

À semelhança do que sucedeu no GAL Rural, na sequência do único convite aberto ao SI2E, forma superadas todas as metas estabelecidas para o ano 2018. Contudo, devido às elevadas taxas de compromisso, que no caso da componente FEDER se situa acima dos 90% será praticamente impossível dar cumprimento às metas estabelecidas para 2023 sem um reforço da dotação disponível.

QUADRO 2: GAL PESCAS: EXECUÇÃO DAS METAS ESTABELECIDAS PARA 2018

Prioridade de investimento a mobilizar	Fundo	Eixo/medida Do programa Ação do pacto	Indicador de realização	2018	Projetos selecionados até 2018	Indicador de resultado	Meta 2018	Postos de trabalho criados
MAR2020 - Desenvolvimento o Sustentável das zonas de pesca e de aquicultura	FEAMP	Competitividade da pesca	N/A	N/A	0	Emprego criado	12	0
		Cadeias curtas			0			
		Promoção de produtos locais			2			
		Património Inovação			0			
		Qualificação escolar e profissional			0			
		Planos de Mar			0			
		Turismo			4			
SUBTOTAL				N/A	6		12	0
09.10 – PO Lisboa 2020	FEDER	09.10	Empresas que beneficiam de apoio	7	8	Postos de trabalho criados	0	0
SUBTOTAL				7	8		0	0
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	09.06	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego	19	26	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50%	N/A
SUBTOTAL				19	26		50%	N/A
TOTAL				26	40		12	0

PONTO DE SITUAÇÃO DAS EDL RURAL E COSTEIRA

Para além do cumprimento das metas importa também analisar de forma crítica alguns indicadores e a sua evolução desde a abertura dos primeiros concursos em 2016.

No quadro 3 são apresentados alguns dados relevantes relacionados com a execução das EDL Rural e Costeira até final de 2018.

Verifica-se que o número de candidaturas recebidas no PDR2020 e no SI2E rural é aproximadamente o mesmo. Contudo, a operacionalização do PDR2020 é bastante mais difícil uma vez, que foi necessário abrir 20 avisos distribuídos por seis medidas, enquanto que no âmbito do SI2E foi aberto apenas um concurso para as duas medidas disponíveis (empreendedorismo e criação de emprego).

Salienta-se a elevada taxa de compromisso da componente FEDER do SI2E em ambas as EDL. No caso da EDL Costeira o valor previsto está mesmo integralmente comprometido (98%), inviabilizando a abertura de novos concursos.

Já as taxas de compromisso da componente FSE do SI2E, são bastante mais modestas, contudo, não se prevê a abertura de novos concursos, em virtude da entrada em vigor do regulamento OMNIBUS.

Apesar do atraso na implementação das medidas do MAR2020, a taxa de compromisso era no final de 2018 de 50%, não se verificando, contudo, qualquer pedido de pagamento submetido.

QUADRO 3 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS EDL RURAL E COSTEIRA EM 31/12/2018

	PDR2020 (6 medidas)	SI2E Rural	MAR2020 (8 medidas)	SI2E Costeira
VERBA PROGRAMADA (DP)	2,3 M€	1,3 M€	1,4 M€	0,6 M€
AVISOS ABERTOS	20	1	6	1
CANDIDATURAS RECEBIDAS	87	63 (39 FEDER + 24 FSE)	14	43 (29 FEDER + 15 FSE)
CANDIDATURAS CONTRATADAS	40	36 (22 FEDER + 14 FSE)	6	17 (8 FEDER + 9 FSE)
VERBA COMPROMETIDA	1 M€	0,8 M€	0,8 M€	0,4 M€
VERBA PAGA	0,16 M€	0,08 M€	0€	0€
TAXA DE COMPROMISSO	40%	78% FEDER 30% FSE	50%	97% FEDER 40% FSE
TAXA DE EXECUÇÃO	7%	10% FEDER	0%	0%

M
B
h.



Se se atentar para a evolução de alguns destes indicadores ao longo do tempo constata-se através da análise dos gráficos 1 e 2 que no ano de 2018 todos os programas funcionaram em pleno sendo possível abrir avisos e receber candidaturas em todos eles: PDR2020, MAR2020 e SIZ E Rural e Costeiro.

Em 2018 registou-se um aumento acentuado de candidaturas recebidas e apoio ao investimento contratado, com exceção do SIZ E Rural, uma vez que não foi possível abrir novos concursos devido à entrada em vigor do regulamento OMINIBUS.

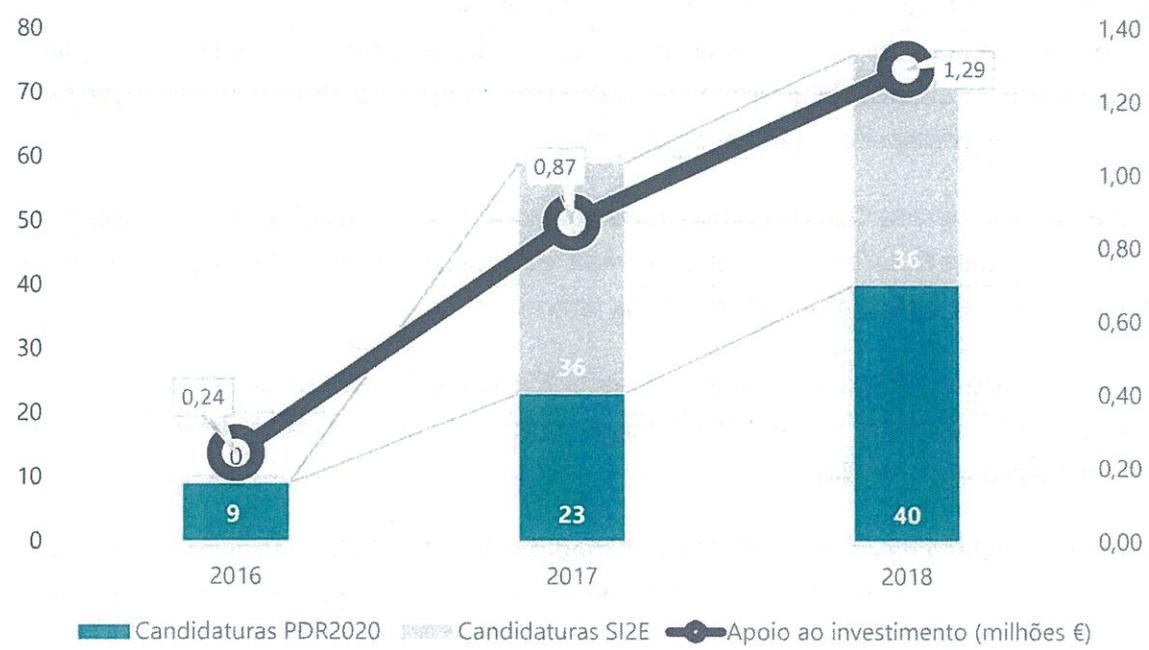


GRÁFICO 1 – GAL RURAL: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATURAS E DO APOIO APROVADO (PDR2020 e SIZ E)

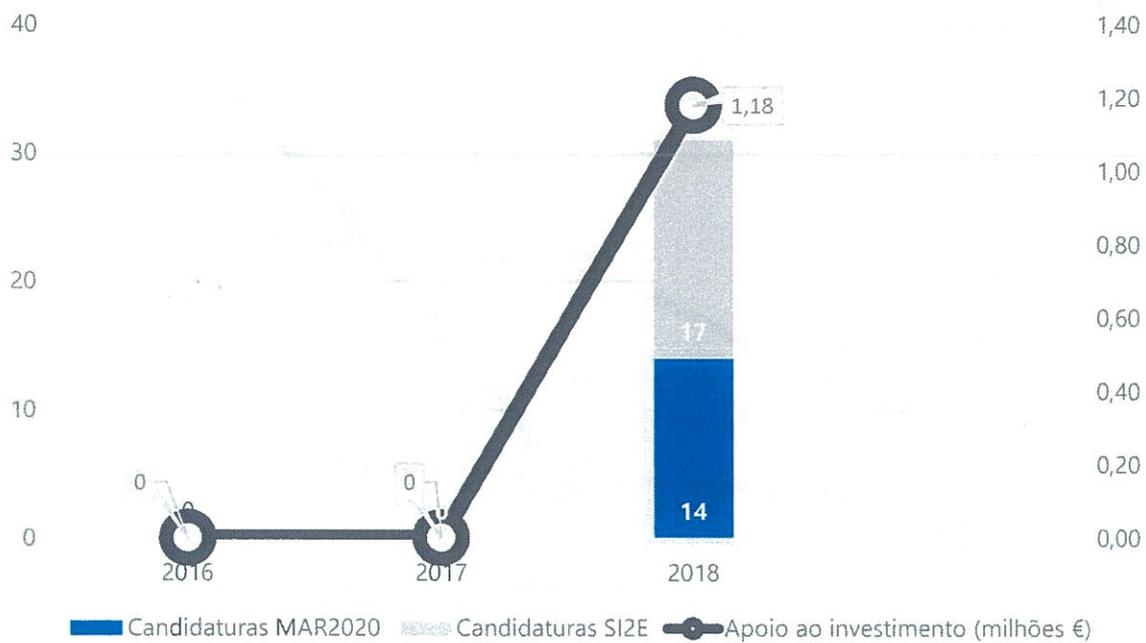


GRÁFICO 2 - GAL PESCAS: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATURAS E DO APOIO APROVADO (MAR2020 E SI2E)

No que diz respeito à evolução das taxas de execução e compromisso, verifica-se nos gráficos 3 e 4 que:

- Se confirma que o SI2E é o instrumento que regista as maiores taxas de compromisso superando mesmo programas que tiveram início mais precoce como é o caso do PDR2020.
- No caso do GAL Rural verifica-se que o crescimento de 2017 para 2018 é menos acentuado que no período homólogo. Este facto pode dever-se, por um lado, ao aumento dos intervalos de tempo destinados aos controlos de qualidade e homologação das decisões do Órgão de Gestão efetuados pela AG e, por outro, à entrada em vigor da regra que impossibilita a abertura de novos concursos de uma determinada operação enquanto os anteriores não estiverem decididos.
- Em 2018 não se registou qualquer pagamento relativo ao GAL Pescas, quer na esfera do MAR2020, quer na esfera do SI2E.

m
 07
 D)
 h.
 AA
 +

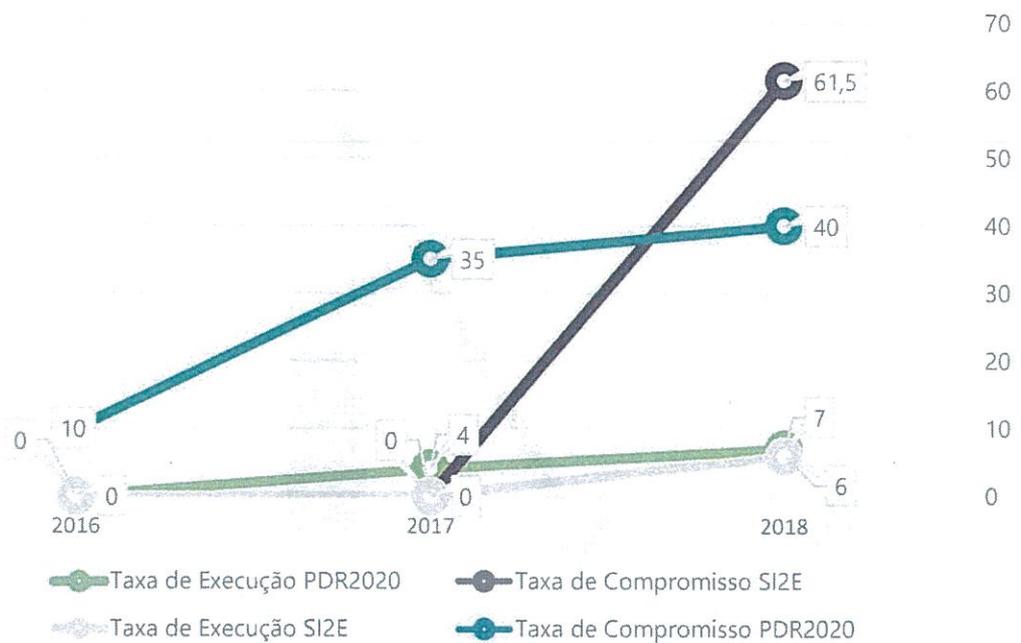


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE COMPROMISSO (VALOR CONTRATADO/VALOR DA EDL) E EXECUÇÃO (VALOR PAGO/VALOR DA EDL) NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS PDR2020 E SI2E



A figura 5 e os gráficos 4 e 5 permitem perceber quais as ações que registam maior procura e as principais tipologias de atividades apoiadas.

A análise revela que:

- no quadro do PDR2020 os apoios destinam-se sobretudo ao setor vitivinícola (instalação de vinhas e adegas), à produção de hortícolas, à produção de queijo e à instalação de pomares, sobretudo no âmbito das ações 10211 – Pequenos

investimentos na Exploração Agrícola e 10212 – Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas.

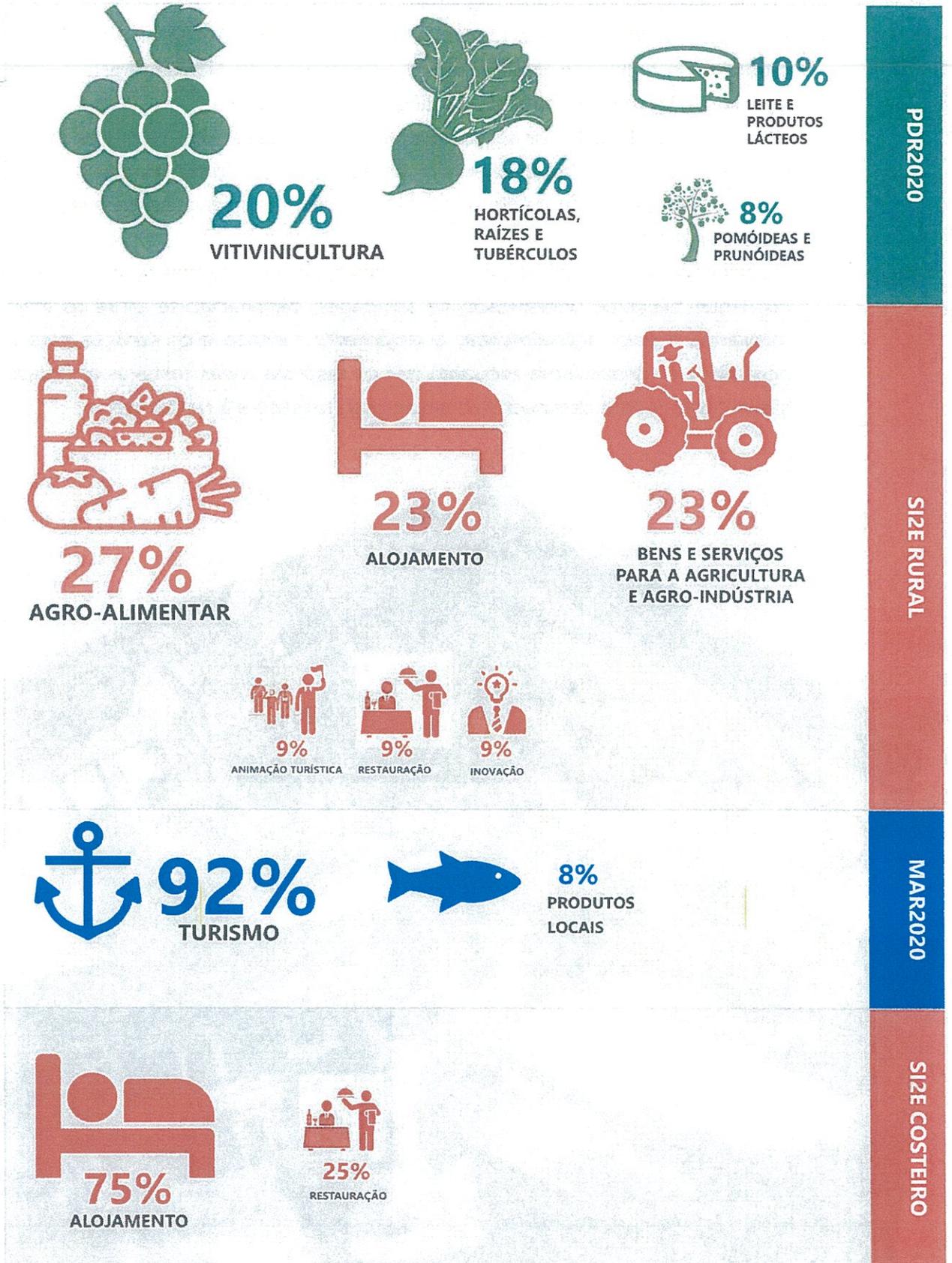
- As ações 10214 – Cadeias Curtas e Mercados Locais, 10215- Promoção de produtos de qualidade locais e 10216 - Renovação de Aldeias registam uma procura bastante reduzida e são de difícil implementação.
- No âmbito do MAR2020 os apoios são canalizados quase exclusivamente para o setor do turismo, com predomínio da atividade marítimo turística, sendo apoiados também, embora de forma residual, iniciativas ligadas à promoção de produtos locais.
- Na esfera do SI2E, assiste-se a duas situações distintas: nas zonas ruais é apoiada um leque bastante diversificado de atividades, destacando-se entre as mais relevantes o setor agroalimentar, o alojamento turístico e os serviços para a agricultura e agroindústria enquanto que no caso das zonas costeiras os apoios são exclusivamente destinados ao alojamento turístico e à restauração.

116
B
JA
W
K



m
 0
 y
 JA

FIGURA 5 – PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADES APOIADOS NO ÂMBITO DOS GAL RURAL E PISCAS



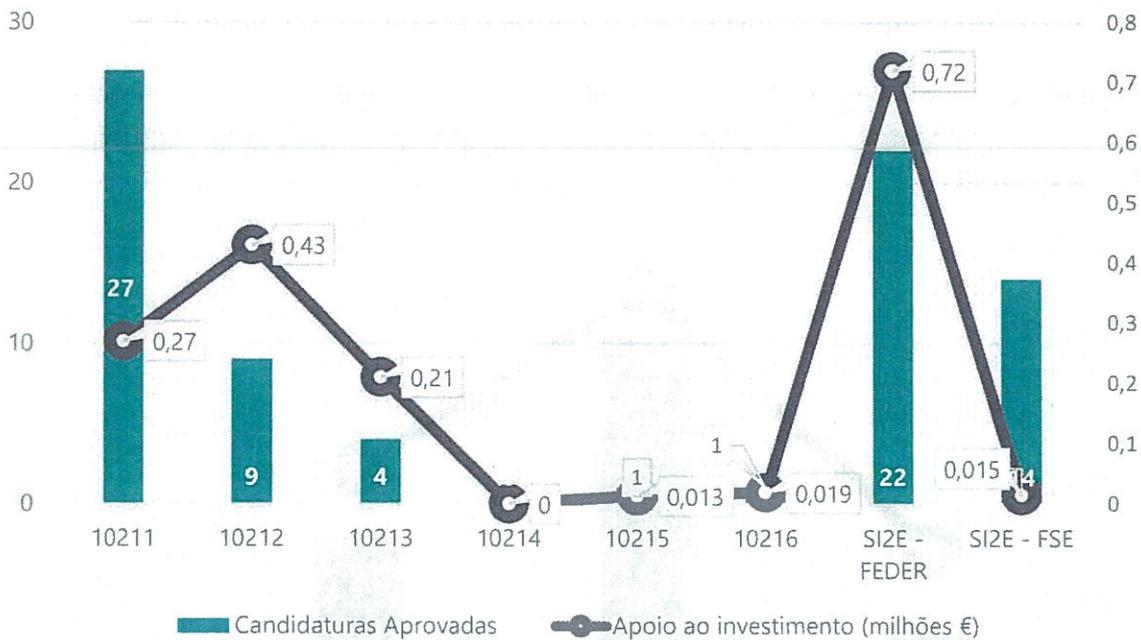


GRÁFICO 4 – GAL RURAL: NÚMERO DE CANDIDATURAS E APOIO APROVADO POR OPERAÇÃO DO PDR2020 E SI2E ATÉ 31/12/2018

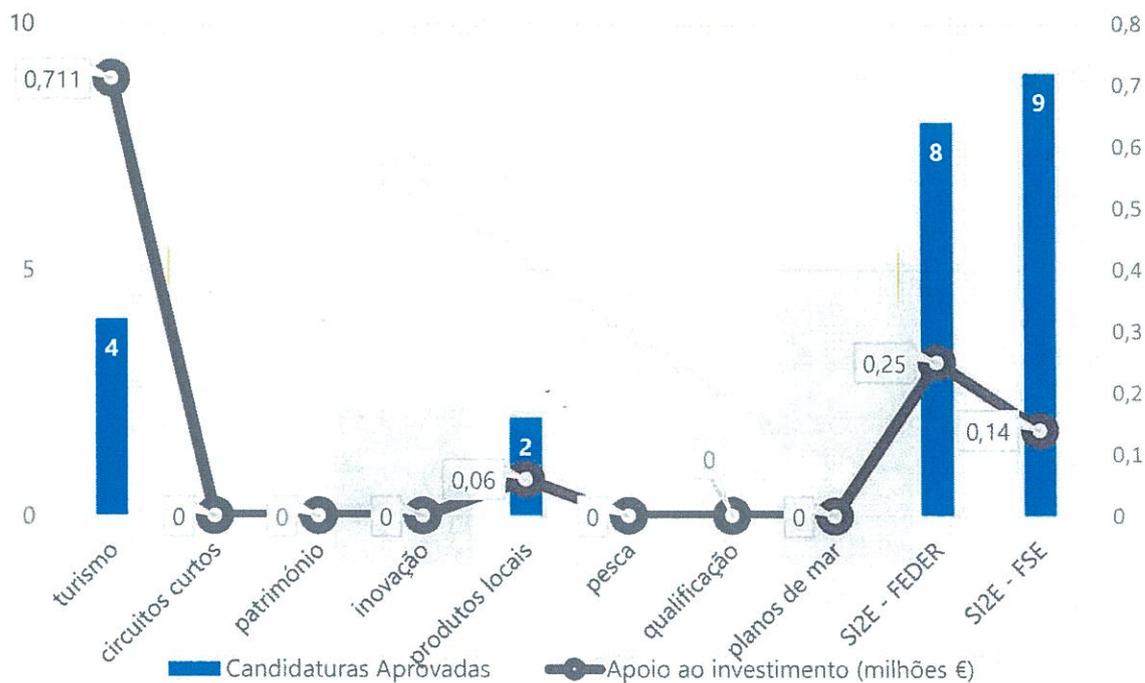


GRÁFICO 5 GAL PESCAS: NÚMERO DE CANDIDATURAS E APOIO APROVADO POR OPERAÇÃO DO MAR2020 E SI2E ATÉ 31/12/2018

M
B
h.

A distribuição geográfica do investimento merece também ser alvo de análise.

No gráfico 6 é possível constatar que, no âmbito do GAL Rural, o concelho de Mafra é aquele que concentra a maior parte do apoio e número de candidaturas, seguido de Sintra e Loures.

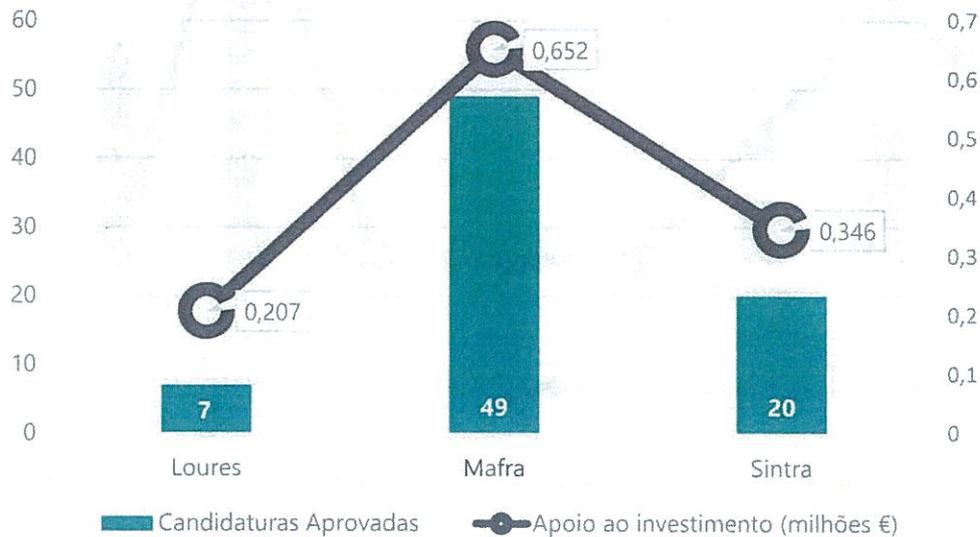


GRÁFICO 6-GAL RURAL DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS CANDIDATURAS APROVADAS E DO APOIO AO INVESTIMENTO (PDR2020 E SI2E) POR CONCELHO ATÉ 31/12/2018

Já no caso do GAL Pescas é o concelho de Cascais, em particular a União de Freguesias Cascais-Estoril que concentra a maior parte do investimento, apesar do Mafra registar maior número de candidaturas.

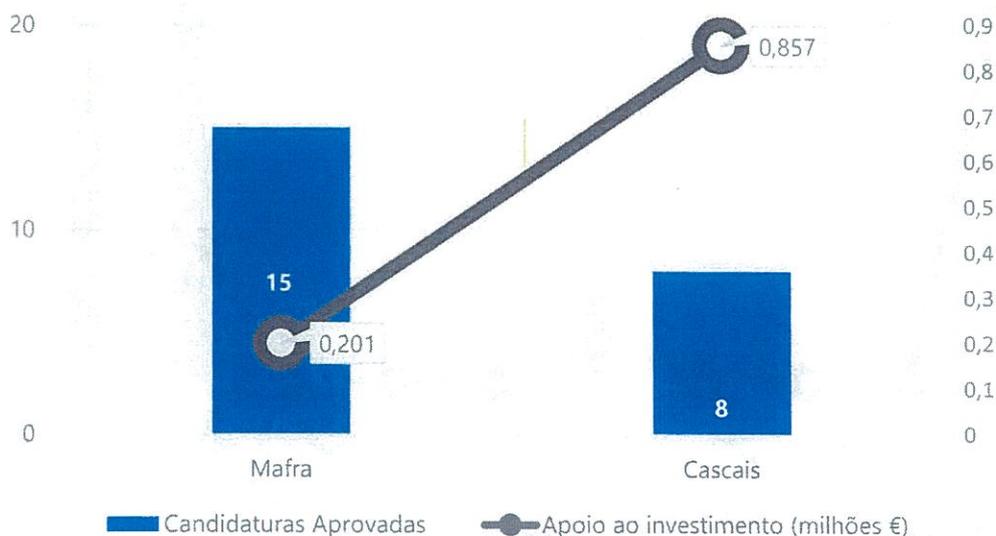


GRÁFICO 7 -GAL PESCAS DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS CANDIDATURAS APROVADAS E DO APOIO AO INVESTIMENTO (MAR2020 E SI2E) POR CONCELHO ATÉ 31/12/2018

RELATÓRIO DE CONTAS 2018

O relatório de contas foi elaborado pela empresa de contabilidade e, em anexo, encontram-se os seguintes documentos:

1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados por naturezas;
3. Balancete de dezembro 2018;
4. Balancete final de exercício;
5. Inventário.

9
m 113
D
φ
W.
H

m e q

B
N.

ANEXOS

H

9 119
m
D
u. d
JA.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	12,003.83	13,800.97
Ativos intangíveis	5	883.17	1,133.27
Outros créditos e ativos não correntes	14	2,465.05	1,565.77
		15,352.05	16,500.01
Ativo corrente			
Créditos a receber	11	8,900.00	4,700.00
Estado e outros entes públicos	18	5.74	0.50
Diferimentos	11	1,281.29	304.56
Caixa e depósitos bancários	20	56,642.19	54,412.62
		66,829.22	59,417.68
Total do ativo		82,181.27	75,917.69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Fundos	11	14,400.00	14,400.00
Resultados transitados	11	41,920.35	48,332.10
Resultado líquido do período		605.09	(6,411.75)
Total dos fundos patrimoniais		56,925.44	56,320.35
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	500.28	569.00
Estado e outros entes públicos	18	4,597.96	3,607.78
Outros passivos correntes	11;12	20,157.59	15,420.56
		25,255.83	19,597.34
Total do passivo		25,255.83	19,597.34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		82,181.27	75,917.69

Mr. C
W. G.

120
M
B
P
W
A
A

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	16,200.00	15,000.00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	155,736.77	137,077.51
Fornecimentos e serviços externos	8	(20,465.85)	(12,593.35)
Gastos com o pessoal	12	(145,391.04)	(135,239.12)
Outros rendimentos	8	20.91	2.27
Outros gastos	8	(2,933.83)	(2,309.92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3,166.96	1,937.39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(2,561.87)	(8,349.14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		605.09	(6,411.75)
Resultado antes de impostos		605.09	(6,411.75)
Resultado líquido do período		605.09	(6,411.75)

m. p.

H

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
12	DEPOSITOS A ORDEM	2,724.86	16,110.83	13,385.97 C	222,624.44	165,982.25	56,642.19 D
1245	Caixas de Credito Agricol	0.00	0.00	0.00	600.00	83.20	516.80 D
12451	CCAM LOURES SINTRA (40278	0.00	0.00	0.00	600.00	83.20	516.80 D
1252	Cx.Cred.Agricola de Mafra	2,724.86	16,110.83	13,385.97 C	222,024.44	165,899.05	56,125.39 D
12521	CCAM (nº 13218.001)	2,724.86	16,110.83	13,385.97 C	222,024.44	165,899.05	56,125.39 D
	Soma Líquida	2,724.86	16,110.83	13,385.97 C	222,624.44	165,982.25	56,642.19 D
21	CLIENTES E UTENTES	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
211	Clientes e utentes C/C	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
2111	Clientes Gerais	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
21111	Clientes-C/C-Movim.Geral	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
211111	Clientes-C/C-Nacionais	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
211111500008280	ADEGA COOP.AZUEIRA, CRL	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
211111500051062	MUNICIPIO SINTRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
211111500060789	CENTRO SOCIAL P S JOAO DA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111500068573	SANTA CASA DA MISERICORDI	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111500099533	ASSOC DO COM IND E SERV D	0.00	0.00	0.00	1,800.00	0.00	1,800.00 D
211111500090329	AECSCLO ASSOC EMP COM SER	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111115000903000	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111115000968110	ADEGA REGIONAL de COLARES	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2111115000968357	AESINTRA-ASSOCIAÇÃO EMPRE	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2111115000987610	COOPERATIVA AGRICOLA DE L	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111501055843	CCAMLSL CAIXA CREDITO M	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111501081526	ASSOC DE BENEFIC DE LOURE	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111501294996	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
211111501329544	FRUTOESTE COOP AGRICOLA H	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111501632484	AGROBIO ASSOC PORTUGUESA	0.00	0.00	0.00	1,800.00	0.00	1,800.00 D
211111501683755	CENTRO S P SAO PEDRO DE L	0.00	0.00	0.00	1,500.00	600.00	900.00 D
211111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
211111503035386	ASSOC.AGRICULTORES DO CON	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
211111503157562	MARL MERC ABAST R LISBOA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111504276719	AGROCOL-ASSOC PROD DE FRU	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00 D
211111504831410	COMISSÃO VITIVINICOLA DA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
211111507261682	CENINTEL CENTRO DE INTELI	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
211111508821509	ENTIDADE REG. TUR. REG.LI	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00 D
22	FORNECEDORES	1,330.13	1,645.91	315.78 C	25,691.44	26,191.72	500.28 C
221	Fornecedores C/C	1,330.13	1,645.91	315.78 C	25,691.44	26,191.72	500.28 C
2211	Fornecedores Gerais	1,330.13	1,645.91	315.78 C	25,691.44	26,191.72	500.28 C
22111	Fornecedores-C/C-Nacionai	1,330.13	1,645.91	315.78 C	25,691.44	26,191.72	500.28 C
22111103167293	MARIA VENERADA da COSTA C	0.00	198.93	198.93 C	0.00	198.93	198.93 C
22111212096796	JOANA C FERNANDES -CABANA	225.00	225.00	0.00	225.00	225.00	0.00
22111500068658	LIBERTY SEGUROS	0.00	0.00	0.00	1,075.01	1,075.01	0.00
22111500077568	CTT CORREIOS DE PORTUGAL	0.00	0.00	0.00	33.70	33.70	0.00
22111500220590	PONCIO ALVES JANEIRO IRMA	0.00	0.00	0.00	52.84	52.84	0.00
22111500223840	PROPEL PROD PETRLEO LDA	0.00	0.00	0.00	60.01	60.01	0.00
22111500297177	VIAGENS ABREU SA	0.00	0.00	0.00	315.50	315.50	0.00
22111500357358	GESTECLA-GAB.TEC.FISC.CON	184.50	184.50	0.00	2,084.85	2,269.35	184.50 C
22111500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE	0.00	0.00	0.00	568.44	568.44	0.00
22111501087036	Tipografia Medina SA	147.60	147.60	0.00	295.20	295.20	0.00
22111501192948	AUTOMAFRA PNEUS ACESSORIO	0.00	0.00	0.00	38.35	38.35	0.00
22111501268766	XANAUTO COMERCIO VEICULOS	0.00	0.00	0.00	457.83	457.83	0.00
22111501356339	O CARRILHAO	55.35	55.35	0.00	104.55	104.55	0.00
22111501459146	PETROMENINOS LDA	0.00	0.00	0.00	57.53	57.53	0.00
22111501697276	VILA GALE SA	140.00	140.00	0.00	140.00	140.00	0.00
22111501730915	HOTEL AVEIRO CENTER LDA	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00
22111501862560	HOTEL LARA - SOC TURIS MI	0.00	0.00	0.00	160.00	160.00	0.00
22111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	200.00	200.00	0.00	2,620.00	2,620.00	0.00
22111502569514	DATAEME ACESSORIOS PARA C	0.00	0.00	0.00	514.63	514.63	0.00
22111502607920	AUCHAN PORTUGAL SA	121.67	121.67	0.00	407.67	407.67	0.00
22111502786639	ESTEVAO LUIS SALVADOR LDA	66.30	66.30	0.00	66.30	66.30	0.00
22111503043745	GALPGESTE GESTÃO DE AREAS	0.00	0.00	0.00	90.89	90.89	0.00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
22111503182710	ANO SISTEMAS INFORMATICA	0.00	0.00	0.00	344.40	344.40	0.00
22111503311332	EMEL	0.00	0.00	0.00	5.30	5.30	0.00
22111503630330	WORTEN EQUIPAMENTOS PARA	0.00	0.00	0.00	102.89	102.89	0.00
22111503769959	GESPOST - GESTÃO E ADMINI	0.00	0.00	0.00	523.71	523.71	0.00
22111503789372	STAPLES PORTUGAL - EQUIPA	0.00	0.00	0.00	45.43	45.43	0.00
22111504077740	SODIMAFRA LDA	0.00	0.00	0.00	700.76	700.76	0.00
22111504654748	BELTRÃO COELHO - SISTEMAS	0.00	0.00	0.00	90.75	90.75	0.00
22111504656767	VIA VERDE PORTUGAL - GEST	95.50	95.50	0.00	1,141.65	1,141.65	0.00
22111504774271	MINHA TERRA	0.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00	0.00
22111505329271	FICCOES MEDIA-COM.,CONTEU	0.00	116.85	116.85 C	116.85	233.70	116.85 C
22111506606660	RUI MEGA AUTO COMERCIO DE	0.00	0.00	0.00	22.00	22.00	0.00
22111506772209	STRATEGY FOR IMPROVEMENT	0.00	0.00	0.00	590.00	590.00	0.00
22111507207629	AMENWORLD SERVIÇOS INTERN	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
22111507591089	Prazer de Receber Lda - C	0.00	0.00	0.00	228.00	228.00	0.00
22111507603257	PMPR UNIPESSOAL LDA	0.00	0.00	0.00	67.44	67.44	0.00
22111507872525	PRIO ENERGY SA	0.00	0.00	0.00	116.00	116.00	0.00
22111508359333	PETROCONDE - COMBUSTIVEIS	0.00	0.00	0.00	70.00	70.00	0.00
22111508669570	LEARNING GATE UNIPESSOAL	0.00	0.00	0.00	851.80	851.80	0.00
22111509443567	ANA RITA SANTOS UNIPESSOA	0.00	0.00	0.00	250.92	250.92	0.00
22111509444431	OMEGACS SOCIEDADE UNIPESS	0.00	0.00	0.00	209.10	209.10	0.00
22111509664334	COPYIT Unipessoal Ida	0.00	0.00	0.00	429.02	429.02	0.00
22111509980422	Binary Subject SA	0.00	0.00	0.00	54.01	54.01	0.00
22111510288235	CELEBRENCANTO UNIPESSOAL	5.40	5.40	0.00	5.40	5.40	0.00
22111510813470	ALGORITMO ATIVO LDA	0.00	0.00	0.00	4,517.79	4,517.79	0.00
22111514073217	QUINTA DA REINETA , UNIPE	88.81	88.81	0.00	3,673.99	3,673.99	0.00
22111514098970	SEQUENCIA DINAMICA LDA	0.00	0.00	0.00	3.50	3.50	0.00
22111514163623	INTERERICEIRA Supermercad	0.00	0.00	0.00	62.00	62.00	0.00
	Soma Líquida	1,330.13	1,645.91	315.78 C	25,691.44	26,191.72	500.28 C
23	PESSOAL	5,792.18	5,792.18	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
231	Remuneracoes a Pagar	5,792.18	5,792.18	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
2312	Remun. A Pagar-Ao Pessoal	5,792.18	5,792.18	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
	Soma Líquida	5,792.18	5,792.18	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUB	8,943.32	4,597.80	4,345.52 D	60,519.78	65,112.00	4,592.22 C
241	Imposto Sobre o Rendiment	0.65	0.00	0.65 D	5.74	0.00	5.74 D
2412	Retencoes Efe.P/Terceiros	0.65	0.00	0.65 D	5.74	0.00	5.74 D
24121	Rendimentos de Capitais	0.65	0.00	0.65 D	5.74	0.00	5.74 D
241211	Depositos e Aplic.Simil.	0.65	0.00	0.65 D	5.74	0.00	5.74 D
242	Retencao Impostos Sobre R	3,544.00	1,819.00	1,725.00 D	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
2421	Trabalho Dependente	3,544.00	1,819.00	1,725.00 D	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
2421101	Trabalho Dependente	3,544.00	1,819.00	1,725.00 D	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
245	Contribuicoes p/ a Segura	5,317.66	2,697.79	2,619.87 D	35,567.92	38,265.87	2,697.95 C
247	Fundos Compens.Garantia T	81.01	81.01	0.00	972.12	1,053.13	81.01 C
2471	Fundo Compensacao do Trab	74.94	74.94	0.00	899.28	974.22	74.94 C
2472	Fundo Garantia e Compens.	6.07	6.07	0.00	72.84	78.91	6.07 C
	Soma Líquida	8,943.32	4,597.80	4,345.52 D	60,519.78	65,112.00	4,592.22 C
27	OUTR.CONTAS A RECEBER E A	15,670.72	20,407.75	4,737.03 C	15,870.72	35,828.31	19,957.59 C
272	Deved/Credor.p/Acrescimos	15,420.56	20,157.59	4,737.03 C	15,420.56	35,578.15	20,157.59 C
2722	Credores por Acrescimos d	15,420.56	20,157.59	4,737.03 C	15,420.56	35,578.15	20,157.59 C
272202	Remuneracoes a Liquidar	15,420.56	20,050.99	4,630.43 C	15,420.56	35,471.55	20,050.99 C
2722023	Fer.S.Fer.-Producao/200_	7,174.54	10,916.30	3,741.76 C	7,174.54	18,090.84	10,916.30 C
2722024	Enc.C/Ferias-Producao/200	1,703.95	2,592.62	888.67 C	1,703.95	4,296.57	2,592.62 C
2722025	Fer.S.Fer.-Out.Sector./20	5,286.52	5,286.52	0.00	5,286.52	10,573.04	5,286.52 C
2722026	Enc.C/Fer.-Out.Sector./20	1,255.55	1,255.55	0.00	1,255.55	2,511.10	1,255.55 C
272208	Outros Acrescimos Custos	0.00	106.60	106.60 C	0.00	106.60	106.60 C
278	Outros Devedores e Credor	250.16	250.16	0.00	450.16	250.16	200.00 D
2781	Devedores Diversos	250.16	250.16	0.00	450.16	250.16	200.00 D
27811	Deved.P/Valores em Caucao	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
278110001	Municipio Mafra Caução	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
27818	Outros Devedores	250.16	250.16	0.00	250.16	250.16	0.00
278180001	FARNET	250.16	250.16	0.00	250.16	250.16	0.00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
	Soma Líquida	15,670.72	20,407.75	4,737.03 C	15,870.72	35,828.31	19,957.59 C
28	DIFERIMENTOS	2.00	0.00	2.00 D	1,587.85	306.56	1,281.29 D
281	Gastos a Reconhecer	2.00	0.00	2.00 D	1,587.85	306.56	1,281.29 D
2814	Gastos a Reconhecer-F/iva	2.00	0.00	2.00 D	1,587.85	306.56	1,281.29 D
281421	Trabalhos Especializados	0.00	0.00	0.00	492.00	0.00	492.00 D
281463013	Seguros-Automovel-Outros	0.00	0.00	0.00	778.76	288.32	490.44 D
28146305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	26.97	0.00	26.97 D
2814636	Seguros Ac.Trabalho e Doe	2.00	0.00	2.00 D	290.12	18.24	271.88 D
	Soma Líquida	2.00	0.00	2.00 D	1,587.85	306.56	1,281.29 D
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
415	Outros Investimentos Fina	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
4158	Outros	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
41584	Fundos	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
415841	Fundo Compensacao do Trab	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
	Soma Líquida	74.94	0.00	74.94 D	2,465.05	0.00	2,465.05 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	0.00	1,797.14	1,797.14 C	29,312.91	17,309.08	12,003.83 D
434	Equipamento de Transporte	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4341	Equip. Transporte Ligeiros	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43411	Equip. Transp. Lig-N/Reaval.	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
434111	Eq. Transporte-Ligeiros-M.	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4341114	Eq. Transp. Lig. MN-IsentosR	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
435	Equipamento Administrativ	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4353	Maquinas Escritorio	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43531	Maq. Escritorio-N/Reavalia	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
435311	Maquinas Escritorio-M.Nac	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4353114	Maq. Escrit. MN-IsentosREI	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
438	Depreciacoes Acumuladas	0.00	1,797.14	1,797.14 C	0.00	17,309.08	17,309.08 C
4384	Equipamento de Transporte	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
43841	Equipam. Transp.-Ligeiro	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
438411	Equipam. Transp.-Ligeiro-n	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4384111	Equip. Transp.-Lig.-n/Reav	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4385	Equipamento Administrativ	0.00	1,797.14	1,797.14 C	0.00	5,390.36	5,390.36 C
43853	Maquinas de Escritorio	0.00	1,797.14	1,797.14 C	0.00	5,390.36	5,390.36 C
438531	Maquinas de Escritorio-n/	0.00	1,797.14	1,797.14 C	0.00	5,390.36	5,390.36 C
	Soma Líquida	0.00	1,797.14	1,797.14 C	29,312.91	17,309.08	12,003.83 D
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	0.00	764.73	764.73 C	2,294.32	1,411.15	883.17 D
443	Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
4431	Progr. Computador-N/Reaval	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
44311	Progr. Computador-M.Nacion	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
443119	Progr. Computador MN-F/iva	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
448	Amortizacoes Acumuladas-I	0.00	764.73	764.73 C	0.00	1,411.15	1,411.15 C
4483	Amortiz. Acuml-Progr. Compu	0.00	764.73	764.73 C	0.00	1,411.15	1,411.15 C
	Soma Líquida	0.00	764.73	764.73 C	2,294.32	1,411.15	883.17 D
51	FUNDOS	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
511	FUNDOS ENTIDADES	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0.00	0.00	0.00	0.00	3,600.00	3,600.00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5112	ENTIDADES OUTRAS	0.00	0.00	0.00	0.00	10,800.00	10,800.00 C
511201	ADEGA COOP AZUEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511202	ADEGA REG DE COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511203	ASS. AGRICULT CONC MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511204	ASS BENEF DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511205	ACISM ASS COM IND CONC MA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511206	AGROCOL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511207	AECSCLO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511208	AESINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511209	CCAM LOURES SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511210	CCAM MAFRA CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
511211	CENITEL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511212	CENTRO S.P S JOAO LAMPAS	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511213	CENTRO S P SAO PEDRO LOUS	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511214	COMISSAO VITIVI REG LISBO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511215	COOP AGRIC DE LOURES CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511216	FRUTOESTE COOP AGRIC	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511217	MARL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511221	SANTA C.M MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35 C
561	Resultados Transitados	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35 C
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS	1,781.31	204.96	1,576.35 D	20,670.81	204.96	20,465.85 D
622	Servicos Especializados	792.04	0.00	792.04 D	11,735.53	0.00	11,735.53 D
6221	Trabalhos Especializados	184.50	0.00	184.50 D	9,666.57	0.00	9,666.57 D
62211	Trabalhos Especializados	0.00	0.00	0.00	7,766.22	0.00	7,766.22 D
622118	Trab.Especial. s/Ded	0.00	0.00	0.00	3,740.43	0.00	3,740.43 D
622119	Trab.Especializ.-A Reclas	0.00	0.00	0.00	4,025.79	0.00	4,025.79 D
62212	Trab.Especializ.-GESTECLA	184.50	0.00	184.50 D	1,900.35	0.00	1,900.35 D
622121	Serv.GESTECLA C/Iva	184.50	0.00	184.50 D	1,900.35	0.00	1,900.35 D
6222	Publicidade e Propaganda	607.54	0.00	607.54 D	1,601.13	0.00	1,601.13 D
62229	Publicid.Propag. s/Ded	607.54	0.00	607.54 D	1,601.13	0.00	1,601.13 D
6226	Conservacao e Reparacao	0.00	0.00	0.00	467.83	0.00	467.83 D
62261	Conservacao e Reparacao	0.00	0.00	0.00	467.83	0.00	467.83 D
622617	Conserv.Reparac.s/Ded	0.00	0.00	0.00	467.83	0.00	467.83 D
623	Materiais	85.37	0.00	85.37 D	506.23	0.00	506.23 D
6231	Ferramentas/Utensilios De	0.00	0.00	0.00	3.50	0.00	3.50 D
62319	Ferram.Utensil. s/Ded	0.00	0.00	0.00	3.50	0.00	3.50 D
6233	Material de Escritorio	0.00	0.00	0.00	313.08	0.00	313.08 D
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0.00	0.00	0.00	313.08	0.00	313.08 D
6234	Artigos para Oferta	85.37	0.00	85.37 D	189.65	0.00	189.65 D
62342	Artigos P/Oferta -Art21	0.00	0.00	0.00	104.28	0.00	104.28 D
623422	Artigos P/Oferta Iva n/De	0.00	0.00	0.00	104.28	0.00	104.28 D
62349	Artigos p/Oferta s/Ded	85.37	0.00	85.37 D	85.37	0.00	85.37 D
624	Energia e Fluidos	108.00	0.00	108.00 D	2,221.34	0.00	2,221.34 D
6242	Combustiveis	108.00	0.00	108.00 D	2,221.34	0.00	2,221.34 D
62421	Combustiveis-Transportes	108.00	0.00	108.00 D	2,221.34	0.00	2,221.34 D
624219	Combustiv-Transp. s/Ded	108.00	0.00	108.00 D	2,221.34	0.00	2,221.34 D
625	Deslocacoes, Estadas e Tr	493.80	204.96	288.84 D	2,151.39	204.96	1,946.43 D
6251	Deslocacoes e Estadas	493.80	204.96	288.84 D	2,151.39	204.96	1,946.43 D
62512	Deslocacoes,Estadas-Art21	493.80	0.00	493.80 D	1,946.43	0.00	1,946.43 D
625121	Desloc.Estadas-Art21-Norm	465.00	0.00	465.00 D	1,316.10	0.00	1,316.10 D
625122	Dsl.Viat.Pr.Art21-Base Tr	28.80	0.00	28.80 D	592.16	0.00	592.16 D
625125	Desl.Estad-A21-Nor-Iva N/	0.00	0.00	0.00	38.17	0.00	38.17 D
62514	Deslocacoes e Estadas-UE	0.00	204.96	204.96 C	204.96	204.96	0.00
625142	Desloc.Estadas-UE-Total	0.00	204.96	204.96 C	204.96	204.96	0.00
626	Servicos Diversos	302.10	0.00	302.10 D	4,056.32	0.00	4,056.32 D
6261	Rendas e Alugueres	302.10	0.00	302.10 D	3,578.30	0.00	3,578.30 D
62613	Outras Rendas	302.10	0.00	302.10 D	3,578.30	0.00	3,578.30 D
626131	Rendas Terrenos e Edifici	200.00	0.00	200.00 D	2,400.00	0.00	2,400.00 D
6261316	Rendas Terr.Edif.Ise.Arto	200.00	0.00	200.00 D	2,400.00	0.00	2,400.00 D
626132	Portagens e Parqueamentos	102.10	0.00	102.10 D	1,178.30	0.00	1,178.30 D
6261328	Portag.Parqueam.S/Deducao	102.10	0.00	102.10 D	1,178.30	0.00	1,178.30 D
6262	Comunicacao	0.00	0.00	0.00	33.70	0.00	33.70 D
62621	Correio	0.00	0.00	0.00	33.70	0.00	33.70 D
626216	Correio-Isento Arto.9o.	0.00	0.00	0.00	33.70	0.00	33.70 D
6263	Seguros	0.00	0.00	0.00	432.32	0.00	432.32 D
626301	Seguros Automovel	0.00	0.00	0.00	366.32	0.00	366.32 D
6263013	Seguros-Automovel-Outros	0.00	0.00	0.00	366.32	0.00	366.32 D
626305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	66.00	0.00	66.00 D
6267	Limpeza, Higiene e Confor	0.00	0.00	0.00	12.00	0.00	12.00 D

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
68124	Imposto Unico Circulacao	0.00	0.00	0.00	145.05	0.00	145.05 D
681242	IUC-Outros Veiculos	0.00	0.00	0.00	145.05	0.00	145.05 D
688	Outros Gastos e Perdas-Ou	0.00	0.00	0.00	2,049.50	0.00	2,049.50 D
6881	Correcoes Relat.Exercic.	0.00	0.00	0.00	49.50	0.00	49.50 D
6881623	Fornecimentos e Serv.Exte	0.00	0.00	0.00	49.50	0.00	49.50 D
6883	Quotizacoes	0.00	0.00	0.00	2,000.00	0.00	2,000.00 D
68832	Quotizacoes-Outras	0.00	0.00	0.00	2,000.00	0.00	2,000.00 D
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	2,194.55	0.00	2,194.55 D
69	GASTOS DE FINANCIAMENTO	0.00	0.00	0.00	739.28	0.00	739.28 D
698	Outros Gastos de Financia	0.00	0.00	0.00	739.28	0.00	739.28 D
6988	Outros	0.00	0.00	0.00	739.28	0.00	739.28 D
69881	Servicos Bancarios	0.00	0.00	0.00	88.40	0.00	88.40 D
698811	Servicos Bancarios com Fa	0.00	0.00	0.00	83.20	0.00	83.20 D
698812	Servicos Bancarios sem Fa	0.00	0.00	0.00	5.20	0.00	5.20 D
69882	Garantias Bancarias	0.00	0.00	0.00	650.88	0.00	650.88 D
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	739.28	0.00	739.28 D
72	PRESTACOES DE SERVICOS	0.00	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00 C
722	Comissoes	0.00	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00 C
7221	Comissoes-Mercad.Nacional	0.00	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00 C
722115	Comissoes-MN-Arto.9o.	0.00	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00 C
75	SUBSIDIOS,DOAÇÕES E LEGAD	0.00	2,472.12	2,472.12 C	0.00	155,736.77	155,736.77 C
751	SUBSIDIOS,DOAÇÕES E LEGAD	0.00	2,472.12	2,472.12 C	0.00	155,736.77	155,736.77 C
7511	Subsidios de entidades pu	0.00	2,472.12	2,472.12 C	0.00	155,736.77	155,736.77 C
	Soma Líquida	0.00	2,472.12	2,472.12 C	0.00	155,736.77	155,736.77 C
78	OUTROS RENDIMENTOS	0.00	0.00	0.00	0.20	0.22	0.02 C
788	Outros Rendim. E Ganhos-O	0.00	0.00	0.00	0.20	0.22	0.02 C
7888	Outros nao Especificados	0.00	0.00	0.00	0.20	0.22	0.02 C
78888	Outros n/Especificados Di	0.00	0.00	0.00	0.20	0.22	0.02 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	0.20	0.22	0.02 C
79	JUROS,DIVIDENDOS,OUT.REND	0.00	2.58	2.58 C	0.00	20.89	20.89 C
791	Juros Obtidos	0.00	2.58	2.58 C	0.00	20.89	20.89 C
7911	De Depositos	0.00	2.58	2.58 C	0.00	20.89	20.89 C
	Soma Líquida	0.00	2.58	2.58 C	0.00	20.89	20.89 C
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERI	0.00	0.00	0.00	6,411.75	6,411.75	0.00
818	Resultado Liquido	0.00	0.00	0.00	6,411.75	6,411.75	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	6,411.75	6,411.75	0.00
	Soma Líquida	69,218.56	69,218.56	0.00	659,005.35	659,005.35	0.00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
62679	Limpeza Higiene Conforto	0.00	0.00	0.00	12.00	0.00	12.00 D
	Soma Líquida	1,781.31	204.96	1,576.35 D	20,670.81	204.96	20,465.85 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	30,337.23	15,422.56	14,914.67 D	160,813.60	15,422.56	145,391.04 D
631	Remuneracoes dos Orgaos S	0.00	0.00	0.00	50.20	0.00	50.20 D
6311	Remuneracoes Gerencia	0.00	0.00	0.00	50.20	0.00	50.20 D
631104	Ajudas de Custo	0.00	0.00	0.00	50.20	0.00	50.20 D
6311041	Ajudas Custo-TribAutonoma	0.00	0.00	0.00	50.20	0.00	50.20 D
632	Remuneracoes do Pessoal	24,676.36	12,461.06	12,215.30 D	130,091.70	12,461.06	117,630.64 D
6321	Escritorio	8,036.24	5,286.52	2,749.72 D	43,944.12	5,286.52	38,657.60 D
632101	Remuneracoes Normais-Escr	2,643.26	0.00	2,643.26 D	31,719.12	0.00	31,719.12 D
632102	Subsidios Ferias-Escrit	0.00	0.00	0.00	2,643.26	0.00	2,643.26 D
632103	Subsidios Natal-Escrit	0.00	0.00	0.00	2,643.26	0.00	2,643.26 D
632104	Ajudas de Custo-Escrit	25.10	0.00	25.10 D	820.28	0.00	820.28 D
6321041	Ajudas Custo-Escrit-TribA	25.10	0.00	25.10 D	820.28	0.00	820.28 D
632106	Subsid. Alimentacao-Escrit	81.36	0.00	81.36 D	831.68	0.00	831.68 D
632120	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum.Cust	5,286.52	5,286.52	0.00	5,286.52	5,286.52	0.00
6322	Producao	16,640.12	7,174.54	9,465.58 D	86,147.58	7,174.54	78,973.04 D
632201	Remuneracoes Normais-Prod	5,458.15	0.00	5,458.15 D	60,993.31	0.00	60,993.31 D
632202	Subsidios Ferias-Produc	0.00	0.00	0.00	5,458.15	0.00	5,458.15 D
632203	Subsidios Natal-Produc	0.00	0.00	0.00	5,224.29	0.00	5,224.29 D
632204	Ajudas de Custo-Produc	12.55	0.00	12.55 D	992.69	0.00	992.69 D
6322041	Ajudas Custo-Produc-TribA	12.55	0.00	12.55 D	992.69	0.00	992.69 D
632206	Subsid. Alimentacao-Produc	253.12	0.00	253.12 D	2,562.84	0.00	2,562.84 D
632220	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum.Cust	10,916.30	7,174.54	3,741.76 D	10,916.30	7,174.54	3,741.76 D
635	Encargos s/Remuneracoes	5,660.87	2,959.50	2,701.37 D	28,157.10	2,959.50	25,197.60 D
6352	Pessoal	5,660.87	2,959.50	2,701.37 D	28,157.10	2,959.50	25,197.60 D
63521	Escritorio	1,845.00	1,255.55	589.45 D	9,519.72	1,255.55	8,264.17 D
635211	Taxa Social Unica -Escrit	589.45	0.00	589.45 D	8,252.29	0.00	8,252.29 D
635217	Fundos Compens.Garantia T	0.00	0.00	0.00	11.88	0.00	11.88 D
6352172	Fundo Garantia Compens.Tr	0.00	0.00	0.00	11.88	0.00	11.88 D
635219	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo-E	1,255.55	1,255.55	0.00	1,255.55	1,255.55	0.00
63522	Producao	3,815.87	1,703.95	2,111.92 D	18,637.38	1,703.95	16,933.43 D
635221	Taxa Social Unica -Produc	1,217.18	0.00	1,217.18 D	15,983.80	0.00	15,983.80 D
635227	Fundos Compens.Garantia T	6.07	0.00	6.07 D	60.96	0.00	60.96 D
6352272	Fundo Garantia Compens.Tr	6.07	0.00	6.07 D	60.96	0.00	60.96 D
635229	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo-P	2,592.62	1,703.95	888.67 D	2,592.62	1,703.95	888.67 D
636	Seguros Ac.Trabalho Doenc	0.00	2.00	2.00 C	728.40	2.00	726.40 D
6362	Pessoal	0.00	2.00	2.00 C	728.40	2.00	726.40 D
63622	Producao	0.00	2.00	2.00 C	728.40	2.00	726.40 D
636221	Seguro Ac.Trabalho-Produc	0.00	2.00	2.00 C	728.40	2.00	726.40 D
638	Outros Gastos com o PESSO	0.00	0.00	0.00	1,786.20	0.00	1,786.20 D
6382	Pessoal	0.00	0.00	0.00	1,786.20	0.00	1,786.20 D
63821	Escritorio	0.00	0.00	0.00	1,147.35	0.00	1,147.35 D
638213	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	1,147.35	0.00	1,147.35 D
63821302	Form.Tecnica-IsentosREI E	0.00	0.00	0.00	934.40	0.00	934.40 D
63821305	Formac.Tecn-Arto.Soc.-Escr	0.00	0.00	0.00	212.95	0.00	212.95 D
63822	Producao	0.00	0.00	0.00	638.85	0.00	638.85 D
638223	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	638.85	0.00	638.85 D
63822305	Form.Tecnica-Producao-ise	0.00	0.00	0.00	638.85	0.00	638.85 D
	Soma Líquida	30,337.23	15,422.56	14,914.67 D	160,813.60	15,422.56	145,391.04 D
64	GASTOS DE DEPRECIAC.E DE	2,561.87	0.00	2,561.87 D	2,561.87	0.00	2,561.87 D
642	Activos Fixos Tangiveis	1,797.14	0.00	1,797.14 D	1,797.14	0.00	1,797.14 D
6425	Equipamento Administrativ	1,797.14	0.00	1,797.14 D	1,797.14	0.00	1,797.14 D
64253	Maquinas de Escritorio	1,797.14	0.00	1,797.14 D	1,797.14	0.00	1,797.14 D
642531	Maquinas de Escritorio-n/	1,797.14	0.00	1,797.14 D	1,797.14	0.00	1,797.14 D
643	Activos Intangiveis	764.73	0.00	764.73 D	764.73	0.00	764.73 D
6433	Programas de Computador	764.73	0.00	764.73 D	764.73	0.00	764.73 D
	Soma Líquida	2,561.87	0.00	2,561.87 D	2,561.87	0.00	2,561.87 D
68	OUTROS GASTOS	0.00	0.00	0.00	2,194.55	0.00	2,194.55 D
681	Impostos	0.00	0.00	0.00	145.05	0.00	145.05 D
6812	Impostos Indirectos	0.00	0.00	0.00	145.05	0.00	145.05 D

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado			
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
12	DEPOSITOS A ORDEM	0.00	0.00	0.00	222,624.44	165,982.25	56,642.19	D
1245	Caixas de Credito Agricol	0.00	0.00	0.00	600.00	83.20	516.80	D
12451	CCAM LOURES SINTRA (40278	0.00	0.00	0.00	600.00	83.20	516.80	D
1252	Cx.Cred.Agricola de Mafra	0.00	0.00	0.00	222,024.44	165,899.05	56,125.39	D
12521	CCAM (nº 13218.001)	0.00	0.00	0.00	222,024.44	165,899.05	56,125.39	D
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	222,624.44	165,982.25	56,642.19	D
21	CLIENTES E UTENTES	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
211	Clientes e utentes C/C	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
2111	Clientes Gerais	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
21111	Clientes-C/C-Movim.Geral	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
211111	Clientes-C/C-Nacionais	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
211111500008280	ADEGA COOP.AZUEIRA, CRL	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00	D
211111500051062	MUNICIPIO SINTRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00	
211111500060789	CENTRO SOCIAL P S JOAO DA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111500868573	SANTA CASA DA MISERICORDI	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111500899533	ASSOC DO COM IND E SERV D	0.00	0.00	0.00	1,800.00	0.00	1,800.00	D
211111500900329	AECSCLO ASSOC EMP COM SER	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111500903000	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111500968110	ADEGA REGIONAL de COLARES	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111500968357	AESINTRA-ASSOCIAÇÃO EMPRE	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00	D
211111500987610	COOPERATIVA AGRICOLA DE L	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111501055843	CCAMLSL CAIXA CREDITO M	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111501081526	ASSOC DE BENEFIC DE LOURE	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111501294996	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00	
211111501329544	FRUTOESTE COOP AGRICOLA H	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111501632484	AGROBIO ASSOC PORTUGUESA	0.00	0.00	0.00	1,800.00	0.00	1,800.00	D
211111501683755	CENTRO S P SAO PEDRO DE L	0.00	0.00	0.00	1,500.00	600.00	900.00	D
211111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00	
211111503035386	ASSOC.AGRICULTORES DO CON	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00	D
211111503157562	MARL MERC ABAST R LISBOA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111504276719	AGROCOL-ASSOC PROD DE FRU	0.00	0.00	0.00	1,200.00	0.00	1,200.00	D
211111504831410	COMISSÃO VITIVINICOLA DA	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00	
211111507261682	CENINTEL CENTRO DE INTELI	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00	D
211111508821509	ENTIDADE REG. TUR. REG.LI	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00	0.00	
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	20,700.00	12,000.00	8,700.00	D
22	FORNECEDORES	0.00	0.00	0.00	25,691.44	26,191.72	500.28	C
221	Fornecedores C/C	0.00	0.00	0.00	25,691.44	26,191.72	500.28	C
2211	Fornecedores Gerais	0.00	0.00	0.00	25,691.44	26,191.72	500.28	C
22111	Fornecedores-C/C-Nacionais	0.00	0.00	0.00	25,691.44	26,191.72	500.28	C
22111103167293	MARIA VENERADA da COSTA C	0.00	0.00	0.00	0.00	198.93	198.93	C
22111212096796	JOANA C FERNANDES -CABANA	0.00	0.00	0.00	225.00	225.00	0.00	
22111500068658	LIBERTY SEGUROS	0.00	0.00	0.00	1,075.01	1,075.01	0.00	
22111500077568	CTT CORREIOS DE PORTUGAL	0.00	0.00	0.00	33.70	33.70	0.00	
22111500220590	PONCIO ALVES JANEIRO IRMA	0.00	0.00	0.00	52.84	52.84	0.00	
22111500223840	PROPEL PROD PETRLEO LDA	0.00	0.00	0.00	60.01	60.01	0.00	
22111500297177	VIAGENS ABREU SA	0.00	0.00	0.00	315.50	315.50	0.00	
22111500357358	GESTECLA-GAB.TEC.FISC.CON	0.00	0.00	0.00	2,084.85	2,269.35	184.50	C
22111500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE	0.00	0.00	0.00	568.44	568.44	0.00	
22111501087036	Tipografia Medina SA	0.00	0.00	0.00	295.20	295.20	0.00	
22111501192948	AUTOMAFRA PNEUS ACESSORIO	0.00	0.00	0.00	38.35	38.35	0.00	
22111501268766	XANAUTO COMERCIO VEICULOS	0.00	0.00	0.00	457.83	457.83	0.00	
22111501356339	O CARRILHAO	0.00	0.00	0.00	104.55	104.55	0.00	
22111501459146	PETROMENINOS LDA	0.00	0.00	0.00	57.53	57.53	0.00	
22111501697276	VILA GALE SA	0.00	0.00	0.00	140.00	140.00	0.00	
22111501730915	HOTEL AVEIRO CENTER LDA	0.00	0.00	0.00	50.00	50.00	0.00	
22111501862560	HOTEL LARA - SOC TURIS MI	0.00	0.00	0.00	160.00	160.00	0.00	
22111502177080	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	2,620.00	2,620.00	0.00	
22111502569514	DATAEME ACESSORIOS PARA C	0.00	0.00	0.00	514.63	514.63	0.00	
22111502607920	AUCHAN PORTUGAL SA	0.00	0.00	0.00	407.67	407.67	0.00	
22111502786639	ESTEVAO LUIS SALVADOR LDA	0.00	0.00	0.00	66.30	66.30	0.00	
22111503043745	GALPGESTE GESTÃO DE AREAS	0.00	0.00	0.00	90.89	90.89	0.00	

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
22111503182710	ANO SISTEMAS INFORMATICA	0.00	0.00	0.00	344.40	344.40	0.00
22111503311332	E MEL	0.00	0.00	0.00	5.30	5.30	0.00
22111503630330	WORTEN EQUIPAMENTOS PARA	0.00	0.00	0.00	102.89	102.89	0.00
22111503769959	GESPOST - GESTÃO E ADMINI	0.00	0.00	0.00	523.71	523.71	0.00
22111503789372	STAPLES PORTUGAL - EQUIPA	0.00	0.00	0.00	45.43	45.43	0.00
22111504077740	SODIMAFRA LDA	0.00	0.00	0.00	700.76	700.76	0.00
22111504654748	BELTRÃO COELHO - SISTEMAS	0.00	0.00	0.00	90.75	90.75	0.00
22111504656767	VIA VERDE PORTUGAL - GEST	0.00	0.00	0.00	1,141.65	1,141.65	0.00
22111504774271	MINHA TERRA	0.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00	0.00
22111505329271	FICCOES MEDIA-COM.,CONTEU	0.00	0.00	0.00	116.85	233.70	116.85 C
22111506606660	RUI MEGA AUTO COMERCIO DE	0.00	0.00	0.00	22.00	22.00	0.00
22111506772209	STRATEGY FOR IMPROVEMENT	0.00	0.00	0.00	590.00	590.00	0.00
22111507207629	AMENWORLD SERVIÇOS INTERN	0.00	0.00	0.00	50.43	50.43	0.00
22111507591089	Prazer de Receber Lda - C	0.00	0.00	0.00	228.00	228.00	0.00
22111507603257	PMPR UNIPESSOAL LDA	0.00	0.00	0.00	67.44	67.44	0.00
22111507872525	PRIO ENERGY SA	0.00	0.00	0.00	116.00	116.00	0.00
22111508359333	PETROCONDE - COMBUSTIVEIS	0.00	0.00	0.00	70.00	70.00	0.00
22111508669570	LEARNING GATE UNIPESSOAL	0.00	0.00	0.00	851.80	851.80	0.00
22111509443567	ANA RITA SANTOS UNIPESSOA	0.00	0.00	0.00	250.92	250.92	0.00
22111509444431	OMEGACS SOCIEDADE UNIPESS	0.00	0.00	0.00	209.10	209.10	0.00
22111509664334	COPYIT Unipessoal lda	0.00	0.00	0.00	429.02	429.02	0.00
22111509980422	Binary Subject SA	0.00	0.00	0.00	54.01	54.01	0.00
22111510288235	CELEBRENCANTO UNIPESSOAL	0.00	0.00	0.00	5.40	5.40	0.00
22111510813470	ALGORITMO ATIVO LDA	0.00	0.00	0.00	4,517.79	4,517.79	0.00
22111514073217	QUINTA DA REINETA , UNIPE	0.00	0.00	0.00	3,673.99	3,673.99	0.00
22111514098970	SEQUENCIA DINAMICA LDA	0.00	0.00	0.00	3.50	3.50	0.00
22111514163623	INTERERICEIRA Supermercad	0.00	0.00	0.00	62.00	62.00	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	25,691.44	26,191.72	500.28 C
23	PESSOAL	0.00	0.00	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
231	Remuneracoes a Pagar	0.00	0.00	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
2312	Remun. A Pagar-Ao Pessoal	0.00	0.00	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	78,135.03	78,135.03	0.00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUB	0.00	0.00	0.00	60,519.78	65,112.00	4,592.22 C
241	Imposto Sobre o Rendiment	0.00	0.00	0.00	5.74	0.00	5.74 D
2412	Retencoes Efe.P/Terceiros	0.00	0.00	0.00	5.74	0.00	5.74 D
24121	Rendimentos de Capitais	0.00	0.00	0.00	5.74	0.00	5.74 D
241211	Depositos e Aplic.Simil.	0.00	0.00	0.00	5.74	0.00	5.74 D
242	Retencao Impostos Sobre R	0.00	0.00	0.00	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
2421	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
2421101	Trabalho Dependente	0.00	0.00	0.00	23,974.00	25,793.00	1,819.00 C
245	Contribuicoes p/ a Segura	0.00	0.00	0.00	35,567.92	38,265.87	2,697.95 C
247	Fundos Compens.Garantia T	0.00	0.00	0.00	972.12	1,053.13	81.01 C
2471	Fundo Compensacao do Trab	0.00	0.00	0.00	899.28	974.22	74.94 C
2472	Fundo Garantia e Compens.	0.00	0.00	0.00	72.84	78.91	6.07 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	60,519.78	65,112.00	4,592.22 C
27	OUTR.CONTAS A RECEBER E A	0.00	0.00	0.00	15,870.72	35,828.31	19,957.59 C
272	Deved/Credor.p/Acrescimos	0.00	0.00	0.00	15,420.56	35,578.15	20,157.59 C
2722	Credores por Acrescimos d	0.00	0.00	0.00	15,420.56	35,578.15	20,157.59 C
272202	Remuneracoes a Liquidar	0.00	0.00	0.00	15,420.56	35,471.55	20,050.99 C
2722023	Fer.S.Fer.-Producao/200_	0.00	0.00	0.00	7,174.54	18,090.84	10,916.30 C
2722024	Enc.C/Ferias-Producao/200	0.00	0.00	0.00	1,703.95	4,296.57	2,592.62 C
2722025	Fer.S.Fer.-Out.Sector./20	0.00	0.00	0.00	5,286.52	10,573.04	5,286.52 C
2722026	Enc.C/Fer.-Out.Sector./20	0.00	0.00	0.00	1,255.55	2,511.10	1,255.55 C
272208	Outros Acrescimos Custos	0.00	0.00	0.00	0.00	106.60	106.60 C
278	Outros Devedores e Credor	0.00	0.00	0.00	450.16	250.16	200.00 D
2781	Devedores Diversos	0.00	0.00	0.00	450.16	250.16	200.00 D
27811	Deved.P/Valores em Caucao	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
278110001	Municipio Mafra Caucao	0.00	0.00	0.00	200.00	0.00	200.00 D
27818	Outros Devedores	0.00	0.00	0.00	250.16	250.16	0.00
278180001	FARNET	0.00	0.00	0.00	250.16	250.16	0.00

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data/Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	15,870.72	35,828.31	19,957.59 C
28	DIFERIMENTOS	0.00	0.00	0.00	1,587.85	306.56	1,281.29 D
281	Gastos a Reconhecer	0.00	0.00	0.00	1,587.85	306.56	1,281.29 D
2814	Gastos a Reconhecer-F/iva	0.00	0.00	0.00	1,587.85	306.56	1,281.29 D
281421	Trabalhos Especializados	0.00	0.00	0.00	492.00	0.00	492.00 D
281463013	Seguros-Automovel-Outros	0.00	0.00	0.00	778.76	288.32	490.44 D
28146305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	26.97	0.00	26.97 D
2814636	Seguros Ac.Trabalho e Doe	0.00	0.00	0.00	290.12	18.24	271.88 D
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	1,587.85	306.56	1,281.29 D
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
415	Outros Investimentos Fina	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
4158	Outros	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
41584	Fundos	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
415841	Fundo Compensacao do Trab	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	2,465.05	0.00	2,465.05 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	0.00	0.00	0.00	29,312.91	17,309.08	12,003.83 D
434	Equipamento de Transporte	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4341	Equip. Transporte Ligeiros	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
43411	Equip. Transp. Lig-N/Reaval.	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
434111	Eq. Transporte-Ligeiros-M.	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
4341114	Eq. Transp. Lig. MN-IsentosR	0.00	0.00	0.00	23,837.44	0.00	23,837.44 D
435	Equipamento Administrativ	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4353	Maquinas Escritorio	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
43531	Maq. Escritorio-N/Reavalia	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
435311	Maquinas Escritorio-M.Nac	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
4353114	Maq. Escrit. MN-IsentosREI	0.00	0.00	0.00	5,475.47	0.00	5,475.47 D
438	Depreciaco es Acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00	17,309.08	17,309.08 C
4384	Equipamento de Transporte	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
43841	Equipam. Transp.-Ligeiro	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
438411	Equipam. Transp.-Ligeiro-n	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4384111	Equip. Transp.-Lig.-n/Reav	0.00	0.00	0.00	0.00	11,918.72	11,918.72 C
4385	Equipamento Administrativ	0.00	0.00	0.00	0.00	5,390.36	5,390.36 C
43853	Maquinas de Escritorio	0.00	0.00	0.00	0.00	5,390.36	5,390.36 C
438531	Maquinas de Escritorio-n/	0.00	0.00	0.00	0.00	5,390.36	5,390.36 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	29,312.91	17,309.08	12,003.83 D
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	0.00	0.00	0.00	2,294.32	1,411.15	883.17 D
443	Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
4431	Progr. Computador-N/Reaval	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
44311	Progr. Computador-M.Nacion	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
443119	Progr. Computador MN-F/iva	0.00	0.00	0.00	2,294.32	0.00	2,294.32 D
448	Amortizaco es Acumuladas-I	0.00	0.00	0.00	0.00	1,411.15	1,411.15 C
4483	Amortiz. Acuml-Progr. Compu	0.00	0.00	0.00	0.00	1,411.15	1,411.15 C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	2,294.32	1,411.15	883.17 D
51	FUNDOS	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
511	FUNDOS ENTIDADES	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0.00	0.00	0.00	0.00	3,600.00	3,600.00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	1,200.00	1,200.00 C
5112	ENTIDADES OUTRAS	0.00	0.00	0.00	0.00	10,800.00	10,800.00 C
511201	ADEGA COOP AZUEIRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511202	ADEGA REG DE COLARES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511203	ASS. AGRICULT CONC MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511204	ASS BENEFE DE LOURES	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511205	ACISM ASS COM IND CONC MA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511206	AGROCOL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511207	AECSLO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511208	AESINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511209	CCAM LOURES SINTRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C
511210	CCAM MAFRA CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00 C

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado			
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
511211	CENITEL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511212	CENTRO S.P S JOAO LAMPAS	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511213	CENTRO S P SAO PEDRO LOUS	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511214	COMISSAO VITIVI REG LISBO	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511215	COOP AGRIC DE LOURES CRL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511216	FRUTOESTE COOP AGRIC	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511217	MARL	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
511221	SANTA C.M MAFRA	0.00	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	0.00	14,400.00	14,400.00	C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35	C
561	Resultados Transitados	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35	C
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	6,411.75	48,332.10	41,920.35	C
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS	0.00	0.00	0.00	20,670.81	20,670.81	0.00	
622	Servicos Especializados	0.00	0.00	0.00	11,735.53	11,735.53	0.00	
6221	Trabalhos Especializados	0.00	0.00	0.00	9,666.57	9,666.57	0.00	
62211	Trabalhos Especializados	0.00	0.00	0.00	7,766.22	7,766.22	0.00	
622118	Trab.Especial. s/Ded	0.00	0.00	0.00	3,740.43	3,740.43	0.00	
622119	Trab.Especializ.-A Reclas	0.00	0.00	0.00	4,025.79	4,025.79	0.00	
62212	Trab.Especializ.-GESTECLA	0.00	0.00	0.00	1,900.35	1,900.35	0.00	
622121	Serv.GESTECLA C/iva	0.00	0.00	0.00	1,900.35	1,900.35	0.00	
6222	Publicidade e Propaganda	0.00	0.00	0.00	1,601.13	1,601.13	0.00	
62229	Publicid.Propag. s/Ded	0.00	0.00	0.00	1,601.13	1,601.13	0.00	
6226	Conservacao e Reparacao	0.00	0.00	0.00	467.83	467.83	0.00	
62261	Conservacao e Reparacao	0.00	0.00	0.00	467.83	467.83	0.00	
622617	Conserv.Reparac.s/Ded	0.00	0.00	0.00	467.83	467.83	0.00	
623	Materiais	0.00	0.00	0.00	506.23	506.23	0.00	
6231	Ferramentas/Utensilios De	0.00	0.00	0.00	3.50	3.50	0.00	
62319	Ferram.Utensil. s/Ded	0.00	0.00	0.00	3.50	3.50	0.00	
6233	Material de Escritorio	0.00	0.00	0.00	313.08	313.08	0.00	
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0.00	0.00	0.00	313.08	313.08	0.00	
6234	Artigos para Oferta	0.00	0.00	0.00	189.65	189.65	0.00	
62342	Artigos P/Oferta -Art21	0.00	0.00	0.00	104.28	104.28	0.00	
623422	Artigos P/Oferta Iva n/De	0.00	0.00	0.00	104.28	104.28	0.00	
62349	Artigos p/Oferta s/Ded	0.00	0.00	0.00	85.37	85.37	0.00	
624	Energia e Fluidos	0.00	0.00	0.00	2,221.34	2,221.34	0.00	
6242	Combustiveis	0.00	0.00	0.00	2,221.34	2,221.34	0.00	
62421	Combustiveis-Transportes	0.00	0.00	0.00	2,221.34	2,221.34	0.00	
624219	Combustiv-Transp. s/Ded	0.00	0.00	0.00	2,221.34	2,221.34	0.00	
625	Deslocacoes, Estadas e Tr	0.00	0.00	0.00	2,151.39	2,151.39	0.00	
6251	Deslocacoes e Estadas	0.00	0.00	0.00	2,151.39	2,151.39	0.00	
62512	Deslocacoes,Estadas-Art21	0.00	0.00	0.00	1,946.43	1,946.43	0.00	
625121	Desloc.Estadas-Art21-Norm	0.00	0.00	0.00	1,316.10	1,316.10	0.00	
625122	Dsl.Viat.Pr.Art21-Base Tr	0.00	0.00	0.00	592.16	592.16	0.00	
625125	Desl.Estad-A21-Nor-Iva N/	0.00	0.00	0.00	38.17	38.17	0.00	
62514	Deslocacoes e Estadas-UE	0.00	0.00	0.00	204.96	204.96	0.00	
625142	Desloc.Estadas-UE-Total	0.00	0.00	0.00	204.96	204.96	0.00	
626	Servicos Diversos	0.00	0.00	0.00	4,056.32	4,056.32	0.00	
6261	Rendas e Alugueres	0.00	0.00	0.00	3,578.30	3,578.30	0.00	
62613	Outras Rendas	0.00	0.00	0.00	3,578.30	3,578.30	0.00	
626131	Rendas Terrenos e Edifici	0.00	0.00	0.00	2,400.00	2,400.00	0.00	
6261316	Rendas Terr.Edif.ise.Arto	0.00	0.00	0.00	2,400.00	2,400.00	0.00	
626132	Portagens e Parqueamentos	0.00	0.00	0.00	1,178.30	1,178.30	0.00	
6261328	Portag.Parqueam.S/Deducao	0.00	0.00	0.00	1,178.30	1,178.30	0.00	
6262	Comunicacao	0.00	0.00	0.00	33.70	33.70	0.00	
62621	Correio	0.00	0.00	0.00	33.70	33.70	0.00	
626216	Correio-Isento Arto.9o.	0.00	0.00	0.00	33.70	33.70	0.00	
6263	Seguros	0.00	0.00	0.00	432.32	432.32	0.00	
626301	Seguros Automovel	0.00	0.00	0.00	366.32	366.32	0.00	
6263013	Seguros-Automovel-Outros	0.00	0.00	0.00	366.32	366.32	0.00	
626305	Seguros-Multirriscos	0.00	0.00	0.00	66.00	66.00	0.00	
6267	Limpeza, Higiene e Confor	0.00	0.00	0.00	12.00	12.00	0.00	

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Moedas em EUR

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
62679	Limpeza Higiene Conforto	0.00	0.00	0.00	12.00	12.00	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	20,670.81	20,670.81	0.00
63	GASTOS COM O PESSOAL	0.00	0.00	0.00	160,813.60	160,813.60	0.00
631	Remuneracoes dos Orgaos S	0.00	0.00	0.00	50.20	50.20	0.00
6311	Remuneracoes Gerencia	0.00	0.00	0.00	50.20	50.20	0.00
631104	Ajudas de Custo	0.00	0.00	0.00	50.20	50.20	0.00
6311041	Ajudas Custo-TribAutonoma	0.00	0.00	0.00	50.20	50.20	0.00
632	Remuneracoes do Pessoal	0.00	0.00	0.00	130,091.70	130,091.70	0.00
6321	Escritorio	0.00	0.00	0.00	43,944.12	43,944.12	0.00
632101	Remuneracoes Normais-Escr	0.00	0.00	0.00	31,719.12	31,719.12	0.00
632102	Subsidios Ferias-Escrit	0.00	0.00	0.00	2,643.26	2,643.26	0.00
632103	Subsidios Natal-Escrit	0.00	0.00	0.00	2,643.26	2,643.26	0.00
632104	Ajudas de Custo-Escrit	0.00	0.00	0.00	820.28	820.28	0.00
6321041	Ajudas Custo-Escrit-TribA	0.00	0.00	0.00	820.28	820.28	0.00
632106	Subsid.Alimentacao-Escrit	0.00	0.00	0.00	831.68	831.68	0.00
632120	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum.Cust	0.00	0.00	0.00	5,286.52	5,286.52	0.00
6322	Producao	0.00	0.00	0.00	86,147.58	86,147.58	0.00
632201	Remuneracoes Normais-Prod	0.00	0.00	0.00	60,993.31	60,993.31	0.00
632202	Subsidios Ferias-Produc	0.00	0.00	0.00	5,458.15	5,458.15	0.00
632203	Subsidios Natal-Produc	0.00	0.00	0.00	5,224.29	5,224.29	0.00
632204	Ajudas de Custo-Produc	0.00	0.00	0.00	992.69	992.69	0.00
6322041	Ajudas Custo-Produc-TribA	0.00	0.00	0.00	992.69	992.69	0.00
632206	Subsid.Alimentacao-Produc	0.00	0.00	0.00	2,562.84	2,562.84	0.00
632220	Fer.Sub.Fer.-Reg.Aum.Cust	0.00	0.00	0.00	10,916.30	10,916.30	0.00
635	Encargos s/Remuneracoes	0.00	0.00	0.00	28,157.10	28,157.10	0.00
6352	Pessoal	0.00	0.00	0.00	28,157.10	28,157.10	0.00
63521	Escritorio	0.00	0.00	0.00	9,519.72	9,519.72	0.00
635211	Taxa Social Unica -Escrit	0.00	0.00	0.00	8,252.29	8,252.29	0.00
635217	Fundos Compens.Garantia T	0.00	0.00	0.00	11.88	11.88	0.00
6352172	Fundo Garantia Compens.Tr	0.00	0.00	0.00	11.88	11.88	0.00
635219	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo-E	0.00	0.00	0.00	1,255.55	1,255.55	0.00
63522	Producao	0.00	0.00	0.00	18,637.38	18,637.38	0.00
635221	Taxa Social Unica -Produc	0.00	0.00	0.00	15,983.80	15,983.80	0.00
635227	Fundos Compens.Garantia T	0.00	0.00	0.00	60.96	60.96	0.00
6352272	Fundo Garantia Compens.Tr	0.00	0.00	0.00	60.96	60.96	0.00
635229	Enc.C/Fer-Reg.Aum.Custo-P	0.00	0.00	0.00	2,592.62	2,592.62	0.00
636	Seguros Ac.Trabalho Doenc	0.00	0.00	0.00	728.40	728.40	0.00
6362	Pessoal	0.00	0.00	0.00	728.40	728.40	0.00
63622	Producao	0.00	0.00	0.00	728.40	728.40	0.00
636221	Seguro Ac.Trabalho-Produc	0.00	0.00	0.00	728.40	728.40	0.00
638	Outros Gastos com o Pesso	0.00	0.00	0.00	1,786.20	1,786.20	0.00
6382	Pessoal	0.00	0.00	0.00	1,786.20	1,786.20	0.00
63821	Escritorio	0.00	0.00	0.00	1,147.35	1,147.35	0.00
638213	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	1,147.35	1,147.35	0.00
63821302	Form.Tecnica-IsentosREI E	0.00	0.00	0.00	934.40	934.40	0.00
63821305	Formac.Tecn-Arto.9o.-Escr	0.00	0.00	0.00	212.95	212.95	0.00
63822	Producao	0.00	0.00	0.00	638.85	638.85	0.00
638223	Isentos de Iva	0.00	0.00	0.00	638.85	638.85	0.00
63822305	Form.Tecnica-Producao-Ise	0.00	0.00	0.00	638.85	638.85	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	160,813.60	160,813.60	0.00
64	GASTOS DE DEPRECIAC.E DE	0.00	0.00	0.00	2,561.87	2,561.87	0.00
642	Activos Fixos Tangiveis	0.00	0.00	0.00	1,797.14	1,797.14	0.00
6425	Equipamento Administrativ	0.00	0.00	0.00	1,797.14	1,797.14	0.00
64253	Maquinas de Escritorio	0.00	0.00	0.00	1,797.14	1,797.14	0.00
642531	Maquinas de Escritorio-n/	0.00	0.00	0.00	1,797.14	1,797.14	0.00
643	Activos Intangiveis	0.00	0.00	0.00	764.73	764.73	0.00
6433	Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	764.73	764.73	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	2,561.87	2,561.87	0.00
68	OUTROS GASTOS	0.00	0.00	0.00	2,194.55	2,194.55	0.00
681	Impostos	0.00	0.00	0.00	145.05	145.05	0.00
6812	Impostos Indirectos	0.00	0.00	0.00	145.05	145.05	0.00

Balancete Geral (Período [Fim - Fim] e Acumulado) - 2018

Valores em EUR

Data Contab. : 31-15-2018

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Fim - Fim			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
68124	Imposto Unico Circulacao	0.00	0.00	0.00	145.05	145.05	0.00
681242	IUC-Outros Veiculos	0.00	0.00	0.00	145.05	145.05	0.00
688	Outros Gastos e Perdas-Ou	0.00	0.00	0.00	2,049.50	2,049.50	0.00
6881	Correcoes Relat.Exercic.	0.00	0.00	0.00	49.50	49.50	0.00
6881623	Fornecimentos e Serv.Exte	0.00	0.00	0.00	49.50	49.50	0.00
6883	Quotizacoes	0.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00	0.00
68832	Quotizacoes-Outras	0.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	2,194.55	2,194.55	0.00
69	GASTOS DE FINANCIAMENTO	0.00	0.00	0.00	739.28	739.28	0.00
698	Outros Gastos de Financia	0.00	0.00	0.00	739.28	739.28	0.00
6988	Outros	0.00	0.00	0.00	739.28	739.28	0.00
69881	Servicos Bancarios	0.00	0.00	0.00	88.40	88.40	0.00
698811	Servicos Bancarios com Fa	0.00	0.00	0.00	83.20	83.20	0.00
698812	Servicos Bancarios sem Fa	0.00	0.00	0.00	5.20	5.20	0.00
69882	Garantias Bancarias	0.00	0.00	0.00	650.88	650.88	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	739.28	739.28	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00	0.00
722	Comissoes	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00	0.00
7221	Comissoes-Mercad.Nacional	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00	0.00
722115	Comissoes-MN-Arto.9o.	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	16,200.00	16,200.00	0.00
75	SUBSIDIOS,DOAÇÕES E LEGAD	0.00	0.00	0.00	155,736.77	155,736.77	0.00
751	SUBSIDIOS,DOAÇÕES E LEGAD	0.00	0.00	0.00	155,736.77	155,736.77	0.00
7511	Subsidios de entidades pu	0.00	0.00	0.00	155,736.77	155,736.77	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	155,736.77	155,736.77	0.00
78	OUTROS RENDIMENTOS	0.00	0.00	0.00	0.22	0.22	0.00
788	Outros Rendim. E Ganhos-O	0.00	0.00	0.00	0.22	0.22	0.00
7888	Outros nao Especificados	0.00	0.00	0.00	0.22	0.22	0.00
78888	Outros n/Especificados Di	0.00	0.00	0.00	0.22	0.22	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	0.22	0.22	0.00
79	JUROS,DIVIDENDOS,OUT.REND	0.00	0.00	0.00	20.89	20.89	0.00
791	Juros Obtidos	0.00	0.00	0.00	20.89	20.89	0.00
7911	De Depositos	0.00	0.00	0.00	20.89	20.89	0.00
	Soma Líquida	0.00	0.00	0.00	20.89	20.89	0.00
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERI	605.09	605.09	0.00	178,369.43	178,974.52	605.09 C
811	Resultado Antes de Impost	605.09	0.00	605.09 D	171,957.68	171,957.68	0.00
818	Resultado Líquido	0.00	605.09	605.09 C	6,411.75	7,016.84	605.09 C
	Soma Líquida	605.09	605.09	0.00	178,369.43	178,974.52	605.09 C
	Soma Líquida	605.09	605.09	0.00	1,002,920.71	1,002,920.71	0.00

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

Decorreu no dia 28 de março de 2019, pelas 17h00, nas instalações da Mafra Business Factory, em Mafra, a décima segunda Assembleia-Geral da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia. -----

A Ordem de Trabalhos tinha os seguintes pontos: -----

1. Aprovação da ata da última Assembleia-Geral;-----
2. Análise e aprovação do Relatório de Atividades e Contas 2018 e do Parecer do Conselho Fiscal; -----
3. Outros Assuntos-----

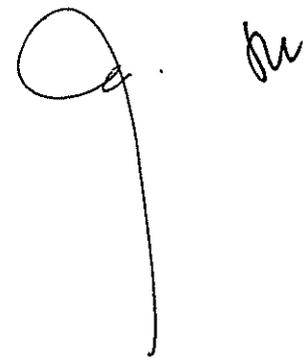
O Presidente da Assembleia-Geral deu início à sessão cumprimentando os presentes e confirmando a presença dos representantes das seguintes entidades: -----

1. Adega Cooperativa da Azueira, CRL representada por João José Moreira-----
2. Associação de Beneficiários de Loures representada por João Moreira
3. Associação de Agricultores do Concelho de Mafra representada por David Sardinha-----
4. Associação Empresarial do Concelho de Sintra representada por Vitor Conceição-----
5. Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas representada por Mário Saramago-----
6. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures-Sintra representada por José Barreira-----
7. Caixa de Crédito Agrícola de Mafra representada por procuração por David Sardinha
8. CENINTEL representada por Rui Paulo Ribeiro -----
9. Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Lousa, representado por Nuno Migueis-----
10. Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa representada por Francisco Rico-----
11. Cooperativa Agrícola de Loures representada por José António Barreira -----
12. Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa representada por João Pedro Domingues-
13. MARL representado por Teresa Pereira-----
14. Município de Loures representado por António Pombinho e Sandra Martins-----
15. Município de Mafra representado por Hugo Moreira Luís -----
16. Município de Sintra representado por procuração por Lina Andrês-----
17. Santa Casa da Misericórdia de Mafra representada por António Trigo, conforme ofício 83/19 (em anexo)-----

Estiveram ainda presentes a Diretora Executiva da Associação, Márcia Mendes, e da equipa técnica Clarisse Vistas, José Diogo e Rute Vieira. -----

O Presidente da Mesa deu as boas vindas a todos os associados presentes, dando início à assembleia-geral e passando ao ponto 1 da ordem de trabalhos.-----

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S



PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA-GERAL

Sendo a proposta de ata do conhecimento prévio de todos os associados e não havendo qualquer comentário ao conteúdo da mesma, a ata foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade, não votando os membros que não estiveram presentes na última reunião.-----

O Presidente da Mesa passou ao ponto 2 da ordem de trabalhos, passando a palavra à Direção. -----

PONTO 2 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

O Presidente da Direção, Joaquim Sardinha, começou por agradecer a presença dos associados, dando as boas vindas ao novo representante da Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa, na pessoa do seu Presidente da Direção, Eng^o Francisco Rico, e ao Vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mafra, Dr. António Trigo. -----

O Presidente da Direção fez um cumprimento à equipa técnica relativamente ao seu desempenho neste ano de 2018, fazendo uma breve apresentação das principais atividades. O Relatório e Contas (anexo 1) foi previamente enviado aos associados, pelo que para facilitar a apresentação do Relatório de Atividades e Contas foi projetado um *powerpoint* (anexo 2) que sistematiza as principais atividades desenvolvidas no ano de 2018, apresentado pela Diretora Técnica.-----

Após a apresentação das principais atividades, foi solicitado pelo representante da CVR, o esclarecimento sobre os motivos da baixa taxa de compromisso e execução, tendo sido explicados os principais motivos, que se devem maioritariamente aos atrasos na implementação do programa e da morosidade dos processos até à contratação. Solicitou ainda informação específica sobre os projetos relacionados com a vinha e o vinho, e manifestou a sua disponibilidade para trabalhar com os municípios para esclarecer dificuldades relativamente aos licenciamentos industriais das adegas. ----

Relativamente às contas, a Diretora Executiva apresentou as principais tipologias de despesas, salientando a existência de um saldo positivo que se deveu sobretudo ao prolongamento do período das depreciações da viatura da A2S. -----

O representante da AESCLO questionou sobre a importância de dar seguimento às conclusões da Conferência temática de novembro de 2018, ao que foi respondido que estão previstas diversas ações que conduzem à implementação das referidas conclusões. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, leu então o parecer do conselho fiscal, tendo posteriormente colocado à consideração e discussão da Assembleia o documento apresentado. -----



ATA DA DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S

Não havendo comentários por parte da Assembleia foram colocados à votação conjunta o Relatório de Atividades e Contas 2018 bem como o Parecer do Conselho Fiscal tendo os mesmos sido votados e, conseqüentemente, aprovados por unanimidade. -----

PONTO 3 – OUTROS ASSUNTOS

O Presidente passou a palavra o Vice-Presidente da Direção António Pombinho, indicando que a A2S está em condições de receber a Reserva de Eficiência do PDR2020, o que levará ao aumento da dotação disponível para apoiar mais candidaturas. -----

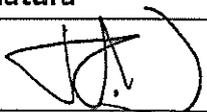
Foi ainda referido que no âmbito da participação na Direção da Federação Minha Terra, e relativamente ao futuro do DLBC, a A2S ficou responsável por desenvolver uma proposta de atuação a propor à Federação Minha Terra, no sentido de afirmar o movimento LEADER e o DLBC enquanto instrumento fundamental para o desenvolvimento local. Em breve, estaremos em condições de apresentar o referido pacto, e discuti-lo entre os associados. -----

O representante do Município de Mafra solicitou a disponibilização dos RAC com pelo menos quinze dias de antecedência face à data da AG, a fim de o mesmo ser analisado no seio das entidades associadas. -----

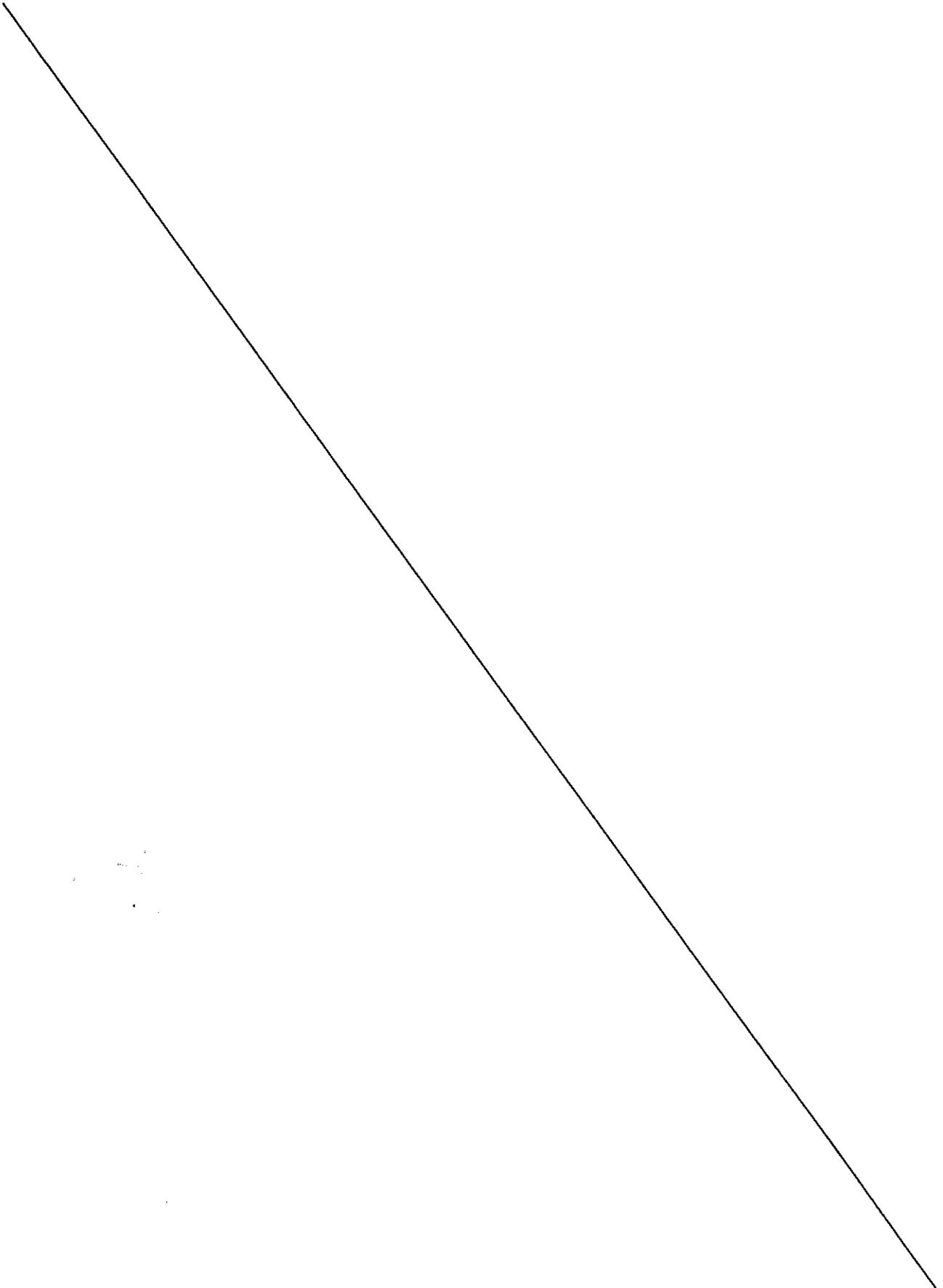
O Presidente da Mesa solicitou um voto de confiança à mesa para redigir a ata da assembleia-geral ordinária, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar o Presidente da Mesa agradeceu aos presentes e deu por terminada a Assembleia-Geral. -----

ASSINATURAS

Cargo	Entidade	Nome	Assinatura
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral	CENINTEL	Rui Ribeiro	
Secretário da Mesa da Assembleia-Geral	Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL	Pedro Bernandes	Ausente
2.º Secretário da Mesa da Assembleia-Geral	Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas	Mário Saramago	

**ATA DA DÉCIMA SEGUNDA
ASSEMBLEIA-GERAL DA A2S**



Isabel Miranda

De: Hugo Luis
Enviado: 26 de março de 2019 16:30
Para: MailEdoc
Cc: Ana Viana; Zélia Miranda
Assunto: Fwd: Relatório de Atividades e Contas 2018
Anexos: image002.png; ATT00001.htm; image004.png; ATT00002.htm; RAC_2018.pdf; ATT00003.htm; Balancos 2018 (3).pdf; ATT00004.htm; DR 2018 (3).pdf; ATT00005.htm; bte dezembro 2018.pdf; ATT00006.htm; bte final 2018.pdf; ATT00007.htm

Enviado do meu iPhone

Início da mensagem reencaminhada:

De: Márcia Mendes <marcia.mendes@a2s.pt>
Data: 26 de março de 2019, 16:10:26 WET
Para: <ab.loures@sapo.pt>, 'Adelia Antunes' <adelia.antunes@ccammafra.pt>, 'Agrobio' <direcao@agrobio.pt>, ANA GOMES <ana.gomes@acism.pt>, <antonio_pombinho@cm-loures.pt>, <caloures@sapo.pt>, CCA <louresdirecao@creditoagricola.pt>, <david.sardinha@sapo.pt>, <direcao@frutoeste.pt>, 'Florência Monteiro Dias' <fdias@cm-sintra.pt>, <geral@acazueira.pt>, <geral@acism.pt>, <geral@aecscllo.pt>, <geral@ertlisboa.pt>, 'Hugo Luis' <hugoluis@cm-mafra.pt>, <joaquimsardinha@cm-mafra.pt>, José António Barreira <joseantoniobarreira@gmail.com>, <jose.parente@cspsojoaodaslampas.com>, <joseluisfurtado@gmail.com>, <jvicentepaulo@gmail.com>, <lina.andres@cm-sintra.pt>, <loures@creditoagricola.pt>, <manuel_costaeoliveira@hotmail.com>, <mnjorge@agroges.pt>, <olga.figueiredo@aesintra.com>, <pedrade.mendes@cm-sintra.pt>, <provedoria@scmmafra.pt>, <ruiribeiro@cenintel.pt>, <tpereira@marl.pt>, <vfcmaquinas@gmail.com>, <olga_nuno@cm-loures.pt>, <lina.andres@cm-sintra.pt>, <geral@agrobio.pt>
Cc: 'Clarisse Vistas' <clarisse.vistas@a2s.pt>, <jose.diego@a2s.pt>, "'Rute Vieira'" <rute.vieira@a2s.pt>, <pauloalmeida@gestecla.pt>
Assunto: Relatório de Atividades e Contas 2018

Estimados Associados

Encarrega-me o Presidente da Direção de vos remeter o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício da A2S para o ano 2018 para vossa apreciação e análise e que será votado na próxima Assembleia-Geral do dia 28/03/2018 pelas 17h nas instalações da A2S. Lamento o atraso no envio do mesmo mas dada a quantidade de solicitações não nos foi possível enviar com maior antecedência. **Mais informo que não serão impressos os exemplares para os associados pelo que solicito que cada um de Vós possa trazer o documento impresso.**

Para qualquer esclarecimento adicional não hesitem nos contactar.

Com os melhores cumprimentos,

Márcia Mendes

Diretora Executiva / Executive Director
 marcia.mendes@a2s.pt

Contacto: (+351)

0
3
5



17
130

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

Assunto: Memorando de Entendimento entre o Município de Mafra, as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho de Mafra e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza – Aplicação de produtos fitofarmacêuticos sem glifosatos – Ratificação de despacho.

Considerando que:

1. Preside ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o reforço do movimento de descentralização de competências, em especial no que tange à relação entre os Municípios e as Freguesias, tendo em vista, por um lado, a racionalização e a otimização da gestão e afetação dos recursos públicos e, por outro, a promoção de uma efetiva prestação de serviços em razão da proximidade com o cidadão diretamente interessado;
2. Uma das medidas concretizadoras deste desiderato traduziu-se na oportuna delegação legal de competências, operacionalizada através do respetivo acordo de execução com a estipulação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, a qual, nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação então vigente, abrangeu um conjunto de matérias que, embora da esfera de competências da Câmara Municipal, a lei considerou delegadas nas Freguesias, de que se destacam, neste âmbito, as seguintes: "(...) a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros";
3. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – sem prejuízo de manter, nas alíneas a) e b) do n.º 2 do seu artigo 38.º, a previsão da agora designada transferência, dos Municípios para os órgãos das Freguesias, das mesmas competências de gestão e manutenção de espaços verdes e da limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros –, acautela, no n.º 2 do seu artigo 41.º, que a revogação dos artigos 132.º a 136.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não prejudica a manutenção



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

dos acordos de execução celebrados ao seu abrigo previamente à entrada em vigor da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

4. Nos termos do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constitui atribuição das Freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município, designadamente em matéria de Ambiente, dispondo, por sua vez, o n.º 1 e a alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à aludida Lei, também a articulação do Município com as respetivas Freguesias na promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, no mesmo domínio;

5. O Município de Mafra e as Uniões/ Juntas de Freguesia, assumiram, como compromisso nos seus programas autárquicos, utilizar alternativas ecológicas para controlo das ervas daninhas existentes nos passeios e em zonas utilizadas por crianças e animais;

6. Releva, atento o enquadramento jurídico mencionado supra e, em particular, a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 35/2017, de 24 de março, a aplicação autorizada de produtos fitofarmacêuticos, permitida à administração local, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do seu artigo 26.º, por utilizadores profissionais, em zonas urbanas e de lazer quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos, bem como em vias de comunicação, cujo risco se pretende que seja reduzido, à luz do n.º 4 do artigo 32.º e do n.º 2 do artigo 33.º, ambos do mesmo diploma legal;

7. Pese embora os resultados apresentados nos estudos efetuados, nos últimos anos, à toxicidade dos glifosatos se terem vindo a revelar contraditórios, sendo que a venda de produtos com essa substância ativa se mantém autorizada pela autoridade nacional, pretendem o Município de Mafra e as Uniões/ Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra assegurar a adoção de práticas conducentes à garantia do bem-estar dos munícipes;

8. A concertação, firmada em instrumentos jurídicos acordados com as Uniões/ Juntas de Freguesia, ao abrigo dos Regimes Jurídicos anteriores e ao longo dos anos, tem-se revelado uma ferramenta relevante e dinâmica, reforçando significativamente os poderes e a capacidade de intervenção das Uniões/ Juntas de Freguesia e permitindo, ademais, melhorar e dar maior eficiência à ação do Poder Local junto das populações, em especial no domínio do ambiente;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

9. A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza é uma Organização Não Governamental de Ambiente portuguesa fundada a 31 de outubro de 1985 e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela conservação da natureza e dos recursos naturais e na defesa do ambiente em geral, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado;

10. De modo a alterar a prática generalizada no nosso país do uso dos herbicidas para controlo de plantas infestantes (também designadas de espontâneas ou daninhas), a Quercus lançou uma campanha em março de 2014, com a colaboração da *Plataforma Transgénicos Fora*, denominada "Autarquias sem glifosato/ herbicidas", sendo que a adesão a esta campanha, por parte das Autarquias Parceiras, subscritoras do presente Memorando, se faz mediante assinatura do respetivo manifesto,

11. À luz do preconizado no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Município de Mafra contará com a presença do representante da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza já no próximo dia 3 de abril de 2019, realizando-se a reunião da Câmara no dia 5 de abril de 2019,

DETERMINO, atendendo às atribuições e competências da Câmara Municipal de Mafra, previstas no artigo 2.º, no n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o), u) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como à alínea b) do n.º 1 e ao n.º 3 do artigo 26.º, ao n.º 4 do artigo 32.º e ao n.º 2 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na sua redação atual, conjugados com o artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **autorizar a celebração, entre o Município de Mafra, as Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Mafra e a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, do Memorando de Entendimento consubstanciado no documento em anexo ao presente Despacho**, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, **que firma a estratégia de atuação e a cooperação entre as partes no domínio da limpeza urbana em espaços públicos e zonas que recebem público, assente nos referenciais no mesmo plasmados, que enquadram ações a desenvolver pelas Autarquias Parceiras, tendo em vista a adoção, com a colaboração da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, de práticas conducentes à garantia do bem-estar dos munícipes e à concertação da ação do Poder Local**



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

junto das populações no domínio da defesa do Ambiente, no que concerne, em especial, à utilização de alternativas ecológicas aos produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato e a outros herbicidas sintéticos para o controlo de plantas infestantes, bem como propondo, através da assinatura do respetivo manifesto, a adesão das Autarquias Parceiras à Campanha promovida pela Quercus, denominada "Autarquias sem Glifosato/ Herbicidas".

MAIS DETERMINO, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que o presente Despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.

Paços do Município de Mafra, em 2 de abril de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

MANIFESTO DE ADESÃO - AUTARQUIA SEM GLIFOSATO / HERBICIDAS

Considerando:

1 – que os riscos conhecidos têm vindo a revelar consequências gravosas para a saúde e para o ambiente de vários herbicidas em particular daqueles cuja substância ativa é o glifosato que, nomeadamente:

- apresenta degradação lenta, o que conduz ao arrastamento (pela água da chuva, da rega ou de lavagem) para rios, albufeiras e lençóis subterrâneos, entre outros;
- atua nos animais como desregulador hormonal e agente carcinogénico, mesmo em doses muito baixas, sendo absorvido através dos alimentos e da água;

2 - que o herbicida glifosato é o mais usado em todo o mundo e o seu uso tem aumentado muito nos últimos anos devido à proliferação das culturas transgénicas (OGM) que lhe são tolerantes;

3 - que o glifosato é o herbicida mais vendido em Portugal e a aplicação em meio urbano contribui para esta estatística;

4 - que existem outros meios para o controlo das ervas espontâneas, como os mecânicos, biológicos e térmicos, e que por vezes nem se justifica uma tão grande eliminação, pois as ervas apresentam inúmeras vantagens:

- em períodos chuvosos ajudam à infiltração da água no solo, evitando escorrimentos superficiais que provocam erosão e cheias;
- fixam carbono e produzem oxigénio;
- aumentam a biodiversidade vegetal e animal;

5 - que a nova lei sobre o uso de pesticidas (Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE), impõe limites à aplicação destes produtos em espaço urbano e aponta para que só haja aplicação de herbicidas quando não existam alternativas viáveis.

A a) _____
decidiu abandonar o uso de herbicidas e, em particular do glifosato, nas áreas da sua responsabilidade, quer diretamente quer através de empresas concessionárias, tendo em vista contribuir ativamente para um melhor ambiente no seu território e para a proteção da saúde e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Data

Assinatura e carimbo

a) Nome da autarquia – Município ou Freguesia



**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE
O MUNICÍPIO DE MAFRA,
AS JUNTAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MAFRA
E A
QUERCUS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA**

Considerando que:

1. Preside ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o reforço do movimento de descentralização de competências, em especial no que tange à relação entre os Municípios e as Freguesias, tendo em vista, por um lado, a racionalização e a otimização da gestão e afetação dos recursos públicos e, por outro, a promoção de uma efetiva prestação de serviços em razão da proximidade com o cidadão diretamente interessado;
2. Uma das medidas concretizadoras deste desiderato traduziu-se na oportuna *delegação legal de competências*, operacionalizada através do respetivo acordo de execução com a estipulação dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, a qual, nos termos do n.º 1 do artigo 132.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação então vigente, abrangeu um conjunto de matérias que, embora da esfera de competências da Câmara Municipal, a lei considerou delegadas nas Freguesias, de que se destacam, neste âmbito, as seguintes: "(...) a) *Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros*";



3. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – sem prejuízo de manter, nas alíneas a) e b) do n.º 2 do seu artigo 38.º, a previsão da agora designada *transferência*, dos Municípios para os órgãos das Freguesias, das mesmas competências de gestão e manutenção de espaços verdes e da limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros –, acautela, no n.º 2 do seu artigo 41.º, que a revogação dos artigos 132.º a 136.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não prejudica a manutenção dos acordos de execução celebrados ao seu abrigo previamente à entrada em vigor da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
4. Nos termos do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constitui atribuição das Freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município, designadamente em matéria de Ambiente, dispondo, por sua vez, o n.º 1 e a alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à aludida Lei, também a articulação do Município com as respetivas Freguesias na promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, no mesmo domínio;
5. O Município de Mafra e as Uniões/ Juntas de Freguesia assumiram, como compromisso nos seus programas autárquicos, utilizar alternativas ecológicas para controlo das ervas daninhas existentes nos passeios e em zonas utilizadas por crianças e animais;
6. Releva, atento o enquadramento jurídico mencionado *supra* e, em particular, a Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 35/2017, de 24 de março, a aplicação autorizada de produtos fitofarmacêuticos, permitida à administração local, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 e o n.º 3 do seu artigo 26.º, por utilizadores profissionais, em zonas urbanas e de lazer quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos, bem como em vias de comunicação, cujo risco se pretende que



seja reduzido, à luz do n.º 4 do artigo 32.º e do n.º 2 do artigo 33.º, ambos do mesmo diploma legal;

7. Pese embora os resultados apresentados nos estudos efetuados, nos últimos anos, à toxicidade do glifosato se terem vindo a revelar contraditórios, sendo que a venda de produtos com essa substância ativa se mantém autorizada pela autoridade nacional, pretendem o Município de Mafra e as Uniões/ Juntas de Freguesia do Concelho de Mafra assegurar a adoção de práticas conducentes à garantia do bem-estar dos munícipes;
8. A concertação, firmada em instrumentos jurídicos acordados com as Uniões/ Juntas de Freguesia, ao abrigo dos Regimes Jurídicos anteriores e ao longo dos anos, tem-se revelado uma ferramenta relevante e dinâmica, reforçando significativamente os poderes e a capacidade de intervenção das Uniões/ Juntas de Freguesia e permitindo, ademais, melhorar e dar maior eficiência à ação do Poder Local junto das populações, em especial no domínio do Ambiente;
9. A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza é uma Organização Não Governamental de Ambiente portuguesa fundada a 31 de outubro de 1985 e constituída por cidadãos que se juntaram em torno do mesmo interesse pela conservação da natureza e dos recursos naturais e na defesa do ambiente em geral, numa perspetiva de desenvolvimento sustentado;
10. De modo a alterar a prática generalizada no nosso país do uso dos herbicidas para controlo de plantas infestantes (também designadas de espontâneas ou daninhas), a Quercus lançou uma campanha em março de 2014, com a colaboração da *Plataforma Transgénicos Fora*, denominada “Autarquias sem glifosato/ herbicidas”, sendo que a adesão a esta campanha, por parte das Autarquias Parceiras, subscritoras do presente Memorando, se faz mediante assinatura do respetivo manifesto,



ENTRE:

O MUNICÍPIO DE MAFRA, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, em Mafra, neste ato representado por Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, doravante designado abreviadamente por **MUNICÍPIO, ou AUTARQUIA PARCEIRA, E**

- **A FREGUESIA DA CARVOEIRA**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 417 216, com sede em Estrada Nacional, n.º 247, 2655-030 Carvoeira, neste ato representada por Andreia Filipa Lourenço Duarte, Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira;

- **A FREGUESIA DA ENCARNAÇÃO**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 191 170, com sede em Largo Francisco Pereira Galantinho, n.º 2, 2640-232, Encarnação, neste ato representada por Carlos Manuel Antunes Póvoa, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação;

- **A FREGUESIA DA ERICEIRA**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 209 729, com sede em Largo do Pelourinho, n.º 2, 2655-330, Ericeira, neste ato representada por Joaquim Filipe Abreu dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira;

- **FREGUESIA DE MAFRA**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 209 150, com sede em Avenida 1.º de Maio, n.º 1, R/C, 2640-455 em Mafra, neste ato representada por Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol, Presidente da Junta de Freguesia de Mafra;



- **A FREGUESIA DO MILHARADO**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 283 368, com sede em Largo de São Miguel, n.º 19, 2665-314 Milharado, neste ato representada por José Faustino Carreira, Presidente da Junta de Freguesia do Milharado;

- **A FREGUESIA DE SANTO ISIDORO**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 507 447 565, com sede em Rua da Igreja, 2640-092 Santo Isidoro, neste ato representada por Cecília Maria Miranda Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro;

- **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZUEIRA E SOBRAL DA ABELHEIRA**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510 834 850, com sede em Largo do Jardim, n.º 10, Livramento, 2665-015 Azueira, neste ato representada por Maria Inês Costa Inácio, Presidente da União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira;

- **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ENXARA DO BISPO, GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510 836 496, com sede em Rua da Junta de Freguesia, n.º 19, 2665-053 Enxara do Bispo, neste ato representada por José António Oliveira Costa, Presidente da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário;

- **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510 837 344, com sede em Rua da Junta de Freguesia, 2640-335 Igreja Nova, neste ato representada por Elísio Varandas dos Santos, Presidente da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros;



- **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510 837 735, com sede em Largo da Igreja, 2665-226, Malveira, neste ato representada por Vítor Manuel Ferreira Gomes, Presidente da União das Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcaíça; **E**

- **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DA VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS**, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 510 840 892, com sede em Rua Professora Júlia Morais Costa Barros, n.º 12, 2665-555 Venda do Pinheiro, em Mafra, neste ato representada por Jorge Manuel Zeferino Lourenço, Presidente da União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés,

Doravante designadas abreviadamente por **FREGUESIAS/ UNIÕES DAS FREGUESIAS, ou AUTARQUIAS PARCEIRAS, E**

A QUERCUS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, Pessoa Coletiva de Utilidade Pública n.º 501 736 492, com sede em Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, 1500-045 Lisboa, neste ato representada por Paulo Alexandre Mateus do Carmo, na qualidade de Presidente da Direção, doravante designada abreviadamente por **QUERCUS**,

É, livremente e de boa fé, celebrado o presente **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**, que firma a estratégia de atuação e a cooperação entre as partes no domínio das limpezas urbanas (espaços públicos e zonas que recebem público), assente nos seguintes **referenciais**, que enquadram **ações a desenvolver pelas Autarquias Parceiras**:



I. Não utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato e outros herbicidas sintéticos.

As Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, face aos considerandos *supra*, assumem que, a partir da presente data, não utilizarão produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato e outros herbicidas sintéticos para o controlo de infestantes em zonas urbanas e de lazer, bem como em vias de comunicação.

II. Reforço do pessoal afeto às limpezas e utilização prioritária de meios mecânicos na limpeza, sempre que a mesma se afigure possível.

As Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, comprometem-se a proceder ao aumento do número de trabalhadores afetos à limpeza urbana e a reforçar o investimento em meios mecânicos de limpeza.

Os meios manuais serão utilizados sempre que não exista alternativa viável.

III. Quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos, deverá recorrer-se à aplicação autorizada, por utilizadores profissionais, de herbicida biológico à base de ácido pelargónico.

Nestas circunstâncias, as Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, procederão à aplicação de produtos de origem natural



com venda autorizada, de que é exemplo o herbicida foliar não seletivo para o controlo de infestantes anuais e dicotiledóneas, de origem natural, obtido a partir de plantas.

IV. Sensibilização dos utilizadores profissionais.

Para além de assegurar a formação obrigatória dos utilizadores profissionais de acordo com a legislação aplicável, as Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, comprometem-se, ademais, a fomentar a sua sensibilização para os novos referenciais do presente Memorando de Entendimento.

V. Envolvimento das respetivas populações.

Considerando que o envolvimento da população do Concelho de Maфра é essencial na garantia da limpeza dos espaços públicos, as Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, com o apoio da Quercus, desenvolverão uma campanha de sensibilização alargada, vocacionada para os seguintes públicos-alvo:

- a) Residentes: realização de sessões de sensibilização e de esclarecimento, promovidas pelas Autarquias Parceiras e abertas ao público em geral, contando com a eventual participação de especialistas na matéria; apelo aos proprietários ou usufrutuários de vivendas ou conjuntos edificados confinantes com a via pública para que efetuem a limpeza da sua frente de rua (passeio ou valeta);
- b) Comunidade escolar: realização de atividades pedagógicas, de modo a contribuir para a aquisição de comportamentos ambientalmente adequados;



- c) Órgãos de comunicação social de âmbito local: apelo à sua colaboração na ampla difusão dos referenciais deste Memorando e na divulgação de boas práticas ambientais.

A divulgação dos referenciais do presente Memorando de Entendimento deverá assentar no direito a um ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado, sem olvidar o dever de o defender, à luz da Lei Fundamental (artigo 66.º da Constituição da República Portuguesa).

VI. Adesão à Campanha “Autarquias sem Glifosato/ Herbicidas”, promovida pela Quercus.

As Autarquias Parceiras, subscritoras deste Memorando, comprometem-se a aderir à referida campanha, promovida pela Quercus, assinando o respetivo manifesto.

Quaisquer dúvidas ou omissões suscitadas quanto à interpretação do presente Memorando de Entendimento serão suprimidas por documento reduzido a escrito pelas Autarquias Parceiras, atenta a legislação aplicável e ouvida a Quercus.

Todas as alterações e aditamentos serão válidos se realizados por escrito, com expressa menção das alterações e aditamentos, e desde que expressamente aprovadas pelas Autarquias Parceiras, ouvida a Quercus.

Todas as comunicações feitas ao abrigo do presente Memorando de Entendimento serão efetuadas para as sedes dos Parceiros subscritores, identificadas no introito do mesmo Memorando.



O presente Memorando de Entendimento produz efeitos a partir da data da sua celebração, sendo feito um exemplar para cada um dos subscritores, que aceitam e assumem o seu conteúdo.

Paços do Concelho de Mafra, em 03 de abril 2019

Pelo MUNICÍPIO DE MAFRA

(Hélder Sousa Silva)

Pela JUNTA DE FREGUESIA DA CARVOEIRA

(Andreia Filipa Lourenço Duarte)

Pela JUNTA DE FREGUESIA DA ENCARNAÇÃO

(Carlos Manuel Antunes Póvoa)



Pela JUNTA DE FREGUESIA DA ERICEIRA

(Joaquim Filipe Abreu dos Santos)

Pela JUNTA DE FREGUESIA DE MAFRA

(Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol)

Pela JUNTA DE FREGUESIA DO MILHARADO

(José Faustino Carreira)

Pela JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ISIDORO

(Cecília Maria Miranda Duarte)



**Pela JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZUEIRA E SOBRAL DA
ABELHEIRA**

(Maria Inês Costa Inácio)

**Pela JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ENXARA DO BISPO,
GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO**

(José António Oliveira Costa)

**Pela JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E
CHELEIROS**

(Elísio Varandas dos Santos)



Pela JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA

(Vítor Manuel Ferreira Gomes)

Pela JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS

(Jorge Manuel Zeferino Lourenço)

Pela QUERCUS

(Paulo Alexandre Mateus do Carmo)

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

PARECER

Concordo com o proposto. Remeto à consideração do Sr. Presidente,

01./04/2019

O(A) Vereador(a),

concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberações pelo órgão executivo.

01./04/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o teor da Informação. À consideração do Sr. Presidente.

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Arreunias

02./04/19

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/4495

ASSUNTO: Creche de Mafra: fixação do preço das mensalidades para o ano letivo de 2019/2020

A Creche de Mafra constitui uma resposta de âmbito socioeducativo destinada a crianças dos quatro meses aos três anos de idade, cujo processo de inscrição decorre anualmente de 15 a 31 de maio, conforme o n.º 1.1 do artigo 7.º (Inscrição, Admissão e Matrícula) do *Regulamento da Creche da Câmara Municipal de Mafra*.

De acordo com os n.ºs 1.1. e 1.3. do artigo 9.º (Pagamentos) do referido *Regulamento*, a Câmara Municipal fixa anualmente o valor da mensalidade, cuja atualização se faz pela variação média anual do *Índice de Preços no Consumidor (IPC)* e por deliberação da Câmara Municipal de Mafra.

Nos termos do n.º 1.4 do citado artigo, sempre que, da atualização da mensalidade, com base no índice apresentado no número anterior, o valor apurado fique aquém do custo do serviço, poderá a Câmara Municipal deliberar o valor da mesma, não podendo a mensalidade ser inferior ao custo do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Divisão de Educação e Juventude

No ano letivo em curso (2018/2019), as mensalidades da Creche de Mafra são as seguintes:

- Valência de Berçário: 310,78€;
- Valência de Creche, com refeição: 303,72€;
- Valência de Creche, sem refeição: 214,92€.

Face ao exposto, e considerando que a *Variação média do Índice de Preços no Consumidor dos últimos doze meses* foi de 1,1%, conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em 12 de março de 2019, propõe-se que, para o ano letivo de 2019/2020, de acordo com os n.ºs 1.1. e 1.3. do artigo 9.º do citado *Regulamento*, se atualizem as mensalidades da Creche de Mafra para os seguintes valores:

- Valência de Berçário: 314,20€;
- Valência de Creche, com refeição: 307,06€;
- Valência de Creche, sem refeição: 217,28€.

Mafra, 29 de março de 2019.

A Dirigente da Unidade de Coordenação e Gestão Educativa, em regime de substituição,

Patrícia Duarte

(Patrícia Duarte)

12 de março de 2019

Índice de Preços no Consumidor

Fevereiro 2019

A informação referente ao IHPC estava incorreta, não refletindo a revisão do IHPC da Alemanha e da Área Euro, o que altera a comparação com o IHPC português. Foi, também, corrigida a última tabela dos "anexos" que apresentava um problema de desfasamento nos valores mensais (12-03-2019 - 19h15m)

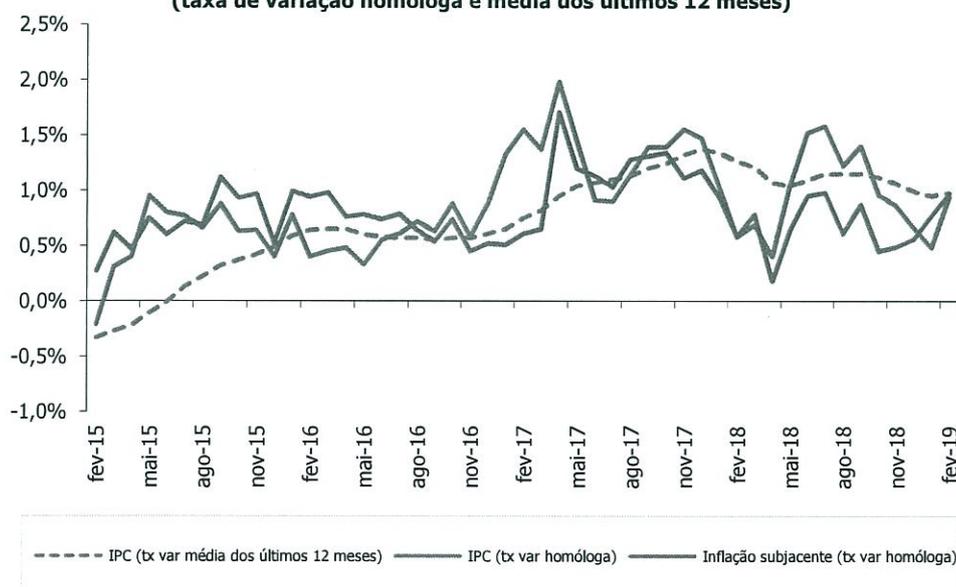
Taxa de variação homóloga do IPC sobe para 0,9%

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,9% em fevereiro de 2019, taxa superior em 0,4 pontos percentuais (p.p.) à do mês anterior. O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação homóloga de 1,0%, valor superior em 0,2 p.p. ao registado em janeiro.

A variação mensal do IPC foi -0,2% (-1,2% no mês precedente e -0,7% em fevereiro de 2018). A variação média dos últimos doze meses fixou-se em 1,0%, taxa superior em 0,1 p.p. à registada no mês anterior.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma variação homóloga de 0,9%, taxa superior em 0,3 p.p. à do mês anterior e inferior em 0,6 p.p. à estimativa do Eurostat para a área do Euro (no mês anterior, esta diferença situou-se em 0,8 p.p.). O IHPC registou uma variação mensal de -0,3% (-1,3% no mês anterior e -0,6% em fevereiro de 2018) e uma **variação média dos últimos doze meses de 1,1%** (valor idêntico ao registado em janeiro).

Graf. 1 - Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo. Proposto no o
assunto seja presente a
Comissão de concorre.

02.04.19. Ademar Sim.

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que
o assunto seja objecto
de deliberação pelo
órgão executivo.

02.04.2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Maafazel

Concordo com o proposto.

29.03.019

O(A) Chefe de Divisão

Paula Ribeiro

DESPACHO

A renúncia.

02.04.19

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

INFORMAÇÃO Interno/2019/4975

ASSUNTO: Apoio às Associações: Atlético Clube da Malveira, Grupo Desportivo União Ericeirense e Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário - transporte

A Associações Desportivas com sede no concelho de Mafra têm desenvolvido um trabalho relevante na promoção do desporto, em especial junto das camadas mais jovens, ao mesmo tempo que promovem estilos de vida saudáveis e espírito de equipa, partilha e solidariedade.

A participação e organização de competições desportivas constitui-se como uma das formas de desenvolvimento da atividade destas Associações e de divulgação e promoção do Concelho a nível nacional e internacional.

Nesse sentido o Atlético Clube da Malveira, o Grupo Desportivo União Ericeirense e o Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário, solicitaram o apoio da Câmara Municipal no transporte de equipas para, respetivamente, participação em eventos



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

desportivos de âmbito internacional e acolhimento de equipas que participam em competição internacional realizada no Concelho.

Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos. Compete-lhe ainda apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças;

Assim, na sequência dos pedidos de apoio formalizados pelo Atlético Clube da Malveira, pelo Grupo Desportivo União Ericeirense e pelo Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário, propõe-se apoiar estas Associações Desportivas através da contratação de transporte coletivo, o qual orça em 1930€ (mil novecentos e trinta euros) com IVA já incluído.

Mafra, 28 de março de 2019

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional

(Paula Santos)

Filipe Fernandes

De: CMMaфра Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Assunto: RE: Pedido de transporte - Grupo Desportivo União Ericeirense

De: Academia Futebol Ericeira [<mailto:academia.gduericeirense@gmail.com>]

Enviada: 7 de março de 2019 18:07

Assunto: Re: Pedido de transporte - Grupo Desportivo União Ericeirense

Boa tarde,

Agradecemos a vossa atenção.

O transporte seria apenas de ida para Mértola.

O regresso será feita no Domingo por outros meios, apenas pedimos o apoio para a deslocação até Mértola no dia 28 de Junho com a hora de chegada a

Mértola prevista às 17h.

Aguardamos com expectativa a vossa resposta.

Cumprimentos,

Cristina Correia
Secretaria GDUE

De: Academia Futebol Ericeira [<mailto:academia.gduericeirense@gmail.com>]

Enviada: 9 de fevereiro de 2019 11:00

Assunto: Re: Pedido de transporte - Grupo Desportivo União Ericeirense

Bom dia,

Antes de mais as nossas desculpas, mas o número de atletas a participar são 16 e vão 3 treinadores a acompanhar.

Gratos pela atenção.

Cumprimentos,

Cristina Correia

Academia Futebol Ericeira <academia.gduericeirense@gmail.com> escreveu no dia sábado, 9/02/2019 à(s) 10:49:

Exmos. Senhores,

Vimos por este meio solicitar o vosso apoio no transporte de uma equipa de futebol Pré-Competição 2011 do Grupo Desportivo União Ericeirense, para participação no Mértola Cup, dia 28 de Junho de 2019 tendo como hora de chegada as 17:00h a Mértola.

O total de atletas a participar é de 10 mais 2 treinadores.

Estamos certos do vosso apoio e esperamos um comentário com a máxima brevidade possível.

Estamos disponíveis para esclarecer mais alguma informação que seja necessária.

Gratos pela atenção.

Cumprimentos,

Cristina Correia

Secretaria GDUE

Filipe Fernandes

De: CMMafra Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico
Assunto: RE: Pedido Clube Desp VFR 10º Torneio Internacional Futebol sub.15

De: clubedespvfrosario@sapo.pt [mailto:clubedespvfrosario@sapo.pt]

Enviada: 18 de fevereiro de 2019 10:54

Assunto: Re: 10º Torneio Internacional Futebol sub.15

Bom dia

Horário para Autocarro:

Dia 18 - 16,20 h Alcochete/ Alvalade/ Vila Franca Rosário 18 h

Regresso 20,30 h

Dia 19 - 13,30 h Alcochete/ Alvalade/ Vila Franca Rosário 15 h

Regresso 17,45 h

Dia 20 - 10,00 h Alcochete/ Alvalade/ Vila Franca Rosário 11,30 h

Regresso 14,30 h

Dia 21 - a combinar no dia 20 (depende da classificação)

Cumprimentos

José Augusto

De: clubedespvfrosario@sapo.pt [mailto:clubedespvfrosario@sapo.pt]

Enviada: 25 de janeiro de 2019 15:07

Assunto: 10º Torneio Internacional Futebol sub.15

Exmo. Sr. Presidente Hélder Sousa Silva

Muito Boa tarde,

O Clube Desportivo de Vila Franca do Rosário está a organizar o 10º Torneio Internacional de Futebol sub.15 de 18 a 21 de Abril 2019 (Pascoa)

Neste sentido, venho por este meio, pedir:

* O Autocarro para transportar a equipa do Sporting Clube de Portugal entre Alcochete e Vila Franca do Rosário durante o decorrer do Torneio

* Estadia nos Bungalows do parque de campismo para a Equipa do Kuando Kubango (Angola) (25 pessoas).

* Tinta para pintura das instalações: 8 baldes branco, 4 verde claro e 2 verde escuro.

* Mensagem e Foto do Sr. Presidente para a revista do torneio

* Apresentação do torneio 08 ou 09 abril (a confirmar)

Agradeço, desde já, a disponibilidade



ATLÉTICO CLUBE DA MALVEIRA

ESTABELECIDO EM 1948

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Eng.º Hélder António Guerra de Sousa Silva
Mafra

Exmo. Sr. Presidente

Em representação do Concelho de Mafra, vai o Atlético Clube da Malveira, participar no prestigiado Torneio Internacional do Castelo de Vide.

Este Evento decorrerá no período de 13 a 18 de Abril do corrente ano, representado pela equipa de infantis 2007 A e B (sub.12), no qual participam prestigiadas equipas Nacionais, e Internacionais (FC Barcelona, Manchester United, Ajax, Al Jaazera, River Plate, Benfica e Sporting).

Face ao exposto e por carência de transporte apropriado para o efeito, agradecemos a sua melhor compreensão, para disponibilizar uma viatura com capacidade de 30 lugares para a segurar a deslocação dos nossos 24 atletas, 4 treinadores e 2 elementos de apoio.

Informamos o plano de viagens:

Saída da Malveira no dia 13 de Abril pelas 14:00h com retorno nesse no mesmo dia da viatura a Mafra.

Regresso de Castelo de Vide no dia 18 de Abril pelas 15:00h.

Aproveitamos a oportunidade, para solicitar se possível, 25 sacos de plástico timbrados Câmara Municipal de Mafra, com algo no seu interior alusivo ao nosso Concelho.

Com os nossos melhores cumprimentos e saudações desportivas

Malveira, 04 de Fevereiro de 2018

O Presidente



Nelson Augusto Pereira Alves

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2019						
Classificação Orgânica 0401		DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO				
Classificação Económica 020210		Aquisição de Serviços Transportes				
Classificação Funcional						
N.º Rubrica do Plano						
		Ano Corrente	2020	2021	2022	Seguintes
1	Orçamento Inicial	2.450,00				
2	Reforços / Anulações					
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	2.450,00				
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	2.450,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	2.045,80				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	404,20				

Data: 2019/03/29 Numero de lançamento no diário do orçamento: 4283

Proposta de Cabimento n.º 2019/1103

CABIMENTO PRÉVIO PARA: "APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS NA CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE MAFRA DE TRANSPORTE COLETIVO".